

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CÍNTIA RAQUEL SOARES PINHEIRO

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: o caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu-MA**

São Luís

2017

CÍNTIA RAQUEL SOARES PINHEIRO

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: o caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Desenvolvimento
Socioeconômico para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de
Souza

São Luís

2017

CÍNTIA RAQUEL SOARES PINHEIRO

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: o caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu-MA**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza
(Orientador)

Examinador 1

Examinador 2

Aos meus pais, pelo amor, dedicação e puxões de orelha pontuais e a todos aqueles que mesmo chamados de loucos, não deixam de acreditar em seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que detêm minha admiração incondicional por suas trajetórias de vida e que são os maiores amores da minha vida.

A Carine, minha irmã, que mesmo que não saiba, me incentiva a ser uma pessoa melhor através do seu exemplo.

Aos meus familiares, em especial Tia Maria e Tio Cláudio, pela convivência diária e certeza de apoio integral.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico, que contribuíram de forma efetiva nesse novo degrau em minha vida acadêmica.

Aos analistas do ICMBio, Eduardo Borba, Carolina Alvite e Marcelo Vidal, por todo apoio durante a pesquisa e por trabalharem com tanto afinco para salvaguardar os recursos naturais do nosso país, ainda que com recursos escassos.

À comunidade da Ilha dos Lençóis, por sua receptividade, vontade de crescer e adquirir ensinamentos, e que, por mais que a literatura e os indicadores institucionais afirmem que são pobres, cheios de orgulho dizem que são muito ricos. Ensino que me acompanha diariamente.

Aos amigos, pois sem eles a história da minha vida não teria tantos capítulos excepcionais.

À professora Madian Frazão, que além de colaborar com uma entrevista, abriu meus horizontes para novas descobertas.

Aos professores Fatima Previdelli, Elio Pantoja e Julio Gomes que gentilmente aceitaram o convite para contribuir com este trabalho.

Ao meu orientador Luiz Eduardo, cuja pessoa consegue ser ainda mais formidável que as agradáveis leituras de seus artigos. Agradeço ainda por todo apoio e conhecimento compartilhado durante essa jornada, em especial durante a pesquisa de campo na Ilha dos Lençóis.

E finalmente à CAPES, pelo apoio financeiro e concessão de bolsa para a realização desta pesquisa.

“Nas outras ilhas tem tudo tradicional. O que não tem nas outras ilhas que aqui tem é dunas, história, assim, às vezes, tem ilhas que não têm a praia, não é? porque elas são florestais mesmo. Dentro das florestas. Mas que, tirando, o povo é o mesmo. Todos nós somos iguais. Igual eu, você aqui. todos aí”.

Lailson James

RESUMO

Pensar no desenvolvimento de um setor da economia global comprometido com as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais, deve basear-se em princípios éticos. Sendo assim, desenvolver o turismo numa localidade deve respeitar as tradições e identidade da comunidade local. Mediante os aspectos citados, tem-se como objeto de estudo a Ilha dos Lençóis, localizada no arquipélago de Maiaú, que possui 70% de sua área composta por dunas de areia branca. A ilha pertence ao município de Cururupu, situado na parte amazônica do Estado do Maranhão, na Área de Proteção Ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses, possui cerca de 560 hectares e 14 quilômetros de perímetro, dos quais um terço constitui-se de manguezais e o restante de praias, sendo a única forma de acesso por via marítima.

Tais características fundamentaram o projeto “Turismo de Base Comunitária na Ilha dos Lençóis na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu”, desenvolvido pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e amparado financeiramente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através do edital PNUD BRA/08/023.

Neste sentido, a presente dissertação teve por objetivo analisar essa experiência em curso desde o ano 2011 na Ilha dos Lençóis. Realizou-se uma pesquisa qualitativa e os instrumentos utilizados foram a aplicação de questionários junto a comunidade e entrevistas roteirizadas com os gestores públicos e lideranças locais. Com vista a alcançar com maior profundidade a complexidade do objeto de estudo, realizou-se, por fim, a estratégia de triangulação de métodos. Procurou-se compreender, ao longo da composição do trabalho, a aproximação entre a teoria e o que efetivamente ocorre na prática, haja vista que o Turismo de Base Comunitária deve ser promovido e gerenciado pela própria comunidade, com o apoio das esferas públicas e privadas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Turismo de Base Comunitária; Território.

ABSTRACT

Thinking about the development of a sector of the global economy committed to social, economic, political and environmental issues should be based on ethical principles. Therefore, developing tourism in a locality must respect the traditions and identity of the local community. Based on the mentioned aspects, the object of study is Ilha dos Lençóis, located in the archipelago of Maiaú, which has 70% of its area composed of white sand dunes. The island belongs to the municipality of Cururupu, located in the Amazonian part of the State of Maranhão, in the Environmental Protection Area (APA) of the Maranhão Reentrâncias, has about 560 hectares and 14 kilometers of perimeter, of mangroves and the rest of beaches, being the only form of access by sea.

These characteristics were the basis of the project "Community Based Tourism on the Ilha dos Lençóis in the Cururupu Marine Extractivist Reserve", developed by the Centro Nacional de Pesquisa Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) of the Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) and financially supported by the United Nations Development Program (PNUD) through PNUD call BRA / 08/023.

In this sense, the present dissertation had the objective of analyzing this experience in course since the year 2011 in the Ilha dos Lençóis. A qualitative approach was carried out and the instruments used were the application of questionnaires to the community and interviews scripted with public managers and local leaders. In order to reach the complexity of the object of study, the strategy of triangulation of methods was finally accomplished. Throughout the composition of the work, we sought to understand the approach to theory and what actually takes place in practice, given that community-based tourism should be promoted and managed by the community itself, with the support of public and private spheres .

Keywords: Development; Community Based Tourism; Territory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

AMREC – Associação de Moradores da Ilha de Lençóis e Associação de Moradores da Reserva Extrativista de Cururupu

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da RESEX

CEPAL – Comissão Econômica para a América-Latina e Caribe

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNPT – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais

EBC – Ecoturismo de Base Comunitária

ENTBL – Encontro Nacional de Turismo com Base Local

ESEC – Estação Ecológica

EUA – Estados Unidos da América

FLONA – Floresta Nacional

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MN – Monumento Natural

MTUR – Ministério do Turismo

ODS – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OMT – Organização Mundial do Turismo

PARNA – Parque Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

REM – Reservas Extrativas Marinhas

RESEX – Reserva Extrativista Marinha

RF – Reserva de Fauna

RVS – Refúgio da Vida Silvestre

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SISTUR – Sistema de Turismo

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

TBC – Turismo de Base Comunitária

TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário

UC – Unidades de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WWF – *World wide fund of nature*

WWP – *World without poverty Brazil*

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Uma economia para 1%	20
Figura 02: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	22
Figura 03: Redução da fome entre 2002 e 2014.....	32
Figura 04: Áreas da Política Social, Eixos de Organização e Programas do PNBSM.....	33
Figura 05: Principais eventos e relatórios internacionais sobre o Desenvolvimento Sustentável	41
Figura 06: Escala de necessidades humanas.....	44
Figura 07: Linha do tempo das leis de Institucionalização dos Povos e Comunidades Tradicionais	61
Figura 08: Carta Imagem da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu	65
Figura 09: Bacias de Petróleo: PAMA-M-591 e PAMA-M-624	67
Figura 10: RESEX de Cururupu com destaque para a Ilha dos Lençóis.....	68
Figura 11: Principais formas de acesso à Ilha dos Lençóis	71
Figura 12: Porto de Apicum-Açu	72
Figura 13: Praia do Farol.....	74
Figura 14: Dunas	74
Figura 15: Memorial Rei Sebastião	76
Figura 16: Praia de Pontal	78
Figura 17: Ponta da Estrela.....	79
Figura 18: Lagoa do Jeju	79
Figura 19: Dunas	80
Figura 20: Ninhal dos Guarás.....	80
Figura 21: Exibição do Filme <i>O Touro</i> , na Ilha dos Lençóis em Setembro de 2016	105
Figura 22: Centro de Saúde de Lençóis.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Faixa etária	93
Gráfico 02: Local de nascimento.....	94
Gráfico 03: Estado Civil, Quantidade de residentes por domicílio e contribuição nas despesas domésticas	94
Gráfico 04: Grau de escolaridade	95
Gráfico 05: Desejo de mudar-se	97
Gráfico 06: Faixa de renda mensal	99
Gráfico 07: Residentes beneficiados por programas de transferência de renda	101
Gráfico 08: Programas de Transferência de Renda	102
Gráfico 09: Evolução do número médio de famílias amparadas pelo Programa Bolsa Família entre os anos de 2005 e *junho de 2016 em Apicum-Açu e Cururupu	103
Gráfico 10: Sentimento em relação aos turistas e percepção de mudanças na comunidade advindas da exploração do TBC.....	104
Gráfico 11: Percepção de impactos negativos advindos da exploração da atividade.....	108
Gráfico 12: Percepção de incentivos para a exploração da atividade.....	112
Gráfico 13: Residentes que realizaram cursos de capacitação profissional	115
Gráfico 14: Pretensão por empreender	116
Gráfico 15: Percepção sobre existência de laços de união na comunidade.....	119
Gráfico 16: Grau de engajamento nos debates da comunidade.....	120
Gráfico 17: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de viver na Ilha dos Lençóis	121
Gráfico 18: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de conservação da natureza	122
Gráfico 19: Necessidade de manutenção das tradições e identidade cultural da comunidade.....	124
Gráfico 20: Percepção dos residentes sobre as condições gerais de manutenção da cultura e identidade local.....	125
Gráfico 21: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de saúde.....	126
Gráfico 22: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de educação.....	128
Gráfico 23: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de oportunidades de trabalho	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Base Teórica do Desenvolvimento	27
Quadro 02: Consequências da desigualdade social	34
Quadro 03: Dimensões do Desenvolvimento Sustentável.....	39
Quadro 04: Liberdades instrumentais na obra de SEN	46
Quadro 05: Tipos de Território.....	52
Quadro 06: Vertentes teóricas sobre o desenvolvimento local.....	53
Quadro 07: Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil	58
Quadro 08: Municípios inseridos no Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás	70
Quadro 09: Calendário de festejos.....	77
Quadro 10: Princípios do conceito de TBC, elaborados durante o Seminário EBC em Reservas Extrativistas realizado pelo CNPT no ano de 2011	84
Quadro 11: Perfil da Família Beneficiária da RESEX.....	99
Quadro 12: Atividades econômicas	100
Quadro 13: Mudanças advindas do processo de exploração do TBC	106
Quadro 14: Impactos advindos a partir da exploração da atividade na opinião de 07 moradores	108
Quadro 15: De que forma contribui para o incremento do turismo na comunidade	110
Quadro 16: Negócios que os comunitários desejam abrir	117
Quadro 17: De que forma contribui para a conservação da natureza na Ilha	123
Quadro 18: Principais problemas da comunidade, do ponto de vista dos residentes	130

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. DESENVOLVIMENTO: DO ECONÔMICO AO CULTURAL.....	20
2.1. As Teorias do Desenvolvimento Econômico: Crescimento x Desenvolvimento.....	23
2.2. Breve debate sobre a tríade desenvolvimento, subdesenvolvimento e desigualdade.....	27
2.3. Desenvolvimento Sustentável.....	36
2.4. Turismo Sustentável	38
2.5. Desenvolvimento e Cultura	42
2.5.1. <i>O Desenvolvimento subsequente: a dimensão cultural</i>	43
3. COMUNIDADES TRADICIONAIS: APORTE TEÓRICO E RECORTES CONCEITUAIS.....	48
3.1. Primeiro recorte conceitual: a dimensão espacial.....	49
3.2. Segundo recorte conceitual: A questão do desenvolvimento	50
3.3. Terceiro recorte conceitual: atores sociais e seus palcos de luta.....	55
3.3.1. <i>Os atores: Povos e Comunidades Tradicionais</i>	57
3.3.2. <i>Os palcos de luta: As Unidades de Conservação</i>	62
3.3.3. <i>A Reserva Extrativista Marinha de Cururupu</i>	65
4. ANÁLISE DESCRITIVA E EMPÍRICA: A COMUNIDADE EXTRATIVISTA DA ILHA DOS LENÇÓIS.....	68
4.1. Polo Ecoturístico “Floresta dos Guarás”	69
4.2. Acesso à Ilha dos Lençóis	71
4.3. Aspectos Geográficos	73
4.3.1. <i>Área</i>	73
4.4. Aspectos históricos	75
4.5. Patrimônio Cultural	77
4.6. Patrimônio Natural	78
4.7. Flora e Fauna	81
4.7.1. <i>O Turismo de Base Comunitária na Ilha dos Lençóis</i>	81
4.7.2. <i>Trilhas</i>	85
5. ANÁLISES DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	92
5.1. Discussão dos Resultados.....	93
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES.....	151
ANEXO.....	182

1. INTRODUÇÃO

Pensar no desenvolvimento de um setor da economia global comprometido com as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais, deve basear-se em princípios éticos. Sendo assim, desenvolver o turismo numa localidade deve respeitar as tradições e identidade da comunidade local.

De maneira geral, o turismo é um fenômeno que não pode ser estudado de forma isolada, fato este que o torna um tanto complexo de ser trabalhado. Para que possamos estudar e compreender a atividade, adotamos o seu caráter multidisciplinar, ou seja, admitimos os seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos e o seu envolvimento com os três setores da economia.

Sob o ponto de vista de Cavaco (2001), o turismo é uma atividade transversal e global, de fronteiras fluidas, e que interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios, ou seja, é um setor dinâmico com ramos diversos.

Neste modelo de desenvolvimento, a atividade tem contribuído para um desenvolvimento equitativo e qualitativo, logo, a Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003, p. 17) baliza as esferas citadas anteriormente:

Atender às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

No entanto, é imprescindível verificar com a própria comunidade se o Turismo é uma atividade desejada e se efetivamente satisfaz as necessidades econômicas, sociais e estéticas além de manter a integridade dos recursos naturais da localidade visto que, premissas básicas devem ser adotadas, dentre as quais, a participação da comunidade em todo o processo de adoção de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento.

O objeto deste estudo, a Ilha de Lençóis localizada no arquipélago de Maiaú, é um cenário de beleza singular, que possui 70% de sua área composta por dunas de areia branca.

Legalmente, a ilha faz parte da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) de Cururupu-MA e da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses¹ (APA).

Engloba a zona costeiro-marinha dos municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão, sendo o foco principal o município de Cururupu, os demais apenas incluem a porção relativa ao contínuo de áreas de mangue e algumas ilhas, como é o caso dos municípios de Apicum-Açu e de Serrano do Maranhão (MARANHÃO, 1991; BRASIL, 2000).

Os objetivos precípuos de uma RESEX² são proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais que ali residem, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis da área. São geridas por um Conselho Deliberativo que permite a implementação de estruturas, realização de pesquisas científicas e a visitação pública, desde que sejam compatíveis com os interesses locais e propiciem a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações tradicionais sem interferência em suas características intrínsecas.

A Ilha dos Lençóis possui cerca de 560 hectares e 14 quilômetros de perímetro, dos quais um terço constitui-se de manguezais e o restante de praias (SILVA, 2004), sendo a única forma de acesso por via marítima. Trata-se de uma comunidade habitada primordialmente por pescadores artesanais cujo principal modo de vida é a subsistência.

Assumindo-se que o desenvolvimento socioeconômico do turismo não ocorre de forma espontânea, levou-se em conta, nesta pesquisa, o modelo vigente de promoção da atividade na Ilha dos Lençóis, que é o Turismo de Base Comunitária. O modelo é um dos que mais se adequam à realidade das RESEX e proporciona a comunidade receptora uma alternativa econômica (COUTINHO, 2016).

Essas características fundamentaram a proposta de projeto amparada financeiramente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) BRA/08/023 - Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental com o tema:

¹ A APA das Reentrâncias Maranhenses pode ser descrita como uma grande área, com aproximadamente 254 km de extensão, de costa baixa como uma série de ilhas, baías, enseadas e um complexo estuarino, interligado por canais chamados de 'furos', os quais são recortados ainda mais por inúmeros igarapés, cobertos por manguezais, que hospedam várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos como também aves, especialmente as migratórias, que buscam descanso, alimentação e local para a reprodução. Também é local importante para a reprodução da ave Guará (MARANHÃO, 1991).

² As RESEX fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e estão regulamentadas pela Lei 9.985 de 18/08/2000 e pelo Decreto nº 4.340 de 22/08/2002 (BRASIL, 2004).

“Populações Tradicionais – Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária³”, que teve por objetivo “elaborar uma proposta de ecoturismo de base comunitária na Ilha dos Lençóis, na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, servindo como experiência piloto e base para aplicação em outras comunidades da RESEX com vocação para o turismo”, desenvolvido e idealizado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Neste sentido, a presente dissertação teve por objetivo analisar o modelo em curso desde 2011 na Ilha dos Lençóis. Destaca-se que estes aspectos e características que o turismo reúne permitem formular algumas questões norteadoras do trabalho:

I. O turismo de base comunitária efetivamente colabora para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas além contribuir para a conservação do meio ambiente e interfere de forma positiva nas dinâmicas sociais e culturais de autóctones e visitantes?

II. De que forma o turismo de base comunitária vem sendo o indutor do desenvolvimento socioeconômico na Ilha dos Lençóis apoiado nos pilares da sustentabilidade?

III. É possível que em localidades similares, a experiência analisada sirva de modelo de forma a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das mesmas?

Resultante das questões norteadoras, tem-se o objetivo geral da pesquisa que foi analisar a experiência vigente do turismo de base comunitária como catalizador do desenvolvimento local e endógeno na Ilha dos Lençóis à luz do desenvolvimento socioeconômico de forma a contribuir como modelo de aplicação em localidades similares.

O caminho para se chegar a essa resposta constituiu-se de:

- Dialogo com as teorias do desenvolvimento socioeconômico, local, endógeno, sustentabilidade e Turismo de Base Comunitária sob a ótica de autores e pesquisadores.
- Interpretação do ponto de vista dos moradores quanto ao modelo de TBC no que tange, principalmente, aos aspectos de melhoria da qualidade de vida, preservação do meio ambiente, interferências no modo de viver e interação com os visitantes.
- Análise das mudanças socioeconômicas advindas do modelo de Turismo de Base Comunitária implantado na Ilha dos Lençóis a partir do ano de 2011.

³ O termo ecoturismo de base comunitária leva a dimensão social de forma mais aprofundada. Esta é a forma de ecoturismo em que a comunidade local tem grande controle e envolvimento em seu desenvolvimento e gestão e que a maior parte dos benefícios permanece na comunidade (WWF-INTERNACIONAL, 2001, p. 2).

- Compreensão do grau de engajamento da comunidade para o fomento do Turismo de Base Comunitária, suas formas de mobilização, as metodologias existentes de gestão participativa e co-gestão no Conselho Deliberativo da Resex's.

Desenvolveu-se como metodologia deste trabalho a pesquisa bibliográfica e documental, através de material já elaborado como: livros, artigos científicos, sites (específicos e governamentais) e estudos de áreas afins ao tema com objetivo de fundamentar o referencial teórico da pesquisa e a caracterização da área de estudo. Revisou-se um conjunto razoável de estudos de casos realizados, abrangendo uma variedade de experiências resultantes, sobretudo, de dissertações de mestrado e teses de doutorado recentes sobre o tema no Brasil e na América Latina.

Buscou-se diálogo direto com o ICMBio a fim de contar com o suporte do Instituto para conjugação de dados socioeconômicos recentes e apoio para a visita in loco.

Empregou-se o método de pesquisa exploratória de abordagem qualitativa constituída por pesquisa de campo autorizada pelo ICMBio (ANEXO) e realizada na Ilha dos Lençóis entre os dias 07 e 10 de Outubro de 2016.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram 40 questionário (APÊNDICE G) semi-estruturados que correspondem a aproximadamente 10% da população da Ilha dos Lençóis. O objetivo da investigação foi mensurar de forma quantitativa aspectos socioeconômicos do universo investigado, bem como, questões específicas sobre o TBC na ilha, articulação e engajamento comunitário, melhoria da qualidade de vida, dentre outros aspectos relevantes para a composição da pesquisa. Os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas e converteram-se em gráficos ou tabelas.

As entrevistas roteirizadas (APÊNDICES A ao F) foram aplicadas junto aos gestores públicos e líderes comunitários com o intuito de analisar qualitativamente as questões norteadoras do objeto de pesquisa, transcritas e consideradas sob o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011). Ressalta-se que os entrevistados autorizaram a publicação de seus nomes.

Por fim, realizou-se a estratégia de triangulação de métodos através da conjugação dos dados das pesquisas quanti e qualitativa, diálogo com a literatura e análise do conteúdo das entrevistas a partir dos diferentes pontos de vista, com o objetivo de alcançar com maior profundidade a complexidade do objeto em questão. (KERLINGER, 1980; FLICK, 2005; FIGARO, 2014).

Aqui vale ressaltar que tal metodologia foi de extrema importância para nortear e contribuir na resolução do objetivo principal, validar as informações e os objetivos específicos desta pesquisa.

Dessa forma, para melhor elucidação do trabalho, dividiu-se o mesmo em seis partes sendo a primeira a introdução, onde se expõe o objetivo geral, os objetivos específicos e alguns pontos da metodologia do trabalho adotada com o intuito de facilitar o tema a ser discutido.

No segundo capítulo, aborda-se a evolução das Teorias do Desenvolvimento, cujo marco teórico ensejou-se no Pós Segunda Guerra, no entanto, admite-se que povos e nações já utilizavam suas próprias estratégias de desenvolvimento bem antes deste marco.

No terceiro capítulo aborda-se as nuances particulares de grupos legalmente denominados de Povos e Comunidades tradicionais e os territórios que utilizam para a reprodução do seu modo de vida.

O quarto capítulo refere-se ao objeto de estudo, incorporando os aspectos históricos, geográficos, naturais e o turismo na Ilha dos Lençóis.

O quinto capítulo apresenta uma discussão que engloba o diálogo com a literatura, a análise dos instrumentos de pesquisa (questionários, entrevistas, documentos, e dados disponíveis em ferramentas governamentais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI – e a observação empírica).

Por fim, são apresentadas algumas considerações acerca do objetivo principal e uma avaliação dos resultados obtidos na pesquisa de campo.

É relevante destacar que tal pesquisa não esgota-se aqui, a RESEX de Cururupu é um imenso laboratório para pesquisas científicas. Durante a apresentação dos resultados, encontram-se questões em aberto passíveis de investigação científica e construção do conhecimento.

Pesquisas acadêmicas e a aproximação da universidade na estruturação e implementação de iniciativas de TBC possibilitam o enriquecimento e alargamento das fronteiras do conhecimento por parte dos atores envolvidos além de ser uma importante aliada na melhoria no auxílio e na estruturação dessa atividade econômica, o que é uma das principais carências das comunidades receptoras.

2. DESENVOLVIMENTO: DO ECONÔMICO AO CULTURAL

No primeiro relatório de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS)⁴ da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 2013, foi constatado que existe 13% da população mundial vivendo em situação de extrema pobreza, 800 milhões passando fome e 2,4 bilhões que não têm acesso a saneamento básico.

Números ainda mais preocupantes inseridos na Figura 01 foram apresentados no relatório⁵ de 2015, desenvolvido pela organização-não-governamental (ONG), Oxfam, com base nos dados divulgados pelo banco mundial *Credit Suisse*. Com repercussão global, o relatório intitulado: *Uma economia para 1%*, apresentou uma série de medidas para combater o crescente abismo de desigualdade entre o 1% e os 99% detentores da renda do planeta. Uma das medidas que podemos citar por exemplo, é a adoção de políticas mais restritivas à evasão fiscal, visto que, de acordo com o relatório, nove em cada dez das maiores empresas do mundo estão presentes em, no mínimo, um paraíso fiscal.

Figura 01: Uma economia para 1%



Fonte: Oxfam (2015)

⁴ Nas palavras de Ban KiMoon secretário-geral da ONU “Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram os mais bem-sucedidos esforços para combater a pobreza em toda a história” (ONU, 2013, p.3).

⁵ Extraído de: <http://www.oxfam.org.br/publicacoes/sumario_executivo> . Acesso em: 13/06/2016.

Com base nos dados apresentados na figura acima, constata-se que, apesar do amplo debate na academia sobre as Teorias do Desenvolvimento (TD) e dos esforços dos governos em mitigar as desigualdades econômicas, ainda é crescente o número de pessoas sobrevivendo em situação de extrema pobreza⁶.

Na contemporaneidade, as discussões que contemplam a temática do desenvolvimento transpassam o campo teórico da economia, encontrando-se praticamente por todas as áreas do conhecimento ligadas às humanidades, ciências sociais e ciências da saúde.

Em uma área multidisciplinar como o Turismo, as discussões sobre as questões do desenvolvimento podem ir além do lugar-comum de se apresentar este como atividade promotora ou mesmo relacionada diretamente com certo tipo de concepção desenvolvimentista.

Na verdade, é possível observar-se certa heterogeneidade no debate acerca das concepções de desenvolvimento para o Turismo e na própria aceção da atividade-meio - Turismo - para a formulação de conceitos de desenvolvimento.

Este debate mais heterogêneo e contra-hegemonico pôde ser visualizado com mais ênfase a partir da adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no ano de 1993. Criado para ser um contraponto ao PIB (Produto Interno Bruto) o IDH visa mensurar três dimensões básicas do ser humano: renda, saúde e educação.

Idealizado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, o Relatório de Desenvolvimento Humano e o *ranking do IDH* constituem um instrumento fundamental de auxílio aos governantes à nível global para formulação e adequação de suas políticas públicas.

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015, o Brasil despontou como um dos países que reduziu drasticamente a pobreza e a fome crônicas em seu território. Os êxitos logrados pelo país fomentaram o surgimento da *Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza (WWP)*⁸ que tem como propósito disseminar pelo globo as estratégias utilizadas pelo governo brasileiro, visto que a metodologia dos programas hoje é adaptada e replicada em realidades similares, como em países da América Latina e da África, por exemplo.

⁶ Devido as suas multiplicas dimensões, encontramos na literatura várias definições de pobreza, mas nenhuma consensual, além desse obstáculo teórico, os governantes utilizam diversos índices para mensurá-la, tais como: O índice de Gini, o IDH, PIB, IPH, dentre outros. Tratam-se de importantes ferramentas de análise e comparação, porém, nesse estudo abordaremos a dimensão qualitativa da pobreza, os aspectos que são interligados e que fazem com que indivíduos vivam uma luta diária pela sobrevivência.

⁷ Conceito extraído em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>

⁸ Para maiores informações ver: <<https://wwp.org.br/pt-br/quem-somos>>

No contexto global, a ONU lançou no dia 1º de janeiro de 2016 uma agenda⁹ composta por 17 objetivos e 169 metas a serem adotadas pelos países signatários da organização, dentre os quais, o Brasil.

Figura 02: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2016)

Definidos como um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, os 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* apresentam metodologia ampla e dinâmica. Cada país¹⁰ pode aplicá-los considerando as particularidades e realidades nacionais. Indo além, cada estado, município ou arranjo territorial correspondente pode utilizar a metodologia desenvolvida pela ONU.

Para além dos números, relatórios e agendas discutidos - que são ferramentas pontuais e importantes para combater essas dificuldades comuns a todas as nações - faz-se necessário contextualizar historicamente o problema, descortinando-o até chegar ao ponto do objeto de estudo da presente dissertação: O Turismo de Base Comunitária (TBC) como estratégia de desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais em reservas extrativistas.

⁹ “Reconhece que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015).

¹⁰ Por meio do Decreto Presidencial de Nº 8.892 de 27 de Outubro de 2016. O governo brasileiro criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Comissão contará com a participação da sociedade civil, ONG’s e oito Ministérios.

2.1. As Teorias do Desenvolvimento Econômico: Crescimento x Desenvolvimento

A discussão sobre o Desenvolvimento Econômico na academia remonta ao início do século XX, mas ela ganhou força especialmente em meio à chamada “Era da Catástrofe” (HOBSBAWM, 1995), especialmente no entre-guerras, época em que, ao mesmo tempo em que se reconhecia em todos os ambientes de política econômica que o mero crescimento da renda não era suficiente para o enriquecimento de uma nação, discutiam-se processos, procedimentos e métodos pelos quais essa riqueza pudesse atender ao maior número possível de indivíduos.

O fim da Segunda Guerra Mundial (1945) trouxe à baila a discussão sobre a necessidade de políticas de reconstrução de países destruídos pelo conflito, e os termos em que isso se daria, considerado o equilíbrio de forças políticas mundiais resultante, estabelecido entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS)¹¹. A disputa entre essas duas superpotências mundiais também se deu no campo das Teorias do Desenvolvimento Econômico.

Neste contexto histórico, a Alemanha e o Japão, atualmente dois dos países mais desenvolvidos do mundo, saíram, além de derrotados, praticamente destruídos. Como punição por seus atos, os dois países sofreram sanções econômicas e não puderam investir seu capital em poderio bélico por um tempo determinado. Com a ajuda financeira advinda principalmente dos EUA, esses países conseguiram se reerguer e hoje são potências econômicas e detentores de um amplo conhecimento tecnológico aplicado nas mais diversas áreas do conhecimento.

Ao mesmo tempo, os aliados do ocidente também demandaram investimentos e apoio dos EUA para manter suas economias capitalistas¹² sem o risco da desestruturação das relações sociais de produção que conduziria a uma revolução socialista. Para isso, concebeu-se a ideia do Estado de Bem-Estar Social, baseado nas políticas sugeridas na obra de J. M. Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, publicado em 1936.

¹¹ No Pós Guerra a URSS desencadeou um processo de industrialização intenso e veloz, utilizando de recursos limitados provenientes do exterior, o país atingiu uma situação de pleno emprego, progresso nas áreas da saúde e educação no mesmo período em que mundo capitalista passava pela Grande Depressão, configurando no que se pode chamar de um caso de crescimento com equidade (CHANDRA, 2002).

¹² Apoiado em Karl Marx, Karl Polany ao escrever o livro *A Grande Transformação* no ano de 1944, mesmo ano que Friedrich Hayek concebeu *O Caminho da Servidão*, aponta que o passo crucial do homem foi transformar o trabalho e a terra em meras mercadorias produzidas para a venda de forma que houve um preço pelo uso da força de trabalho (o salário) e um preço pelo uso da terra (o aluguel), para além dessa análise, o autor reflete que trabalho é outro nome para homem e terra para a natureza. Ao ser governado por suas próprias leis (as leis do mercado), o homem criou um novo tipo de sociedade: a sociedade capitalista.

É possível afirmar que essas ideias apareceram no campo das políticas econômicas antes da obra de Keynes. Por objetivo, buscava-se manter o nível de emprego das economias capitalistas com um certo nível de proteção social para seus trabalhadores, aspirando evitar que neles surgisse o desejo de mudança de sistema econômico.

É importante lembrar que durante todo o período conhecido como o “breve século XX” (HOBSBAWM, 1995), a URSS apoiou diretamente o desenvolvimento e o planejamento econômico dos países socialistas, mesmos os não alinhados com o Pacto de Varsóvia. O conceito de planejamento econômico adotado pelo ocidente capitalista, aliás, representa, de certa forma, um decalque das políticas econômicas russas dos anos 1920 e da planificação socialista, com as óbvias mudanças estruturais que retirariam o caráter “socialista” das políticas em si.

No pós-guerra, ainda que diversos países latino-americanos tenham logrado êxito em seus processos de independência, deixando o posto de países primário-exportadores¹³, os mecanismos de subordinação econômica com países centrais¹⁴ não foram rompidos, todavia, a sua dinâmica foi modificada. Saídos da condição colonial no século XIX, esses países ainda não haviam criado cultura política e econômica autônomas para empreender seu desenvolvimento. Após o choque externo representado pela “Era da Catástrofe”, os países latino-americanos observavam a possibilidade do desenvolvimento.

Destaca-se, portanto, que a economia do desenvolvimento foi gestada em um contexto internacional de aumento da intervenção estatal na economia, visando o estabelecimento de políticas para acelerar o crescimento dos países “atrasados” que passaram a ter um novo status teórico-analítico: o subdesenvolvimento.

Intelectuais latino-americanos propuseram suas próprias críticas às análises importadas dos países economicamente mais avançados, e elaboraram suas próprias teorias, cujo arcabouço teórico foi incorporado na Comissão Econômica para a América-Latina e Caribe (CEPAL). Batizada de Teoria da Dependência, nas palavras de Ruy Mauro Marini (2005, p. 140) significa:

Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência.

¹³ Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos cujo aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento permitiram o desenvolvimento comercial e bancário da Europa e pavimentaram o caminho para a criação da grande indústria (MARINI, 1973).

¹⁴ Centro: economias em que as técnicas capitalistas de produção penetraram primeiro. Periferia: economias cuja produção permanece inicialmente atrasada (RODRIGUES, 1977).

Cardoso e Faletto (2000) afirmaram que ao elaborar a teoria da dependência, buscavam uma compreensão global e dinâmica das estruturas sociais, com foco nas relações imperialistas¹⁵ entre os países e nas relações assimétricas de classes, uma vez que ao custo da exploração de economias periféricas, as nações capitalistas avançadas atingiram elevado crescimento econômico, estabelecendo o paradigma da industrialização¹⁶ como chave para o Desenvolvimento que seria compreendido nessa primeira fase como o resultado do emprego de políticas industrializantes¹⁷ e urbanizantes de uma economia.

Furtado (1974, p.19) refletiu sobre esse padrão de desenvolvimento econômico que deveria se estender das nações capitalistas centrais, para as demais nações do globo:

[...] que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso.

Ao longo do tempo, os problemas derivados da industrialização e urbanização – poluição, êxodo rural, inchaço das cidades, queda da qualidade de vida urbana – viriam a colocar em xeque essa concepção, conduzindo os teóricos do desenvolvimento a uma abordagem cada vez mais plural e multicultural.

O caminho para uma concepção multidisciplinar do desenvolvimento estaria aberto a partir dos anos 1970, com o advento da contracultura e a inserção da ecologia na pauta de discussão política internacional.

O Quadro 01 apresenta um painel das principais correntes teóricas ocidentais¹⁸ do desenvolvimento que proporcionaram o debate posto, especialmente sobre as questões do subdesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, globalização e território.

¹⁵ Pautados na Teoria da Dependência, países do continente africano e asiático elaboraram estudos com o intuito de compreender suas próprias realidades (CARDOSO, FALETTTO, 2002).

¹⁶ Nos anos 60, W.W. Rostow elaborou a Teoria das Etapas do Desenvolvimento Econômico. Para o autor, o desenvolvimento seria alcançado por estágios sucessivos, onde o subdesenvolvimento seria o ponto de partida.

¹⁷ “A década dourada do capitalismo” ou “Os trinta anos gloriosos” - período marcado pelo pós-guerra até meados dos anos 1975 - foi positiva apenas para os países capitalistas desenvolvidos, uma vez que a riqueza produzida nas décadas douradas nunca foi distribuída equitativamente pela população do mundo, ao contrário dos problemas ambientais que, de uma forma ou de outra, são socializados pelas nações do globo.

¹⁸ Descarta-se, portanto, a contribuição do planejamento e planificação econômicos da União Soviética, China, Coreia do Norte e Vietnã. Não se nega, contudo, a influência que tanto as experiências como as teorizações orientais tiveram influência sobre algumas correntes presentes no quadro, além evidentemente da marxista.

Quadro 01: Base Teórica do Desenvolvimento

Teorias	Principais representantes e suas respectivas obras	Eixo de análise e ideia força
Fundo Marginalista	Joseph Schumpeter (1911) A Teoria do Desenvolvimento Econômico Rosenstein – Rodan (1943) Problema de Industrialização da Europa Oriental e Sul -Oriental Arthur Lewis (1954) Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra. Ragnar Nurkse (1957) Problema de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos. Walt W. Rostow (1962) Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um manifesto não comunista.	A teoria marginalista preconiza como ponto de partida para a análise econômica a inserção das necessidades humanas. Criou-se a teoria do valor-utilidade, que rompeu com a teoria do valor-trabalho, segundo a qual o valor das coisas é medido pelo trabalho.
Fundo Marxista	Karl Marx (1867) O Capital. Paul Sweezy (1942) Teoria do Desenvolvimento Capitalista Paul Baran (1960) Capital Monopolista Ernest Mandel (1972) O Capitalismo Tardio	Trata-se de uma teoria científica denominada materialismo histórico e de uma teoria filosófica, o materialismo dialético. A partir dessas concepções, analisam-se as relações de classe, o modo de produção capitalista, etc.
Da Dependência e Estruturalismo (Pensamento Latino-Americano)	Raúl Prebisch (1949) O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus principais problemas. Celso Furtado (1963) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Fernando Henrique Cardoso (1970) Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Octavio Rodriguez (1981) Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL	Os teóricos dessa corrente, munidos de densos estudos sobre a realidade latino-americana, não eram favoráveis a importação de teorias dos países centrais, com isso, abriu-se um campo teórico próprio, dotado de metodologias, identidades temáticas e caminhos para uma práxis mais realista (DOS SANTOS, 2002).
Desenvolvimento Territorial	Douglas North (1961) Teoria da Localização e Crescimento Regional. François Perroux (1964) Indústria e Crescimento coletivo. Paul Krugman (2002) Economia e Espacial	Teorias que se concentram em analisar as escalas espaciais em seus desdobramentos naturais, econômicos, políticos, sociais, culturais e etc (VAINER, 2002)
Teorias da Globalização	Georges Friedmann (1951) Onde vai o trabalho humano? Samuel Huntington (1997) O choque das civilizações Milton Santos (2000) Por uma outra globalização Joseph E. Stiglitz (2003) A globalização e os seus malefícios	Corrente teórica que analisa as transformações conjunturais em curso diante das novas ordens mundiais assim como o avanço tecnológico que diluiu fronteiras territoriais, onde cunhou-se o conceito de “aldeia-global” (HARVEY, 1997).
Abordagens Recentes	Amartya Sen (2003) Desenvolvimento como liberdade Ignacy Sachs (2004) Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado Ha-Joon Chang (2004) Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica	Teóricos que adotam ou criticam o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” e que acreditam que modelos puramente economicistas privilegiam uma elite capitalista que utiliza os recursos naturais sem preocupar-se com as gerações futuras.

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Santos (2009)

2.2. Breve debate sobre a tríade desenvolvimento, subdesenvolvimento e desigualdade

O binômio desenvolvimento¹⁹ e subdesenvolvimento esteve em voga nas discussões globais após os eventos da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). O crescimento econômico foi um imperativo pautado pela modernização, industrialização e desejo de superação do atraso²⁰ sendo a viga mestra deste processo, o Estado.

Todavia, grande parte das nações da América Latina, da África, da Ásia e do Leste Europeu, apesar de seus esforços, constituíram-se na geopolítica como nações subdesenvolvidas. Esta denominação pode ser explicada, nas palavras de Furtado (2003, p.37), como:

[...]consequência do impacto, em um grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na Revolução Industrial em sua fase inicial, ou seja, até fins do século XIX.

A formação histórica do Brasil ilustra com clareza a aplicação da teoria do subdesenvolvimento de Furtado; desde os primórdios da colonização a nação sofreu constantes saques de suas riquezas para suprir as necessidades de desenvolvimento da metrópole, na figura dos colonizadores europeus.

Não só o Brasil, os países dos continentes supracitados tiveram sua formação histórica marcada por violentos processos de colonização. Compreender esse processo histórico é de fundamental importância para que possamos analisar a realidade desigual que persiste na atualidade ainda que haja empenho das nações em transformá-la.

O subdesenvolvimento, então, não se constitui como uma etapa para o desenvolvimento, esta premissa representa, todavia, que nações podem ser desenvolvidas e em seu território apresentarem áreas subdesenvolvidas e vice-versa.

A análise de Furtado sobre o subdesenvolvimento representa um enorme avanço sobre a dicotomia atraso/modernização. Aborda, além disso, o tema da dominação internacional a partir da situação de dependência, recriada permanentemente por meio dos elementos de dependência tecnológica, financeira e cultural que marcam o comportamento das classes dominantes e de suas elites dirigentes (TAVARES, 2000).

¹⁹ Do ponto de vista de Furtado (1974, p.92) “O desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas da sociedade em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade”.

²⁰ Desejo principalmente dos países que saíram da condição de colônia.

Ao longo de suas obras, como característica de seu método de abordagem, Furtado (2002) realiza diversos apanhados históricos para explicar o abismo que existe entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e as mazelas decorrentes do acúmulo de produção capitalista nas sociedades periféricas.

O autor em questão, cujas obras constituem-se em bibliografia fundamental para compreensão do Brasil e formulação de políticas públicas²¹, adiciona que:

O desenvolvimento econômico, nas condições adversas, dificilmente se fará sem uma atitude participativa das grandes massas da população. Toda autêntica política de desenvolvimento retira a sua força de um conjunto de juízos de valor que amalgamam os ideais de uma coletividade. E se uma coletividade não dispõe de órgãos políticos capacitados para interpretar suas legítimas aspirações, não está aparelhada para empreender as tarefas do desenvolvimento. Toda medida que se venha a tomar, no sentido de enfraquecer os governos como centros políticos capazes de interpretar as aspirações nacionais e aglutinar as populações em torno de ideais comuns, resultará na limitação das possibilidades de autêntico desenvolvimento na região (FURTADO, 2002, p.41).

A fala de Furtado é de tamanha relevância que poderia ser fragmentada e discutida em inúmeras seções do presente diálogo, porém, explanando a intenção posta, o autor defende a participação da população como essencial para o processo de desenvolvimento e do Estado para materializá-la em políticas públicas.

Reitera-se que os membros pertencentes ao território são os agentes capazes de exprimir os seus reais anseios para que sejam, obviamente, aplicados pelo Estado ou organismo competente. Modelos prontos de desenvolvimento executados a esmo em localidades com discrepância daqueles originalmente formulados, via de regra, constituem-se em graves problemas estruturais, políticos e econômicos, tendo como exemplo as políticas neoliberais²²

²¹ Furtado integrou o poder público na função de Ministro do Planejamento (1962-1964) e da Cultura (1986-1988), deixando um legado intelectual robusto.

²² As experiências neoliberais compartilham traços importantes. Alguns são relativamente abstratos e universais, como o poder crescente das finanças e as limitações cumulativas da democracia política, enquanto outros são relativamente concretos e específicos a cada país, como as privatizações e a disseminação de organizações não-governamentais em áreas que, anteriormente, pertenciam ao domínio do Estado. Embora essas características comuns impliquem que o neoliberalismo não possa ser adequadamente descrito na esfera meramente conjuntural, elas não são suficientemente gerais ou historicamente distintivas para definir um novo modo de produção. Inevitavelmente, portanto, análises do neoliberalismo perpassam distintos níveis de abstração dentro do capitalismo, incluindo algum tipo de compreensão dos conceitos básicos da teoria marxista como a mercadoria, o valor e a força de trabalho, até a descrição da conjuntura, passando por entendimentos específicos da exploração, das classes, da concorrência, da formação dos preços, do Estado, do gerenciamento da acumulação, e do comércio internacional (SAAD FILHO, 2015, p.59). Harvey (2004, p. 27) nos apresenta duas interpretações para o neoliberalismo. Na primeira, ele é visto como “um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo” e na segunda, é interpretado como “um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”.

em vigência nos países da América Latina e no Brasil, cujas consequências são visualizadas no curto e no longo prazo.

Entender as raízes do subdesenvolvimento em nações que são ricas em recursos naturais e que possuem capital social em condições de trabalho é uma tarefa que precisa ser analisada para além das políticas macro e microeconômicas. Autores como Furtado e Myint magistralmente buscaram apoio de áreas como a Antropologia, Sociologia e História para esmiuçar esse processo uma vez que, nas palavras de Furtado: “A análise econômica não nos pode dizer por que uma sociedade se desenvolve e a que agentes sociais se deve esse processo.” (FURTADO, 1952, p. 321).

Utilizando-se da palavra atraso, Myint (2010, p.124) adota esse termo para as populações que estão inseridas em territórios que apresentam índices de baixa renda e desigualdade estrutural. Em suas palavras:

O conceito de atraso perderia muito de seu significado se aplicado a grupos humanos homogêneos sem relações econômicas internacionais. A ideia de atraso só se apresenta quando uma economia autossuficiente primitiva ou medieval abre-se a forças econômicas externas e quando sua população entra em contato com outras economicamente mais “adiantadas.

De que forma pode-se empregar o termo “atrasado” para as populações que viviam no Brasil desde antes da colonização? De certo que os colonizadores que aqui chegaram utilizaram de força física e pressão psicológica para desterritorializar²³ os nativos, transformando-os em escravos ou utilizando de seu conhecimento do território para benefício próprio e enriquecimento da metrópole.

Sergio Buarque de Holanda utilizou a célebre frase “somos ainda hoje uns desterrados em nossa própria Terra” (HOLANDA, 1995, p.27). Se décadas após a independência, o teórico utilizou tal frase ao retratar o povo brasileiro, o que dizer dos índios e dos outros povos e comunidades tradicionais? O paradoxo analisado por Myint diz ainda que “essas pessoas são consideradas atores (ainda que fracassados) na luta econômica” (MYINT, 2010, p. 125)

À medida em que os países periféricos tentam acompanhar o ritmo de acumulação dos países centrais, surge o aumento do abismo entre elite e povo. A história brasileira é marcada por exemplos em que as classes dominantes defendiam ferrenhamente seus privilégios (TAVARES, 2000).

²³ Conceito cunhado na filosofia e adaptado para a Geografia e que em essência pura significa: “Saída de um território para reterritorializar em outra parte”. Ver: (HAESBAERT e BRUCE, 2009).

Recentemente, Ha Joon Chang (2002) elaborou uma tese de que os países centrais, ao chegarem no alto patamar dos índices de desenvolvimento “chutam a escada” com o objetivo de impedir que países periféricos alcancem estes índices de modo a perpetuar sua dependência pelo maior período de tempo possível. Com uma abordagem histórica ampla, Chang descortina as estratégias bem-sucedidas adotadas pelos países centrais e as nuances existentes em decorrência de processos neoliberais que são impeditivas para que os países periféricos também consigam chegar ao topo.

O ponto em comum entre as análises de Chang, Furtado e Mynt leva à assimilação de que essa exploração existe tanto a nível global quanto local. Ao mesmo tempo em que economias do centro desejam manter economias da periferia em estado de exploração, essa mesma dinâmica está presente no próprio território²⁴, na função da elite, da burguesia, dos trabalhadores locais e entre os múltiplos atores pertencentes ao território.

Detalhadamente:

O imperialismo extrai praticamente todo o excedente dos países subdesenvolvidos. É o obstáculo fundamental a qualquer processo real de desenvolvimento. A burguesia local, por sua vez, está integralmente subordinada ao imperialismo. Como este explora os trabalhadores locais através do comércio internacional e das empresas multinacionais, não resta outra alternativa à burguesia local para poder se apropriar também ela do excedente senão superexplorá-los (FURTADO 1985, p. 31).

Para além de um processo mecânico ou fortuito – extremos encontrados em padrões de análise limitados sobre o desenvolvimento – Furtado (2014, p.59) chama a atenção para a complexidade das relações sociais, econômicas e culturais presentes nos territórios subdesenvolvidos.

A formulação da teoria do subdesenvolvimento constitui, por si mesma, uma manifestação da tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabelece com a difusão da civilização industrial. O primeiro passo consistiu em perceber que os principais obstáculos à passagem da simples modernização ao desenvolvimento cimentavam-se na esfera social. O avanço na acumulação não produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do excedente. A acumulação, que nas economias do centro, havia conduzido à escassez de mão-de-obra e criado as condições para que se dessem a elevação dos salários reais e a homogeneização social, produzia na periferia efeitos inversos: engendrava o subemprego e reforçava as estruturas tradicionais de dominação ou as substituiu por outras similares. Com efeito, a acumulação estava a serviço da mundialização dos mercados e acompanhava a difusão da civilização industrial.

²⁴ A teoria do colonialismo interno explica fenômenos socioculturais a partir do domínio e exploração entre grupos culturais heterogêneos, inclusive em um mesmo território. Essa teoria se diferencia da estrutura da luta de classes porque não há somente uma relação de domínio e exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos bens de produção, mas sim, a exploração de uma população (com suas diferentes classes, proprietários, trabalhadores, etc), por outra população que também apresenta diferentes classes, proprietários, trabalhadores. Ou seja, apresenta relações desiguais com predomínio de poder na economia globalizada (CASANOVA, 2007).

Ao analisar as obras de Furtado, César Bolaño concluiu: “A homogeneização dos padrões de consumo no centro, contrapõe-se a uma crescente discrepância de padrões de vida entre uma minoria privilegiada e a massa da população nos países periféricos.” (BOLAÑO, 2015. P. 147)

Tardiamente e de forma incipiente, as sociedades modernas tentam romper esses laços de dominação, sair do campo teórico e promover um desenvolvimento efetivo que mitigasse as desigualdades e conservasse a cultura dos povos, para isso, as nações precisam promover um desenvolvimento na escala humana e fortalecer o mercado interno a fim de não permanecerem subordinadas às flutuações externas e cambiais que fazem parte da realidade capitalista.

Ressalta-se que as nações podem se valer de ajuda externa, e não precisam se isolar do resto do mundo, até porque, exportações no mundo globalizado²⁵ compreendem uma fatia significativa do PIB²⁶.

Furtado em 1979 havia dito que “a miséria de grande parte da população não encontra outra explicação que não a resistência das classes dominantes a toda mudança que possa pôr em risco seus privilégios.” (FAGNANI E CARDOSO, 2007).

Dessa forma, as classes marginalizadas enfrentam problemas de ordem urgente, um dos mais graves, e ainda sem solução, é a fome crônica que a sociedade carrega em seu bojo. Para Silva (2006, p. 27):

[...]o volume da produção não constitui a principal questão a ser debatida, e sim o controle da produção e da distribuição, que condiciona o acesso e a destinação daquilo que é produzido.[...] Assim, a discussão sobre segurança alimentar evolui num contexto em que, por um lado, a capacidade de produzir e os recursos técnicos modernos estão bastante avançados, e por outro lado, o acesso efetivo aos alimentos é fortemente desigual, quer no que se refere às diferentes áreas do Planeta quer no que diz respeito aos distintos segmentos populacionais de uma mesma área geográfica.

De acordo com o autor, o Brasil, com toda a sua extensão geográfica e solos férteis para a produção de alimentos, ao consolidar sua dinâmica capitalista no campo, “reproduziu e aprofundou as históricas desigualdades sociais, configurando-se um processo de modernização

²⁵ A palavra “globalização” teve sua recepção acadêmica através da metáfora de McLuhan sobre a configuração de uma “aldeia global” (GRAZIANO, 2007, p.32).

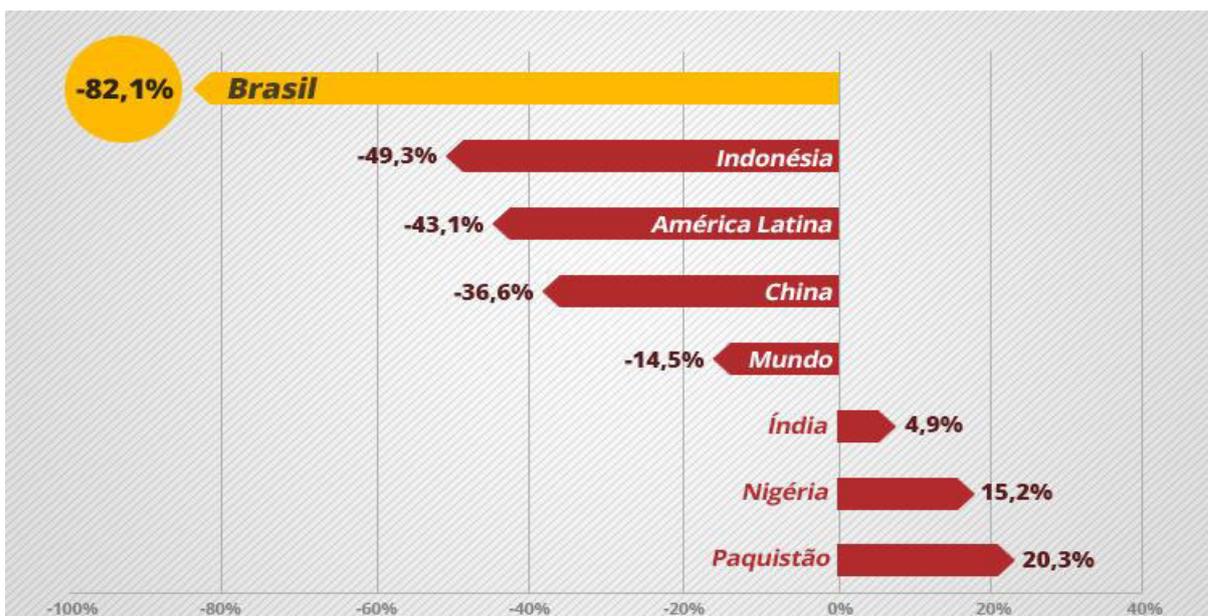
²⁶ A partir da inserção de preocupações de natureza ecológica frente aos modelos de desenvolvimento pautados na Industrialização e Modernização, Furtado fez o seguinte questionamento: “Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos?” (FURTADO, 1974, p.115-16).

com as mazelas do capitalismo, ou seja, uma modernização seletiva, concentradora, parcial e ecologicamente desastrosa.” (SILVA, 2006, p.66).

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, apresenta em seu Art. 3º²⁷ os objetivos fundamentais da República e estão contemplados, dentre eles, a erradicação da pobreza²⁸, da marginalização e das desigualdades sociais²⁹, mas somente em 2003 o governo brasileiro instituiu um programa chamado Fome Zero e no ano de 2014 o país logrou êxito ao sair - pela primeira vez em sua história - do mapa da fome.

Na Figura 03 é possível observar a redução de 82,1% no número de pessoas que passavam fome em território brasileiro entre os anos de 2002 e 2014. Percebe-se que Nigéria e Paquistão tiveram um aumento no número de cidadãos que passavam fome em seu território.

Figura 03: Redução da fome entre 2002 e 2014



Fonte: ONU (2015)

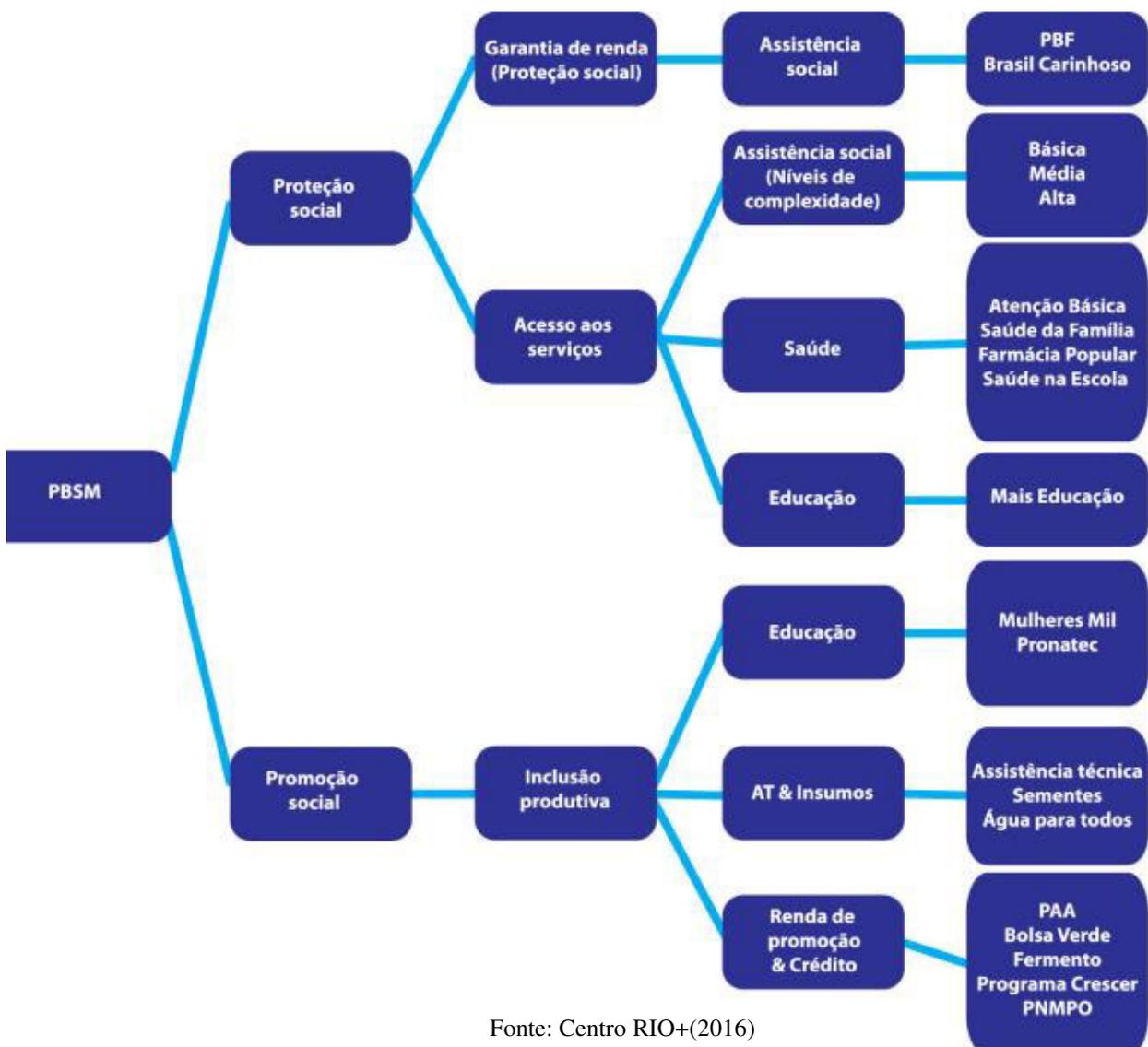
²⁷Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - Garantir o desenvolvimento nacional;
III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

²⁸ Embora não antinômicas, pobreza e desigualdade não emitem o mesmo significado. *Lato sensu*, pobreza significa privações, já a desigualdade refere-se, primordialmente à posições de desvantagem à riqueza média de um país, podendo implicar ou não em privações (FREITAS, 2015).

²⁹ De acordo com SEN (1992, p. 27), nós diferimos não apenas na riqueza que herdamos, mas também em nossas características pessoais. Além das variações puramente individuais (habilidades, predisposições, diferenças físicas), há também contrastes sistemáticos entre grupos (por exemplo, entre homens e mulheres em aspectos específicos como a possibilidade de gravidez e os cuidados requeridos pelos recém-nascidos).

Os Macroprogramas de transferência de renda brasileiros, onde citamos o Plano Nacional Brasil Sem Miséria³⁰ cujas áreas estão dispostas na Figura 04, possuem um aspecto metodológico único que coordena ações de diferentes ministérios, além de articulação com a sociedade civil e os governos estaduais. Estes esforços fizeram com que a população extremamente pobre caísse para 3,5% no ano de 2012, enquanto que no ano de 1990, essa população era de 25,5%.

Figura 04: Áreas da Política Social, Eixos de Organização e Programas do PNBSM



Fonte: Centro RIO+(2016)

³⁰ Em 2 de junho de 2011, foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria (PNBSM) com o objetivo de erradicar a extrema pobreza no Brasil até 2014. Com um público-alvo estimado em 15 milhões de pessoas para o ano de 2010, perfazendo 7,9 % da população brasileira, que subsiste com renda per capita mensal inferior a R\$ 70,00, o Plano articula mais de 120 ações distribuídas em 20 ministérios e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Considerando a adoção desses programas como um marco para a diminuição da pobreza e redução das desigualdades a nível nacional, não podemos ocultar o fato de que o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo.

É fundamental abstrair a visão higienista da pobreza - na qual políticas públicas de repulsa e exclusão são praticadas pelo governo e pela sociedade - para enfatizar as consequências desse processo excludente e, por fim, tentar compreender porque há um baixo empenho dos governantes em resolver de forma global, os problemas dispostos no Quadro 02.

Quadro 02: Consequências da desigualdade social

BAIXOS ÍNDICES DE ESCOLARIDADE	RACISMO E SEGREGAÇÃO RACIAL	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	ABUSO DE ÁLCOOL E DROGAS
MORTALIDADE INFANTIL	ANALFABETISMO		ALTA POPULAÇÃO CARCERÁRIA
FRAGMENTAÇÃO DA SOCIEDADE			POLÍTICAS HIGIENISTAS
PROTESTOS VIOLENTOS	DESEMPREGO ESTRUTURAL	BAIXA EXPECTATIVA DE VIDA	VIOLÊNCIA URBANA

Fonte: elaborado pela autora

O histórico de crônica desigualdade e pobreza visíveis no Brasil e na América Latina são estudados por teóricos divididos em dois campos:

De um lado, há as produções intelectuais identificadas com o poder: explicações biológicas, neomalthusianas, culturalistas, keynesianas e, mais recentemente,

neoliberais. De outro, está o pensamento social crítico formulado por autores que são identificados com as causas nacionais e populares e que reconhecem na dependência, no imperialismo, na corrupção e no entreguismo dos setores dominantes locais os elementos estruturantes e reprodutores da pobreza (CIMADAMORE, 2007, p.12).

Alguns teóricos brasileiros acreditam que a dificuldade que o país demonstra em apresentar políticas equitativas que amenizariam o problema da desigualdade como exemplo: a adoção de impostos progressivos, taxaço das grandes fortunas³¹ e reformas tributárias que coíbam a evasão fiscal se daria, pro exemplo, pelo fato de que as grandes massas não conseguem alcançar efetiva representação política (GONÇALVES, 2013; POCHMANN, 2016).

O êxito logrado pelo país ao instituir os programas de transferência de renda pode ser demonstrado através do axioma elaborado por Furtado: “Não é possível educar os homens sem antes lhe matar a fome. Contudo, relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro” (FURTADO, 1962a, p. 91).

Foi manifestada por Tocqueville (2005) - no ano de 1835 - a importância da observação às particularidades de cada território. Para o autor, é necessário partir do pressuposto de que nem todos os modelos prontos de desenvolvimento devem ser tomados como parâmetros, segundo ele, precisa-se discutir a partir de análises as características e a bases singulares de um território como condição sine qua non para o desenvolvimento humano, social, econômico, ambiental e cultural. Ou seja, já existia as bases e as dimensões de um desenvolvimento sustentável, ainda que o termo ainda não tivesse sido cunhado.

³¹ Esse tipo de dificuldade nos remete à célebre frase: “A história de todas as sociedades tem sido a história da luta de classes” (MARX, ENGELS, 2005).

2.3. Desenvolvimento Sustentável

A busca por um desenvolvimento que não agrida o meio ambiente, a sociedade e os sistemas econômicos é percebida desde os primórdios das civilizações, mas a noção de desenvolvimento sustentável só passou a ser usado explicitamente a partir dos anos 1970³², apesar de que as ideias que o amparam surgiram nos modelos mais remotos³³ de planejamento urbano (SWARBROOKE, 2000).

A partir da década de 1970, houve o início efetivo das preocupações³⁴ referentes às questões ambientais por parte de acadêmicos e governantes. Isso ocorreu devido ao então surgimento do problema de esgotamento dos recursos naturais, como podemos perceber nesse trecho de Diegues:

A emergência das questões ambientais no cenário político internacional deu-se a partir dos anos 70, período em que a crença no desenvolvimento linear e continuado sofreu um grande abalo com as crises sucessivas do petróleo, que atingiram seu ponto culminante em 1973, colocando em xeque os diversos modelos econômicos de desenvolvimento baseados no uso intensivo dos recursos naturais, considerados, até então, inesgotáveis. (DIEGUES, 1992, p. 93)

No ano de 1992, às vésperas da ECO 92³⁵, Diegues (1992) elaborou um texto em que se referia ao Desenvolvimento Sustentável um termo utilizado *ad nauseam*, haja vista a imensa proporção³⁶ que foi gerada nos discursos governamentais e nos preâmbulos de projetos de investimentos que seriam financiados por organismo bi e multilaterais.

A essência³⁷ do termo cunhado no ano de 1983 na Comissão Mundial para o Meio Ambiente, previa o desenvolvimento sustentável como categoria capaz de integrar a todos em busca de um futuro comum. Tinha por objetivo a proposição de mudanças na estrutura de

³²Ainda sem utilizar o termo “Desenvolvimento Sustentável” Publicações como o “Relatório – Limites do Crescimento Econômico” publicado no ano de 1972, quatro anos após acontecer o Clube de Roma, deixam a população alarmada com o desgaste dos recursos e as crises energéticas, hídricas e ambientais. De acordo com o relatório, um crescimento nos moldes que estavam ocorrendo trariam consequências trágicas para a humanidade, tais como explosão populacional e esgotamento de recursos.

³³Quando os romanos planejaram e desenvolveram as cidades e as metrópoles, eles já estavam colocando em prática este conceito (SWARBROOKE, 2000).

³⁴ O esbanjamento de recursos com vista a alimentar os modelos de desenvolvimento econômico pautados na modernização e industrialização.

³⁵ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no ano de 1992 no Rio de Janeiro. Na ocasião, foi aprovada a Carta da Terra.

³⁶ Problemas como a exacerbada marginalização e o crescente abismo de desigualdade entre povos e nações começaram a ser inseridos no debate para além da questão ambiental.

³⁷ “Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende as necessidades das presentes gerações, sem colocar em risco o atendimento às necessidades das futuras gerações” (NOSSO FUTURO COMUM, 1988).

produção e consumo, nova ética do comportamento humano e recuperação dos interesses sociais coletivos (DIEGUES, 1992, CANEPA, 2007, SANT'ANNA JUNIOR, 2008).

Sobre esse assunto, na concepção de Canepa (2007, p. 12):

[...] o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro.

O desenvolvimento sustentável seria, portanto, um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por planos de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade são vistas como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (BEZERRA e BURSZTYN, 2000).

Além de tratar o desenvolvimento sustentável como processo homogêneo, desconsiderando tais pluralidades étnicas e culturais presentes em um território, teóricos tecem críticas ao Relatório Brundtland (conhecido como: “Nosso Futuro Comum”) pois a partir da leitura do documento, acreditam que pode haver mais continuidade³⁸ do que ruptura dos paradigmas em curso.

De fato, diversas empresas poluidoras compram créditos de carbono para compensar as emissões de gases tóxicos, os produtos que levam selos de sustentáveis e/ou orgânicos são mais caros, devido a valorização desses bens por parte dos consumidores (SANT'ANA JÚNIOR, MUNIZ, 2008).

³⁸ O capitalismo se apropriou do termo e transformou as preocupações em mercadoria.

2.4. Turismo Sustentável

O conceito de turismo sustentável³⁹, só veio à tona a partir da discussão sobre sustentabilidade recebendo um impulso na década de 1970, com a conferência de Estocolmo, conhecida como Eco-72, cujo princípio se baseava na busca de desenvolvimento e crescimento econômico ancorada no equilíbrio ambiental e social (DIEGUES, 2000).

O marco principal destes debates aconteceu na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992.

A esse respeito Sachs (2004, p.69) diz que:

Na década de 90, com a Rio-92, os países novamente entraram em consenso a fim de ratificar alguns aspectos que foram discutidas na Eco- 72, e constrói uma agenda, conhecida como a agenda 21, tendo como objetivo estabelecer pautas e metas a serem alcançadas por países desenvolvidos e subdesenvolvidos com a finalidade de assegurar a sustentabilidade em cinco dimensões: social, econômica, espacial, cultural e ecológica.

Por meio desse evento, onde na ocasião, surgiram as cinco dimensões da sustentabilidade acoradas nos três pilares⁴⁰ e dispostas no Quadro 03, o turismo foi então introduzido como um indutor⁴¹ do desenvolvimento a ser seguido e planejado com o objetivo de assegurar sua permanência em longo prazo.

Tentou-se unificar governos, comunidades locais e acadêmicos contra o turismo convencional⁴², cujas premissas⁴³ de funcionamento são as de maximização da lucratividade no espaço e no tempo, exploração intensiva dos recursos e marginalização das comunidades locais.

³⁹ A Organização Mundial de Turismo (2003) reconhece que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo devem ser aplicadas em todas as formas de turismo, não sendo, portanto, um novo tipo de segmento. Ver: Hanai (2012)

⁴⁰ Sustentabilidade ambiental, econômica e social.

⁴¹ O desenvolvimento sustentável por meio do turismo visa diminuir as assimetrias regionais existentes entre os países e no interior dos países, na medida em que este vai de encontro às necessidades das regiões turísticas. (BENI, 2006)

⁴² Enquanto produto do capitalismo, o turismo se apropria do lazer, do tempo livre e dos espaços territoriais.

⁴³ Para Coriolano e Sampaio (2012) no padrão capitalista de desenvolvimento, as atividades econômicas servem à acumulação, concentração de territórios e/ou grupos de indivíduos que não possuem preocupação com a distribuição de riquezas e/ou degradação do meio ambiente.

Quadro 03: Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Categories	Descrição				
Social	Homogeneidade social.	Distribuição de renda justa.	Emprego pleno e/ou autônomo - qualidade de vida decente.	Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.	
Cultural	Autonomia a elaboração de projeto nacional integrado e endógeno.		Equilíbrio entre respeito à tradição e inovação.	Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.	
Ecológico	Proteção do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis.			Limitar o uso dos recursos não-renováveis.	
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.				
Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas.	Melhoria do ambiente urbano.	Superação das disparidades inter-regionais.	Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.	
Econômico	Desenvolvimento intersetorial equilibrado.	Segurança alimentar.	Inserção soberana na economia internacional.	Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica.	
Política (nacional)	Nível razoável de coesão social.	Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores.		Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos.	
Política (Internacional)	Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios.	Pacote de co-desenvolvimento baseado no princípio da igualdade.	Aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e recursos naturais.	Cooperação científica e tecnológica e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia.	Garantia da paz e na promoção da cooperação internacional.

Fonte: BURSZTYSN (2000)

Através do planejamento da atividade de forma global, ética, justa e participativa, o turismo proporcionaria benefícios constantes, não somente lucro imediato e concentrado nas mãos de poucos empresários.

No entender de Oliveira (2006, p.45):

[...] a perspectiva sustentável deve considerar a relação entre pobreza, ambiente e desenvolvimento, por meio de políticas de engajamento das comunidades de atividades turísticas, de maneira a expandir as oportunidades de pequenos negócios, e oportunidades de empregos em todos os níveis de operação.

A Organização Mundial do Turismo⁴⁴, (OMT, 2011), define o turismo sustentável como: “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética

⁴⁴ A ONU designou o ano de 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável. Devido “a importância do turismo internacional e, em particular, a designação de um ano internacional de turismo sustentável para o desenvolvimento, para promover uma melhor compreensão entre os povos em todo o mundo, levando a uma maior conscientização sobre o rico patrimônio das diversas civilizações” (OMT, 2016)

e socialmente equitativo para locais e comunidades, exigindo integração com o ambiente natural, cultural e humano”.

Frisa-se que o engajamento da comunidade é de fundamental importância em todas as etapas do planejamento e adoção de políticas públicas. Para Ruschmann (2003, p. 45), “[...] a participação da comunidade não significa simplesmente um ato de consulta aos moradores, mas sim um compromisso de trabalho e de contribuição permanente por parte das comunidades”. A *World Wide Found for Nature* (WWF) reitera “[...] Todos os integrantes do setor devem ser alertados sobre seus impactos positivos e negativos e encorajados a serem responsáveis e apoiar a conservação por meio de suas atividades”. (WWF, 2004, p. 74)

O fator cultural é um importante elemento a ser analisado ao se tratar do turismo como indutor do desenvolvimento de comunidades tradicionais. Celso Furtado em seus ensaios, partia da concepção de que o subdesenvolvimento seria um processo cultural. Sua superação, assim, também se daria na esfera da cultura.

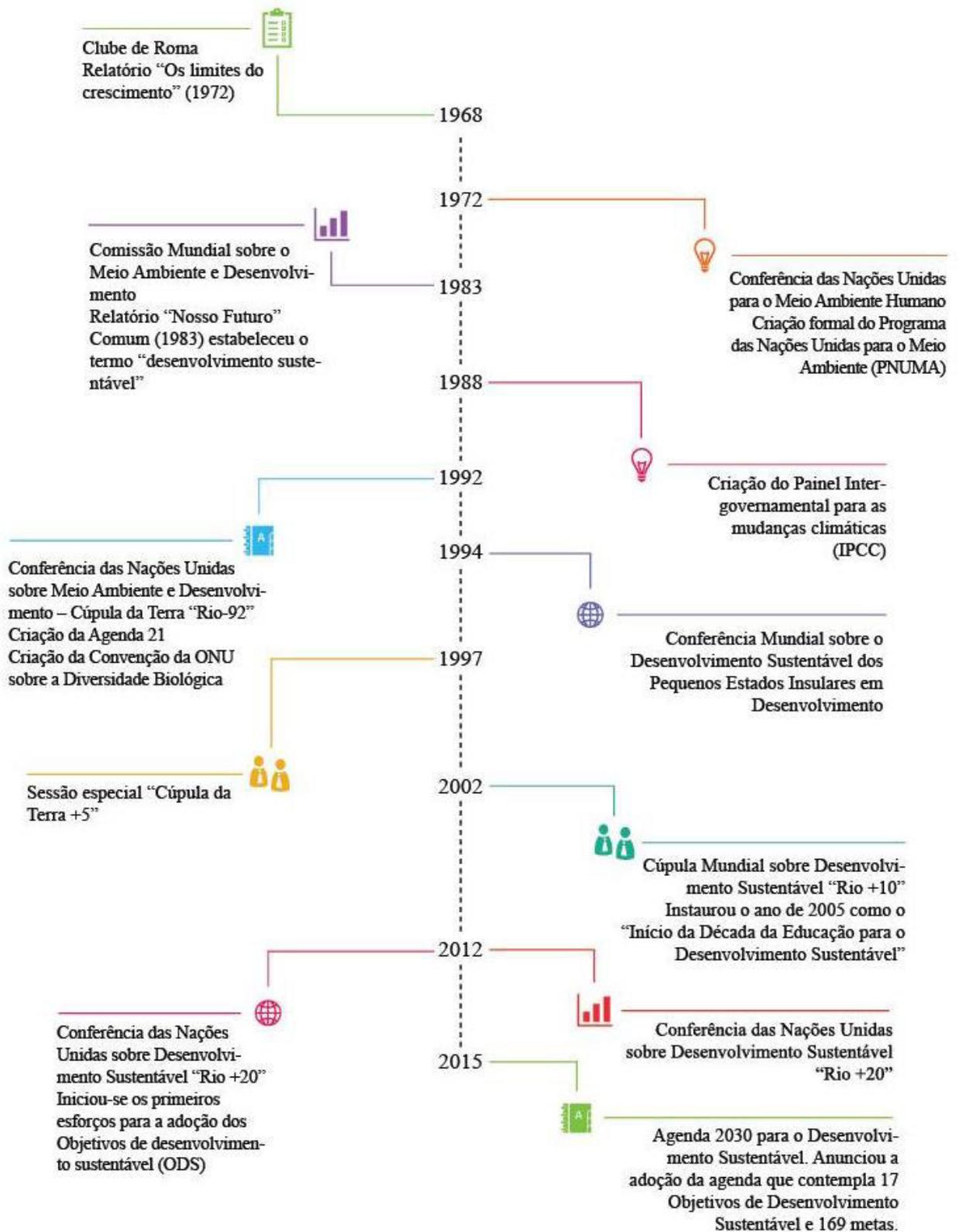
Considerando-se o papel cultural do Turismo, para além do caráter mercadológico do Turismo-Mercadoria, é possível compreendê-lo como um vetor e um meio de interação cultural que permitiria, em última análise, a superação do subdesenvolvimento.

De acordo com Sen (2000, p.47), o poder esmagador da cultura e do estilo de vida ocidentais está destruindo modos de vida e costumes sociais tradicionais. Ainda segundo o autor, o desenvolvimento econômico pode ser nocivo a uma localidade, já que pode conduzir à eliminação de suas tradições e herança cultural, sob o argumento de que “é melhor ser rico e feliz do que pobre e tradicional”.

Os avanços econômicos podem provocar a superação de métodos de produção e tecnologia, por conseguinte, a perda da cultura. O autor compara o impacto dessas hipóteses descrevendo que quando ocorre um ajustamento econômico, quase não se lamentam os métodos de produção e a tecnologia que foram superados, mas "no caso da cultura, porém, as tradições perdidas podem fazer muita falta. A extinção de antigos modos de vida pode causar angústia e um profundo senso de perda.” (SEN, 2000, p. 276).

Na Figura 05, apresenta-se uma linha do tempo contendo os principais encontros internacionais que fomentaram o estabelecimento da discussão posta:

Figura 05: Principais eventos e relatórios internacionais sobre o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

2.5 Desenvolvimento e Cultura⁴⁵

Diante de cenários com extremas desigualdades ainda que privilegiados por um cabedal cultural imponente, de que forma seria possível à população marginalizada valer-se do arcabouço da cultura para impulsionar o desenvolvimento? Imediatamente, ao nos depararmos com esse questionamento, arremetemos de pronto para contextualizar o Brasil, com seu extenso território, suas particularidades regionais e seus aspectos pluriculturais⁴⁶.

A presente discussão dar-se-á na dimensão cultural⁴⁷ do desenvolvimento. No entanto, é necessário contextualizar o arcabouço teórico anterior ao debate proposto, visto que a cultura foi inserida como dimensão do desenvolvimento somente em meados dos anos 1980 com mais ênfase nos anos 1990. Até então, ficava no campo teórico da Antropologia, da Etnografia e das Ciências Sociais que se ocupavam em estudar as relações sociais de grupos étnicos com suas nuances particulares (SCHRÖDER, 1997).

O novo campo de estudo, chamado de “Antropologia do Desenvolvimento”, preocupa-se fundamentalmente com as mudanças socioculturais que ocorrem em localidades com dupla sensibilidade: natural e cultural. Onde tradicionalmente habitam (ou habitavam em caso de expropriação) povos e comunidades, que por conta de políticas de desenvolvimento⁴⁸ que não levam em conta a percepção dos fins e dos objetivos que se propõem alcançar os indivíduos e as coletividades, acabam por ser nocivas (SCHRÖDER, 1997).

Em países de economia dependente como o Brasil, uma política de desenvolvimento nociva implica em um elevado desgaste de muitos dos seus valores culturais visto que as rupturas com o passado em favor de uma “modernidade” não são necessariamente criativas, mas sim, refletem imposições da lógica do processo de acumulação e competitividade. (FURTADO, 2012, p. 123). O autor já havia afirmado: “O problema da dominação cultural,

⁴⁵ O antropólogo Mércio Gomes acredita que “todo mundo tem sua ideia do que é cultura”, dessa forma o professor de Direito Vasco Pereira da Silva acredita que definir cultura é quase uma “impossibilidade cultural”, visto a abrangência de conceitos utilizados em diversos campos com sentidos muitas vezes antagônicos. Na década de 50 o antropólogo americano Alfred Kroeber compilou as definições de cultura existentes na literatura e encontrou mais de 250 variações (GOMES, 2008).

⁴⁶ O advento da globalização e da comunicação de massa faz com que a cultura brasileira seja conhecida e desejada por turistas de todo o globo, que visitam o país em números maiores a cada ano.

⁴⁷ “Cultura é o modo próprio de ser do homem em coletividade, que se realiza em parte consciente e em parte inconscientemente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o Absoluto, e, enfim, reproduzir-se.” (GOMES, 2008, p. 36).

antigo como a história dos contatos entre civilizações, assume novas formas em que prevalece o poder financeiro.” (FURTADO, 2013, p. 12).

O ponto de partida para essa mudança, foi a tomada de consciência de que a qualidade de vida de um povo nem sempre melhora com o avanço da riqueza⁴⁹, uma vez que os modelos de desenvolvimento dos anos 1950 tendiam para a “reprodução da estratificação social herdada do passado.” (FURTADO, 2012, p. 109).

Na contemporaneidade, intelectuais utilizam-se da cultura de forma transdisciplinar: economistas, sociológicos, antropólogos, geógrafos, turismólogos, profissionais da saúde como psicólogos, médicos, farmacêuticos, ou seja, uma gama de profissionais estão analisando essas questões que cobram urgência dos gestores públicos e da sociedade civil em alargar o debate para que sejam implantadas políticas culturais que, comprovadamente⁵⁰, auxiliam no desenvolvimento socioeconômico de nações, territórios, povos e comunidades.

2.5.1. O Desenvolvimento subsequente: a dimensão cultural

Em 1996, Putnam elaborou o conceito de Capital Social, que se constituiu em um marco para os estudos da dimensão cultural do desenvolvimento (TAVEIRA, 2015). Não obstante, outro teórico de referência e inspiração foi Celso Furtado, que enquanto Ministro da Cultura do Brasil no ano de 1986, posicionou-se sobre a temática em seu discurso de posse:

O processo de mudança social que chamamos de desenvolvimento só se apreende cabalmente quando o relacionamos com a ideia de criatividade. Desenvolvimento é a utilização de um excedente, o qual abre um horizonte de opções, vale dizer, um excedente adicional cria um desafio à inventividade (FURTADO, 2012, p.43).

Denomina-se cultura como “desenvolvimento subsequente” devido ao fato de que toda a nação que almeje utiliza-la com o propósito de alcançar um desenvolvimento sustentável⁵¹

⁴⁹ Furtado acredita que a acumulação de recursos induz ao aumento do desperdício e não a uma diversificação dos hábitos de consumo, nem a um enriquecimento da vida (FURTADO, 2012, p. 109).

⁵⁰ Em *Democracia na América* (2005), Alexis de Tocqueville analisou as particularidades culturais do povo americano que colaboraram para que os EUA na potência que se consolidou. Outro autor importante foi Putnam (1996) cujo trabalho constituiu-se obra de referência nos estudos sobre a intersecção da cultura, política e econômica que explicam porque algumas sociedades são mais desenvolvidas que outras.

⁵¹ No ano de 2002 Jon Hawkes escreveu a obra de referência “*O quarto pilar da sustentabilidade: o papel essencial da cultura no planejamento público*”.

deve, fundamentalmente, “Criar condições para que a criatividade⁵² seja exercida em sua plenitude” (FURTADO, 2012, p.53). Essas condições são a essência do que compreendemos por democracia e direitos constitucionais.

Além do ambiente propício ao desafio à inventividade e utilização do excedente, é necessário que os agentes desse desenvolvimento, os indivíduos de uma coletividade, usufruam de suas necessidades básicas satisfeitas. Tais necessidades estão elencadas na figura 06.

Nos parágrafos seguintes abriremos diálogo com o conceito de necessidades básicas de Furtado, o Capital Social de Putnam e as liberdades⁵³ de Sen.

Figura 06: Escala de necessidades humanas



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Furtado (2014)

Capital Social para Birkner e Bazanella (2013) significa um conjunto de aspectos sociais, leia-se culturais, construídos ao longo do tempo, entre os quais estão: 1) solidariedade, 2) cooperação, 3) associativismo, 4) confiança interpessoal, 5) diálogo e 6) preocupação com a coisa pública ou civismo; entretanto para que seja consolidado em uma coletividade é fundamental que as necessidades elucidadas por Furtado e descritas na figura 06 sejam satisfeitas até a terceira.

⁵² As políticas culturais em vez de se aterem somente a objetivos mercantilistas, devem, primordialmente, liberar e estimular o potencial criativo das comunidades.

⁵³ Na abordagem de Sen (2000, p.3-4) o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam e é por causa dessas interconexões (entre as liberdades de diferentes tipos) que a livre e sustentável condição de agente emerge como o principal motor do desenvolvimento que denota um processo complexo, cujos fins devem ser os indivíduos, com os seus almejados objetivos, estilos e qualidades de vida. Nas palavras do autor: “O desenvolvimento requer que se removam as principais formas de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados repressivos”.

Suponhamos: um indivíduo marginalizado, preocupado em se alimentar (1), que não possui ligações afetivas (2) não terá o desejo de apresentar ao mundo o seu talento para a música (3), ainda que este tenha sido descoberto. Em última instância, esse mesmo indivíduo não conseguirá inserir-se em alguma política cultural⁵⁴, ou participar da difusão, fruição e produção de bens culturais, sem que antes, a sua necessidade básica de alimentação seja suprida.

Diante do exemplo exposto, podemos ainda inserir as liberdades de Sen, que são categorizadas metodologicamente em dois papéis fundamentais: avaliativos (constitutivos) e instrumentais (empíricos), ou seja, basearemos na distinção mais fundamental entre os meios e os fins do desenvolvimento e apontaremos para a distinção conceitual entre as liberdades instrumentais e as liberdades substantivas:

Liberdades substantivas são aquelas que enriquecem nossas vidas e a que queremos atingir como fins, ao passo que as instrumentais são os meios para atingir aqueles fins. Por exemplo, para atingir a liberdade substantiva de ter boa saúde, eu busco as liberdades instrumentais de me alimentar bem, repousar, fazer exercícios físicos, viver em um lugar livre de poluição etc.

As liberdades substantivas dos indivíduos – por exemplo, a capacidade de evitar a fome, a desnutrição, as doenças e a morte prematura, bem como a possibilidade real de ser alfabetizado, de participar politicamente das decisões públicas, de dizer o que se pensa e não ser censurado, dentre outras – constituem a essência mesma do desenvolvimento. Neste sentido, diz-se que as liberdades substantivas desempenham um papel constitutivo no conceito de desenvolvimento e avaliativo do processo de desenvolvimento (PINHEIRO, 2012, p. 14-15).

No Quadro 04, pode-se visualizar as liberdades instrumentais elaboradas por Sen (2000) e como uma violação de liberdade coletiva interfere na liberdade individual, para o autor, essas liberdades se interconectam e se complementam profundamente, tanto a nível coletivo quanto individual.

⁵⁴Quando Furtado se refere a cultura como uma das bases do desenvolvimento, ele amplia a nossa noção de políticas culturais, pois além de agregar uma multiplicidade de agentes sociais, uma política orientada para o desenvolvimento cultural só pode ser implementada com o protagonismo das populações e que uma “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (FURTADO, 1984, p.32). “A política cultural diz respeito, essencialmente, a essa ordem superior de necessidades do homem. Em princípio, ela pressupõe, para ter credibilidade, uma política econômica e social que assegure o emprego, o crescimento da economia e a satisfação das necessidades básicas da população. Mas não tem fundamento imaginar que somente as sociedades que já satisfazem suas necessidades de base instintiva tem aspirações de ordem superiores.” (FURTADO, 2012, p. 67).

Quadro 04: Liberdades instrumentais na obra de SEN

1. Liberdades políticas
Referem-se às escolhas das pessoas na arena política: escolher quem vai governar, sob quais regras etc.; isso inclui também a liberdade de crítica às autoridades e a expressão política, e outras.
2. Disponibilidades econômicas
Referem-se ao poder de os indivíduos usarem os recursos econômicos, tais como os bens e serviços, as possibilidades de fazer transações, o acesso à renda e ao crédito etc. Incluem as oportunidades tidas pelos indivíduos para fins de consumo, produção e troca.
3. Oportunidades Sociais
Referem-se aos arranjos sociais para o provimento de educação, saúde, acesso à cultura e outros serviços sociais capacitantes.
4. Garantias de transparência
Dizem respeito à confiança mútua entre os indivíduos, em suas interações sociais, confiança que é fundamental para o sucesso dessas interações. As garantias de transparência incluem o direito à informação em todos os níveis, principalmente nas esferas públicas.
5. Proteção social
Inclui arranjos sociais destinados a proteger as parcelas mais vulneráveis da população: assistência e previdência social, seguro-desemprego, abertura de frentes de trabalho emergenciais etc.

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de PINHEIRO (2012)

Reforça-se através da análise de Grondona (2002) que somente os países com sistemas de valores favoráveis realmente aproveitam os momentos de transição para um desenvolvimento rápido e sustentado. Do contrário, oportunidades são perdidas. Para Furtado, deve haver uma aguda percepção do momento histórico além do imprescindível: que é a vontade coletiva (FURTADO, 2012).

Por extensão, o desenvolvimento depende da disposição de um povo, com sua visão de mundo, crenças, valores, moral, com concepções éticas, estéticas e ontológicas. Esses fatores produzem efeitos inegáveis nos comportamentos, nas escolhas, nas decisões e ações dos indivíduos em sociedade (BIRKNER E BAZANELLA, 2013).

Sociedades economicamente dependentes, caso não apenas do Brasil mas de toda a América Latina, necessitam de uma política cultural consistente, que abarque a pluralidade e a multiculturalidade de seus territórios.

O conceito de Política Cultural Nacional não pode permitir que haja homogeneização ou a escolha de uma “cultura predominante”⁵⁵, ao contrário, faz-se necessário abranger o conceito de identidade cultural dos diversos povos a fim de manter com o passado uma relação capaz de enriquecer o presente (FURTADO, 2014).

⁵⁵ Dos 5,4 mil projetos contemplados pela Lei 8.313/91 conhecida como Lei Rouanet no ano de 2015, 66,1% eram da Região Sudeste e 20% provenientes da região Sul. Na Sequencia, a região Nordeste contava com 9,1% do universo dos projetos aprovados no Brasil, seguida pela região Centro-Oeste com 3,6% e Norte com 0,9%. (MINC, 2016). Diante dos números fica evidente a necessidade de revisão da Lei e dos dispositivos que perpetuam a desigualdade entre as regiões.

A dimensão cultural do desenvolvimento, como demonstramos, é de fundamental importância, contudo, não podemos subjugar as condições mínimas de que indivíduos necessitam para que consigam, de fato, se engajar, manter suas tradições e participar coletivamente da produção cultural em seu território.

Esse processo nada mais é que um desenvolvimento endógeno⁵⁶, cujo cerne incide na consolidação e manutenção das identidades culturais ao passo em que se explora as potencialidades criativas dos indivíduos a fim de mitigar uma possível dependência cultural e imitação de padrões de consumo próprios do capitalismo⁵⁷.

⁵⁶“A endogeneidade outra coisa não é senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (FURTADO, 1984, p. 108).

⁵⁷Com uma mistura de otimismo e descrença, Celso Furtado militou em favor da dimensão cultural do desenvolvimento, para ele, a minoria pertencente a elite brasileira parecia composta por indivíduos “obsessos pela mais estreita lógica economicista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais.” O que acontecia e ainda acontece é uma uniformização dos padrões de comportamentos, que nada mais é do que a base da criação de grandes mercados. O que o autor mais temia era que fossemos “reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos.” (FURTADO, 2012, p.35)

3. COMUNIDADES TRADICIONAIS: APORTE TEÓRICO E RECORTES CONCEITUAIS

Abordou-se no primeiro capítulo uma breve evolução histórica sobre as Teorias do Desenvolvimento cujo marco teórico ensejou-se no Pós Segunda Guerra Mundial. Foi possível perceber que as novas configurações da sociedade contemporânea não mais permitem a execução do modelo de desenvolvimento puramente economicista e indiferentes às necessidades das populações e do meio ambiente com o risco de entrar em um grande colapso.

Contudo, as dinâmicas capitalistas presentes em grande parte das sociedades modernas, ainda são capazes de produzir uma exacerbada concentração de renda, pobreza e desigualdades sociais. Uma das teorias que explica esses processos provém do estudo de Chang (2002) onde o autor aborda a tendência das nações desenvolvidas em incutir nas nações em desenvolvimento a necessidade da adoção de uma agenda política similar à prescrita pelo Consenso de Washington⁵⁸.

A grande contradição pauta-se no fato de que essas nações ao viverem sob a égide do *laissez-faire*⁵⁹, retornaram atualmente para as chamadas políticas de *welfare state*. Outro fato relevante é que as nações em desenvolvimento sofrem processos particulares, distintos da parcela desenvolvida. A literatura atual tratou de disseminar o grande equívoco que sucede quando os governantes adotam modelos prontos de desenvolvimento, desconsiderando as particularidades inerentes a cada território.

O retorno às políticas de *welfare state*⁶⁰ encontra explicação na necessidade dos governos em construir sociedades mais justas e participativas. A agenda da ONU - que compõe os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável cuja meta é o ano de 2030 – é um instrumento de apoio para a construção de políticas que atentem para as necessidades globais e locais, balizadas por discussões sociais.

⁵⁸ Evento que ocorreu no ano de 1989 na cidade de Washington nos EUA onde foram instituídas diretrizes para a aplicação de políticas neoliberais na América Latina. Figuram entre essas, políticas macroeconômicas restritivas como a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização e a desregulamentação.

⁵⁹ O mercado se autorregula como que por uma “Mão Invisível”, sem grande necessidade de interferência do Estado (SMITH, 1983).

⁶⁰ Os adeptos de tais políticas acreditam que os indivíduos precisam ter seus direitos sociais assegurados e que este é um dever do Estado.

3.1. Primeiro recorte conceitual: a dimensão espacial

A dimensão espacial carrega em sua semântica inúmeros desdobramentos que vem sendo analisados por diferentes teóricos⁶¹ nas últimas décadas, sobretudo ao final do século XX, quando as crises⁶² do capitalismo se tornaram mais frequentes.

Brandão (2009) considera que crises são momentos disruptivos⁶³ de trajetórias em curso, traduzindo-se em momentos propícios para a investigação acadêmica. Significa dizer que é o momento apropriado de investigar e dimensionar a potência das coalizões contra-hegemônicas, os instrumentos de acumulação, os conflitos, a luta de classes e as forças contestatórias ao pensamento neoliberal e conservador.

Considerando os teóricos da Geografia Crítica e da Economia Política, os quais teceram o arcabouço teórico de base imprescindível para o aprofundamento das questões que estão em voga no mundo globalizado, poderemos abordar a questão territorial de maneira *multi* e *transdisciplinar*. Haesbaert (2004, p.37) compartimentaliza em alguns campos teóricos:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões (sociedade e natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder...; a Economia...percebe-o como um fator locacional ou como uma das bases da produção...; a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente das sociedades ditas tradicionais...; a Sociologia o enfoca a partir das relações sociais ... e a Psicologia... incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

⁶¹ Uma breve cronologia sobre a concepção da origem do território como categoria de análise se faz necessária. Alguns teóricos, como Moraes (1984), afirmam que essas análises constituíram-se no campo de estudo das ciências biológicas, como ocorrência de algumas espécies de fauna ou de flora em determinado território. Posteriormente, foi concebido pelas ciências humanas, como a geografia, antropologia e sociologia. Posteriormente foi inserido nos debates de forma transdisciplinar, sendo imprescindível em análises econômicas, políticas, culturais, da saúde, turismo e etc.

⁶² Souza (2011) formulou algumas hipóteses ao entrecruzar a problemática das crises e do território, a saber: 1) as crises econômicas não devem ser confundidas com flutuações leves visto que crises se afirmam em mudanças tendenciais de longo prazo e/ou na estrutura econômica; 2) As crises fazem parte da compreensão da realidade econômica como um todo; 3) As crises econômicas integram elementos sistêmicos e particulares em sua limitação espacial e temporal, ou seja, obedecem à articulação das particularidades regionais/espaciais e histórico-contextuais; 4) As crises não necessariamente antagonizam com as condições de operação de um sistema (crises parciais); 5) O papel verificado historicamente do setor financeiro nas crises tem apresentado as regularidades de: (a) assegurar a estrutura básica de posse dos meios produtivos, mesmo com a centralização e concentração do capital, pelas forças concorrenciais do Capitalismo; e (b) assegurar a forma-capital da riqueza apropriada a seus possuidores, pela qual, mesmo após a “destruição” do ambiente econômico então vigente, torna-se possível ao capitalista o empreendimento de novas atividades; 6) As crises totais conduzem necessariamente à mudança do sistema (relações de produção); 7) A historicidade confere ao fenômeno das crises o recurso à identificação de elementos comparativos em tempo e espaço; 8) No modo de produção capitalista, há uma espécie de crise permanente, resultante do desencontro entre a demanda e a oferta global, que é repassado estruturalmente através da distribuição desigual e privada do produto social.

⁶³ Furtado (2012, p.31) Acredita que “é próprio das situações de crise que aumente o poder de percepção do homem com respeito às contradições do mundo que ele mesmo cria.”

Incluiremos o Turismo enquanto campo teórico que analisa a apropriação do espaço para fins mercantis e as interações dos múltiplos atores que participam desse processo.

Sendo assim, o presente diálogo tem por objetivo penetrar com certa profundidade a dimensão espacial e a exploração do TBC. Para chegarmos a esse objetivo, consideraremos o eixo epistêmico⁶⁴ da dimensão espacial onde a categoria “território” compõe-se de: *Natureza mais Cultura através das Relações de Poder* e a tríade conceitual: território, territorialidades e processos de territorialização (HAESBAERT, 1997; LIMONAD, 1999; PORTO-GONÇALVES, 2002).

Sack (1986, p.219) sintetiza:

Assim como a cultura, a tradição e a história mediam a mudança econômica, elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra. A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Ou seja, atores sociais utilizam os espaços por eles⁶⁵ territorializados, unidos por forças, até certo ponto homogêneas. Alguns atributos, por vezes, superam a supremacia da base territorial do Estado-Nação, como veremos adiante.

3.2. Segundo recorte conceitual: A questão do desenvolvimento

Compreender o território em seus desdobramentos é uma tarefa complexa e indissociável dos contextos históricos marcados por processos de territorialização, por conflitos, guerras, recursos escassos e sistemas econômicos que constantemente nos apresentam novas ordens⁶⁶ onde o (s) nacionalismo (s), regionalismo (s) e localismo (s) não reconhece (m) externalidades e o capital não distingue barreiras.

⁶⁴ Natureza: Consideram-se os povos que construíram e constroem suas práticas e significações numa relação com a natureza e não contra a natureza. Cultura: A dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço. Poder: O território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado (HAESBAERT; 1997; LIMONAD. 1999; PORTO-GONÇALVES, 2002).

⁶⁵ Little (2002) acredita que o território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social, isso implica dizer que todo e qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.

⁶⁶ “Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias” (ARRIGHI, 1994 p.30).

Os limites, os muros⁶⁷ e o ordenamento territorial no mundo sempre foram noções subjetivas,⁶⁸ desde o tempo da expansão marítima - com as grandes navegações - até na contemporaneidade - com empresas transnacionais - que o advento da globalização tornou mais evidente.

Andrade (2004), ao analisar a Teoria do Estado, conclui que este se caracteriza por possuir três elementos fundamentais: o território, o povo e o governo, já a nação é caracterizada pela coexistência do território e do povo, ainda que inexista governo e, por conseguinte, o Estado. Harvey (2005) pautado na teoria de Marx situa a acumulação capitalista⁶⁹ no centro das coisas e Brandão (2009) complementa advertindo para a necessidade de compreendermos a natureza do sistema capitalista que é dinâmica e inevitavelmente expansível, bem como o seu triplo⁷⁰ e simultâneo caráter.

O capitalismo endogenamente cria uma força permanentemente revolucionária que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos por meio da acumulação progressiva, entretanto, ao mesmo tempo, produz barreiras para o seu próprio desenvolvimento, culminando, assim, nas crises.

Ou seja, o território não emerge de maneira espontânea, seus desdobramentos, recortes e escalas insurgem pelas esferas elucidadas por Brandão: “Nenhum recorte espacial é natural, como querem os conservadores. As escalas são construções históricas, econômicas, culturais e políticas.” (BRANDÃO, 2007, p.33).

Essas construções germinam tanto do sentimento de pertencimento que os indivíduos possuem pelo território (especialmente no meio rural) quanto ao uso funcional/produtivo que

⁶⁷ Entre as construções arquitetônicas, uma das que mais se destacam é a Muralha da China, construída com o objetivo de proteger o território dos nômadas que vinham do Norte. A imponente construção hoje é um destino turístico amplamente visitado. Muros ideológicos também foram construídos ao longo da história, como o Muro de Berlim, sua queda em 09 de Novembro de 1989 é marcada por simbolismos e representatividade do povo alemão. Atualmente, também é destino turístico. O Brasil que recebeu dois grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, construiu também seus muros. No Rio de Janeiro para “esconder” a pobreza da Favela da Maré dos olhares dos turistas que chegavam na cidade pelo aeroporto internacional do Galeão. O Governo do Rio de Janeiro alegou que o muro seria uma barreira acústica, mas os moradores afirmam que a construção é uma barreira visual.

⁶⁸ O Tratado de Westfália de 1648 foi assinado por europeus que pactuaram entre si uma reordenação jurídica de uma ordem internacional. Os princípios de Westfália estão ainda hoje presentes consagrando uma modernocolonialidade onde a Europa, de um lado, mantinha a América e grande parte da África ao sul do Saara sob seu domínio colonial e, de outro lado, o norte da África e um Oriente (PORTO-GONÇALVES, 2002).

⁶⁹ É preciso compreender que o capitalismo dispõe de distintivos particulares, tais como: acumulação, lucro, mais-valia, propriedade privada, exploração da força de trabalho e exploração da natureza. Essas e outras características são elementos constitutivos do capital e, sem elas, não seria possível sua reprodução, pois o capital produz e reproduz a partir de seus expoentes. Além disso, é necessária uma visão de totalidade entendendo que essas diversas características se entrelaçam, se imbricam e se reforçam (ZACARIAS, 2011).

⁷⁰ Antagônico, progressivo e contraditório.

dele se aproveitam para satisfação de suas necessidades. Haesbaert (2004) classifica-o em dois grandes tipos.

O “tipo funcional” e o “tipo simbólico”, atentando para o fato de que cada categoria carrega em si, um pouco da outra. Apresenta-se este *continuum* entre funcionalidade e simbolismo no Quadro 05:

Quadro 05: Tipos de Território

Território Funcional	Território Simbólico
Processos de dominação (Territórios da desigualdade)	Processos de apropriação (Lefebvre) “Territórios da diferença”
Território sem territorialidade (Empiricamente impossível)	Territorialidade sem território Ex: Terra prometida dos judeus
Princípio da exclusividade (No seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (No seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (Controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico (Abrigo, lar, segurança afetiva, valores, crenças, etc.)

Fonte: Haesbaert (2004, p. 04)

Os recursos que os indivíduos utilizam para manutenção de suas necessidades de sobrevivência, não são naturais, são produzidos a partir dos materiais naturais disponíveis. Doravante, a sensação de pertencimento é um constructo simbólico que implica na representação de uma identidade cultural daqueles que utilizam os recursos disponíveis em seu *locus* espacial, emergindo o sentido de territorialidade.

Porto-Gonçalves (2012, p.26) comenta essa relação:

Sociedade e território são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e depois o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço.

Arrighi (1994, p.33) analisou duas lógicas que parecem distintas, mas que são complementares, assim como a indissociabilidade da natureza e da sociedade inseridas em um território. Trata-se da lógica territorialista e da lógica capitalista. Em suas palavras:

Os governantes territorialistas identificam “o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como meio ou subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital.

Diversos processos históricos e políticas de desenvolvimento, suscitam efeitos até os dias atuais. Com o propósito de reverter desigualdades e promover um desenvolvimento autossustentado, a pluralidade e abrangência das estratégias de desenvolvimento em territórios vão do global – e com maior difusão – ao local, constituindo-se em vasta literatura. (QUADRO 06).

Quadro 06: Vertentes teóricas sobre o desenvolvimento local

Vertente teórica/analítica	Principais autores e obra seminal	Eixo de análise e ideia-força
Acumulação flexível	Piore e Sabel (1984)	Substituição da produção em série e em massa fordista pela especialização flexível
Construção de vantagens competitivas em âmbito localizado	Porter (1990)	Construção deliberada de competitividade e vantagens relativas locais.
Sociedade (e economia) em rede	Castells (1996)	No novo modo de produção do “informacionalismo”, com seus fluxos globais de “geometria variável”, a busca por identidade local ganha significado tanto quanto estar conectado à rede.
Nova geografia econômica	Krugman (1991)	Dependendo do balanço entre as forças centrífugas e centrípetas, estruturar-se-ão arranjos espaciais mais aglomerativos ou não.
Teoria do crescimento endógeno	Romer (1986 e 1990) Lucas (1988 e 1990)	As taxas de crescimento seriam determinadas pelo comportamento e pelas decisões adotadas pelos participantes do mercado e por políticas públicas.
Capital Social	Putnam (1993)	Vantagens do acúmulo de confiança e solidariedade pautado no sentido do “bem comum”.
Clusters ou arranjos produtivos locais	Schmitz (1997) Porter (1988)	Vínculos e interdependências geradas pela concentração espacial/setorial de empresas.
Desenvolvimento local endógeno	Vázquez Barquero	A busca de soluções de forma compartilhada conduz ao “desenvolvimento endógeno”
Economia solidária e popular	Corragio (1994) Singer (2002)	Circuito alternativo de produção, distribuição e consumo de bens dos “setores populares urbanos” ou “unidades domésticas dos trabalhadores”.
DLIS- Desenvolvimento Local Integrado Sustentável	PNUD (Banco Mundial)	Ativismo local que une a comunidade e as empresas tendo por base a eficiência e a sustentabilidade ambiental.

Fonte: Adaptado pela autora. Elaborado por Brandão (2007)

Brandão (2007) tece uma crítica ao que ele denomina de “banalização ao debate do desenvolvimento” engendrado por um “localismo excessivo” que desconsidera os

enquadramentos e hierarquias das esferas superiores. Para o autor, os microprocessos e as micro-decisões dos atores do lugar não podem solapar os macroprocessos e as macro-decisões.

O que de fato ocorre é que esses atores doravante negligenciados e desterritorializados⁷¹, encontram-se em processo de lutas e embates pelo protagonismo de seus modos de vida e de produção, seguindo os preceitos por eles determinados e desconsiderando as obrigações de um *neocolonialismo*, incidindo no que Santos (1999) batizou de “guerra dos lugares⁷²” (CORIOLANO, 2002, p. 64).

A autora complementa esse raciocínio ao afirmar que:

[...] O desenvolvimento local é o desenvolvimento endógeno, de dentro para fora, de baixo para cima, é o desenvolvimento social, o desenvolvimento do homem, das condições humanas, são as buscas de alternativas para criar novos cenários, priorizar outros atores sociais, como trabalhadores, as mulheres, os jovens, os vizinhos, os residentes, os excluídos, os nativos, as comunidades.

Centrada em diversos aspectos que unem os atores de um território, a Teoria do Desenvolvimento Local é fundada pela Teoria do Desenvolvimento Endógeno que é definido por Barquero (2002 p. 39) “[...] como uma estratégia para a ação”. Sendo assim, a comunidade local é a força motriz deste tipo de desenvolvimento, é a comunidade que pretende alcançar um patamar mais elevado, utilizando seus próprios recursos.

De acordo com Andrade *apud* Perroux (1987, p. 59), o “Desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a torna apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável, seu produto real global”.

A esse respeito, Dowbor (2006), aborda a emergência de uma nova cultura do desenvolvimento que tem surgido através de experiências⁷³ espalhadas pelo mundo e reforçadas por estudos acadêmicos que as examinam e lhes conferem fortes argumentos a respeito de suas possibilidades⁷⁴ e aspectos positivos.

⁷¹ Clímaco (2015) tece um trabalho sobre territórios sociais de resistência de comunidades remanescentes de quilombos, examinando a criação da Agrovila Peru que é um território político-jurídico criado pelo Estado brasileiro para abrigar dez comunidades quilombolas deslocadas compulsoriamente das terras que ocupavam, para dar lugar à instalação do Centro de Lançamentos de Foguetes de Alcântara – CLA – no Maranhão.

Outra importante leitura é o livro *Ecos do Conflito* (2009) que analisa uma série de desdobramentos conflituosos que surgiram da mobilização crescente dos povoados ameaçados pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento no Maranhão e que lutam para criar a Reserva Extrativista Marinha de Tauá Mirim.

⁷² Milton Santos acredita que é no lugar que reside a possibilidade de resistência aos processos de globalização por conta da comunicação, das articulações e construções políticas ainda que o local seja controlado remotamente pelo global (SOUZA, 2005).

⁷³ Ver experiência LEADER em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/dossier_p/pt/contents.htm>

⁷⁴ A CEPAL (2016) elaborou o documento “*Horizontes 2030*”, construído com base na agenda da ONU dos 17 objetivos de Desenvolvimento do Milênio, priorizando as particularidades regionais da América Latina e do Caribe.

Para o autor, a comunidade não deve adotar uma postura inerte confiando que algo será feito – ela deve fazer – e abdicar do posto de receptora passiva de decisões longínquas. Complementando: “O desenvolvimento deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, torna-se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos” (DOWBOR, 2006, p. 3).

Em contrapartida, esse tipo de intervenção por parte das forças endógenas não deve ser executado a esmo, é necessário qualificação, planejamento e estratégias bem articuladas para que se possa lograr êxito. Para tanto, “[...] a geração de conhecimentos sobre a realidade local, e a promoção de uma atitude proativa para o desenvolvimento, fazem parte evidente de uma educação que pode se tornar em instrumento científico e pedagógico da transformação local” (DOWBOR, 2006, p. 14).

3.3. Terceiro recorte conceitual: atores sociais e seus palcos de luta

No âmbito micro – do local – reiteramos a explosão de uma série de movimentos sociais que questionam a supremacia da soberania nacional e a dominação dos povos e da natureza para fins mercantis. Emergindo assim, inúmeras teorias, análises e novas formas de organização social – como por exemplo na América Latina – dos chamados Estados Plurinacionais⁷⁵.

Andrade (2004) desmistifica a ideia de que no Brasil, os excluídos⁷⁶ (negros e indígenas) eram meros expectadores passivos dos processos que lhes foram impostos e menciona diversas lutas dos indígenas contra os colonizadores que os desapropriavam das melhores terras ou os dizimavam.

Na questão dos negros, o autor aponta que várias lutas contra a escravidão africana foram apagadas por historiadores subservientes aos interesses das elites, mas o exemplo mais

⁷⁵ No Peru, a *Constitución Política*, de 1993, reconheceu a origem plúrima dos povos formadores, que obtiveram maior legitimidade no empenho pela efetivação de seus direitos. Na Bolívia, a *Constitución Política del Estado*, de 2007, e no Equador, *Constitución de la República*, de 2008, perfilharam-se como símbolos de sociedades interculturais e multiétnicas, promovendo um modelo cunhado no pluralismo legal igualitário e no diálogo intercultural. As revoluções constitucionais constatadas, promovidas, sobretudo, pelos povos indígenas, inauguraram a conformação de um novo Estado, o Estado Plurinacional, democrático e popular, representativo e dialógico. O supedâneo do Estado Plurinacional é a democracia participativa, a pluriculturalidade, que conduz à democracia representativa, reconhecendo as várias formas de manifestações de cada povo (SANTOS, 2015).

⁷⁶ A história nos conta que a escravidão e o saque de recursos nos tempos passados geraram riqueza para as metrópoles (Europa) e pobreza para as colônias (América Latina, África e Ásia).

famoso de resistência é conhecido e estudado até os dias de hoje – a história do Quilombo dos Palmares.

O Brasil vem demonstrando um grande avanço nos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, tentando proteger os seus territórios, seus modos de vida e de produção, aliando o discurso de proteção contra a degradação da natureza.

Esses avanços podem ser vistos, inclusive, nos Planos Nacionais de Desenvolvimento⁷⁷, e, para Brandão (2012), tais planos devem ser elaborado na escala nacional e resgatar o potencial das diversidades (sociais, regionais, produtivas etc.) da “civilização multicultural” brasileira.

No prefácio do livro supracitado nos deparamos com a reflexão de Araújo (2010, p.21):

É preciso pensar e agir em múltiplas escalas no Brasil heterogêneo e diversificado. É importante tratar como positivo, como potencialidade (e não como problema) a crescente diferenciação interna de diversas macrorregiões do país. Na hora de buscar soluções aos problemas nacionais, portanto, vale a pena trabalhar um grande potencial desse imenso país: sua magnífica diversidade regional. Em cada lugar há potencialidades latentes a serem apoiadas. Mesmo em regiões de base material pobre há uma riqueza cultural enorme. O Estado pode intervir para dinamizar a economia dos territórios sem agredir suas identidades e a potente variedade brasileira, que salta aos olhos nos mapas, partindo de uma visão respeitosa, em face de tal diversidade, estimulando propostas que vem de baixo para cima, mas articulando-as numa política em escala nacional.

A respeito do Brasil, Andrade (2004) tece uma análise sobre a formação do território desde o processo da colonização, quando o país possuía um grande espaço, mas que, durante séculos, não o transformou em território.

Essa e outras características particulares da formação econômica e territorial brasileira são analisadas por autores como Caio Prado Junior, Celso Furtado, Sergio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro e uma leitura de seus estudos nos faz perceber que ainda que seja o ideal, um macroprojeto de desenvolvimento que contemple a heterogeneidade e a imensidão do país é, no mínimo, utópico.

Andrade (2004) faz ainda um breve apanhado sobre movimentos separatistas que ocorrem pelo globo e desmistifica a ideia de que no Brasil não existem tais movimento. A pluralidade cultural, étnica e econômica presente em nossas regiões suscita ideais separatistas

⁷⁷ O decreto presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2007).

que, vez ou outra, vem à baila por questões⁷⁸ que são ainda mais acentuadas pelas crises econômicas.

Não cabe, na presente análise, discorrer com mais profundidade sobre essas questões, mas é fundamental destacar que um projeto brasileiro de desenvolvimento precisa, fundamentalmente, contemplar povos, territórios e regiões em suas nuances particulares, de forma a mitigar possíveis processos que ameacem a soberania nacional.

3.3.1. Os atores: Povos e Comunidades Tradicionais

O conceito de terras tradicionalmente ocupadas⁷⁹ já nos faz refletir sobre quem as ocupa, quais terras e a quais critérios o governo brasileiro obedeceu até chegarmos à promulgação do Decreto presidencial Nº 8.750, de 9 de maio de 2016 que Instituiu o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais⁸⁰.

A história é marcada por processos de luta relativamente longos com vista a proteger e salvaguardar essas populações que possuem um passado de exclusão e negligência, bem como, por demarcar tais terras que em sua maioria foram transformadas em Unidades de Conservação (UCs), outras, encontram-se em processo.

Andrade (2004) já havia comentado que ao longo da história, os índios foram expropriados, combalidos e até dizimados em nome da conquista do território nacional e exploração das riquezas naturais. Até mesmo a demarcação de suas terras era alvo de críticas enquanto que grandes dimensões latifundiárias concedidas a empresas nacionais ou internacionais durante a ocupação da Amazônia eram vistas com prazer e orgulho nacional.

⁷⁸ A decisão da Inglaterra em deixar a União Europeia reacendeu a chama de movimentos separatistas no Brasil. Como por exemplo o movimento “O Sul é meu País”, o “Grupo de Estudos para o Nordeste Independente” e o “Movimento São Paulo Livre”. Cada movimento possui suas justificativas, mas todos tem em comum a ideia de identidade cultural e poder local, distanciada da unidade federativa (PEREIRA, 2016).

⁷⁹ “Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência.” (BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. 2004.

⁸⁰ A categoria “Povos e Comunidades Tradicionais” carrega em sua semântica noções polissêmicas pautadas por construções teórico-normativas que podem ser melhor compreendidas a partir da análise de autores que se dedicam ao estudo dessas questões. Ver: Miranda (2007), Almeida (2008), Cañete (2012) e Oliveira (2013).

Diante de tais situações, é possível se questionar até que ponto esse indígena que sofria uma situação histórica de dominação e exclusão considerava-se brasileiro, integrante de um Estado-Nação que pouco ou nada por ele fazia.

As lideranças indígenas, ainda que não tenham proclamado a necessidade de independência, sugeriram ao governo brasileiro a criação de um estado federativo que abarcasse todas as reservas indígenas pois compreendiam que as questões desfavoráveis como a descontinuidade de suas reservas, as numerosas nações indígenas e os desníveis de desenvolvimento cultural, seriam dirimidos com um estado que contemplasse a todos, de forma a fortalece-los enquanto cidadãos que possuem um insignificante poder de pressão sobre governo e a sociedade dominante (ANDRADE, 2004).

As centenas de núcleos territoriais de remanescentes quilombolas formam outro ponto de diversidade no território nacional. Temos no Brasil ainda outros exemplos de grupos que inserem-se na legislação como Povos⁸¹ e Comunidades Tradicionais dispostos no Quadro 07.

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL. Decreto 6.040, art. 3º, § 1º)

Quadro 07: Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Povos e Comunidades tradicionais	Descrição
Povos indígenas	Sociedades que se encontravam em um determinado território antes da colonização e pretendem conservar, desenvolver e transmitir às gerações futuras sua identidade étnica.
Comunidades quilombolas	Grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana – que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.
Povos e comunidades de terreiro e de matriz africana	Representam o contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento, pela prestação de serviços à comunidade e pela religião.
Povos Ciganos	Povos originários possivelmente do norte da Índia, que se dispersaram entre a Ásia, Europa, norte da África há cerca de mil anos, e posteriormente pelas Américas. Geralmente são nômades e possuem línguas de acordo com a origem e etnia cigana, das quais derivam diversos grupos menores, cada um com especificidades culturais, religiosas, territoriais e linguísticas.
Pescadores artesanais	Entendimento construído em oposição à pesca em larga escala, industrial, que utiliza recursos inacessíveis aos pescadores artesanais.

⁸¹ Devido à abrangência e diversidade de grupos, qualquer reducionismo ou tentativa de homogeneização acaba por gerar conflitos (LITTLE, 2002, p.2).

Quadro 07: Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Extrativistas	Agrupamentos pautados em culturas e valores diversos, que guardam entre si a semelhança de realizarem extração e coleta de espécies vegetais e/ou animais enquanto atividade econômica e de subsistência. São pequenos produtores que possuem suas culturas distintas, desenvolvendo seus modos de vida e de produção alinhados com a lógica dos ecossistemas que habitam. Existe ainda os extrativistas costeiros e marinhos, que se diferenciam por habitar no litoral.
Caiçaras	Habitantes tradicionais do litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil, formados a partir da miscigenação entre índios, brancos e negros.
Faxinalenses	Grupos sociais que compõe territórios específicos da região Centro e Centro-Sul do Estado do Paraná.
Benzedeiros	Coletivo regido por costumes e tradições do ofício e práticas de cura através de plantas medicinais.
Ilhéus	Possuem vida tradicionalmente baseada na criação de pequenos animais, roça e pesca no rio e foram removidos por conta da criação do Parque Nacional Ilha Grande no Paraná.
Raizeiros	Comunidades tradicionais habitantes do bioma do Cerrado que praticam a medicina tradicional por meio do uso sustentável dos recursos naturais.
Geraizeiros	Vivem do extrativismo no bioma do Cerrado.
Caatingueiros	Comunidade que se distingue de outros territorialmente próximos (geraizeiros, vazanteiros e veredeiros, por exemplo) principalmente por habitar o bioma da Caatinga. Suas relações com o clima condicionam as diferentes formas de produção e modos de vida.
Vazanteiros	Constroem sua identidade a partir da relação com as águas e seus ciclos. São residentes das margens e ilhas do Rio São Francisco que cotidianamente interagem com as condições e mudanças desse e dos rios do entorno.
Veredeiros	Caracterizam-se por um sistema de produção agroextrativista, com plantio rotativo no campo úmido de envoltório da vereda, agroextrativismo e soltio de gado.
Apanhadores de flores Sempre-vivas	Auto identificação vinculada à atividade de coleta de flores secas nativas do Cerrado e, ao mesmo tempo, refere-se como uma unidade de ação política na luta pelo reconhecimento de suas práticas e direito de uso de seu território.
Pantaneiros	Moradores do Pantanal há várias gerações, seus costumes são influenciados pelas relações estabelecidas com o meio ambiente e com os ciclos de cheia e seca das águas.
Morroquianos	Produtores rurais que vivem no município de Cáceres no Mato Grosso e que ligam diretamente sua identidade ao território que ocupam há séculos.
Pomeranos	São considerados povos tradicionais (e não comunidades) pelo fato de terem uma língua própria. Em pelo menos 30 municípios, a língua pomerana encontra alguma inserção nas escolas.
Catadores de Mangaba	Nova tipologia dentro das comunidades tradicionais e refere-se a coleta de mangaba, executada quase que exclusivamente por mulheres. Por conta disso, a coleta de mangaba liga-se fortemente à divisão sexual do trabalho no seio das comunidades que vivem desta prática econômica e social, influenciando seus modos de vida
Quebradeiras de coco babaçu	Mulheres que tem sua identidade determinada pela sua produção. O fator que determina o modo de ser das quebradeiras é a prerrogativa do acesso livre e uso comum da palmeira e do coco.
Retireiros do Araguaia	São assim chamados por viverem em retiros, em áreas de várzea, no rio Araguaia. Sua identidade está intrinsecamente ligada ao território e à territorialidade.
Comunidades de fundos e fechos de pasto	Comunidades localizadas no bioma da Caatinga no sertão da Bahia que em seus processos de formação foram ocupando as terras abandonadas sem preocupação com a regularização da propriedade.
Ribeirinhos	Habitam a vasta e complexa teia fluvial que é característica do conjunto de ecossistemas interligados pela Floresta Amazônica e pela Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas.
Cipozeiros	Indivíduos que vivem economicamente da extração do cipó Imbé.
Andirobeiros	Comunidades determinadas pelo produto de sua atividade econômica e cultural. Quase todo o trabalho de coleta da andiroba é realizado por mulheres e crianças da comunidade.
Caboclos	Povos que desenvolvem formas de convívio e se ajudam mutuamente nas atividades agrícolas e na prática de formas de religiosidade peculiares, em torno de capelas e igrejas.

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Brasil (2007)

Para Sahlins (1997), comunidades constituem-se em exemplos de populações que se distinguem entre si pelos modos específicos de viver e se apropriam de elementos externos, regidos por lógicas e sistemas vistos como impositivos e os transformam em favor de seus próprios referenciais culturais locais.

Arruda (1999, p.79-80), conceitua de forma mais abrangente:

[...]apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável... Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

Os povos e comunidades tradicionais apresentam peculiaridades em função do ambiente em que vivem, e da cultura que detem, passada de geração em geração. Dessa forma, entre caiçaras, babaçueiros, extrativistas tradicionais, jangadeiros, pantaneiros e quilombolas, descreve-se um grupo de pescadores artesanais, chamados de “praianos⁸²”. Segundo Diegues (1999, p. 61):

São genericamente chamados de pescadores artesanais, mas apresentam características socioculturais que os diferenciam das outras comunidades litorâneas, como os caiçaras e os jangadeiros. Os praieiros são muito influenciados por uma grande diversidade de ecossistemas e habitats que se caracterizam por grandes extensões de mangues, litoral muito recortado e marcado por uma grande amplitude de marés, ilhas e também praias arenosas e dunas.

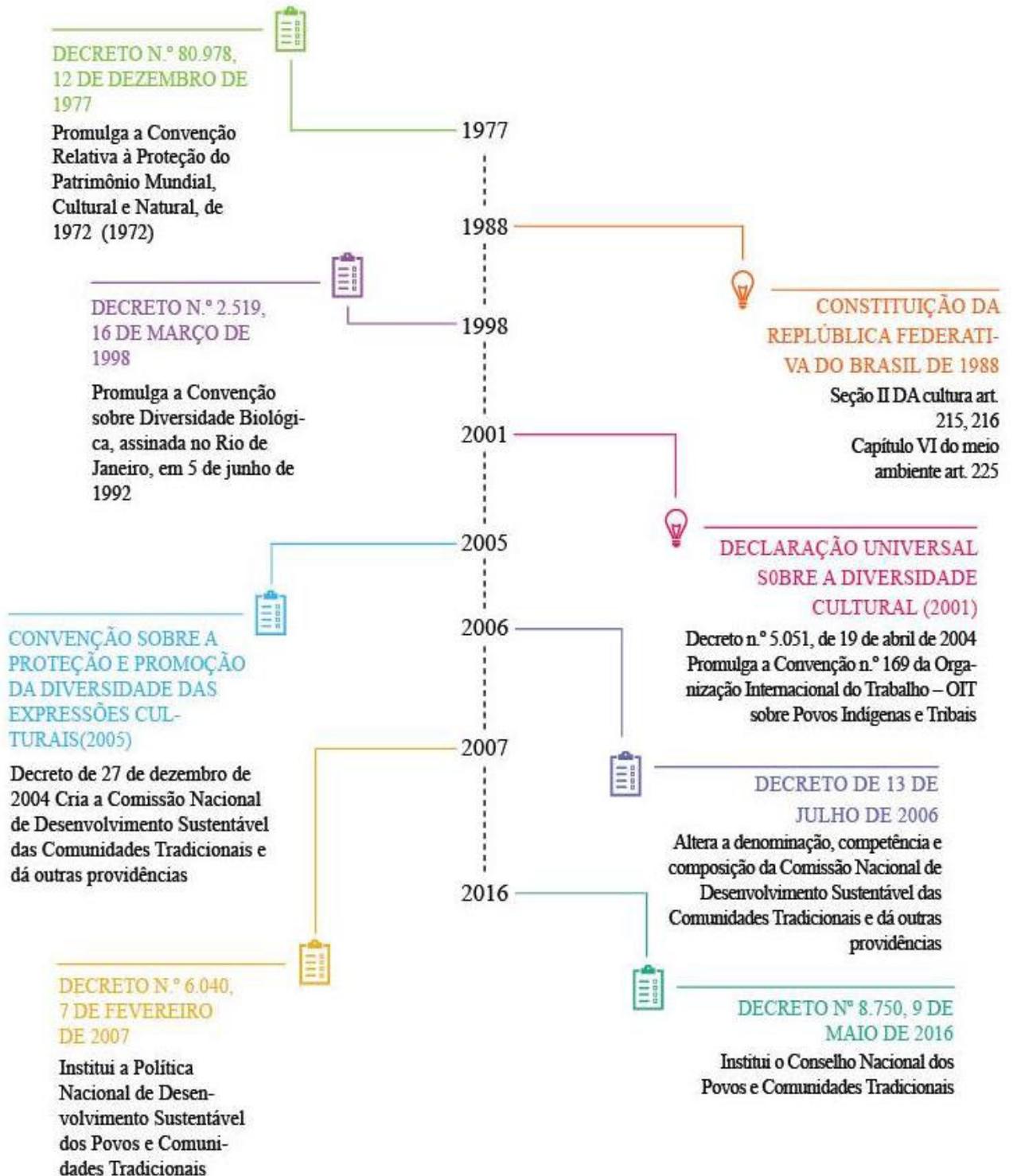
Importante relembrar que o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais foi pautado por diversos processos de lutas, ainda que as reivindicações por parte desses movimentos sociais estivessem asseguradas pela Constituição de 1988⁸³.

Tais ações de mobilização perpetradas pelos movimentos foram fortalecidas por medidas implementadoras dos dispositivos constitucionais. Acrescenta-se aos efeitos destes dispositivos o reforço de instrumentos elaborados por agências multilaterais elencados na Figura 07, tais como: ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) (SHIRAISHI, 2007).

⁸² Dessa forma, a comunidade da Ilha dos Lençóis é definida por eles como “praia”. Portanto, são praianos.

⁸³ O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL. Constituição Federal. Seção II da cultura. Art. 215. § 1º.1988).

Figura 07: Linha do tempo das leis de Institucionalização dos Povos e Comunidades Tradicionais



Fonte: Elaborado pela autora, 2016

3.2.2. *Os palcos de luta: As Unidades de Conservação*

O Brasil sofreu diversas transformações territoriais devido a processos de expansão de fronteiras para o acúmulo de capital. Dois grupos, com interesses contrários⁸⁴ entravam em choque: Os que queriam se apropriar do território para fins mercantis e os que já residiam no espaço, com suas próprias territorialidades⁸⁵. Dessa forma, os grupos minoritários excluídos, negligenciados e violentados pelo Estado, começaram a lutar, impondo sua existência.

No âmbito da criação das Unidades de Conservação (UCs)⁸⁶, os conflitos socioambientais⁸⁷ em curso no Brasil e na América Latina têm suas raízes na importação de modelos dos EUA⁸⁸ e da Europa. Ao criar as UCs nesses países⁸⁹, os governos desconsideraram a existência de comunidades que tradicionalmente ocupavam as terras, culminando na expropriação de seu território.

Até meados de 1970, a criação das UCs obedecia a critérios estéticos ou respondia a criação de políticas favoráveis. Não havia uma forma de planejamento mais abrangente. De acordo com o IBAMA, "as áreas protegidas existem desde o ano 250 a.C., quando na Índia já se protegiam certos animais, peixes e áreas florestadas".

Porém, foi somente no século XIX, que surgiram os primeiros estímulos no sentido de criar áreas legalmente protegidas com o objetivo de resguardar os ecossistemas e as paisagens naturais (SCHENINI, COSTA E CASARIN, 2004). Segundo Araújo (2012) essa realidade só mudou a partir de 1976, com a elaboração do documento "Uma Análise de Prioridades para a Conservação da Natureza na Amazônia".

⁸⁴ O modo de vida dos Povos e Comunidades tradicionais segue uma lógica de uso comum da terra, dessa forma, as atividades econômicas são específicas e diferentes da lógica capitalista (ALMEIDA, 1989).

⁸⁵ Processos de territorialização são marcados por conflitos (OLIVEIRA, 1998).

⁸⁶ Necessitava-se de um conjunto de leis de caráter ambiental que regulamentariam, garantiriam e criariam novas formas de domínio e controle de territórios, especialmente os que apresentavam riqueza e beleza naturais e ecossistemas diversos, que deveriam ser patrimônio natural de todo e qualquer cidadão, especialmente daqueles que tradicionalmente ocupavam tal território.

⁸⁷ Durante a execução do Plano de Manejo da Ilha do Cardoso, elaborado no ano de 1976 omitiu-se a existência de comunidades tradicionais cujas atividades de subsistência lhes foram negadas, obrigando, dessa forma, o êxodo para a cidade de Cananéia. Esse tipo de atitude repercutiu na pobreza e desigualdade estrutural das cidades circunvizinhas (DIEGUES, ARRUDA, 2001).

⁸⁸ Em 1 de março de 1872 o Congresso dos EUA criou o Parque Nacional de Yellowstone também determinou que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida. Deveria ser dedicada e separada como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo cada vez mais estressado pelo ritmo crescente do capitalismo industrial, e que toda pessoa que se estabelecesse ou ocupasse aquele parque ou qualquer de suas partes (exceto as já estipuladas) fosse considerada infratora e, portanto, desalojada (DIEGUES APUD KENTON MILLER, 1980).

⁸⁹ Os parques seriam utilizados somente para a preservação e o turismo, que era mais aceito socialmente.

Até meados dos anos 1980 o Brasil era um dos três países da América Latina que ainda não haviam dado início à tramitação de uma lei sobre seus sistemas nacionais de unidades de conservação.

Somente em março de 1986, através da resolução nº 10 o Conselho Nacional de Meio Ambiente⁹⁰ (CONAMA) criou uma comissão especial com o objetivo de elaborar um anteprojeto de lei sobre as unidades de conservação.

O projeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação⁹¹ (SNUC) foi aprovado no dia 21 de junho de 2000, e sancionado pelo presidente no mesmo ano. Após uma década de tramitação da lei do SNUC, foi aberto um debate com a sociedade o que permitiu que socioambientalistas⁹² e suas ideias fossem incorporadas na lei (SANTILLI, 2005).

Sendo assim, as UCs podem ser definidas como áreas territoriais que têm por finalidade a sua conservação⁹³. Possuem regras de manejo e de uso, objetivando a salvaguarda das espécies animais e vegetais, as belezas cênicas, o modo de vida⁹⁴ e a cultura dos Povos e Comunidades que tradicionalmente ocupam as terras, dependendo⁹⁵ da categoria de manejo.

No SNUC, as UCs são caracterizadas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

Os objetivos do SNUC (Art. 4º) são:

⁹⁰ O SNUC é gerido pelo CONAMA e coordenado pelo O Ministério do Meio Ambiente (MMA). O ICMBio, o IBAMA e os órgãos estaduais e municipais tem por função a implementação e execução dos dispositivos que norteiam as UCs em suas respectivas esferas de atuação.

⁹¹ Lei 9.985/00

⁹² A natureza e a cultura caminham juntas.

⁹³ Povos e Comunidades Tradicionais sofreram as mais diversas formas de violência legitimada pelo Estado devido ao Projeto Desenvolvimentista “nacional” ocorrido na Amazônia, posteriormente, em meados dos anos 80, cessado também o ciclo da borracha, houve uma explosão no número de UCs nessa região. Para Little (2000): “Dado os bruscos fluxos no interesse do mercado capitalista por diversos recursos naturais e mercadorias, as terras que não estão mais na mira das forças econômicas hegemônicas de uma época, podem ser salvas da cobiça pelos seus recursos, mesmo se antes estivessem no epicentro de interesse.”.

⁹⁴ No Brasil, algumas comunidades tradicionais sofreram migração compulsória nos Parques Nacionais, ainda que o governo não conseguisse expropriá-las, impedindo seu modo de vida, proibindo-as de pescar, fazer roça e se manter (DIEGUES, 2000).

⁹⁵ Para os socioambientalistas, a legislação deveria garantir meios alternativos de subsistência para as populações tradicionais dependentes da utilização dos recursos provenientes das novas áreas protegidas, dessa forma, evitaria-se o problema das expropriações, pois os residentes acabam por dirigir-se para as periferias. Além disso, a convivência entre esses residentes e a natureza sempre foi harmoniosa, utilizando o conhecimento do território que gerava uma conservação mais sólida, ao contrário de grandes projetos de desenvolvimento que provocavam degradação ambiental (MACHADO, 2005).

- I. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- II. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- III. Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- IV. Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- V. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, promovendo-as social e economicamente.

O SNUC contempla duas categorias⁹⁶ de manejo, cada qual atendendo a determinados objetivos. São dois grupos: As Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, conforme descrição abaixo:

I. Unidades de Proteção Integral

Têm como objetivo básico a preservação da natureza, é permitido o uso indireto de seus recursos naturais, para fins de atividades educacionais, científicas e recreativas. Fazem parte desse grupo as seguintes categorias: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio da Vida Silvestre (RVS). De acordo com a lei, suas principais características são:

II. Unidades de Uso Sustentável

São geridas por um Conselho Deliberativo que permite a implementação de estruturas, realização de pesquisas científicas e a visitação pública, desde que sejam compatíveis com os interesses locais e propiciem a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações tradicionais sem interferência em suas características intrínsecas. São elas: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Existe ainda a subcategoria das Resex, as Reservas Extrativistas Marinhas (REM) que estão legitimadas pela definição do artigo 18 do SNUC, que as define como:

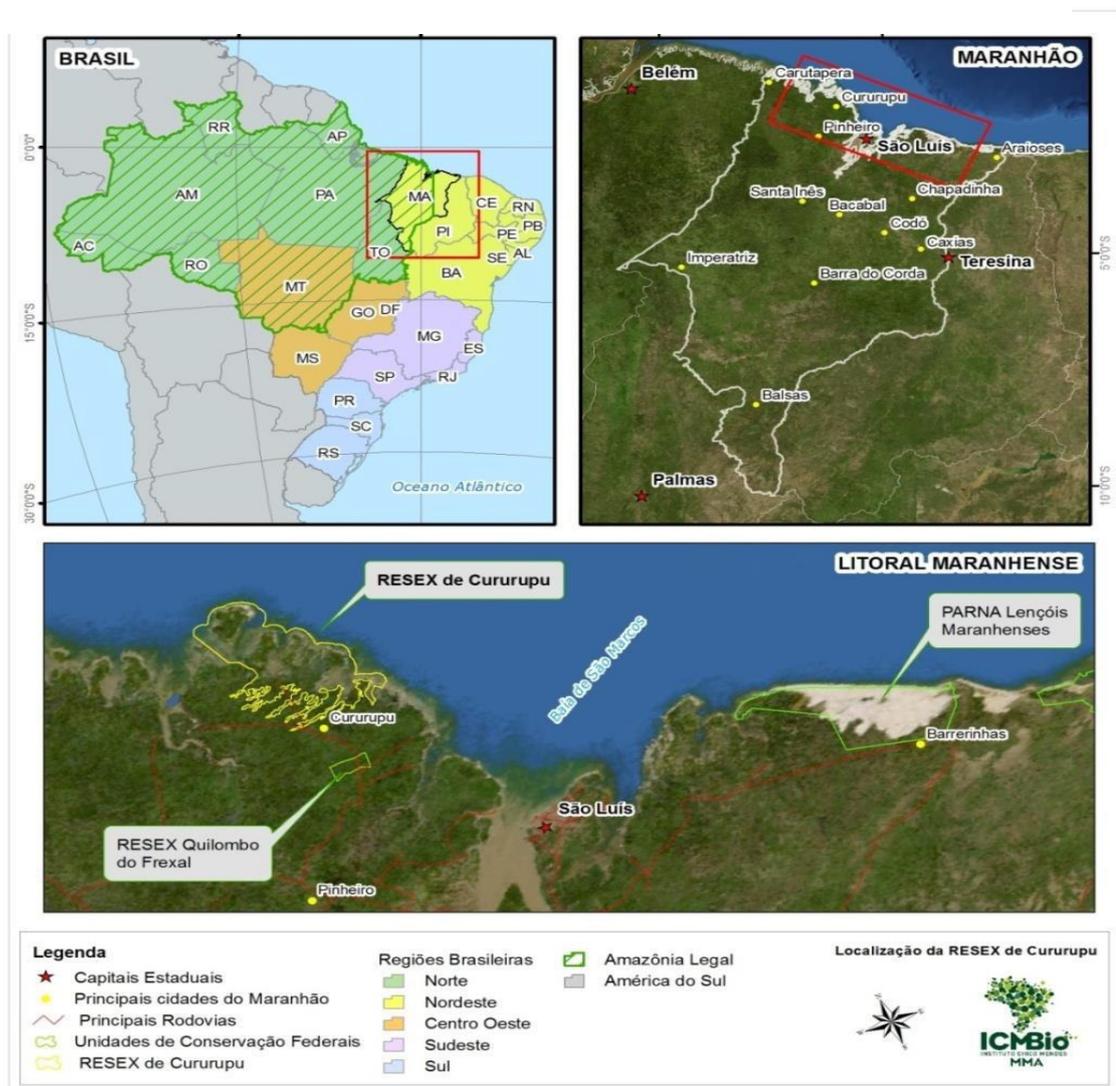
Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” (BRASIL, 2000).

⁹⁶ As UCs devem dispor fundamentalmente de um Plano de Manejo (art. 27) que deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. Trata-se de um documento básico à administração de uma área protegida e específico à categoria de manejo.

3.3.3 A Reserva Extrativista Marinha de Cururupu

Instituída pelo Decreto Presidencial de 02 de junho de 2004, com área de 185.046 hectares de áreas terrestres de manguezais e águas territoriais brasileiras, constituindo-se a maior RESEX marinha do país, gerida⁹⁷ pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no Maranhão (ICMBio, 2009). A figura 08 apresenta a Carta Imagem da Reserva Extrativista de Cururupu.

Figura 08: Carta Imagem da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu



Fonte: ICMBIO, 2016

⁹⁷ De acordo com o SNUC, as RESEX devem ser geridas de forma participativa, no caso da RESEX de Cururupu, o Conselho Deliberativo é atuante, reunindo-se 02 vezes por ano. Para maiores informações, ver: Rêgo (2014, 2015)

O objetivo precípua da reserva é proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. Seu interior é ocupado por 12 comunidades de pescadores artesanais, que desenvolvem historicamente um modo de vida particular, dito tradicional. Somam-se a essas comunidades, mais 4 localidades onde os extrativistas beneficiários instalam-se temporariamente para exercer as atividades pesqueiras tradicionais (ICMBio, 2016).

Essa RESEX engloba a zona costeiro-marinha dos municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão, sendo o foco principal o município de Cururupu, os demais apenas incluem a porção relativa ao contínuo de áreas de mangue e algumas ilhas, como é o caso dos municípios de Apicum-Açu e de Serrano do Maranhão (PINHEIRO, 2014).

Um dos objetivos⁹⁸ da criação da RESEX foi o de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e mitigar as atividades antrópicas impactantes que incidiam na área. No Plano de Manejo⁹⁹ constam as atividades que promovem a conservação e uso sustentável dos recursos ambientais, englobando inclusive, atividades alternativas como o turismo.

Outro ponto relevante das Reservas Extrativistas Marinhas que deve-se considerar, são os conflitos¹⁰⁰ socioambientais que surgem em função do patrimônio pesqueiro de uso público, que com a nova territorialidade¹⁰¹ que se faz presente, são de uso dos beneficiários da RESEX.

Tal fator, também ensejou na consolidação da RESEX em questão, visto que estava havendo uma pesca desordenada em caráter industrial por pescadores de outras localidades e até mesmo de outros estados.

Uma questão ainda de maior relevância, são as bacias de petróleo existentes no Nordeste¹⁰². Ainda que não estejam nos limites da RESEX, é preciso averiguar mais profundamente os possíveis impactos que poderão causar tais empreendimentos que visam um

⁹⁸ Pereira (2007) em posse dos laudos para a criação da RESEX, identificou que o turismo estava presente desde o discurso de criação, visto que existia uma exaltação da potencialidade de área: “Esta zona úmida possui características naturais notáveis, com alto valor ambiental e turístico, constituída por uma combinação de ecossistemas com manguezais, restingas, praias e dunas de beleza ímpar.” (PEREIRA *apud* DISCONZI, 2002, p.6)

⁹⁹ Finalizado no ano de 2016, o Plano de Manejo da RESEX de cururupu de nº 01/2015 e termo de referência - 2014.0514.00029-0 – FUNBIO, encontra-se em análise pelo MMA. Somente após a aprovação, será lançado no Diário Oficial da União.

¹⁰⁰ Para Acselrad (2004) os conflitos socioambientais surgem quando grupos sociais com modos diferenciados de apropriação e uso do território disputam a extração de bens, geralmente são pautados pela lógica da degradação x conservação do ambiente.

¹⁰¹ As RESEX possuem características de ser ao mesmo tempo um território tradicional e um “novo território da ação pública local”, que enquanto tal exige da parte dos moradores/extrativistas um processo de recomposição de seu território (PEREIRA, 2015).

¹⁰² Com as bacias do Sudeste em estado de esgotamento de recursos, o governo brasileiro expande as fronteiras de extração do petróleo (BAMBACE e GONÇALVES, 2010).

crescimento econômico “nacional” na proximidade de uma área de conservação da biodiversidade.

Figura 09: Bacias de Petróleo: PAMA-M-591 e PAMA-M-624



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), 2016

Em conversa informal com o Gestor da Resex, Eduardo Borba, o mesmo informou que participou de duas audiências públicas e se mostrou contrário a exploração de petróleo nessas bacias, cujo ponto do continente mais próximo é a Ilha dos Lençóis.

Face a dificuldade em encontrar maiores informações através da internet, tentou-se contato com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), cujo responsável pelo licenciamento ambiental informou que até o momento, houve apenas a exploração sísmica das duas bacias em questão. Segundo ele, caso haja uma exploração de petróleo a mesma ocorrerá a partir do ano de 2018.

Diante de tais questões, evidencia-se a importância de se desenvolverem ações com o objetivo de ajudar os residentes em sua organização¹⁰³ comunitária, de modo a torna-los independentes do poder público, com vista a transforma-los em protagonistas na busca por alternativas econômicas que impulsionem a qualidade de vida e conservação dos recursos naturais do território que é legalmente protegido (PINHEIRO, 2014).

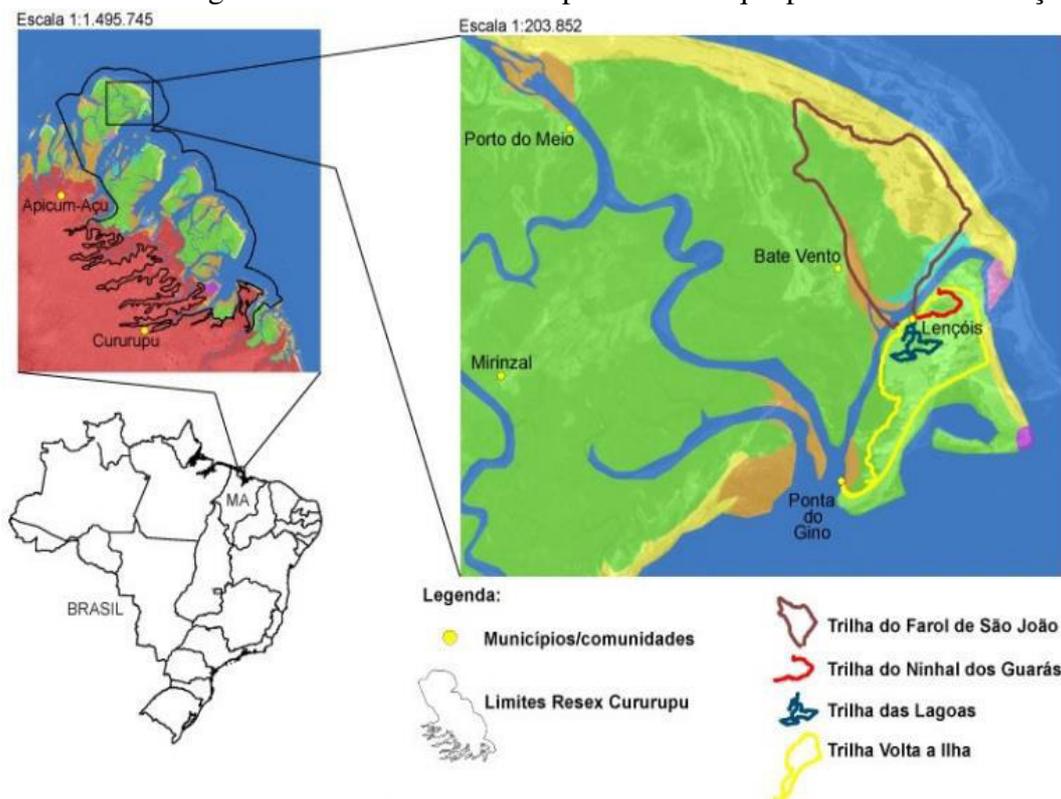
¹⁰³ Previsto no Plano de Manejo, o Programa de Fortalecimento Comunitário, Gestão Participativa e Qualidade de Vida, repousa no tripé do fortalecimento comunitário, participação e incremento na qualidade de vida local. Tem por objetivo estimular a organização comunitária local, criar condições para maior participação dos beneficiários na gestão da UC e, conseqüentemente, conseguir incrementos na qualidade de vida da população residente.

4. ANÁLISE DESCRITIVA E EMPÍRICA: A COMUNIDADE EXTRATIVISTA DA ILHA DOS LENÇÓIS

A Ilha dos Lençóis, localizada no arquipélago de Maiaú, pertence politicamente ao município de Cururupu. Segundo o último levantamento realizado pelo ICMBio em 2012, há 376 residentes, incluindo as crianças e os idosos residentes na ilha. No âmbito das UCs, está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses e na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu.

Dessa forma, destaca-se como forte destino turístico por seus aspectos históricos, sociais e culturais que são os pilares fundamentais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária por tratar-se de uma prática econômica responsável de conservação dos modos de vida tradicionais e da preservação da natureza.

Figura 10: RESEX de Cururupu com destaque para a Ilha dos Lençóis



Fonte: Avite *et al.* (2014)

É ainda o “portão de entrada e o cartão de visitas” do Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás, que ainda é pouco explorado pelos turistas¹⁰⁴. A dificuldade de acesso é uma das

¹⁰⁴ Enquanto pesquisadora da exploração do TBC na Ilha dos Lençóis desde o ano de 2011, é possível afirmar através de observação empírica, diálogo com a comunidade e instâncias governamentais que as esferas municipais e estaduais não adotam os instrumentos de gestão estimulados pelos Programas Federais, os quais pretendem

questões que sempre são discutidas quando se refere ao turismo explorado na ilha e que, para os gestores públicos, seria uma das causas do incipiente fluxo de visitantes.

Por outro lado, Pereira (2007, p. 87) durante a construção de sua tese de doutorado, analisou os bens simbólicos e naturais da Ilha dos Lençóis no cenário Ecoturístico e das Unidades de Conservação e concluiu: “o imaginário sobre ilhas de difícil acesso é bastante fértil e atraente.”

Pesquisas de demanda turística e teóricos do Turismo conceituam o Ecoturismo como a denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parcerias com associações locais e ONGs.

Pressupõe-se a utilização controlada de uma área com planejamento do uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas de capacidade de carga e de suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável (BENI, 1998).

Dessa forma, a incipiente visitação dos turistas à Ilha dos Lençóis e demais ilhas vizinhas, não se justifica somente pela dificuldade de acesso, visto que faz parte do marketing¹⁰⁵ de destinos turísticos com tal potencial. Uma questão distinta é a precariedade da infraestrutura de apoio e acesso ao turismo, que será discutida mais adiante.

4.1. Polo Ecoturístico “Floresta dos Guarás”

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil possui uma metodologia dinâmica e participativa que está em constante processo de avaliação com base em critérios que buscam identificar os municípios que adotam o turismo como estratégia de desenvolvimento local. Dessa forma, o Mapa do Turismo Brasileiro¹⁰⁶ traduz-se em um instrumento que retrata a oferta turística do país com vista a otimizar os esforços de alocação de recursos e formulação de políticas públicas (MTUR, 2016).

inserir a atividade turística como estratégia de alívio da pobreza no Brasil. Isso porque, nos discursos, antes de uma localidade apresentar uma infraestrutura turística, precisa ser digna para os próprios residentes. Além disso, para que os resultados sejam realmente efetivados, o MTur precisa trabalhar articulado com a esfera municipal, federal, a sociedade e o trade turístico (PINHEIRO, MOURA, BEZERRA, 2015).

¹⁰⁵ Os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura atendem público-alvo com perfis semelhantes (MTUR, 2010).

¹⁰⁶ Instituído pela Portaria MTUR nº 313, de 3 de dezembro de 2013. O mapa interativo pode ser acessado no endereço eletrônico: <<http://www.mapa.turismo.gov.br>>

Inserir-se ainda no contexto do Polo, o Parcel de Manuel Luís que é uma UC Marinha de Proteção Integral criada pelo Decreto Estadual nº 11.902 de 1991. Tendo objetivo precípua de proteger a fauna e flora marinhas, em especial os recifes de corais. Trata-se de um relevante sítio arqueológico e um destino turístico internacional, onde diversos veleiros que visitam o Parcel, atracam na Ilha dos Lençóis (ICMBio, 2016). A Ilha dos Lençóis é o ponto de terra firme mais próximo do Parcel - distante 45 milhas náuticas (aproximadamente 80 km).

De acordo com a mais recente atualização¹⁰⁷ do Ministério do Turismo, o Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás conta com 08¹⁰⁸ municípios categorizados¹⁰⁹ conforme o Quadro 08.

Quadro 08: Municípios inseridos no Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás

Município	Categoria
Apicum-Açu	D
Cedral	E
Cururupu	D
Guimarães	D
Mirinzal	D
Porto Rico do Maranhão	E
Serrano do Maranhão	E

Fonte: Elaborado pela autora

Desde a criação do Ministério do Turismo no ano de 2003, os esforços governamentais concentram-se em promover um desenvolvimento integrado com base na gestão participativa e descentralizada. O MTur dispõe de uma superestrutura organizacional composta por secretarias, fóruns, conselhos e outros órgãos que têm a função de criar e implementar os planos, programas e projetos que, por sua vez, deverão determinar o crescimento equilibrado do turismo no país.

¹⁰⁷ Alterações realizadas nos anos de 2004, 2006, 2009, 2013 e 2016.

¹⁰⁸ O município de Bacuri foi excluído da concepção do novo mapa por não atender aos critérios da categorização.

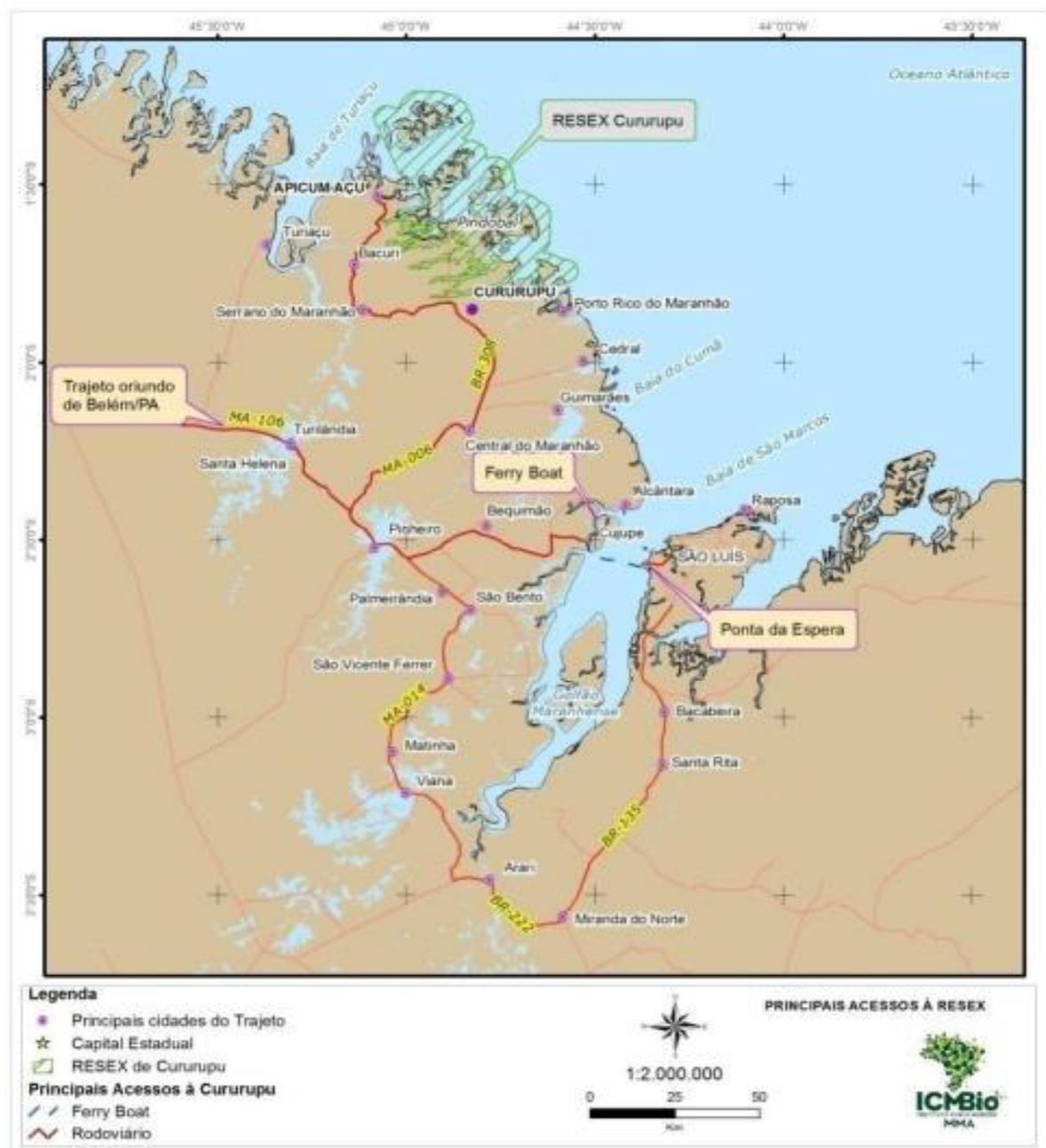
¹⁰⁹ A metodologia para categorizar os municípios brasileiros dá-se a partir de quatro variáveis de fluxo de turistas domésticos e internacionais. Dessa forma, são categorizados de A até E.

4.2. Acesso à Ilha dos Lençóis

Por se tratar de uma ilha, o acesso somente é possível por meio de barcos ou de aviões de pequeno porte, onde pilotos experientes são capazes de pousar em Cururupu, Bate Vento ou Guajerutiua.

As principais formas de acesso (a partir de São Luís ou de Belém) são visualizadas no mapa apresentado na Figura 11.

Figura 11: Principais formas de acesso à Ilha dos Lençóis



Saindo de Cururupu, gasta-se de barco motorizado aproximadamente 8 horas; entretanto, do porto da cidade de Apicum-açu (FIGURA 12), a travessia é bem menor, gastando-se em torno de 4 horas por mar aberto, ou 6 horas no trajeto pelos “furos”¹¹⁰.

Figura 12: Porto de Apicum-Açu



Fonte: Acervo da autora, 2016

Há outras opções intermediárias, como por exemplo: o Porto de Aquiles Lisboa no povoado rural agro-pesqueiro do município de Cururupu dentre outras que podem ultrapassar 24 horas. O roteiro por via terrestre iniciado na cidade de São Luís pode ser realizado por carro particular ou por empresas de transporte público, como a Sideral e a Servi-Bus.

As duas empresas prestam serviços para condução de passageiros com destino as cidades da baixada maranhense, incluindo a cidade de Cururupu (município sede do Polo Florestas dos Guarás) ou de Apicum-Açu, cujo acesso por via marítima é mais próximo. Convém relatar na presente pesquisa que a infraestrutura¹¹¹ de apoio ao turismo durante o

¹¹⁰ Durante a pesquisa de campo, em conversa com pescadores, os mesmos informaram que os turistas preferem a viagem pelos furos devido ao fato de que a APA das Reentrâncias Maranhenses apresenta uma série de ilhas, baías, enseadas e um complexo estuarino, interligado por canais chamados de "furos", os quais são recortados por inúmeros igarapés, cobertos por manguezais, que hospedam várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos como também aves, especialmente as migratórias, que buscam descanso, alimentação e local para reprodução. Ou seja, o trajeto apresenta uma imponente beleza cênica que faz da viagem um passeio pela natureza.

¹¹¹ A infraestrutura de apoio ao turismo é constituída pelo conjunto de instalações de estrutura física de base, desenvolvido para responder aos serviços básicos da comunidade, mas que acabam beneficiando a atividade turística. Verificou-se, durante o trajeto para a realização da pesquisa de campo, que os serviços de alimentação e bancários, por exemplo, são praticamente inexistentes. Certas particularidades culturalmente estabelecidas pelos maranhenses (como fechar os estabelecimentos ao meio dia e retornar as 14:00h) ainda não foram maturadas profissionalmente pelos proprietários desses estabelecimentos, o que acaba ocasionando perdas econômicas por desconhecimento. Outro ponto relevante a ressaltar é que os estabelecimentos, inclusive a EMAPE (órgão responsável pela gestão dos ferrys boat) não adotam ferramentas digitais essenciais para a atividade turística, como as máquinas de crédito e débito, fato que ocasiona reclamações por parte de turistas que precisam portar grandes quantias em dinheiro para realizar pagamentos.

percurso é incipiente e carente de investimentos¹¹², tal fato prejudica tanto a comunidade - que faz uso desses equipamentos no seu cotidiano - quanto o turista.

4.3. Aspectos Geográficos

A Ilha dos Lençóis situa-se na mesorregião do norte maranhense, na microrregião ocidental correspondida pelas coordenadas geográficas do ponto central de 44° 54' Lnw e 01° 18' Ls. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com a Baía dos Lençóis e a Ilha de Mirinzal; a Leste com o oceano Atlântico e a Oeste com a Ilha de Bate-Vento.

Por estar localizada no litoral ocidental, a ilha sofre influência da massa equatorial continental, por esse motivo, apresenta características do clima tropical quente e úmido com temperatura máxima de 32°C, mínima de 20°C e média de 26°C (ICMBIO, 2013).

Durante o verão há um aumento da umidade e seca durante o inverno devido as baixas amplitudes térmicas e índices de chuvas que variam em torno de 1.700mm, distribuídas principalmente de dezembro a julho (RIOS, 2001).

Entre a baía de Cumã e a baía de Lençóis, a corrente WSW-SW é perpendicular à costa durante a vazante. Há uma corrente residual para Noroeste correspondente a correntes das Guianas. O fluxo da enchente é significativamente mais forte do que o da vazante e a amplitude média da maré na região é de 6 metros (PINHEIRO, 2014).

4.3.1. Área

A Ilha dos Lençóis compreende uma área de 566,25 ha, dentre os quais: 301,63 ha são de cordões arenosos (caracterizados por dunas¹¹³ e paleo-dunas), 156,64 ha de manguezal, 45,40 ha de lâmina d'água (lagoas) e uma margem pequena de sabkhas¹¹⁴ (ICMBIO, 2016).

A distância entre os pontos extremos ao Norte e ao Sul da Ilha é em torno de 5,00Km, o perímetro totaliza cerca de 14 Km, dentre os quais um terço é marcado por manguezais e o restante pelas praias da baía de Lençóis e pela praia de mar aberto (COSTA, 2014).

¹¹² O Mtur possui um Programa de Apoio a Projetos e Infraestrutura Turística e os municípios que fazem parte do trajeto terrestre até Apicum-Açu podem pleitear o apoio, visto que estão inseridos no Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo.

¹¹³ Essas grandes extensões de dunas e paleo-dunas são impeditivas para a construção de casas e as áreas próprias são restritas, situando-se principalmente na parte noroeste e centro-norte.

¹¹⁴ Planícies de sal, encontradas em ambientes costeiros.

A superfície oeste da Ilha é formada por um canal com profundidade aproximada de 5 metros que permite a navegação. Tanto a face Leste, quanto na face Oeste, há uma grande extensão litorânea que forma áreas próprias para banho. Ao atravessar a ilha de barco ou de canoa, existe uma outra praia, chamada de “Praia do Farol” (FIGURA 13).

Figura 13: Praia do Farol



Fonte: Acervo da autora, 2016

No interior da ilha entre as dunas (FIGURA 14) formam-se lagoas com o represamento da água das chuvas que permanecem até o mês de junho geralmente. Não há rios na ilha, a água consumida pela população é proveniente dos poços ou é comprada nas cidades próximas.

Figura 14: Dunas



Fonte: Acervo da autora, 2014

4.4. Aspectos históricos

Autores como Alencar (1991), Pereira (2000, 2007), e Andrade (2002) foram construindo a história do povoamento da Ilha dos Lençóis através dos relatos orais dos moradores mais velhos. Dinâmicas de mapeamento comunitário elaboradas pelo ICMBio durante oficinas de Planejamento Participativo no ano de 2015 também são fundamentais para a compreensão dos processos de ocupação da ilha.

Acredita-se que os primeiros registros de ocupação da região referem-se a grupos indígenas¹¹⁵:

[...]Lençóis, como todas as outras ilhas do arquipélago de Maiaú, era frequentada por indígenas, evidenciada pelos vestígios encontrados pelos avôs de alguns dos atuais habitantes. Os vestígios constituem indícios que reforçam a ligação com um passado que antecede o início da ocupação definitiva da ilha por volta de 1900. (...) o Lago do Caco [em Lençóis] é o local onde foram achados pedaços de potes indígenas (ANDRADE, 2002 p. 71).

De acordo com Costa (2014) baseada no livro “O vagalume” de 1989, a ilha foi batizada com o nome Lençóis pelos primeiros pescadores que chegaram em torno de 1900 e fixaram seus ranchos. O nome foi dado pelo fato de que a ilha se mostrara cheia de cômodos de areia que lembram grandes lençóis ao vento.

Esses pescadores aportaram na ilha com o objetivo de passar alguns dias enquanto salgavam os peixes capturados, mas com o passar do tempo, oito famílias resolveram morar no local (COSTA, 2014).

Próximo à região, havia pescadores vizinhos que utilizavam barcos geleiros¹¹⁶, estabeleceu-se, então, uma relação de troca, onde os moradores da Ilha dos lençóis podiam ter acesso a outros produtos como o açúcar, o café e o querosene. Aos poucos, esses comerciantes também foram se estabelecendo na ilha (ALENCAR, 1991).

A história do povoamento da Ilha dos Lençóis é ainda marcada pelo misticismo¹¹⁷, presente no cotidiano da comunidade até os dias atuais. Considerada encantada enquanto lugar

¹¹⁵ O litoral que compreende São Luís e Belém foi habitado originalmente por índios Tupinambás – uma das principais etnias nativas que ocupava quase todo o litoral brasileiro. A ilha de São Luís foi denominada de Upaon-Açu, na linguagem dos Tupinambás significa Ilha Grande. Sobre os dois macroprocessos históricos de ocupação e colonização do Maranhão, ver Cunha (2015)

¹¹⁶ Chama-se barcos comerciais ou geleiros porque ficam vários dias em mares ou rios e estocam o peixe em bacias com gelo.

¹¹⁷ Existe ainda a lenda dos “filhos da lua” que envolve os albinos que vivem no local. Reza a lenda que as crianças nascem muito brancas e com cabelos que assemelham-se ao brilho da lua porque quando as mulheres no início da gravidez saem a passear pelas dunas em noite de lua cheia o feto é banhado pelo luar no ventre da mãe.

privilegiado para a morada de El Rei Dom Sebastião, figura histórica, morto em batalha contra os mouros, nos campos de Alcácer-Quibir, na África.

De acordo com a crença messiânica¹¹⁸, Dom Sebastião – Rei de Portugal – não morreu, ele haveria se encantado em todo o seu reinado, por sortilégio dos mouros, numa ilha (provavelmente marcada por muitas dunas à semelhança do deserto marroquino onde ocorreu a batalha), e que um dia ele há de emergir do fundo do mar, onde está sediado seu palácio de riquezas, para instaurar seu Império e distribuir bens materiais (PEREIRA, 2010).

Alguns habitantes afirmam ter visto Dom Sebastião que aparece montado em um cavalo com arreios de ouro e prata e que passeando pela praia em noites de lua cheia. Ou ainda a meia noite de 24 de junho sob a forma de um touro negro soltando fogo das narinas correndo sobre as dunas e urrando.

O Memorial Rei Sebastião¹¹⁹ é um atrativo cultural importante, fonte para pesquisas e manutenção da identidade sebastianista. Fundado em 2010 contempla uma biblioteca, que armazena conteúdo sobre a cultura local e espaço para atividades com crianças.

Figura 15: Memorial Rei Sebastião



Fonte: Acervo da autora, 2016.

¹¹⁸ O sebastianismo foi transplantado para o Brasil sob várias vertentes, e entre estas, destaca-se aqui a vertente da Encantaria, na qual o gentil ou fidalgo Dom Sebastião surge como Rei Sebastião, uma entidade de cultos afro-brasileiros identificada como “encantado – categoria retirada da Pajelança amazônica – utilizada para se referir àqueles que viveram na Terra há muitos anos, “venceram a morte” e continuam “vivos” nas “encantarias”: “...que geralmente são concebidas como mundos situados no fundo das águas, dentro das árvores, ou abaixo da Terra (em outro planeta).” (PEREIRA *apud* FERRETTI, 2000, p. 108).

¹¹⁹ Durante a pesquisa de campo, constatou-se que o memorial está desativado. Os moradores alegam que não há voluntários para realizar a manutenção necessária nem para reformar o telhado que caiu durante as chuvas. As telhas foram doadas pela Profa. Dra. Madian Frazão.

A diversidade cultural presente na Ilha dos Lençóis contempla o mito do Sebastianismo com imensa diversidade, semelhante à cultura presente no estado do Maranhão.

4.5. Patrimônio Cultural

Além da pesca artesanal, a gastronomia¹²⁰ é um atrativo cultural sempre citado pelos turistas. (ALVITE, *et al.* 2014). Os pratos mais consumidos pela população são o peixe e o camarão fritos, assados e cozido, peixe cozido no leite de coco com pirão, torta de siri e caranguejo. As sobremesas são compostas por doces de goiaba, coco, murici, além de vinho de murici e água de coco (PINHEIRO, 2014).

Na Ilha dos Lençóis, a exemplo do que acontece em todo o Maranhão, as manifestações culturais apresentam características religiosas¹²¹ e folclóricas.

Merecem destaques as festas juninas¹²², o carnaval, os festejos de São Benedito realizados em outubro com ladainhas, procissões e Tambor-de-Crioula, e o de São Sebastião que é o padroeiro da ilha realizado sempre no mês de janeiro, também com ladainha e procissão pelas ruas, com festa dançante. O Quadro 09 ilustra o calendário anual de festejos:

Quadro 09: Calendário de festejos

MÊS	EVENTOS
JANEIRO	Festejo de Oxossi (tambor de mina)
FEVEREIRO	Carnaval: (data sofre modificação de acordo com a quaresma). Carimbó. Comemoração de Iemanjá.
JUNHO	Bumba - Boi Brilho de Lençóis e Quadrilha na semana de São João.
JULHO	Festejo de Oxalá
AGOSTO	Festejo de Iemanjá

Fonte: Elaborado pela autora, 2014

¹²⁰ À base de frutos do mar e farinha de mandioca.

¹²¹ Considerado de cunho religioso, o terreiro do Tambor de Mina da Ilha de Lençóis é palco do batizado do Boi Brilho de Lençóis tendo como o cantor de toadas o "Manequim" morador antigo da ilha. As reuniões no terreiro acontecem uma vez ao mês em uma data específica com participação de membros das comunidades de todas as faixas etárias. Nas palavras de Nango "O Tambor de Mina é uma identidade cultural bem forte aqui na Ilha. Envolve muitas pessoas que já foi uma das culturas mais antigas, que começou aqui na Ilha. Então, eu acredito que essa é uma mais forte que tem" (Entrevista, 2016).

¹²² O "Boi Brilho de Lençóis" caracterizado pelo sotaque de zabumba, iniciou suas atividades no ano de 1999 tendo como responsável o morador José Domingos. A atividade cultural tem participação de todos os membros da comunidade, as crianças e mulheres participam como índias e os homens mais velhos utilizam os chapéus de fitas como adereços. A brincadeira já é considerada tradicional pela comunidade que realiza ensaios a partir de outubro para que em junho o boi se apresente nas festas juninas.

4.6. Patrimônio Natural

Representados pela grande extensão de praias¹²³, pelas dunas – que chegam a uma altura de 50 m - pelas lagoas, pelo manguezal, bem como, por todo o conjunto de fauna e flora dos ecossistemas da Ilha. A fragilidade dos ambientes não comportam um grande fluxo turístico, tornando-se, portanto, inviável ao turismo massivo. Os atrativos naturais presentes na ilha dos Lençóis são:

a) Praia de Pontal: Localizada no início e na saída da comunidade de lençóis sendo cercada por manguezais com a presença de mangue secos próximos as dunas e presença de vegetação nativa da região e típica de áreas arenosas.

FIGURA 16: Praia de Pontal



Fonte: Acervo da autora, 2014

b) Campo Alagado: É um local cercado por área de mangue alimentado pela água do mar com presença de uma vegetação rasteira e cercada por dunas baixas. A área fica seca no período da estiagem.

c) Enseada (Serra Pelada): Praia formada por croas de areia que criam poças de água na maré baixa. Há presença de dunas e vegetação típica por sua extensão. É o local utilizado para a prática da pesca de camarão e é conhecido pelos moradores como “enseadinha”.

¹²³ As praias da Ilha dos Lençóis representam aproximadamente 60% do perímetro da Ilha (Silva, 2004), entretanto, suas características são diferenciadas. A praia de Pontal é a mais freqüentada por pescadores e visitantes. É nela que é feito todo o embarque / desembarque de pescado e de pessoas. É também, a mais impactada com o lixo e com os efluentes domésticos. Ao entardecer pode-se apreciar os guarás (*Eudocimus ruber*) sobrevoando e retornando ao seu ninhal.

d) Ponta da Estrela: A praia de ponta da estrela é formada por uma grande croa de areia trazida pelo mar que marca o fim da “enseadinha” e possui áreas de mangue seco.

FIGURA 17: Ponta da Estrela



Fonte: Acervo da autora, 2014

e) Croa de Fora e Ponta da Aliança: Praia de mar calmo, com bastante mangue seco e presença de bancos de areias formados pela ação dos ventos.

f) Lagoa do Jeju: É uma lagoa sazonal, muda de local a cada ano conforme a movimentação das dunas.

FIGURA 18: Lagoa do Jeju



Fonte: Acervo da autora, 2014

g) Lagoa do Cabaço: Lagoa formada em um canal através de um braço de água do mar. A lagoa encontra-se abaixo a duna como uma altura em torno de 45 m. Possui presença de mangue próximo a sua formação.

h) Lagoa do Toco: Localizada próxima da comunidade, formada por águas rasas proveniente de acumulação das águas das chuvas, tem presença de vegetação típica. Possui uma diversidade de plantas com destaque para a Siribeira com raízes elevadas por esta localizada na área de mangue.

i) **Dunas:** As dunas são caracterizadas por areia branca e grossa do tipo “barcanas” (dunas móveis) que possuem mobilidade, surgem do campo grande em direção ao canal próximo à Lagoa do Cabaço.

FIGURA 19: Dunas



Fonte: Acervo da autora, 2014

j) **Ninhal dos Guarás:** Local cercado por árvores de médio porte onde as aves ao fim da tarde se deslocam e pousam nos galhos para descansarem durante a noite. A imagem dos vôos coletivos em direção às árvores gera uma mistura de cores entre o verde das plantas e o vermelho das aves, uma paisagem exuberante que encanta os observadores.

FIGURA 20: Ninhal dos Guarás



Fonte: Acervo da autora, 2014

k) **Manguezais:** Formado por áreas com grande quantidade de siris e raízes suspensas, os manguezais, como afirmam Costa *et al.*(2006), são sistemas funcionalmente complexos, altamente resilientes e resistentes e, portanto, estáveis. São exclusivos de regiões tropicais, caracterizados por sua vegetação e sedimentos e por sua elevada importância socioeconômica-ambiental.

4.7. Flora e Fauna

Na parte central da ilha há presença de árvores frutíferas, como coqueiros, cajueiros, mangueiras, amendoeiras e tamarindeiros, há ainda a presença de vegetação de dunas e restingas como guriri e capim-da-areia entre outras. Na face Leste e Oeste da ilha há presença de manguezais¹²⁴.

Os mangues, pela sua riqueza de nutrientes e matéria orgânica são importantes criadouros de peixes e camarões. As aves marinhas merecem destaque pela beleza em vôos.

Os crustáceos são representados pelo siri, camarão piticaia, camarão vermelho e caranguejo. Encontram-se ainda moluscos como sururu de dedo, ostras e o turu. Quanto aos peixes, existem em grande variedades e quantidade de espécies.

Os mamíferos são poucos expressivos na ilha devido a criação exclusiva de animais de pequeno porte, como cabras e porcos. Apesar de ser proibida¹²⁵, verificou-se a criação de gado na ilha, fato que prejudica tanto o turismo quanto os ecossistemas.

4.7.1. O Turismo de Base Comunitária na Ilha dos Lençóis

O projeto de Turismo de Base Comunitária coordenado e executado pelo ICMBio na figura do Centro Nacional Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e amparado financeiramente pelo projeto PNUD¹²⁶ BRA/08/023 - Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socio Ambiental, com o tema: Populações Tradicionais – Projeto de Ecoturismo¹²⁷ de Base Comunitária, teve por objetivo “elaborar uma proposta de ecoturismo de base comunitária na Ilha dos Lençóis, na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, servindo como experiência piloto e base para aplicação em outras comunidades da RESEX com vocação para o Turismo”.

¹²⁴ A vegetação do mangue no Brasil e principalmente no litoral do Maranhão é constituída basicamente de mangue vermelho, mangue negro e branco, na ilha dos Lençóis se destaca a vegetação de mangue vermelho (MEDEIROS, 1988).

¹²⁵ De acordo com o Plano de Manejo, o gado existente na ilha começará a ser retirado a partir da data da publicação do documento.

¹²⁶ O projeto tem por objetivo geral promover o fortalecimento das UCs como instrumento de uso sustentável da biodiversidade (CNPT, 2012).

¹²⁷ O termo ecoturismo refere-se a um dos diferentes segmentos da atividade turística. Já a expressão “de base comunitária” está associada à forma de organização e ao modelo de gestão do turismo. Foi sugerido ao ICMBio a adoção da expressão Turismo de Base Comunitária (TBC), ampliando assim as possibilidades de arranjos institucionais e segmentos do turismo, desde que o modelo de gestão seja de base comunitária (CNPT, 2012).

Tal fator pode ser explicado por Sansolo e Bursztyn (2009, p. 152) que apontam “[...] um potencial vínculo entre as questões relativas à atividade turística e à conservação ambiental”, dado que 80% das experiências de TBC mapeadas no Brasil se deram nas proximidades ou no interior de áreas protegidas, além de estarem com frequência assentadas em Áreas de Preservação Permanentes (APPs), como manguezais, margens de rios e restingas.

As RESEX apresentam essa dupla sensibilidade, exibida na questão do meio ambiente e dos Povos e Comunidades Tradicionais que nela habitam. Sendo assim, a busca por modelos de desenvolvimento devem se pautar em princípios éticos, primando pela inclusão social, valorização do patrimônio cultural e estratégias de fomento a economia pautados nos preceitos da sustentabilidade.

Dessa forma, o TBC apresenta-se como uma das estratégias que mais se adequa à realidade das RESEX e propicia a comunidade receptora, uma alternativa econômica e melhoria nos padrões de vida.

Com o intuito de ordenar¹²⁸ a visitação que já ocorria, especialmente na Ilha dos Lençóis, a comunidade contou com o apoio institucional do ICMBio que adotou uma metodologia de gestão participativa sob a coordenação de Carolina Alvite¹²⁹ enquanto gestora do CNPT.

Inicialmente, segundo Alvite e Silveira (2011), o projeto deveria ser executado em quatro etapas, a saber:

- I. Inventário¹³⁰ e diagnóstico do potencial ecoturístico;
- II. Definição dos mecanismos de gestão do ecoturismo em RESEX e intercâmbio com outras redes de ecoturismo de base comunitária;
- III. Elaboração de estudo de viabilidade econômica e plano de infraestrutura; e
- IV. Capacitações dos comunitários.

Inserido na etapa I, o perfil da visitação da Ilha dos Lençóis, realizou-se em dois momentos distintos, conforme relatado por Alvite *et al.* (2014, p.08):

¹²⁸ O fomento às iniciativas de TBC ao mobilizar, organizar e fortalecer os atores locais residentes de destinos para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos visa tanto atrair turistas que demandam especificamente este segmento turístico, como agregar valor a destinos turísticos de cunho mais tradicional, por meio da oferta deste segmento, cujos elementos de preservação e valorização da cultura local, sua identidade e produção são de interesse dos visitantes.

¹²⁹ Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite, analista ambiental do ICMBio.

¹³⁰ O Inventário Turístico é um documento que reúne todas as informações sobre uma localidade, ou uma empresa, a fim de gerar um banco de dados que possam auxiliar pesquisas acadêmicas e também estudos de viabilidade para implantação de empreendimentos (OMT, 1997).

Na primeira etapa do trabalho, os visitantes foram entrevistados em conjunto pela equipe do CNPT/ICMBio e por seis comunitários envolvidos na pesquisa sobre TBC. Esta etapa ocorreu no mês de julho de 2011 e serviu como teste dos questionários, bem como treinamento dos comunitários para a aplicação dos mesmos. Neste momento cada responsável por pousada, restaurante ou condutor de visitante (num total de seis moradores locais) recebeu os questionários, ficando com a atribuição de informar os visitantes sobre a realização da pesquisa, orientando o preenchimento do questionário, quando necessário. A segunda etapa ocorreu entre julho de 2011 e agosto de 2013 e consistiu do preenchimento voluntário do questionário pelos visitantes nas pousadas, restaurantes

Trata-se de uma importante ferramenta de planejamento, com o intuito de conhecer o perfil¹³¹ do visitante de forma a elaborar estratégias de marketing para alcançar mais turistas, e também, identificar potenciais roteiros ou circuitos de viagem para transforma-los em produto.

No ano de 2011 foi realizado um seminário¹³² para discutir o TBC na RESEX de Cururupu de forma coletiva. No entanto, outras UCs manifestaram¹³³ o interesse de participar da discussão, tornando-o de abrangência nacional e contando com a presença de 12 estados brasileiros.

Durante o seminário, discutiu-se um conceito de TBC em UCs com o objetivo de nortear as ações. Os princípios do conceito estão detalhados no Quadro 10.

¹³¹ Sinteticamente, os visitantes da Ilha dos Lençóis é um público constituído, em sua maioria de brasileiros, com idade entre 30 a 39 anos e alto grau de escolaridade. Predominaram curtas estadias, embora alguns visitantes (a lazer) tenham permanecido por até 13 dias na comunidade. A decisão de conhecer a Ilha foi motivada principalmente pela indicação de amigos e/ou parentes, seguida pela divulgação na mídia. Em sua maioria, viajam com amigos ou em casal, em busca de passeios e lazer. A organização da viagem se dá prioritariamente por conta própria e o principal meio de divulgação da Ilha dos Lençóis ainda é o “boca a boca”. A participação das agências de turismo, seja na organização, transporte, divulgação ou comercialização, é praticamente inexistente (ALVITE *et al.*, 2014).

¹³² O seminário teve como objetivos principais, a produção de conhecimento sobre as experiências de TBC existentes nas diversas Unidades de Conservação, bem como definir diretrizes e identificar um conjunto de servidores para constituir um grupo de trabalho sobre TBC no âmbito do ICMBio (CNPT, 2011).

¹³³ A abrangência de metodologias e diretrizes do TBC em UCs foi um dos pontos discutidos pelos comunitários e gestores, fato este que permite que um seminário como o que ocorreu seja uma fonte de troca e geração de conhecimento a partir das experiências existentes nas diversas regiões, ecossistemas e diferentes categorias de povos e comunidades tradicionais.

Quadro 10: Princípios do conceito de TBC, elaborados durante o Seminário EBC em Reservas Extrativistas realizado pelo CNPT no ano de 2011

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Partilha dos benefícios	Envolvimento da comunidade em todas as etapas de construção e execução do negócio turístico, com distribuição de benefícios equitativa entre os atores
	Investimento dos lucros para a comunidade em geral
	A comunidade tradicional deve ser a principal beneficiada (financeira, social e ambientalmente)
Transparência	Receber mais informações para a comunidade
Gestão Comunitária	Controle comunitário da atividade
	Tomada de decisões pela comunidade
	A comunidade como empreendedora do turismo
	Controle social
	A comunidade é a gestora
	Pertença: valorização da história e cultura locais com empoderamento e protagonismo
Conservação Socioambiental	Interesse por parte da comunidade
	Sustentabilidade social, ambiental e econômica
Valorização da cultural local	Conservação do patrimônio cultural e ambiental
	Valorização da cultura local
Vivência	Cultural (modos de vida) e ambiental
	Interação social (comunidade x turista) visando à conservação ambiental
	Encontro entre vivências dos turistas e comunitários

Fonte: CNTP (2012)

Formou-se ainda um grupo de trabalho composto por conselheiros, atores locais comunitários e os analistas do ICMBio para dar prosseguimento ao projeto na Ilha dos Lençóis, com base nas definições e diretrizes construídas coletivamente.

Após o seminário, ocorreu uma oficina na Ilha dos Lençóis com objetivo de apresentar o que foi debatido para os comunitários que não estavam presentes, os resultados do inventário participativo e o produto chamado de “Pesca Acompanhada”, elaborado em conjunto com a comunidade da Ilha dos Lençóis e os analistas do ICMBio para ser comercializado enquanto produto turístico.

No ano de 2012, foi realizado um intercâmbio no Ceará entre os dias 06 e 10 de fevereiro, composto pela coordenação do CNTP/ICMBio e o grupo de trabalho, com o objetivo de conhecer a realidade do TBC gerido pela Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM)¹³⁴ no estado. Tal intercâmbio proporcionou que os comunitários identificassem os gargalos da atividade na Ilha dos Lençóis como uma das etapas para a implementação do TBC na Ilha.

¹³⁴ Projeto pioneiro de turismo comunitário do Ceará que conta com a participação de 10 comunidades costeiras entre indígenas, pescadores, moradores de assentamentos rurais e dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza (FABRINO, 2013).

No ano de 2013, seriam elaborados estudos técnicos de viabilidade utilizando os dados do Inventário Participativo, bem como um plano de marketing para orientar o ordenamento da visitação da ilha e definir a capacidade de carga, no entanto, tais etapas não foram concluídas por questões financeiras (PINHEIRO, 2014).

4.7.2 Trilhas

As trilhas¹³⁵ presentes na ilha foram mapeadas durante o inventário participativo construído coletivamente¹³⁶ no ano de 2011, cujos resultados foram compilados em uma monografia (COSTA, 2014) e um artigo científico (ALVITE *et al.* 2014):

I. Trilha Volta a Ilha: inicia-se nas dunas, passa por mirantes naturais com vistas panorâmicas da Ilha, segue pelos manguezais e campos alagados, chega até a praia e segue até a Ponta do Gino, área de rancharia de pesca. Neste ponto é possível retornar de barco para a comunidade ou continuar a pé percorrendo toda a extensão de praias da Ilha.

II. Trilha Lagoas: inicia-se na comunidade, segue pelas dunas entremeadas por lagoas e campos, passando por mirantes naturais. É mais recomendada na cheia (entre fevereiro a agosto) quando as lagoas estão presentes.

III. Trilha Ninhal dos Guarás: a trilha começa na comunidade e segue pelos cata-ventos (parte do sistema híbrido de energia), dunas, margeia o manguezal e a praia, e termina no Baixo do Velázio, área de manguezal onde os guarás retornam no final do dia para aninhar-se durante a noite.

4.7.2.1. O produto turístico: da burguesia às comunidades de base

Devido ao seu inerente caráter multifacetado, o turismo não pode ser estudado de forma isolada. Além disso, ao se pensar no desenvolvimento de um setor da economia global, comprometido com as questões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais, deve-se basear em princípios éticos.

No entanto, se nos dispusermos a traçar uma linha histórica entre as Teorias do Desenvolvimento e o turismo, veremos que a atividade turística não difere das outras atividades

¹³⁵ Tais trilhas sempre foram um atrativo turístico na região, mas não eram mapeadas e nem comercializadas como produto turístico.

¹³⁶ O Inventário consistiu na caracterização das condições sócio econômicas da comunidade, levantamento dos atrativos naturais e culturais, e das estruturas e serviços de apoio ao turismo já existentes.

econômicas¹³⁷ encontradas na sociedade capitalista, nem tão pouco sobre os modelos de desenvolvimento.

Desse modo, emerge como fenômeno burguês, apropriando-se dos espaços, da mão de obra, do meio ambiente, da cultura e os transforma no que convencionou-se chamar de “A indústria sem chaminés¹³⁸”.

No âmbito econômico¹³⁹, a atividade turística propicia geração de emprego e renda, servindo como instrumento propulsor para a economia de localidades com potencial turístico comprovado.

A sociedade contemporânea se configura pluralmente no consumismo¹⁴⁰, na criação e desenvolvimento de novas mercadorias a todo momento para atender suas necessidades (básicas ou supérfluas). O turismo se enquadra exatamente numa dessas mercadorias. “Por intermédio do capitalismo o turismo tornou-se uma atividade mercadológica rentável” (MESQUITA, 2006, p. 81).

“A atividade turística permite e facilita o uso fugaz e intenso do território como parte integrante do ideal de modernidade que considera o desenvolvimento como uma meta a ser atingida, medida e mediada pela produção de mercadorias”. Rodrigues (2002, p.47). A despeito do que nos diz Rodrigues, o turismo enquanto atividade econômica utiliza-se dos bens culturais, naturais e sociais de uma localidade como mercadoria.

Coriolano (2012, p.11) corrobora:

[...] O turismo é uma das atividades-chave da modernização contemporânea que privilegia relações sociais típicas da sociedade de consumo ao transformar o lazer em mercadoria a ser consumida em viagens realizadas por quaisquer motivos, pressupondo outros consumos [...].

A partir da globalização, as especificidades dos lugares conquistaram grande foco e, através da publicidade, transformaram tais particularidades em locais que deveriam ser consumidos. Além disso, a necessidade de viagens e do tão cobiçado ócio, foram conquistas

¹³⁷ Visto que trata-se de uma atividade que envolve a produção de uma mercadoria composta basicamente de capital constante e capital variável, além do sobre-trabalho que é apropriado pelos proprietários dos meios produtivos. Para maiores esclarecimentos, ver: Brambatti (2011)

¹³⁸ Ao mesmo tempo em que os países centrais apontavam a industrialização como fator de crescimento econômico, o turismo foi chamado de “A indústria sem chaminés” por intelectuais e governantes da época.

¹³⁹ A atividade turística cresceu a ponto de que dados da OIT (Organização internacional do Turismo) do ano de 1996 apontaram-na como “a maior indústria existente” visto que a renda auferida ultrapassou a do petróleo, montadora de veículos, têxteis e demais serviços. Atualmente, é vista como uma saída para as crises econômicas, visto que, enquanto a economia mundial está em recessão, o turismo vem crescendo ano a ano. (MTUR, 2016)

¹⁴⁰ Para Polany (2012) o homem é um ser social, a mudança para uma sociedade submersa no sistema econômico foi um desenvolvimento completamente novo, em que as relações sociais pautaram-se na acumulação, onde a posse, os bens e a cultura que o homem detinha, não eram os fins, mas sim, os meios para se chegar ao fim: adquirir status social.

dos trabalhadores que passaram a dispor de férias e tempo livre, potencializando assim, as viagens.

Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias, baseada na concorrência e na busca da produtividade, origina um processo autodestrutivo, gerando uma sociedade de excluídos.

Esses excluídos também podem - e ainda são - explorados na atividade turística, como por exemplo ao serem absorvidos como mão de obra operacional em grandes empreendimentos, em vez de serem os protagonistas da atividade, ou quando a própria comunidade não consegue acessar os equipamentos de lazer, seu¹⁴¹ território urbano ou rural, ou até mesmo adquirir produtos básicos por conta do aumento de preços que ocorreu advinda da inserção do turismo.

A desigualdade e a exclusão decorrentes da atividade turística ocorrem principalmente por conta da falta de planejamento e execução desregulada da atividade em algumas localidades, além do acúmulo de capital nas mãos de uma elite que pode construir grandes empreendimentos¹⁴² e expropriar a comunidade nativa¹⁴³.

Esse processo pode ser contornável e apresenta, ainda, uma particularidade peculiar: O turismo é capaz de ser desenvolvido em espaços onde grandes indústrias e segmentos econômicos não podem se inserir. Tais como: favelas e periferias, assentamentos rurais, áreas naturais protegidas, comunidades indígenas, quilombolas, dentre outros espaços territoriais.

Da mesma forma que aconteceu com as outras atividades econômicas de larga escala, as experiências negativas advindas da exploração predatória do turismo, somadas à preocupação¹⁴⁴ com os impactos ambientais disseminados a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano¹⁴⁵, colaboraram para que os responsáveis pelo setor

¹⁴¹ A cidade de Barcelona recebe mais de 7,5 milhões de turistas por ano, além de 2,5 milhões de pessoas que aportam na cidade, provenientes de cruzeiros marítimos. Dessa forma, os cidadãos da cidade emergiram-se contra a atividade turística alegando os mais diversos motivos: desde a falta de segurança, até a inflação dos insumos básicos (The Economist, 2015).

¹⁴² Com o discurso de construir empreendimentos para os mega-eventos que ocorrem no Brasil nos anos de 2014 e 2016, o governo do estado do Rio de Janeiro, promoveu intervenções urbanísticas, que alteraram significativamente os fluxos e os usos dos espaços da cidade, provocando o deslocamento compulsório de moradores de favelas com o discurso de que seriam “áreas de risco” (MAGALHÃES, 2013; VEIGA & RIBEIRO, 2014)

¹⁴³ Tal fato ocorreu em São Luís do Maranhão durante o processo de urbanização da Lagoa da Jansen, em que diversos moradores foram expropriados compulsoriamente, os que permaneceram, tiveram seu modo de vida prejudicado. Tais dados estão disponíveis no artigo: “A Turistificação da Lagoa da Jansen em São Luís do Maranhão: Considerações sobre a Comunidade do Entorno” (ANDRADE, SANTOS e PINHEIRO, 2010)

¹⁴⁴ Preocupações concernentes aos impactos da visitação sobre a natureza trouxeram importantes reflexões sobre os rumos da atividade de modo a coibir/mitigar a ação predatória sobre os recursos naturais, bem como sobre a comunidade envolvida (RUSCHMANN, 1997).

¹⁴⁵ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, durante a qual o “meio ambiente” surgiu na agenda internacional, foi proposta inicialmente pela Suécia, preocupada com a chuva ácida, poluição no Báltico, e os níveis de pesticida e metais pesados encontrados em peixes e aves. Uma

adotassem posturas diferentes, com o intuito de transformar o turismo em uma atividade que propicia benefícios constantes, não somente lucro imediato, como ocorreu com algumas experiências decorridas do eixo do turismo convencional, ou turismo de massa¹⁴⁶.

Na contemporaneidade, a lógica capitalista da acumulação não logra mais êxito ao desapropriar os povos e territórios tradicionais com a mesma facilidade dos tempos das Grandes Navegações. A história recente apresenta uma série de movimentos sociais, difundidos por todo o globo, que questionam e insurgem contra a dominação da natureza e do homem para a manutenção de um sistema hegemônico que pouco se preocupou com a sustentabilidade socioambiental até meados dos anos 1980.

Dessa forma, as novas formas de desempenhar o fenômeno turístico são tratadas de maneira tanto política quanto econômica pois precisa ser desenvolvido seguindo os pilares do planejamento de tal forma que venha a proporcionar tanto aos turistas quanto aos autóctones¹⁴⁷ (de hoje e das gerações futuras) a satisfação de suas necessidades.

Porém, como visto capítulo 03 deste trabalho, esses indivíduos são demasiadamente negligenciados pelo poder público, excluídos dos grandes programas de desenvolvimento, não tendo outra alternativa a não ser organizar-se e promover um desenvolvimento endógeno.

Este aspecto e os atributos e características essenciais que o turismo reúne para a diminuição da desigualdade social e econômica são enfatizados como uma estratégia para a propulsão do desenvolvimento garantido pela Constituição de 1988¹⁴⁸.

Assim, como diz Coriolano (2006, p. 371):

Na contradição de que destrói e beneficia, o turismo pode ser visto positivamente tal como na perspectiva da tese, que ao incorporar a antítese, o seu contraponto, transforma-se em síntese, ponto e novamente contraposição da posição, marcando o processo evolutivo da sociedade.

Um desses pontos positivos ensejados pelo processo evolutivo da sociedade, também¹⁴⁹ ocorreu no Brasil. Nas primeiras edições do Encontro Nacional de Turismo com

assim chamada internacionalização massiva que estaria ocorrendo por mero acaso projetou sua sombra antes de seu surgimento: o lixo industrial escapa à sobra nacional, não se apresenta na alfandega, não usa passaporte. Os países descobriram que não eram entidades auto-suficientes, mas sujeitos à ação de outros países. Assim surgiu uma nova categoria de problemas: as “questões globais” (SACKS, 2000).

¹⁴⁶ A massificação do turismo de acordo com Netto e Trigo (2009, p. 36) foi intensificada pelo desenvolvimento das novas tecnologias de telecomunicações, expressando na internet uma de suas maiores possibilidades, tornou possível uma organização de negócios e de troca de informações em escala global que facilitou ainda mais os acessos para milhões de pessoas.

¹⁴⁷ A comunidade autóctone é um coletivo humano que recebe uma dupla corrente migratória: a turística e a laboral. Influi sobre ambas e é influenciado por elas (BENI, 1998)

¹⁴⁸ A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o Turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 1988).

¹⁴⁹ O TBC na América Latina possui experiências muito fortes e está presente em todos os países. Neste continente, as iniciativas desenvolvidas na região procuram aliar lugares de rara beleza cênica com manifestações culturais

Base Local (ENTBL) no ano de 1997 foram discutidas as experiências de TBC em curso no país em meados dos anos 1980 até os anos 1990.

O TBC apresenta a particularidade de não se apropriar de um conceito definido, apenas ideias balizadoras pautadas em preceitos do Desenvolvimento Sustentável e incorporadas nos projetos praticados. Sendo assim, as palavras de Bursztyn (2012, p. 71) fundamentam essa afirmação:

Apresentar um marco conceitual para o TBC não é das tarefas mais fáceis. Muitas são as abordagens possíveis, e as referências que podem guiar um discurso, que busque definir esta atividade em seu fundamento, é diverso. Não se pode falar em modelos ou quaisquer outras formas simplificadoras. A diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem de cada uma das iniciativas autoproclamadas “comunitárias” únicas. Tentar compreender essa diversidade e extrair ensinamentos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas é, sem dúvida, um grande desafio.

No entanto, as experiências analisadas, têm como prerrogativa o protagonismo das comunidades locais. E, para o autor:

a participação social precisa ser constantemente estimulada. As estratégias de mobilização, os espaços de diálogo e as metodologias de trabalho devem ser estabelecidos de acordo com dinâmica social de cada lugar. Este é um processo lento, que envolve custos adicionais e, por vezes, não encontram respaldo nos cronogramas físicos e financeiros dos projetos. (BURSZTYN, 2012, p.71).

Após quase 20 anos do primeiro ENTBL e das experiências amparadas pelo MTur¹⁵⁰ no ano de 2008, o Caderno Virtual do Turismo lançou uma publicação e fez um apanhado sobre as iniciativas brasileiras já analisadas:

No entanto, após esse momento inicial de grande exposição, o TBC perdeu espaço na pasta e voltou a ocupar lugar marginal nas pautas oficiais do turismo nacional. A falta de continuidade do apoio institucional e financeiro teve como reflexo imediato a desarticulação de muitas das iniciativas locais e das redes que vinham se formando ou se fortalecendo a partir do movimento impulsionado pelo governo federal. [...] Inúmeros desafios foram apontados para os insucessos, tais como: acesso ao mercado e processos de comercialização adequados a realidade das iniciativas; processos de governança e gestão do território e seus recursos; qualificação dos serviços, dentre outros. Mesmo com as dificuldades apontadas, o TBC continuou seguindo seu caminho. Muitas novas experiências surgiram nos últimos anos e novos atores sociais se juntaram ao processo. (BARTHOLO, BURSZTYN, FRATUCCI E ASSAD, 2016, p.07)

Segundo Coriolano (2006, p. 373) o que ocorre é que “o turismo não é diferente de nenhuma atividade capitalista, não é maldição e nem benção, é resultado das práticas políticas

únicas. Tem como seu principal alicerce as comunidades rurais de origem indígena espalhadas pela região dos Andes e América Central, onde muitas delas ainda mantêm tradições pré colombianas. (BURSZTYN, 2012)

¹⁵⁰ Edital 01/2008 do MTUR, voltado para o fomento à iniciativas de TBC no Brasil.

dos discursos hegemônicos e dos de resistência”. Para alguns autores, não há possibilidade de mudanças dentro do capitalismo, para outros, as resistências e lutas são tentativas de desconstrução desse sistema.

Ainda sobre o TBC, a cultura local emerge como ponto de fascinação, os locais massificados e homogêneos, ou ainda, grandes empreendimentos erguidos puramente para fruição e lazer, não são mais tão cobiçados como outrora.

Dessa forma, emerge a busca por locais de rara beleza natural com populações que sobrevivem essencialmente deste meio, sem grandes integrações com o global, na busca por experiências mais autênticas. Doravante, problemas aparecem ao atrelar a cultura à atividade turística, com fins puramente mercantis:

A busca dos elementos característicos e diferenciais de cada cultura aparece como uma necessidade de mercado, a cultura autóctone é a matéria-prima para a criação de um produto turístico comercializável e competitivo internacionalmente. O legado cultural, assim transformado em produto para o consumo, perde seu significado. A cultura deixa de ser importante por si mesma e passa a ser importante por suas implicações econômicas. A história não é importante porque mostra as raízes, mas porque traz dinheiro. (BARRETO, 2007, p. 106):

Um dos grandes desafios do turismo é desenvolver a qualidade de vida dos moradores do sítio¹⁵¹ e vivências reais para os turistas¹⁵², em um espaço que articule passado e presente, tradição e modernidade.

Mas não podemos nos ater somente a essa dicotomia, o debate é mais profundo, por isso, há uma necessidade de aplicar novas bases para um turismo presente nas agendas de pesquisa e dos governos, que seja integrada em uma política de desenvolvimento nacional que considere a pluraridade cultural de seu extenso território.

Um dos instrumentos norteadores para alcançar esses objetivos, pode ser a leitura e aplicação do art. 5º da Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2000). Que, segundo Vilani (2012, p.66) “expressamente traduz alguns dos elementos constitucionais do desenvolvimento sustentável:

I – Democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral;
II – reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;

¹⁵¹ Sítio aqui entendido como lugar de relações vinculantes, entidades imateriais que relacionam indivíduos e organizações sociais, um espaço que agrega comportamentos individuais e coletivos e suas manifestações, dada uma região. Ver: Heidegger (1976) e Zaoual (2006).

¹⁵² Segundo Krippendorf (2003,p.47) “O homem viaja, sobretudo em função de um desejo de fuga, onde o universo industrial é percebido como uma prisão que incita a evasão.”.

IV – estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos brasileiros, com vistas a atrair turistas nacionais e estrangeiros, diversificando os fluxos entre as unidades da Federação e buscando beneficiar, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social;

V- propiciar o suporte a programas estratégicos de captação e apoio à realização de feiras e exposições de negócios, viagens de incentivo, congressos e eventos nacionais e internacionais;

VI – promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

VIII – propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural.

A atividade turística, portanto, deve basear-se em princípios éticos e proporcionar primeiramente - aos residentes - uma vida digna, cumprindo os preceitos da Carta Magna¹⁵³ e, acima de tudo, deve respeitar a vontade dos residentes e seus modos próprios de gestão da atividade. Trata-se de uma atividade política, além de mercadológica pois pressupõe processos de luta e reivindicação de melhores qualidades de vida de comunidades tradicionais que, muitas vezes, são expropriadas do seu território para dar lugar a um Turismo que atende ao mercado e enriquece os grandes empresários e que ainda destitui o conceito de Turismo Sustentável.

¹⁵³ Ao analisar a Política Nacional de Turismo, Vilani (2012, p.63) qualificou doutrinariamente o termo sustentável fundado nos seguintes pilares do texto constitucional: a) desenvolvimento nacional (art. 3º, II, CF/88); b) redução das desigualdades regionais e sociais (art. 3º, III c/c art. 170, VII, CF/88); c) ordem econômica com vista a assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social em consonância com a preservação ambiental (art. 170, caput e VI, CF/88) d) meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, CF/88); e) responsabilidade intergeracional (art. 225, caput).

5. ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS OBTIDOS

O presente estudo é fundamentado na proposta de projeto do CNPT/ICMBIO e financiado pelo PNUD BRA/08/023 - Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socio Ambiental, com o tema: Populações Tradicionais – Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária, que teve por objetivo “elaborar uma proposta de ecoturismo de base comunitária na Ilha dos Lençóis, na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, servindo como experiência piloto e base para aplicação em outras comunidades da RESEX com vocação para o Turismo”.

Para alcance dos objetivos propostos, foi utilizada a metodologia de estudo de caso, com trabalho de campo realizado na Ilha dos Lençóis nos dias 08 e 09 de Outubro de 2016. Tratou-se de uma investigação das experiências com levantamento *in loco*, cujo planejamento foi flexível durante o trabalho de investigação, estimulando novas descobertas (GIL, 2008).

Segundo, Calanzas (2007, p.22), o estudo de caso é caracterizado pela investigação empírica em que a análise sobre o fenômeno ocorre em seu contexto real. Busca-se “compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto”.

Além disso, o enfoque descritivo e indutivo do *estudo de caso* – entendido como um “exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular”) ratifica as características qualitativas do presente estudo (GODOY, 1995, p. 3).

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a aplicação de questionário semi-estruturado e entrevistas roteirizadas junto aos gestores públicos e lideranças locais constando perguntas abertas e fechadas adequadas a realidade da comunidade da Ilha dos Lençóis.

O questionário (ANEXO) foi composto por 35 perguntas abertas e/ou fechadas, categorizadas, tabuladas e analisadas em planilhas eletrônicas. As perguntas que permitiam mais de uma resposta foram analisadas de acordo com a frequência em que foram citadas.

As questões abertas e o conteúdo coletado por meio das entrevistas junto aos gestores e lideranças locais (ANEXO) foram tratadas descritivamente através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Por fim, empregou-se a estratégia de triangulação (FLICK, 2005), combinando os elementos dispostos no referencial teórico, análise dos dados provenientes do questionário, das entrevistas, de documentos institucionais e do caderno de campo.

5.1. Discussão dos resultados

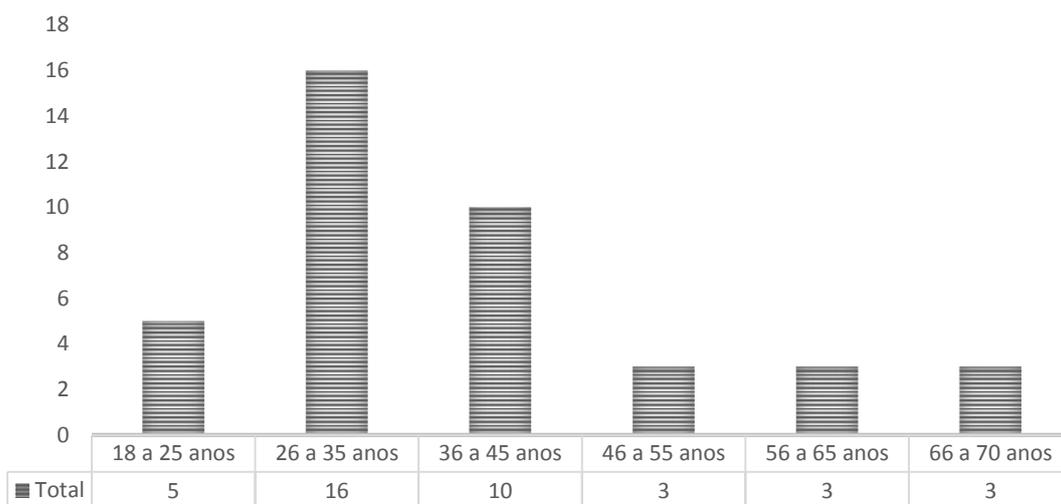
No entender de Coriolano (2002), o desenvolvimento através da atividade turística significa, acima de tudo, um desenvolvimento em escala humana, atendendo às demandas sociais. Nele, o homem passa a ser a medida de todas as coisas e não apenas índices quantitativos e lucro.

Segundo os preceitos de uma RESEX, cujo objetivo principal é assegurar a qualidade de vida da população residente, o protagonista da exploração turística da Ilha dos Lençóis é o morador, ator social imprescindível para a materialização de um TBC que efetivamente aplique as premissas da base teórica. Sendo assim, as informações coletadas *in loco* são subsídio para a análise do objeto de estudo em questão.

Os primeiros aspectos observados na pesquisa dizem respeito ao perfil geral da comunidade. Em relação ao sexo, a pequena maioria entrevistada (52%) é composta por residentes do sexo masculino.

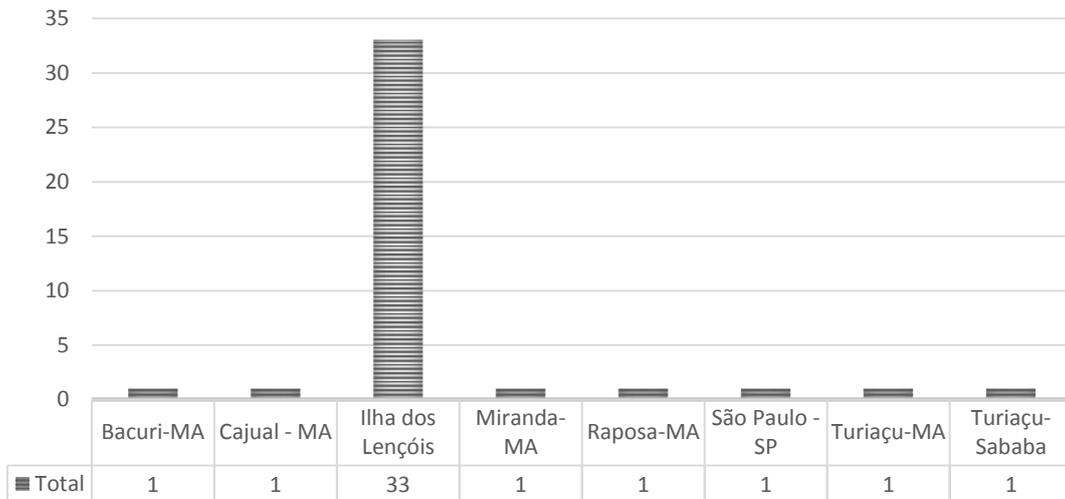
A faixa etária dos residentes entrevistados que, em sua maioria, (26 residentes) encontram-se na fase adulta é um fator relevante de análise, bem como o local de nascimento, visto que 33 entrevistados são nativos da ilha. Corrobora-se, através dos dados empíricos, que existe um forte vínculo entre os moradores e sensação de pertencimento com o lugar.

Gráfico 01: Faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

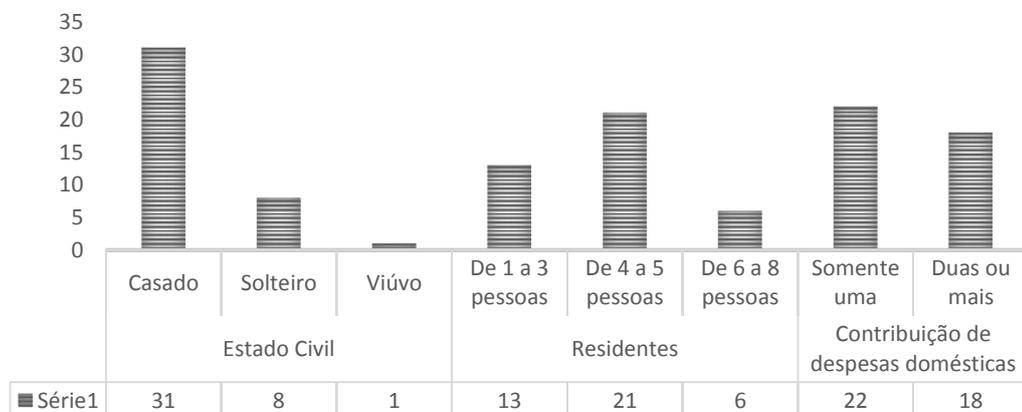
Gráfico 02: Local de nascimento



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

O Gráfico 03 nos apresenta uma visão geral sobre o estado civil, a quantidade de residentes em uma mesma casa e quantos residentes contribuem com as despesas domésticas. A partir dos dados coletados, observa-se que 31 residentes afirmam que são casados. De maneira geral as residências são numerosas visto que 21 entrevistados afirmam que residem com até 5 pessoas, seguido por 13 que residem em domicílios com até 3 pessoas e 6 que residem em domicílios com até 8 pessoas.

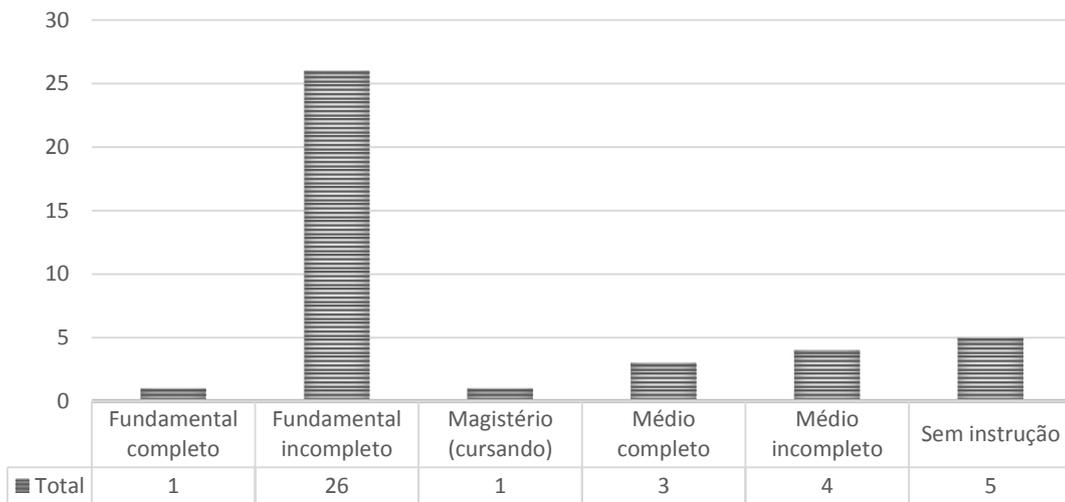
Gráfico 03: Estado Civil, quantidade de residentes por domicílio, contribuição nas despesas domésticas



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Dando continuidade ao mapeamento do perfil socioeconômico da comunidade da Ilha dos Lençóis, no Gráfico 04 visualizamos que 26 comunitários cursaram o ensino fundamental, mas não o completaram. Em seguida, cinco afirmam que não têm instrução. As condições de educação, bem como as condições gerais de saúde e trabalho são elementos citados com frequência durante as entrevistas com os comunitários, e são motivo de grande preocupação.

Gráfico 04: Grau de escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Além de a educação ser um direito constitucional assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação¹⁵⁴ Nacional (LDB)¹⁵⁵, algumas discussões apontam-na como a viga-mestra¹⁵⁶ do desenvolvimento, visto que, com o avanço dos conhecimentos adquiridos, o indivíduo gradualmente se tornará capacitado a investir nas esferas políticas, econômicas e sociais, já que estará mais consciente do seu papel enquanto cidadão, além de ter suas capacidades de crítica e de argumentação ampliadas¹⁵⁷ (PINHEIRO, 2014).

¹⁵⁴ [...] entende-se que a educação é uma das fontes principais do crescimento econômico depois de ajustarem-se as diferenças nas capacidades inatas e características associadas que afetam os rendimentos, independentemente da educação (SCHULTZ, 1973, p. 58).

¹⁵⁵ Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1996).

¹⁵⁶ Durkheim (1981) enfatiza que a educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio social a que a criança particularmente se destine.

¹⁵⁷ Este fato ocasiona de forma efetiva a busca incessante por melhorias, tanto no contexto individual quanto no coletivo.

Em entrevista concedida para a composição da pesquisa, a comunitária Renata Rabelo que tem seus dois filhos estudando na Unidade Integrada São José¹⁵⁸, explicitou a preocupação com as condições de educação em um questionamento aberto, conforme fragmento abaixo:

Cíntia Pinheiro: Renata, tu quer adicionar alguma coisa, quer falar alguma coisa que eu não te perguntei?

Renata Rabelo: Eu acho que, assim, da escola, não é? **Da educação que está precária aqui, mesmo.** Outro dia, os meninos vieram com dois pedaços de galinha porque não tinha gás na escola. Então, não estava fazendo merenda. Então, eu queria por essa parte. A prefeitura, não é? Procurar se lembrar das crianças que estão estudando. Fazer com que tenha mais professores que está em falta também. E dê oportunidade para as pessoas que estão estudando, que têm muitas pessoas que estão estudando aqui próximo. Estão fazendo Magistério¹⁵⁹ e quer nova oportunidade, não é? Então, eu acho que é isso. Tem professor próximo e a prefeitura não procura se manifestar, enquanto os alunos estão perdendo aula. Não tem as matérias suficientes, não é? Então, uma criança de quarta série, tem vez que não sabe fazer nem uma conta de dividir. Então, isso aí está precária mesmo. E da saúde também. Está esquecida mesmo. (Entrevista, 2016. Grifo nosso)

É importante salientar que a falta de escola de ensino médio faz com que muitos jovens partam em busca de estudo em municípios próximos, como Apicum-Açu e Cururupu, além de capitais como Belém ou São Luís. Tal situação causa uma circulação de moradores ilha-continente, sendo que muitas vezes, o retorno destes moradores só acontece por conta de situações limite: como desemprego, fome ou abuso de drogas.

De acordo com Gomes (2013, p. 655):

[...] se uma população ou uma comunidade humana é despertada para um nível de aspirações mais elevado sem que paralelamente lhe sejam fornecidas melhores condições educacionais conduz a situações não evolutivas, quando não a tensões sociais. [...]Dentre eles parece-nos de interesse destacar: — a urbanização progressiva do espaço social, com a migração para a cidade de grandes volumes populacionais do meio rural; — a comunicação social, assente na difusão dos meios de informação, do acesso generalizado à cultura, e da participação na vida da sociedade; — a socialização sob múltiplas formas de extensos sectores da vida da comunidade, com os consequentes benefícios na utilização geral dos bens essenciais; — a mobilidade social, fruto das transformações verificadas no estatuto social, e das próprias exigências da vida produtiva em constante transformação.

¹⁵⁸A Unidade Integrada São José atualmente funciona em uma construção arrendada de um comunitário (anteriormente era a Pousada Filhos da Lua) pela prefeitura de Cururupu, visto que as antigas dependências da escola foram soterradas pelo avanço das dunas. O chefe da RESEX, Eduardo Borba, afirmou em entrevista que a prefeitura não realizou nenhum tipo de estudo prévio antes iniciar a construção de uma escola de alvenaria. Segundo o chefe, a localização escolhida foi inapropriada devido o avanço frequente das dunas.

¹⁵⁹Três mulheres residentes na Ilha dos Lençóis estão cursando o Magistério e almejam lecionar na RESEX. As Diretrizes Curriculares Nacionais preveem a educação escolar indígena, quilombola, do campo e educação ambiental em seu Art. 27º: “Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.” (BRASIL, 1996).

Pereira (2007, p. 31) já havia questionado os ilhéus sobre a vontade de emigrar em busca de melhores condições de vida, e através de relatos orais, constatou que há de quem já partiu, o desejo de volta, principalmente porque nas cidades prevalece a individualidade: “lá, é tudo no dinheiro; aqui não; um ajuda o outro”.

A comunitária Renata, ao ser questionada sobre quais benefícios espera alcançar com a exploração da atividade turística, remete, novamente a questão da educação e melhores condições de vida:

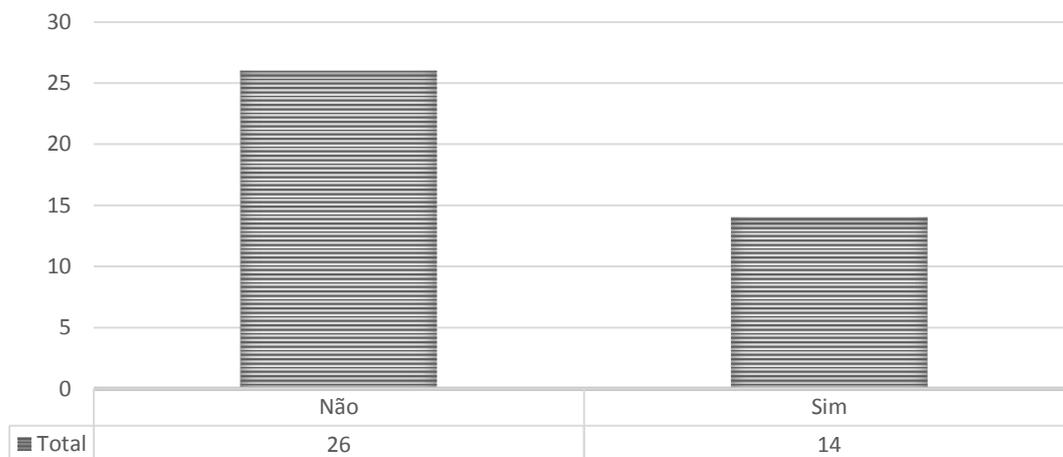
Cíntia Pinheiro: Quais os benefícios que tu espera que turismo traga para vocês? O que tu tens de sonhos que possa me falar um pouquinho?

Renata Rabelo: Ah, eu espero que, através do turismo, não só para a comunidade, mas para mim, eu espero que possa me ajudar mais, como está me ajudando. **Poder botar meus filhos numa escola para estudar, ser alguém na vida, não é?** Porque o pai deles é pescador, mas eu quero mais para eles, não é? **Eu quero que seja um doutor, um professor.** Então, eu quero que me ajude nessa parte. Não só a mim, mas como os outros que trabalham com turismo, não é? **Acho que cada um pensa nessa parte de ajudar mais e crescer um pouco, não é? Ter sua casinha melhor na cidade.** Porque aqui não tem como fazer porque as dunas tomam de conta. **Então, poder fazer sua casinha melhor em Apicum-Açu e ter mais conhecimento, não é?** (Entrevista, 2016. Grifo nosso).

Outro ponto relevante, além da busca por melhores condições de vida, que fica evidente na fala de Renata é a sua preocupação com questões ambientais, como o avanço das dunas e do mar, que serão discutidas em tópicos subsequentes.

No Gráfico 05 percebe-se que há em 26 entrevistados o desejo de partir. Esses desejos provêm em maior número, de mulheres com filhos em idade escolar.

Gráfico 05: Desejo de mudar-se



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

O Perfil da Família Beneficiária da RESEX definido pela Portaria nº 126 de 04 de dezembro de 2014 disposto no Quadro 11 prevê que caso o chefe da família (pescador ou pescadora) continue morando em uma das ilhas, não deixará de ser um beneficiário residente.

QUADRO 11: Perfil da Família Beneficiária

Perfil	Casos	Definição
Beneficiário Residente	1	Mora na comunidade e faz parte da cadeia produtiva.
	2	O chefe da família faz parte da cadeia produtiva e mora na reserva, mas o restante da família está fora dos limites da reserva.
Usuário Externo	3**	Membro ou toda a família ausentou-se da reserva e mantém vínculo familiar na reserva.
	4**	Família utiliza a casa em períodos de férias ou períodos eventuais e participa da cadeia produtiva. Não depende exclusivamente da cadeia produtiva.
	5***	O chefe da família faz parte da cadeia produtiva e mora fora dos limites da reserva com sua família.
	6***	Família utiliza a casa** na comunidade somente para lazer não deixando vínculo familiar.
	7***	Toda a família foi embora e se desfez de seus pertences não deixando vínculo familiar.
<p>Legenda: VERDE = Beneficiário Residente (1 e 2) AMARELO = Usuário Externo Direto (3, 4 e 5) VERMELHO = Usuário Externo Indireto (6 e 7) * As definições contidas na tabela referem-se à população tradicional no contexto da RESEX de Cururupu ** Esses casos podem migrar para a condição de Beneficiário Residente. *** Esses casos não há a possibilidade de migrar para a condição de Beneficiário Residente</p>		

Fonte: ICMBio (2016)

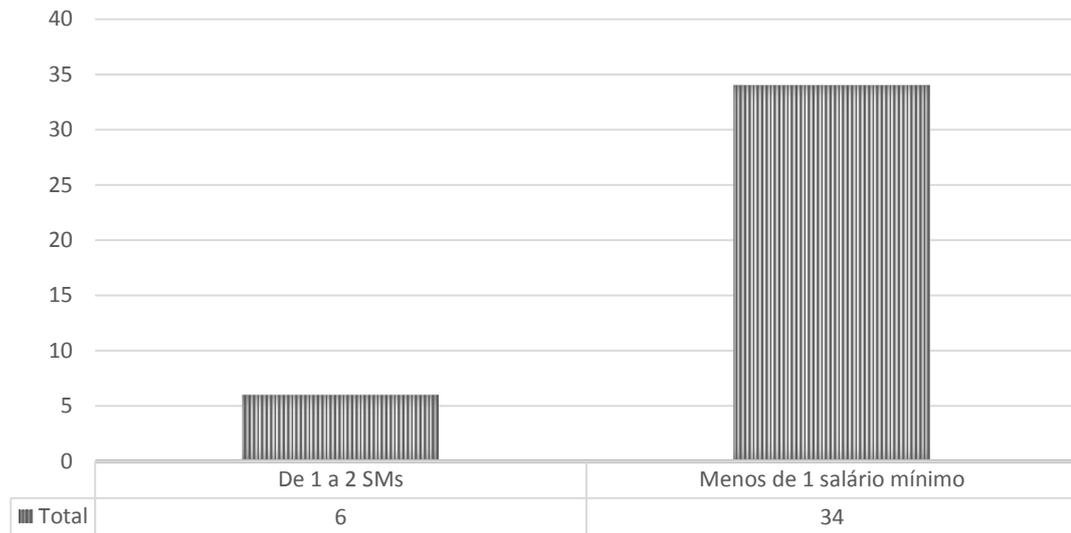
Comunidades tradicionais inseridas em UCs tem seus direitos¹⁶⁰ diferenciados, como a posse do território e liberdade para exercer seus modos de vida. Há um consenso entre os entrevistados e os gestores do ICMBio que a pesca é a atividade econômica mais importante para os habitantes da ilha, é a pesca que sustenta suas vidas, o comércio gira em torno da pesca e a RESEX foi estabelecida, primordialmente, para assegurar o modo de vida tradicional ameaçado por grandes barcos industriais que provinham de estados como o Ceará e Belém, dirimindo o patrimônio natural e afrontando as comunidades tradicionais que realizavam a pesca de modo sustentável – em baixa escala – e que respeitava os ciclos de reprodução.

Além da atividade pesqueira, outra atividade econômica exercida é o TBC. No universo das 12 ilhas, Lençóis é a mais visitada, tanto por turistas nacionais quanto estrangeiros. É também palco de documentários sobre o Sebastianismo e filmes comerciais.

¹⁶⁰ No Artigo 3º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, está definido um dos objetivos: “Garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica” (BRASIL, 2007).

Para se ter uma base sobre a a faixa de renda mensal dos moradores, é necessário identificar aspectos relacionados ao seu modo de vida, ainda assim, sabe-se que é muito baixa. Do universo pesquisado, 34 pessoas sobrevivem com menos de um salário mínimo por mês.

Gráfico 06: Faixa de renda mensal



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

A renda¹⁶¹ média de um pescador varia de acordo com sua categoria¹⁶² e com a quantidade do pescado adquirido em um determinado período que dura quinze dias e é regido pelas fases da lua, denominado por eles de marezada. No que tange a comercialização do pescado, em decorrência de um considerável número de intermediários¹⁶³ nesta atividade a remuneração é ainda menor.

As mulheres da Ilha dos Lençóis têm participação ativa¹⁶⁴ na renda familiar, desenvolvem atividades remuneradas como a pesca, fabricação do carvão vegetal, produção de redes de pesca e colheita de frutos nativos como o murici.

Diversos estudos realizados em comunidades tradicionais que economicamente se mantêm da pesca artesanal, apontam que a família é o núcleo difusor da organização social.

¹⁶¹ A atividade beira a subsistência com economia de escambo de mercadorias e trabalho, dificultando a contabilização da Renda *Per Capita*.

¹⁶² A atividade econômica da pesca é realizada seguindo as normas aprovadas coletivamente por meio da Portaria nº 122 ICMBio/MMA. No acordo são descritas as atividades e os objetos permitidos e proibidos na Reserva.

¹⁶³ O “patrão de pesca” (dono dos apetrechos, embarcação e/ou financiador) recebe parte dos ganhos.

¹⁶⁴ As mulheres na pesca estão geralmente associadas à mariscagem e à pesca desembarcada, isto é, às margens dos cursos d’água. Possuem, desta forma, grande conhecimento tradicional associado a essas atividades (SOUTO et. al. 2009; FREITAS et. al., 2012).

De acordo com as palavras de Lailson coletadas durante a pesquisa de campo: “*aqui, todo mundo é de uma família*¹⁶⁵ só”. Sendo assim, ocorre uma divisão do trabalho em termos de integrantes da família, observados em função de gênero, idade e condições físicas. Geralmente o homem é o responsável pela gestão dos recursos financeiros oriundos da venda do pescado, destinado à obtenção dos mantimentos e insumos da família, assim como à sociabilidade comunal, (ICMBio, 2016), mas cabe a mulher¹⁶⁶ o papel de gerir os recursos advindos dos programas sociais, como o Bolsa Família.

As demais atividades econômicas podem ser visualizadas no Quadro 12. Ressalta-se que os residentes que são guia de turismo, comerciantes, ajudante de usina e estudante, também são pescadores.

Quadro 12: Atividades econômicas

Pescador	30
Dona de casa	3
Guia de Turismo	3
Comerciante	2
Desempregado	2
Auxiliar de cozinha	3
Estudante	1
Ajudante de usina	1
Agente comunitário de saúde	1
Auxiliar de serviços gerais	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

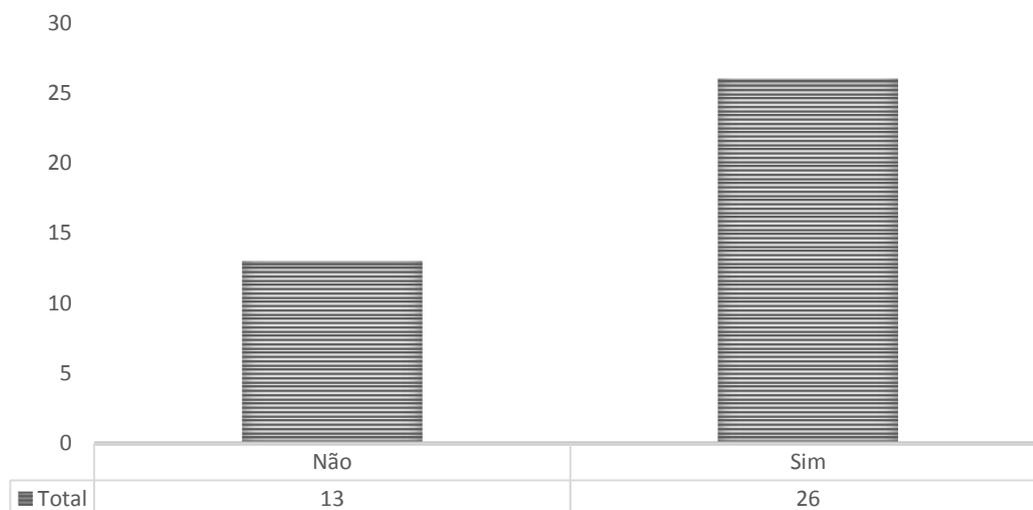
O Gráfico a seguir aponta que 26 famílias usufruem dos benefícios advindos de Programas de Transferência de Renda da esfera federal e estadual¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Pereira (2000) construiu sua dissertação de mestrado sobre as questões do Sebastianismo e do Albinismo presentes na Ilha dos Lençóis. Leitura imprescindível na qual é possível constatar que os primeiros pesquisadores e turistas a visitar a Ilha dos Lençóis, o faziam por conta da mídia sensacionalista que vendia a imagem de uma “Ilha Encantada, morada do Rei Sebastião e que tinha a maior comunidade de albinos do mundo.” Em sua pesquisa, a autora traz a questão do casamento entre membros de uma mesma família na Ilha dos Lençóis, fato que contribuiu para o alto índice de albinismo na localidade.

¹⁶⁶ Em estudo da Cepal (2012) foi analisado o fato de que os programas de transferência de renda centralizam os recebimentos dos benefícios na mulher. Esse fenômeno é chamado de “maternalismo social” e transforma as mulheres em instrumentos da política social, corresponsáveis na gestão familiar. Por outro lado, essa condicionalidade não ajuda a diminuir a desigualdade de gênero, visto que tais mulheres não estão inseridas em atividades econômicas fora do ambiente doméstico (STECHI, 2015). Esta análise não cabe em ambientes rurais ou na Ilha dos Lençóis, por exemplo, visto que, como já dito, as mulheres participam das atividades econômicas em suas nuances particulares às Unidades de Conservação.

¹⁶⁷ O Bolsa Escola conhecido como Mais Bolsa Família, é um programa do Governo do Estado do Maranhão, executado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que consiste na complementação de renda às famílias maranhenses por meio da exclusiva compra de materiais de uso escolar (MARANHÃO, 2016).

Gráfico 07: Residentes beneficiados por programas de transferência de renda



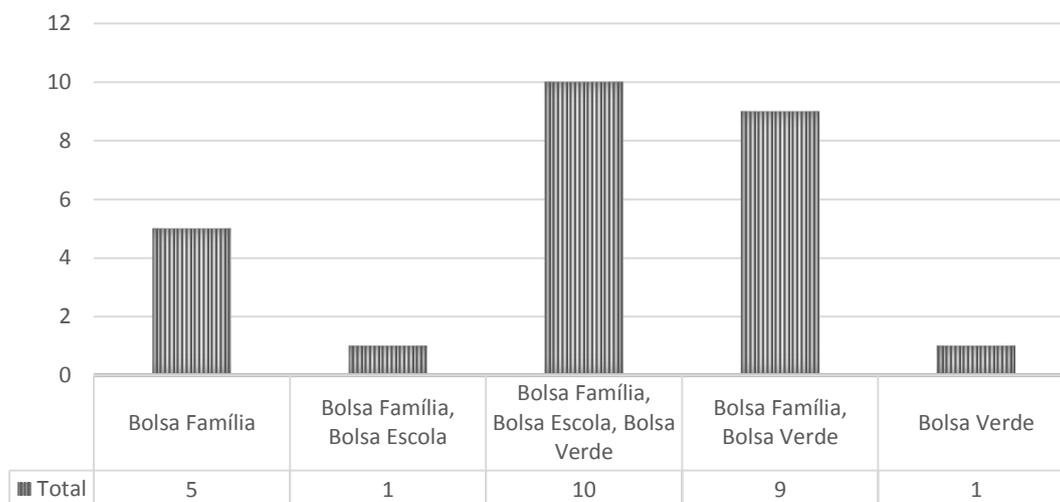
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Durante as entrevistas realizadas nos ambientes domésticos, constatou-se que todo o universo pesquisado recebe recursos advindos dos Programas de Transferência de Renda. Os 13 entrevistados que disseram que não recebem são homens que durante a entrevista falavam “*eu não recebo, ela que recebe*” dirigindo-se à esposa. Um único ilhéu que mora sozinho, afirmou receber apenas o Bolsa Verde¹⁶⁸.

Os Programas Federais que amparam as famílias da Ilha dos Lençóis podem ser visualizada no Gráfico 08.

¹⁶⁸ Inserido no Macro Programa Brasil sem Miséria, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como Bolsa Verde instituído pela Lei 12.512 de 14/10/2011 e regulamentado pelo Decreto nº. 7.572, de 28/09/2011 tem sua execução de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. O Programa concede o benefício trimestral de R\$ 300,00 (concedido por dois anos com a possibilidade de renovação) às famílias em situação de extrema pobreza residentes em Unidades de Conservação, Assentamentos florestais e agroextrativistas. Seus objetivos são: incentivar a conservação dos ecossistemas; promover a cidadania e melhoria das condições de vida; elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural, e; incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

Gráfico 08: Programas de Transferência de Renda



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

O repasse sistemático de Programas de Transferência de Renda auxilia no desenvolvimento socioeconômico de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. Inserido no Macroprograma Brasil Sem Miséria apresentado no capítulo 01 do presente trabalho, as famílias que recebem o Bolsa Família precisam atender a condicionalidades como frequência escolar e acompanhamento de saúde. No Brasil, tais programas são cercados por mitos e desconhecimento por parte de uma parcela da população que alega que o programa tem um viés político e não social (SOUZA, 2015).

Jessé de Souza (2015, p.05) analisa elites de diversas sociedades, inclusive a brasileira, que se mostram contrárias aos programas de transferência de renda, programas de acesso ao microcrédito, políticas de acesso ao ensino superior e aumento real do salário mínimo, com base na obra de teóricos como Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Celso Furtado além de análises estatísticas recentes de pesquisadores como Márcio Pochmann e Marcelo Neri. E diz:

Nas sociedades do passado o privilégio era aberto e religiosamente motivado: alguns tinham “sangue azul” por decisão supostamente divina, o que os legitimava terem acesso a todos os bens e recursos escassos. A sociedade moderna, no entanto, diz de si mesma que superou todos os privilégios injustos. Isso significa que os privilégios injustos de hoje não podem “aparecer” como privilégio, mas sim como, por exemplo, “mérito pessoal” de indivíduos mais capazes, sendo, portanto, supostamente justificável e merecido.

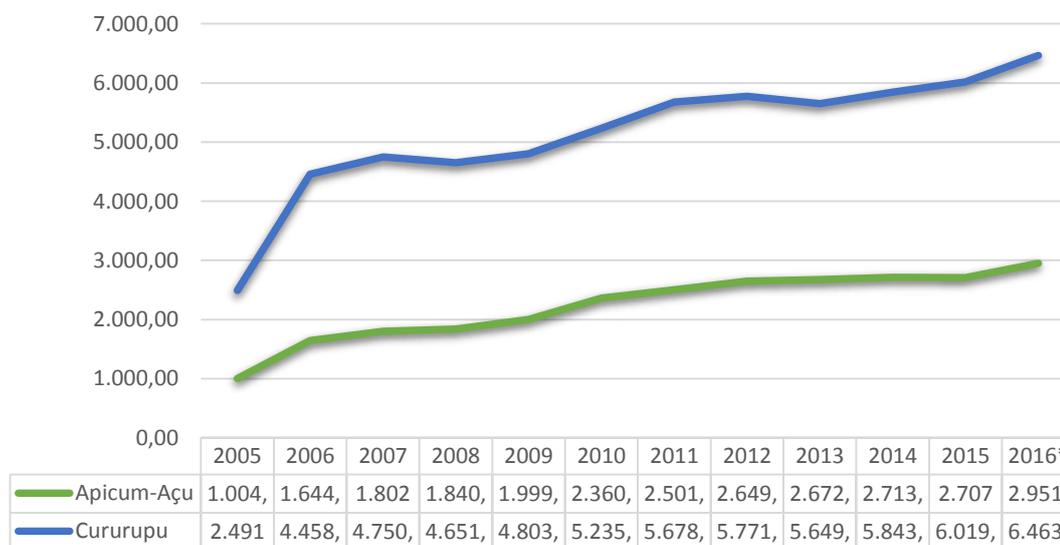
O sociólogo traz implicitamente à tona o termo “meritocracia”, muito em voga nas discussões recentes. Após treze anos de implantação de programas de combate à pobreza e as desigualdades, é possível um olhar para além do debate ideológico, pois o programa se mostrou

efetivo, ao contrário de propostas que surgiram a partir de projetos customizados, elaborados para contextos específicos e que não logravam êxito no Brasil pois não passavam de projetos piloto aplicados em escalas reduzidas (CAMPELLO, 2016).

Em contraponto, o Macroprograma Brasil Sem Miséria apresentou uma metodologia inovadora, com articulação de diversos ministérios e diálogo com as escalas estaduais e municipais, submetendo-se a constante evolução e avaliação, além de permitir a geração de dados¹⁶⁹, estatísticos que demonstram o real impacto e evidências concretas da transformação da vida das famílias, da dinâmica econômica dos territórios e de mudanças estruturais efetivamente promovidas (CAMPELLO, 2016).

O gráfico abaixo, elaborado com os dados disponibilizados pela ferramenta do MDS permitiu identificar que a extensão do Bolsa Família no Estado do Maranhão¹⁷⁰ segue uma lógica de atendimento da demanda.

Gráfico 09: Evolução do número médio de famílias amparadas pelo Programa Bolsa Família entre os anos de 2005 e *junho de 2016 em Apicum-Açu e Cururupu



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do MDS, 2016

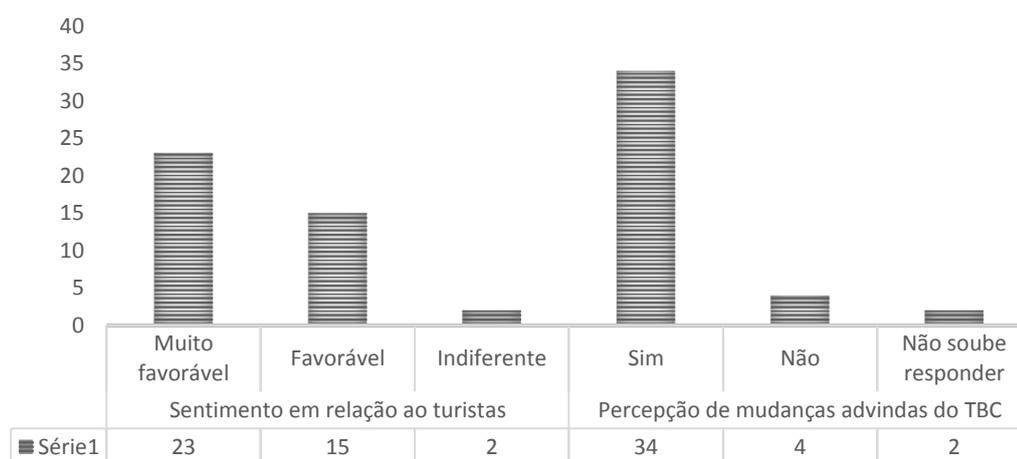
¹⁶⁹ O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) elaborou uma ferramenta digital que articula dados do Cadastro Único que se traduzem em instrumento de auxílio para avaliação e elaboração de políticas públicas em contextos específicos, como estados e municípios. A ferramenta pode ser acessada pelo site: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>> e dispõe de gráficos, relatórios, subsídios para elaboração do PPA, mapa da extrema pobreza, dentre outras ferramentas necessárias e acessíveis aos gestores públicos e pesquisadores.

¹⁷⁰ Dados de junho de 2016 apontam que existem 971.299 famílias beneficiárias do Bolsa Família o que corresponde a 49,08% da população do estado (MDS, 2016).

A evolução observada em São Luís entre 2005 e junho de 2016 tem o mesmo perfil em Apicum-Açu¹⁷¹ e Cururupu¹⁷², que apresentam correlação¹⁷³ estreita (0,915 e 0,917, respectivamente). A maior estreiteza entre Cururupu e Apicum-Açu nesses dados se deve à proximidade maior entre as duas regiões do que com a capital, interferindo em sua composição demográfica e socioeconômica.

Adentrando especificamente a investigação proposta, a comunidade foi questionada quanto a sua disposição a receber o TBC em seu território, além de investigar a percepção de mudanças advindas a partir do incremento da atividade. Conforme gráfico 10, constatou-se que 23 pessoas são muito favoráveis à exploração da atividade turística na Ilha, 15 são favoráveis e duas pessoas são indiferentes. Quanto a percepção de mudanças, 34 afirmaram que houveram mudanças, enquanto quatro afirmaram que não e duas não souberam responder.

Gráfico 10: Sentimento em relação aos turistas e percepção de mudanças na comunidade advindas da exploração do TBC



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Um mês antes da realização da referida pesquisa de campo, a comunidade havia recebido a visita da equipe do filme *O Touro*¹⁷⁴, cujo cenário foi a Ilha dos Lençóis e a trama,

¹⁷¹ 69,22% da população do município é amparada pelo Bolsa Família (MDS, 2016).

¹⁷² 59,80 % da população do município é amparada pelo Bolsa Família.

¹⁷³ Forte correlação linear entre os municípios analisados: São Luís e Cururupu: 0,9173612; São Luís e Apicum-Açu: 0,9158042; Cururupu e Apicum-Açu: 0,971574186

¹⁷⁴ “O Touro” de Larrisa Figueiredo, 2015, foi destaque no festival de Rotterdam.

Sinopse: No litoral do Maranhão, no Nordeste brasileiro, reza a lenda que um antigo rei português, Dom Sebastião, desaparecido no século XVI, protege os habitantes da Ilha dos Lençóis, que acreditam serem seus descendentes. Todas as noites de sexta-feira, o rei aparece encantado na forma de um grande touro negro, mágico. Isso o que a jovem portuguesa, Joana (Joana de Verona), quer comprovar com os seus próprios olhos.

baseada no mito do Rei de Portugal, D.Sebastião. Um grande entusiasmo¹⁷⁵ pautou os relatos sobre a visita da equipe cujo filme foi exibido na escola para toda a comunidade.

FIGURA 21: Exibição do Filme *O Touro*, na Ilha dos Lençóis em Setembro de 2016



Fonte: Figueiredo (2016)

O TBC considera a cultura, a identidade cultural e as territorialidades para fins de troca de saberes, trocas culturais. Quando a comunidade receptora conhece e orgulha-se do seu cabedal cultural, há um fortalecimento e conscientização dessa comunidade, e também de um povo, de uma nação. Esses fatores podem impedir ou minimizar os impactos indesejáveis promovidos pelo turismo, tanto pela influência de outras culturas quanto pela economia de mercado (TAVEIRA, 2015; BURSZTYN, 2012; CORIOLANO, 2009).

O Quadro 13 corrobora essa visão ao apontar que 38 comunitários consideram que houve houve uma valorização da cultura local a partir do incremento do TBC.

¹⁷⁵ De acordo com Dias (2003), o turismo suscita um sentimento de autoestima e orgulho na comunidade anfitriã que é ainda estimulado e fortalecido por meio da mídia.

Quadro 13: Mudanças advindas do processo de exploração do TBC

Valorização da cultura local	38
Divulgação da comunidade	35
Melhoria na aparência da comunidade	30
Diversificação de serviços e comércio	28
Melhorou a qualidade de vida	26
Preservação do meio ambiente	24
Conheceu novas pessoas	23
Geração de empregos	22
Movimentou a economia	22
Trouxe novos conhecimentos	20
Aumentou a violência	2
Não mudou nada	3

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

A elevada população de albinos na Ilha dos Lençóis suscitou um processo de exploração negativa do turismo por meio de repórteres que visitavam a ilha com o intuito de veicular matérias sobre essa situação peculiar. Com ampla rejeição da comunidade que não se sentia à vontade com essa exploração predatória, a veiculação das imagens na mídia começou a alterar, se antes eram os albinos, agora é o patrimônio natural e cultural. Sendo assim, repórteres, fotógrafos, cinegrafistas e pesquisadores continuam expondo as belezas da Olha dos Lençóis, tanto em documentários, quanto em redes sociais e filmes (PEREIRA, 2007).

Além desse ponto, durante a realização da pesquisa empírica, Lailson informou que houve um aumento do comércio¹⁷⁶, corroborado pelos questionários semi-estruturados, onde 28 comunitários afirmaram que houve uma diversificação de serviços e comércio e 22 afirmaram que movimentou a economia. Nas palavras de Lailson:

Nesse período, aumentaram alguns comércios, novos comércios. **A comunidade se deslocou¹⁷⁷ mais para cá, o pessoal veio trocando as moradias aqui para trás e foram crescendo os novos comércios para cá.** Quem estava fixo aqui nesse lugar ficou e eles criaram novos comércios para cá. Mas foi bom porque já fica um pertinho do outro, não precisa a gente andar tanto. O pescador está nesse vai e vem, às vezes vem e vai. Às vezes precisa ter o comércio dos lados para comprar alguma coisa ou então vender o seu produto, porque a gente aqui é na troca: pesca, vende (Entrevista, 2016).

¹⁷⁶ Dentre os produtos disponíveis no comércio, destacam-se os industrializados e as bebidas alcoólicas. Apenas um comércio revende alimentos perecíveis e não perecíveis como ovos, frutas, arroz e etc.

¹⁷⁷ A mudança dos residentes em função do avanço das dunas pode ter sido o motivo para o aumento e diversificação do comércio.

Durante a coleta de dados, mais especificamente sobre este questionamento, foram observados interessantes aspectos, como por exemplo, o fato de que para alguns moradores o turismo foi o responsável por trazer energia¹⁷⁸ elétrica 24 horas para a comunidade, bem como, por uma maior conscientização sobre a preservação da natureza e a realização dos mutirões que ocorrem na Ilha.

Essas melhorias na qualidade de vida e uma maior conscientização sobre o ambiente sensível em que vivem, não está, necessariamente, atrelada ao turismo, mas a atividade acaba se beneficiando. As políticas públicas que trouxeram essas mudanças, foram o Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia e o Bolsa Verde¹⁷⁹.

Para além dos benefícios, dois comunitários informaram que houve um aumento da violência na comunidade. Pereira (2007) já havia relatado que há entre os residentes da Ilha dos Lençóis um receio¹⁸⁰ de que a comunidade acabe à semelhança do que ocorre no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – em especial à comunidade residente em Barreirinhas – isso porque, os comunitários sabem que no leste, há a exploração de um turismo desordenado, amplos índices de criminalidade, disputas fundidárias, especulação imobiliária e outras mazelas.

Como toda a atividade econômica¹⁸¹ e social, se explorado indiscriminadamente, o turismo também pode acentuar problemas como os citados acima, ocasionando descontentamento nos residentes e visitantes e provocando o surgimento de experiências negativas, que envolvem sentimentos, percepções e memórias que podem fugir do controle do ego ou vontade no complexo de inferioridade, de superioridade e de ambição (SILVA, 2001).

Questionados sobre a percepção de impactos negativos 33 comunitários afirmaram que não enquanto sete afirmaram que sim.

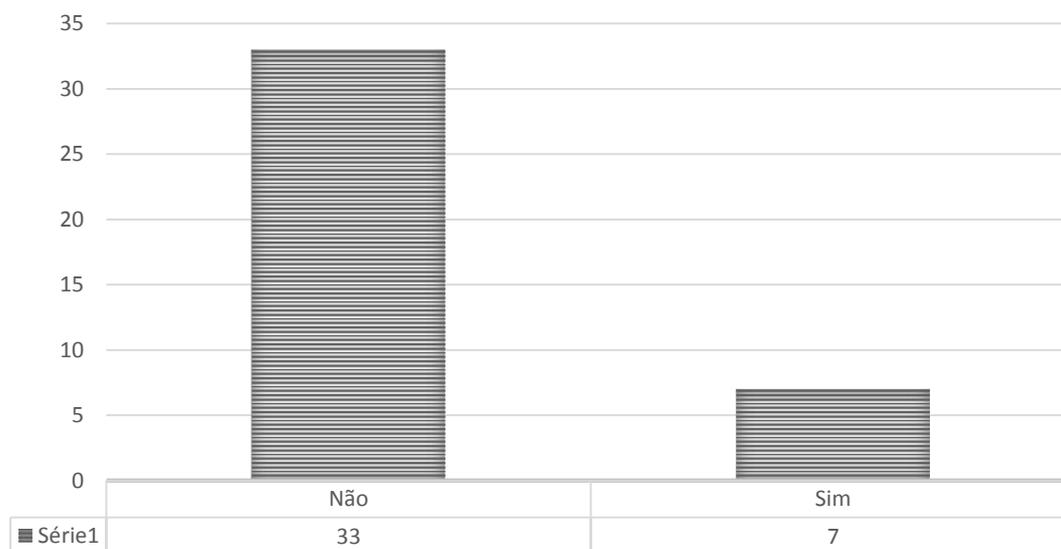
¹⁷⁸ O sistema híbrido é composto por três turbinas eólicas de 7.5 kW, montadas em torres de 30 metros cada e por 162 painéis fotovoltaicos com uma capacidade total de 21 kWp. Um sistema com 120 baterias de 150Ah armazena a energia, que é transformada para uso doméstico por dois inversores de 20 KVA cada, desenvolvidos especialmente para o projeto com tecnologia Brasileira (ICMBIO, 2016).

¹⁷⁹ Na Ilha dos Lençóis existe o Comitê do Bolsa Verde que é responsável por definir as normas para o recebimento do benefício, dentre elas, está inserido a participação no mutirão que acontece nas comunidades.

¹⁸⁰ Durante a entrevista Lailson informou: “Aqui não é aquele turismo capitalista, é uma renda complementar à pesca” (Entrevista, 2016).

¹⁸¹ Ao ser questionado sobre o que o turismo representa para a comunidade, Nango respondeu: “Representa muitas coisas, não é? Economia em termos de dinheiro. Ajuda a comunidade a ter um extrazinho em casa.” (Entrevista, 2016).

Gráfico 11: Percepção de impactos negativos advindos da exploração da atividade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Os problemas citados pelos entrevistados estão dispostos no Quadro 14:

Quadro 14: Impactos advindos da exploração da atividade na opinião de 07 moradores

Crimes e violência	2
Acaba com a nossa tranquilidade, Crimes e violência	1
Aumenta o custo de vida	1
Crimes e violência, maus costumes	1
Drogas, Impactos na natureza	1
Tomar lote dos nativos e comprar casas	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

O sistema de segurança¹⁸² é inexistente na Ilha dos Lençóis, porém, de acordo com relato dos próprios moradores, a ilha é muito tranquila. Questionados sobre a criminalidade, os residentes relataram furtos de celulares e a um veleiro ancorado na ilha.

Somado a estes fatos, moradores informaram que muitas brigas estavam ocorrendo nos bares em função de abuso do álcool e drogas.

¹⁸² No SISTUR, o sistema de segurança de uma localidade corresponde ao conjunto de serviços que objetiva proporcionar à sociedade e a cada indivíduo o maior grau possível de garantia sob os aspectos: físico, político, social, cultural, moral e recreativo. Estão inclusos no sistema as delegacia de policia, postos da policia rodoviária, corpo de bombeiros e postos de salvamento.

O uso de drogas¹⁸³ ilícitas foi associado aos jovens não participantes da pesca, em “virtude da perda de valores morais e da associação destes com moradores das cidades”, especialmente Apicum-Açu (ICMBIO, 2016; PINHEIRO, 2014).

No que se refere à questão fundiária, de acordo com o SNUC:

A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (MMA, 2000).

Apesar do disposto na legislação, ocorrem no interior da ilha diversas disputas fundiárias¹⁸⁴, tanto por parte dos próprios beneficiários da RESEX, quanto por trabalhadores de outros municípios. Tais conflitos são administrados pelo ICMBio por intermédio da AMREC.

O descumprimento das normas¹⁸⁵ reguladas pelo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da RESEX de Cururupu (CCDRU)¹⁸⁶ é passível de punição judicial.

Precisa-se investigações mais profundas para correlacionar ou descartar o aumento desses impactos negativos à atividade turística¹⁸⁷, no entanto, com base nas informações coletadas e nas pesquisas empíricas, esses problemas sociais são internos à comunidade e à exposição com municípios próximos, como Apicum-Açu.

Dando prosseguimento à análise dos dados, os comunitários foram questionados sobre as atividades realizadas individualmente que, do seu ponto de vista, auxiliam no desenvolvimento da atividade turística na comunidade. Dentre as respostas, destacou-se atividades realizadas coletivamente. 34 comunitários afirmaram que ajudam a cuidar dos atrativos da comunidade e 29 afirmaram que contribuem participando das reuniões do conselho.

Essas respostas vão de encontro aos preceitos do TBC e do desenvolvimento, que, para Furtado (2004, p. 485) não são somente processos de acumulação e de aumento de

¹⁸³ Em entrevista realizada com a Prof^a Madian para a composição da presente dissertação, a mesma informou que o abuso de drogas é motivo de grande preocupação entre pais e mães da Ilha dos Lençóis.

¹⁸⁴ Com o avanço das dunas, diversas famílias estão cercando espaços cada vez maiores em seus quintais para posteriormente vender esses “lotes” a nativos que precisam se mudar por conta do iminente soterramento.

¹⁸⁵ Garantia do direito de uso das terras pelos beneficiários; A venda de terrenos é proibida, sem exceções, porém, a venda de imóveis é permitida apenas àqueles que também são beneficiários da RESEX (de beneficiário para beneficiário), por intermédio da AMREC (ICMBIO, 2010).

¹⁸⁶ Instituído no ano de 2010.

¹⁸⁷ Em relação a esse aspecto, Renata acredita que é bom que haja essa proibição de venda de terrenos. Em suas palavras: “só os moradores constroem suas pousadinhas, ganham seu dinheirinho. Aí vem um de fora, cheio do Real, faz uma pousada grande, sofisticada e os moradores vão perder com isso, não é?” (Pesquisa de campo, 2016).

produtividade macroeconômica, mas “principalmente o caminho de acesso de formas sociais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade”.

De fato, comunidades tradicionais são mais propensas ao engajamento coletivo e ajuda mútua, mas como todo agrupamento de seres humanos, conflitos, dinâmicas internas e externas, contribuem para um afastamento e possível individualismo. Para alguns comunitários entrevistados, a tradição de conversar nas portas à noite foi sufocada com a energia 24 Horas, agora, as pessoas ficam em suas casas assistindo televisão mas ainda se reúnem para assistir a jogos importantes de futebol. Essas questões específicas de laços de união serão discutidas mais à frente.

No Quadro 15 foram compiladas as respostas dos comunitários sobre as atividades que realizam com o objetivo de colaborar para o incremento da atividade turística.

Quadro 15: De que forma contribui para o incremento do turismo na comunidade

Ajudo a cuidar dos atrativos da comunidade	34
Participo das reuniões dos conselhos	29
Sou educado com todos	27
Participo de atividades culturais	12
Hospedo turistas na minha residência	9
Trabalho em estabelecimentos ligados ao turismo	5
Faço refeições para os turistas	4
Mostro nossos atrativos aos turistas	3
Produzo e vendo artesanato	3
Nada	7

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Dos entrevistados, 27 comunitários afirmam que são educados com todos. De fato, durante a construção do Inventário Participativo no ano de 2011 a análise da pesquisa de demanda turística apontou para um elevado grau de hospitalidade por parte dos anfitriões (ALVITE *et. al.* 2014, COSTA, 2014). Há ainda um interesse mutuo e positivo¹⁸⁸ entre os visitantes e visitados, que traduzem-se em trocas que favorecem o contato.

Doze comunitários informaram participar de atividades culturais e sabem que também colaboram para a manutenção das tradições e identidade cultural da ilha. As entrevistas foram realizadas em mais de 30 residencias, com conversas que foram além do questionário semi-

¹⁸⁸ De acordo com Renata, as crianças acompanham os turistas nos passeios e conhecem profissões diferentes e são incentivadas a estudar. Nas palavras da comunitária “O turista vem... dá um exemplo: ‘Olha, faço isso e tal. Estudem’.” (pesquisa de campo, 2016)

estruturado. Pesquisadores precisam ater-se em questões-chave para compreender o universo pesquisado e com atenção, notou-se um ponto em comum ente os residentes. Diversos deles sentem vontade de construir um banheiro em sua residência para hospedar turistas. Quando questionados sobre este fato, alegaram que estão acostumados – ainda que o saneamento seja um problema¹⁸⁹ – mas o turista precisa se sentir completamente confortável em sua estadia na Ilha dos Lençóis.

Alguns moradores chegaram a informar que foram contemplados com financiamento pelo Programa Minha Casa Minha Vida e almejavam construir um banheiro¹⁹⁰, porém, segundo eles, o dinheiro nunca chegou. Dos nove entrevistados que afirmaram receber turistas em sua residência, apenas cinco possuem banheiro.

Cinco residentes entrevistadas afirmaram trabalhar em estabelecimentos ligados ao turismo. São mulheres que ajudam no preparo de refeições e limpeza das duas únicas pousadas (que também são residências) em funcionamento na Ilha dos Lençóis.

Três entrevistados informaram que “mostram os atrativos ao turistas” e são, além de guias, pescadores. Um deles é Lailson, cuja colaboração foi de suma importância para a construção deste trabalho, dada a sua jornada enquanto comunitário engajado desde as lutas para o decreto que instituiu a Reserva Extrativista Marinha de Cururupu.

Segundo ele, que demonstrou um profundo conhecimento¹⁹¹ sobre as Ilhas da RESEX, há uma produtora de artesanato na ilha vizinha de Bate-Vento. Em suas palavras: “Ela produz artesanato das cascas do Sururu, do Sarnambi, de casco de marisco, não é? Então, ela é muito curiosa. Ela faz um trabalho bem bonito. Eu quando eu estou fazendo o trabalho com os turistas, eu indico aquelas pessoas que vendem essas coisas”. (Pesquisa de campo, 2016).

Na Ilha dos Lençóis, três mulheres afirmaram produzir artesanatos, são bolsas, tapetes e outros utensílios decorativos que são produzidos e vendidos para a própria comunidade, não havendo estoque. Dessa forma, muito raramente o turista encontra algo para comprar. Segundo Lailson: “Aqui em Lençóis também tem aquelas artesãs que fazem tapete, faz bolsas.

¹⁸⁹ A Ilha dos Lençóis ainda não possui sistema de saneamento básico, dessa forma 66% da comunidade utiliza sanitários e 33% fossas sépticas cujos dejetos são lançados no meio ambiente, nem nenhum tipo de tratamento adequado (PINHEIRO, 2014).

¹⁹⁰ Nas palavras de Nango: “*O turista, às vezes, pode chegar e querer ficar na casa de pescador e ele não ter um banheiro para oferecer para ele, não é? Então, eu acho isso aí um problema também*”. (Entrevista, 2016).

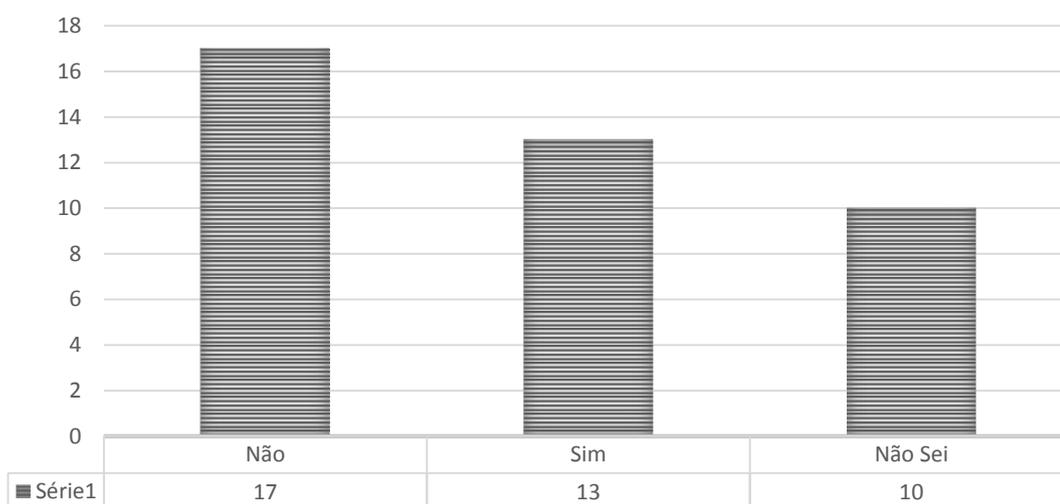
¹⁹¹ Lailson demonstra um amplo conhecimento sobre os ecossistemas das ilhas da RESEX, bem como suas histórias, potencialidades e entraves para a exploração do turismo.

Reciclando algumas coisas descartáveis. Só que falta, tem aquela concorrência¹⁹² para vender que ainda não tem, não é?”

A sistematização e análise dos dados coletados formaram subsídios para compreender os principais entraves encontrados pela comunidade para o ordenamento e exploração da atividade turística de base comunitária na Ilha dos Lençóis.

Uma principais diretrizes do Turismo de Base Comunitária é ser explorado e desenvolvido pela própria comunidade (que se faz protagonista) que dinamiza e ordena a atividade, com o apoio das esferas públicas (federais, estaduais e municipais bem como ONGS e Universidades). Sendo assim, foi necessário para fins da construção deste trabalho, compreender na análise dos residentes, a percepção de incentivos para a exploração da atividade

Gráfico 12: Percepção de incentivos para a exploração da atividade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Conforme observado no Gráfico 12, 17 residentes afirmam que não percebem incentivos, enquanto 13 visualizam e 10 não souberam opinar. Na visão dos 13 residentes, as estratégias de mobilização e diálogos nas reuniões do Conselho Gestor da RESEX são incentivos, bem como a energia 24 horas e o Bolsa Verde¹⁹³.

¹⁹² Nesse caso, Lailson se refere a noções técnicas adquiridas por capacitação técnica e compreensão das dinâmicas do mercado.

¹⁹³ Em diálogo com os comunitários, os mesmos afirmaram que o Bolsa Verde é uma estratégia para conversar os ecossistemas e promover um tratamento adequado do lixo, que precisa ser enterrado ou queimado, de forma a manter as praias e a comunidade limpa para o turista que é “educado” e “não gosta de sujeira”. Para alguns comunitários, o alto grau de consciência ambiental dos turistas colabora para que a própria comunidade se reedifique, não sujando as praias, as áreas comuns e nem os ecossistemas.

Além da comunidade local, o gestor da RESEX de Cururupu, Eduardo Borba, foi um ator importante para a compreensão do objeto de estudo, suas considerações a respeito da exploração do TBC na Ilha foram pertinentes e condiziam com os resultados encontrados.

Ao ser questionado sobre os principais entraves para a exploração do TBC na Ilha, o gestor respondeu:

Eu acho que essas esferas públicas pouco conversam, então se tu fores lá na secretaria de Estado do Turismo talvez eles não saibam nem que essa ilha é uma reserva extrativista, se tem um órgão gestor que trabalha na Ilha de Lençóis, talvez eles não saibam, não é? Então a gente também tem essa dificuldade, não é? Porque se a gente fosse procurado mais vezes a gente poderia estar de alguma forma em parceria trabalhando melhor, ou dando continuidade ao projeto que meio que estancou. [...]Acho que teria que se trabalhar nessas esferas públicas, sabe? O município que converse com o estado e possa pleitear alguma coisa com o governo federal ou coisas nesse sentido, porque eles são parte do município que está lá dentro, eles são cidadãos de Cururupu e Cururupu não tem um, ou pelo menos até hoje não teve um olhar para isso, para o turismo das suas praias, não é, então fica faltando um ator nessa história toda, é a mesma coisa de tu está lá no projeto do ICMBio, está lá no, mas o projeto não vai pra frente, então as pessoas se desestimulam nesse sentido, ah foi feito um inventário de Lençóis, aparece em vários locais e tudo mais, mas, e assim as pessoas que estão lá dentro sabem como que se está trabalhando, mas sabem para quem que eles precisam pedir suporte? Eles não tem ainda isso, sabe? (Entrevista, 2016)

Podemos perceber que há um duplo entrave em iniciativas de fomento¹⁹⁴ ao TBC, o primeiro diz respeito a ausência do poder público que deixa a desejar na promoção de quesitos mais básicos de cidadania para os residentes na comunidade (educação, saúde e saneamento básico). O segundo diz, respeito a questões como: infraestrutura de transporte, capacitação, abertura para financiamentos¹⁹⁵ e marketing¹⁹⁶. Tais fatores poderiam promover uma atividade autossustentada, com o protagonismo das populações locais.

¹⁹⁴A pesquisadora não logrou êxito no contato com os gestores municipais e estaduais de turismo. Uma das hipóteses levantadas no quesito municipal diz respeito à alternância de poder com as eleições municipais, na esfera estadual, em breve conversa com o secretário adjunto de turismo, Hugo Paiva, o mesmo informou que no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, a responsabilidade da gestão do Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás é das prefeituras, especificamente da prefeitura de Cururupu sob a Ilha dos Lençóis. Porém, a gestão pública estadual vem sistematicamente participando de feiras nacionais e internacionais para divulgar os Polos São Luís, Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas, categorizados como “A”, no Maranhão. Tais informações podem ser obtidas no site institucional do governo em <<http://www.turismo.ma.gov.br>>

¹⁹⁵Principalmente para a produção e comercialização de artigos que sirvam para a criação e manutenção de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e reforma das casas para receber os turistas.

¹⁹⁶A deficiência de informações acaba por deslocar o turista para outras localidades cujo marketing promovido pelo Governo do Estado e pelo Trade são mais intensos. A comunidade não possui acesso a internet, o que dificulta a divulgação dos meios de hospedagem e da própria Ilha enquanto destino turístico. A única agência de viagens que trabalha com a Ilha dos Lençóis é a Maramazon, que articula toda a logística juntamente com o turista e a comunidade fica responsável por recebe-lo. Segundo as diretrizes do TBC, a comunidade deveria ser a responsável por esse processo. Nas palavras do Eduardo Borba: “*Eles não pedem autorização e todo o ganho fica com eles e com quem recebe na comunidade, o que na verdade é **contra** o objetivo do turismo de base comunitária, que teria que ter um setor da comunidade, ou um gerente que pudesse estar recebendo uma parcela e pagando quem está fornecendo todo tipo de serviço.*” (Entrevista, 2016. Grifo nosso).

Tais questões foram analisadas por Brandão (2014, p. 45) ao analisar projetos financiados pelo MTUR¹⁹⁷ no ano de 2008. Segundo a autora: “Sabe-se que a construção do processo participativo inclusivo, que desenvolva nos atores a consciência da autonomia, é, de fato lento. Ainda mais se a população local não tiver nenhum histórico de protagonismo, frente à tomada de decisão nas questões endógenas.”

Tais problemas de descontinuidade dos projetos de TBC em curso no Brasil poderiam ser diminuídos se, primeiramente, a comunidade fosse capacitada e estimulada para exercer seu protagonismo e autonomia, livrando-se da dependência advinda exclusivamente de recursos externos, como ocorreu na Ilha dos Lençóis, e da insustentabilidade de iniciativas após o período de financiamento, como ocorreu com alguns projetos amparados pelo MTUR¹⁹⁸.

Neste contexto, a capacitação¹⁹⁹ profissional traz como resultado a habilitação para o exercício e gestão de alguma atividade, quer dizer, dota a pessoa de um conjunto de conhecimentos que atestam a possibilidade de execução do TBC de forma autônoma. Ruschamman (1993, p. 64) corrobora “[...] que se capacitem os recursos”.

Para alcançar tais objetivos, Rodrigues (1999, p. 130), recomenda:

Estimular o desenvolvimento e a introdução dos conceitos, princípios e práticas do turismo sustentável na educação turística técnico-profissionalizante e em programas de treinamento, em todos os níveis, compreendendo a complexa natureza do turismo moderno, incentivar e desenvolver programas de capacitação no setor governamental municipal e no empresarial, no âmbito comunitário, treinando os recursos humanos locais para o gerenciamento e posições de liderança, objetivando o aproveitamento das oportunidades de negócios derivadas do turismo [...]; aumentar o status dos recursos humanos locais, em todos os níveis, como um fator essencial do desenvolvimento turístico, promovendo um sentido de orgulho no trabalho e de cuidados para com o destino e a comunidade.

Neste sentido, capacitação das forças endógenas depende da integração da teoria com a prática da atividade turística e caracteriza-se pela diversidade de elementos que interage em diversos níveis.

Questionado sobre o que significava a Ilha dos Lençóis fazer parte do Polo Turístico Floresta dos Guarás, Lailson respondeu:

¹⁹⁷Estavam aptas a pleitear o financiamento as seguintes instituições: ONGs, Fundações, Associações ou organizações de base, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e consórcios, entre órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta. Todas as instituições deveriam ter campos de atuação relativos ao turismo (BRANDÃO, 2014).

¹⁹⁸ Para maiores informações, ver: (BRANDÃO, 2014) e (FABRINO, 2013)

¹⁹⁹ De acordo com Fusari (1988) trata-se de um processo de aprendizagem em que fica explícito “para que”, “como”, “para quem” e “quando” fazer algo. Dessa forma, este processo engloba ação e reflexão de forma sistêmica, de partes que se ligam, e não como meras ações isoladas e fragmentadas.

Laílson James: Olha, significa trabalho, estudo, pesquisa. Todo laudo da parte técnica, não é? E também prática de cada um de nós. Cultura e raízes. Essa diversidade.

Cíntia Pinheiro : E esses laudos da parte técnica, me explica.

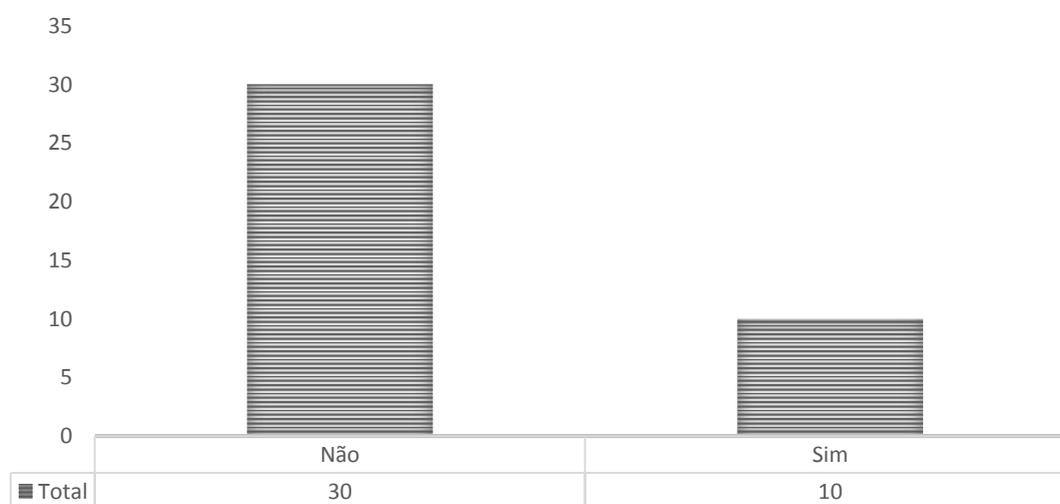
Laílson James: Aqui a capacitação nossa, nós precisamos de apoio porque a gente, às vezes, é uma integração da gente, no caso, com as pessoas que chegam. Os que chegam, eles nos orientam. Eles sabem que a gente precisa mesmo e vão dando suas ideias. E a gente captando, pescando cada uma, aí vai juntando. Ainda não crescemos totalmente, mas a gente já amenizou essa visão (Entrevista, 2016).

De fato, através da oralidade²⁰⁰, os comunitários absorvem conhecimentos e informações sobre a atividade turística e questões mais globais como o cenário político.

Mostram-se muito receptivos ao diálogo com “os que chegam”, fato que não substitui o conhecimento obtido por cursos de capacitação com metodologias apropriadas de ensino para o exercício da atividade turística.

O Gráfico 13 informa que 30 residentes nunca realizaram um curso de capacitação profissional na Ilha dos Lençóis e os 10 que responderam que sim, realizaram cursos voltados à atividade pesqueira, e um deles, cursos de guia de turismo e educação ambiental.

Gráfico 13: Residentes que realizaram cursos de capacitação profissional



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

A pesquisa realizada na Ilha dos Lençóis no ano de 2011 tinha um foco objetivo na capacitação dos recursos humanos, dessa forma foi possível perceber que os residentes eram conscientes²⁰¹ da importância de se obter novos conhecimentos através da capacitação, visando

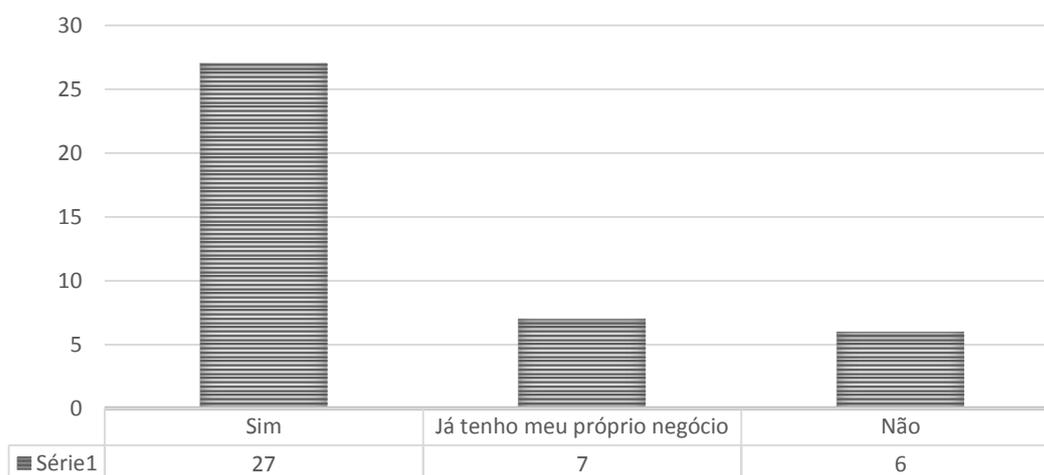
²⁰⁰ Para maiores informações sobre a importância da oralidade na transmissão de conhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, ver: (NASCIMENTO, 2013)

²⁰¹ Perguntou-se “De que forma a capacitação profissional pode contribuir para o desenvolvimento do TBC na Ilha dos Lençóis” e dentre as respostas obtidas, estavam: Aprender novas culturas e obter novos conhecimentos,

desenvolver suas competências e/ou adquirir novas. A comunidade apresentou maior predisposição para capacitar-se em cursos cujo cunho é essencialmente empreendedorismo, gestão, e língua estrangeira (inglês), com o objetivo de gerir seus próprios negócios e não somente atuar nos estabelecimentos existentes (PINHEIRO, 2014).

Cordioli (2011) nos diz que ao colocar os indivíduos como sujeitos do processo, desloca-se o eixo do poder²⁰², implicando em novas capacidades de decisão, desenvolvendo-se a confiança mútua entre os diversos segmentos e atores envolvidos. O Gráfico 14 aponta que 27 residentes almejam empreender, uma parcela alta, considerando o universo pesquisado. Sete entrevistados já possuem seu próprio negócio (comércio e pousada) e seis não desejam empreender.

Gráfico 14: Pretensão por empreender



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Os dados apresentados no Gráfico 14 e dispostos no Quadro 16 vão de encontro à fala do Gestor da RESEX, Eduardo Borba, ao ser questionado sobre as principais mudanças observadas a partir do incremento do TBC na Ilha:

Eu acho que, assim para a ilha em geral são poucas, mas acredito que as pessoas em geral elas podem almejar ter uma outra alternativa de renda, ou almejar oferecer um serviço como, na ilha de Lençóis não tem um restaurante, nenhuma lanchonete,

melhora na educação e no modo de se expressar com as pessoas, trazer renda, ajudar na venda e marketing da comunidade, melhorar o desenvolvimento da comunidade, aprendizagem de técnicas financeiras sobre como administrar o seu negocio, receber bem os turistas (hospitalidade), produzir e comercializar artesanato, saber onde buscar financiamento para melhorar a casa e aprender inglês para se comunicar com os “gringos” (PINHEIRO, 2014).

²⁰² A gestão participativa descentraliza o poder e pode transformar a comunidade em gestora do local e dos estabelecimentos existentes.

nenhuma padaria, então as pessoas devem se perguntar, "Será que se eu abrir minha lanchonete, meu restaurante, minha padaria, será que eu não vou ganhar um bom dinheiro?". Mas daí falta aquela veia empreendedora: "Ah eu vou apostar quanto, juntar quanto para iniciar o meu negócio?", mais eu vejo as pessoas me perguntam assim, "Ah se eu botasse um negócio aqui", eles vêm que isso aí pode ser bom até pra gente, a gente chega lá já com fome e tudo, a gente não vai para lugar nenhum, tem que fazer a comida, ou contratar uma cozinheira. Isso dispensa tempo e tudo, então, até para a gente seria bom ter um negócio desses que funcionasse, que oferecesse comida e tudo, lanche. Eu acho que eles pensam dessa forma: Já que existe porque que eu não posso entrar, não é?" (Pesquisa de Campo, 2016).

Quadro 16: Negócios que os comunitários desejam abrir

Bar e/ou Restaurante	16
Comércio	11
Pousada	9
Salão de Beleza	1
Agência de Turismo Comunitária	1
Loja de artigos para pesca	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Percebe-se que a maioria dos entrevistados almeja empreender em negócios relacionados ao turismo, como alimentação e pousada²⁰³. Dentre os motivos mencionados por aqueles que não pretendem empreender, figuram: a inabilidade em gerir um negócio e o dispêndio que seria gerir um estabelecimento além da atividade pesqueira, que, na opinião dos entrevistados, demandaria muito recurso, tempo e esforço.

Não obstante, faz-se necessário que os comunitários detenham conhecimento sobre o perfil da demanda²⁰⁴ para que possam munir-se de informações que se transformem em estratégias.

Ademais, o questionamento realizado nas entrevistas para compreender o que falta para o efetivo desenvolvimento do TBC apresentou respostas como a capacitação dos recursos humanos, articulação e diálogo entre os atores e o engajamento comunitário. Nas palavras de Lailson:

Lailson James: Acho que precisa ter mais conhecimento até sair para outra região para ver como é que é. União, tudo, a gente precisa se unir.

²⁰³ A pousada a que se referem é no estilo "Cama e Café" estabelecimentos residências estruturados para receber turistas. Muito comuns em iniciativas de TBC.

²⁰⁴ A pesquisa de demanda turística foi realizada no ano de 2001 e apresenta dados importantes para a gestão da Ilha dos Lençóis. Principalmente sobre os aspectos negativos visualizados pelos turistas durante a estadia. Em uma amostra de 103 questionários, 61 turistas apontaram que o principal aspecto negativo observado foram os resíduos sólidos encontrados pelo ambiente e 24 apontaram o som alto. 9 turistas refiriram-se à falta de informação sobre o destino e dificuldade em conseguir transporte marítimo até a ilha. (ALVITE *et al.*, 2014)

Cíntia Pinheiro: Vocês foram para outras regiões conhecer²⁰⁵ a realidade do turismo?

Laílson James: Foi.

Cíntia Pinheiro: O que vocês conheceram lá que é diferente daqui?

Laílson James: Essa parte de união. Sociedade mesmo. Ser sócio nas coisas.

Cíntia Pinheiro: Lá eles eram muito unidos?

Laílson James: É. Lá eles são unidos e brigam com as autoridades.

Cíntia Pinheiro: E como é aqui?

Laílson James: Eu acho que aqui é uma coisa também que **falta ter uma organização mais focado para todos e brigar, pedir para as autoridades.**

Cíntia Pinheiro: Me explica.

Laílson James: Porque temos que esquecer o partidarismos, não é? **Temos que ser unidos para que algumas pessoas não fiquem de fora, não fiquem enciumadas.**

Tem que ter o amor. Dentro disso tem que ter o amor, paz e felicidade. E respeito também (Entrevista, 2016. Grifo nosso).

Em conversa com o gestor da RESEX, Eduardo Borba, o mesmo informou que a metodologia utilizada pelo projeto de TBC na Ilha dos Lençóis, formou um grupo de trabalho com os comunitários que participaram do Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária nas Reservas Extrativistas.

Na ocasião, esse grupo foi formado com os comunitários que já atuavam no turismo, fato que, na opinião do gestor, ensejou um sentimento de exclusão²⁰⁶ por parte dos demais moradores. Segundo Irving (2009, p.112):

O protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica do desenvolvimento.

Tal fato, corrobora os dados compilados no Gráfico 15 que aponta 26 residentes que afirmam que a comunidade é unida, mas que pode melhorar. Sete residentes notam que a comunidade não é muito unida, mas que cultiva as tradições em comum. Seis residentes afirmam que a comunidade é unida enquanto que, na percepção de um residente, não há nada em comum, além de viverem no mesmo lugar.

²⁰⁶ Segundo o gestor, essa metodologia será corrigida com a retomada do projeto.

Gráfico 15: Percepção sobre existência de laços de união na comunidade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Lailson havia citado a percepção de mudança nos laços de união da comunidade. Dessa forma, durante a pesquisa de campo, foi feito esse questionamento:

Cíntia Pinheiro: Você me falou que a comunidade já foi mais unida. Agora não está tão unida assim. Porque você acha que houve essa mudança?

Lailson James: Assim, eu não sei. Na realidade é porque o Brasil sempre vai desenvolvendo, não é? Tem várias pessoas que, às vezes, querem morar em cidades. Por merecimentos e coisas. Saúde, educação e, enfim, mas, às vezes, tem que pensar na vida, na vida, no ganha pão de todo dia. Não é só estar morando lá numa cidade e não ter emprego. Então, eu acho que vai sofrer do mesmo jeito (Entrevista, 2016).

De acordo com Lailson, um dos fatores responsáveis para a diluição expressiva dos laços de união na comunidade, é a falta de acesso a serviços públicos que resultam em migração para municípios próximos. Além de, como já exposto, com o advento da energia 24 horas, diversos comunitários passam mais tendo assistindo TV. Porém, é necessário relativizar alguns conceitos e explorar mais profundamente essas questões, para compreender se efetivamente há tal diluição, visto que, os comunitários se organizam diversas organizações e as reuniões do Conselho Gestor sempre resultam nessas demandas que são, na medida do possível, sanadas conjuntamente.

Durante a pesquisa de campo, os pescadores estavam se mobilizando para pleitear o seguro defeso²⁰⁷, organizando-se e planejando viagens à Cururupu e São Luís, de forma a

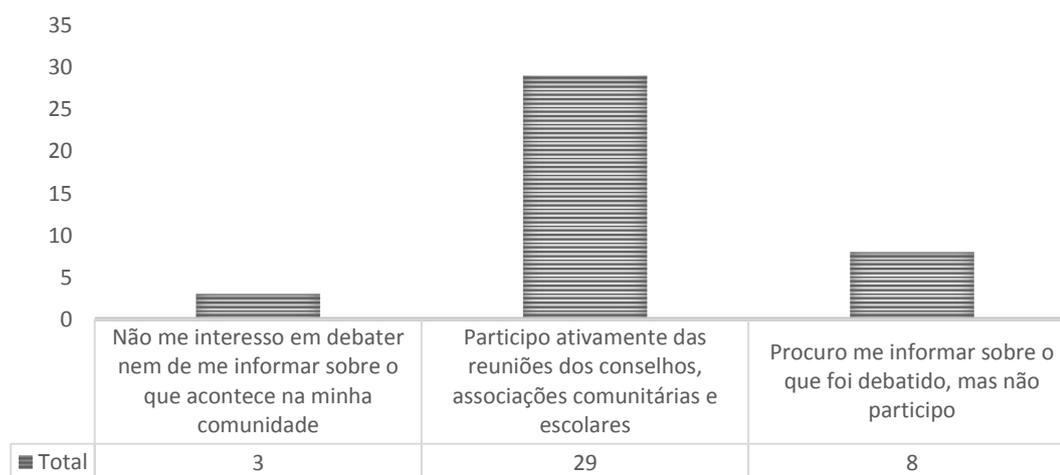
²⁰⁷ De acordo com Lailson, os pescadores tradicionais do litoral maranhense ainda não possuem uma espécie de peixe protegida, dessa forma, não recebem o seguro defeso e são obrigados a praticar a pesca predatória, prejudicando o patrimônio natural e seu modo de vida. Em suas palavras: “A gente acaba matando ele por

assegurar seus direitos. Outra mobilização semelhante aconteceu em meados de 1993, para criar a RESEX, segundo o Lailson: “Não foi fácil lá em Brasília criar uma RESEX dentro do Município de Cururupu. Foi muita luta”.

Dessa forma, percebe-se que há mobilizações conjuntas em prol de um objetivo²⁰⁸ comum, bem como, lideranças locais atuantes na ilha que tomam a frente e mobilizam os demais para conseguir seus direitos, como pode-se perceber, figura dentre eles, o Lailson.

Questionados sobre a participação nas reuniões do Conselho Gestor²⁰⁹ e demais associações, 29 comunitários informam que participam ativamente e reiteraram a importância da participação em diálogos com a pesquisadora. Oito informaram não participar por motivos de pesca, mas que se informa com o conjuge ou amigos e três não participam e tampouco se informam sobre o que foi debatido.

Gráfico 16: Grau de engajamento nos debates da comunidade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

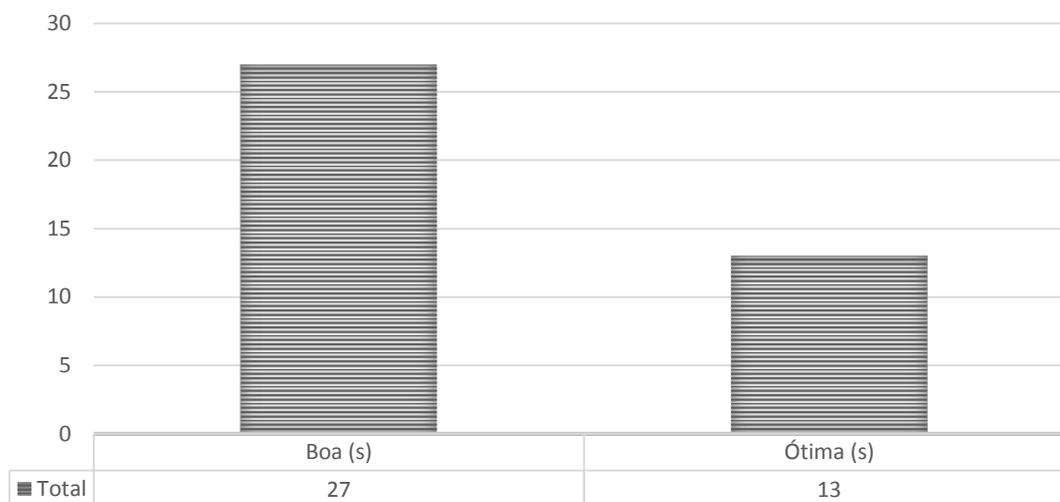
Por fim, as últimas perguntas do questionário semi-estruturado visavam obter uma avaliação geral de alguns pontos fundamentais sobre a vida na Ilha dos Lençóis. Dessa forma, 27 comunitários afirmaram que as condições gerais de viver na Ilha são muito boas, enquanto que 13 afirmaram que são ótimas.

necessidade, mas se sentindo ruim.”. Segundo o ICMBio, 2016, apesar da alta posição do município com relação à produção pesqueira, não existe nenhum escritório da Superintendencia de Pesca na Região de Cururupu.

²⁰⁸ De acordo com os dados levantados e a pesquisa empírica, só há desejo para formalizar uma associação de turismo, não há nenhuma mobilização efetiva.

²⁰⁹ No âmbito das reuniões do Conselho Gestor e das reuniões da AMREC, alguns pontos importantes são levantados e podem ser melhor compreendidos nos trabalhos de (REGO, 2014) e (COSTA, 2015).

Gráfico 17: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de viver na Ilha dos Lençóis



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Durante a entrevista, ao falar sobre as condições da vida na Ilha dos Lençóis, Laison sentenciou a seguinte máxima: “Cíntia Pinheiro: E se aqui tiver saúde, educação e emprego? Laílson James: Ninguém ia sair.”(Entrevista, 2016).

De fato, percebeu-se que o sentimento de pertencimento e a territorialidade é muito forte na Ilha dos Lençóis, os moradores só pensam em sair pelo fato de não verem outra alternativa.

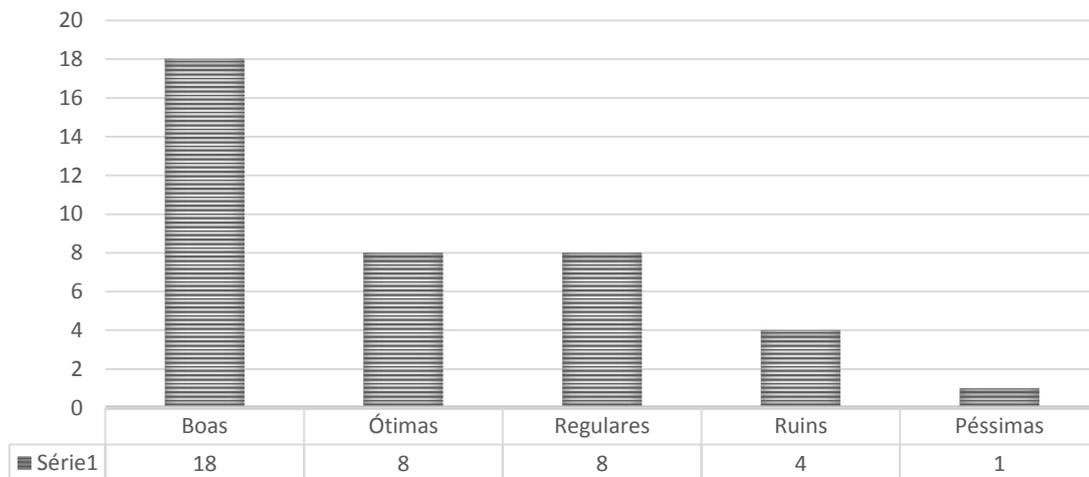
Durante a pesquisa de campo, percebeu-se que há uma área de mangue em estado avançado de degradação ambiental, tal fato é ocasionado pela retirada de mangue para a construção de casas, barcos, reformas e fabricação de carvão vegetal.

A questão da coleta de resíduos é feita individual e coletivamente (por meio dos mutirões) dessa forma, as praias e as áreas comuns encontram-se limpas, porém, outro fator relevante para citar são os excrementos dos animais que habitam a ilha, tais como, caprinos, bovinos e cachorros. É de responsabilidade de cada morador a limpeza das fezes dos animais, bem como, o respeito pelas normas vigentes do Acordo de Gestão²¹⁰.

Tais fatores são debatidos com frequência nas reuniões do Conselho Gestor e nas associações e, também, alguns moradores são responsáveis por fiscalizar o cumprimento das normas. Dessa forma, o Gráfico 18 nos mostra que 18 residentes afirmam que as condições gerais de preservação da natureza são boas, enquanto que oito dizem que são ótimas, oito consideram regulares, quatro analisam que são ruins e para um residente, as condições são péssimas.

²¹⁰ Portaria Nº 122, de 6 de novembro de 2014

Gráfico 18: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de conservação da natureza



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Para o gestor da RESEX, Eduardo Borba, o turismo também pode contribuir para uma maior consciência sobre a conservação dos ecossistemas sensíveis, da Ilha dos Lençóis:

Eu acho que o turismo além de proporcionar esse benefício financeiro pras pessoas, ele também é uma forma de tu ser mais visto, tu estas mais preocupado com o teu comportamento também, então eles sendo mais visitados e tendo um fluxo maior, até mesmo as pessoas que não tem preocupação com o meio ambiente de jogar lixo, pegar um alimento e jogar sacolinha no chão, acho que tudo geraria uma maior cidadania, digamos assim, ou quem faz uma pescaria, que derruba 10 árvores de mangue ali na frente, sendo que vai usar uma...ele não iria fazer isso, ele ia ter uma preocupação maior, já que ele é tão visitado. Ele não iria fazer essas coisas assim, então eu acho que para o meio ambiente também tem um retorno positivo. Eu acho que aumentaria a tua preocupação, não só assim pela forma da beleza, mas por estar cuidando mais, está dando mais atenção, mais vida para as coisas, eu acho que é isso, acho que movimentaria nesse sentido (Pesquisa de campo, 2016).

Os residentes foram questionados sobre o que fazem para contribuir com as condições de preservação da natureza na Ilha, as respostas estão compiladas no Quadro 17.

Quadro 17: De que forma contribui para a conservação da natureza na Ilha

Participa do mutirão	24
Enterra queima o lixo	12
Faz reflorestamento	8
Não suja	7
Não desmata o mangue ²¹¹	5
Não faz caieira ²¹²	2
Conscientiza/fiscaliza a população	2
Segue a cartilha do ICMBio	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Devido às normas para o recebimento do Bolsa Verde, a comunidade participa de um mutirão com frequência a cada dois meses. Um ponto delicado a ser melhor trabalhado, é o fato de que os moradores que não recebem o benefício, não participam do mutirão pois entendem que não é sua responsabilidade, o que acarreta leves conflitos entre aqueles que compreendem que é de responsabilidade de todos os beneficiários da RESEX, a limpeza de suas praias. O ICMBio elaborou e distribui uma cartilha contendo as normas do Acordo de Gestão em linguagem simples e dinâmica, fato que colabora para uma maior conscientização e conhecimento do ecossistema.

O patrimônio imaterial da Ilha dos Lençóis, além de atrair²¹³ turistas nacionais e estrangeiros é, acima de tudo, parte indissociável dos moradores, que se consideram filhos do Rei Sebastião e para eles, esse fato merece respeito e manutenção da identidade.

Porém, alguns fatores curiosos foram percebidos durante a incursão a campo para a coleta dos dados da pesquisa. A religiosidade, tal qual ocorre no Brasil e no Maranhão, vem sendo polarizada na Ilha dos Lençóis. Além do Terreiro de Mina, existe uma igreja católica e uma igreja evangélica atraindo cada vez mais fieis.

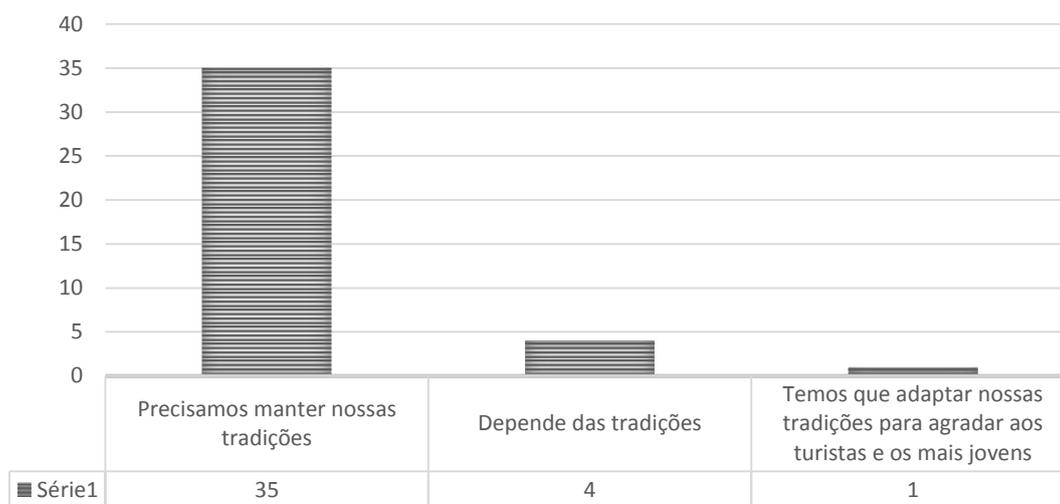
²¹¹ As atividades consideradas como ameaça dentro dos limites da RESEX são: o uso inadequado da flora nativa, a partir da extração madeireira motivada pela necessidade de carvão, mas principalmente de outros recursos vegetais, como a casca do barbatimão, que realizada de forma incorreta prejudica a saúde da árvore, e a criação de animais sem ordenamento, que prejudica ou destrói a vegetação a partir do pisoteio do gado, além de estimular a queimada para a renovação da pastagem (ICMBIO, 2016).

²¹² Modo de produção de carvão vegetal. Altamente poluente e prejudicial para os ecossistemas.

²¹³ Segundo relatos de moradores, coletados por Pereira (2007) o Rei Sebastião estaria se mudando da ilha, para outra localidade. A “natureza” do Rei Sebastião seria o mistério, a morada em um lugar isolado e preservado, pois só assim continuaria “encoberto” como “ele” deseja. Tal fato chamou atenção da pesquisadora, visto que, a partir de aspectos exógenos, estaria acontecendo uma reelaboração do mito sebastianista, intimamente relacionados à discussão sobre a mudança cultural explorados em sua tese de doutorado.

Notou-se que quatro residentes ao serem questionados sobre a necessidade de manutenção das tradições e identidade cultural da comunidade, responderam que depende²¹⁴ das tradições, referindo-se ao Sebastianismo, 35 residentes afirmam que precisam manter as tradições, enquanto um residente crê que os comunitários precisam adaptar suas tradições para agradar aos turistas e aos mais jovens. Tal comunitário não explicou sua posição.

Gráfico 19: Necessidade de manutenção das tradições e identidade cultural da comunidade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Na avaliação geral sobre a manutenção da cultura e identidade local, 16 residentes afirmaram que estão boas, enquanto que 14 acreditam estar regulares, para 08 estão ruins e para duas estavam ótimas. Diversos moradores falaram sobre as mudanças que estavam ocorrendo, reiteraram a questão da televisão que praticamente acabou com as conversas à noite, bem como, a falta de incentivos para apresentações do Boizinho Brilho de Lençóis. Questionou-se Renata sobre essas mudanças:

Cíntia Pinheiro: Certo. E tu estas percebendo alguma mudança em relação a essa cultura de vocês?

Renata Rabelo: Mudança, estamos, não é? Que está acabando um pouco.

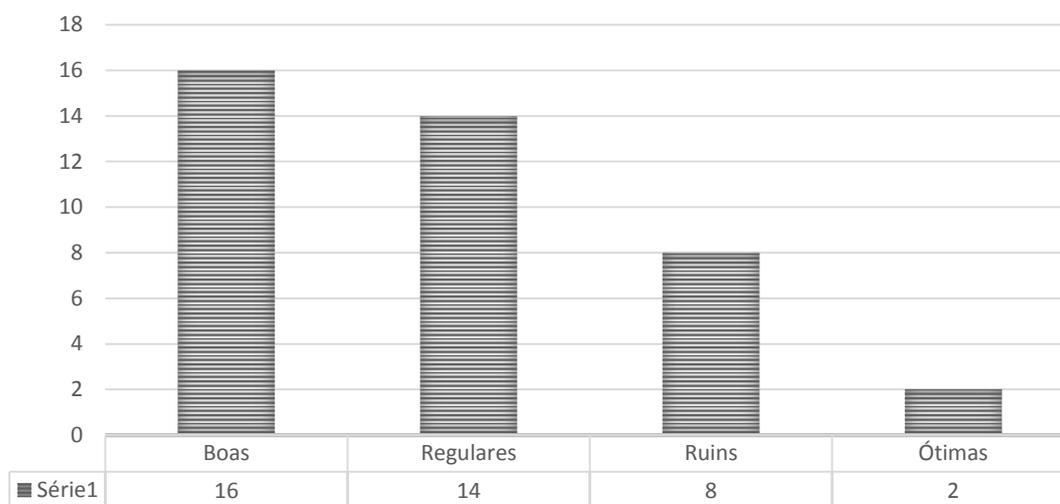
Cíntia Pinheiro: Por quê?

Renata Rabelo: Pela renda que não sai, não é? A prefeitura não colabora. E a comunidade não tem dinheiro. Então, tudo isso está ajudando com que acabe, não é? Então, se viesse uma ajuda, como tem na Secretaria de Cultura, ajudasse, então poderia ir para a frente, mas... (Entrevista, 2016)

²¹⁴ Indagou-se uma moradora que respondeu “*Não tem Rei Sebastião não, só tem um Deus*” esse tema será melhor compreendido se explorado pesquisadores da Antropologia e da Sociologia. Considera-se necessário desvendar e analisar tais fenômenos.

Percebe-se um desestímulo por parte dos fazedores de cultura local. Ainda que hajam as brincadeiras e festas, um maior suporte por conta das esferas públicas, bem como, o auxílio para o protagonismo dessas comunidades para buscar fontes de financiamento público, contribuiria para o desenvolvimento e mitigaria o sentimento de “quase morte”²¹⁵ da cultura local.

Gráfico 20: Percepção dos residentes sobre as condições gerais de manutenção da cultura e identidade local



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Um dos pontos mais sensíveis identificados durante a coleta de dados para esta referida pesquisa de campo, foi a questão da saúde. A assistência à comunidade fica por conta do enfermeiro que atende a população quinzenalmente e dos agentes²¹⁶ comunitários de saúde. Na Ilha existe um Centro de Saúde sob a coordenação de um enfermeiro e de responsabilidade da Secretaria de Saúde de Cururupu. Há ausência de medicamentos²¹⁷ básicos até mesmo para

²¹⁵ Um comunitário chegou a afirmar que a cultura da ilha estava “quase morrendo”.

²¹⁶ De acordo com o estudo intitulado “Apoio ao Processo de Identificação das Famílias Beneficiárias e Diagnóstico Socioeconômico em Unidades de Conservação Federais” realizado em 2014, 88% das residências recebem visita de Agentes Comunitários de Saúde, cuja frequência varia entre quinzenal (5%), mensal (65%), bimestral (10%) ou trimestral (9%); (ICMBio, 2016).

²¹⁷ Povos e Comunidades Tradicionais detem um amplo etnoconhecimento associado com a flora e práticas medicinais. Algumas mulheres se reconhecem enquanto parteiras, benzedeiras e curandeiras. Cerca de 40% dos entrevistados no diagnóstico socioeconômico da RESEX, declararam que existem pessoas na comunidade que possuem conhecimentos sobre medicamentos tradicionais, sendo procurados em 80% dos casos de doença. Os males mais tratados pelo conhecimento tradicional são: gripes e resfriados, problemas visuais, auditivos e bucais, lesões dos membros e da coluna, doenças infecciosas, sexuais e mau olhado (ICMBio, 2016).

tratar dores e febre. As principais doenças que acometem a população de Lençóis são as doenças de pele²¹⁸ e a diarreia²¹⁹ (PINHEIRO, 2014).

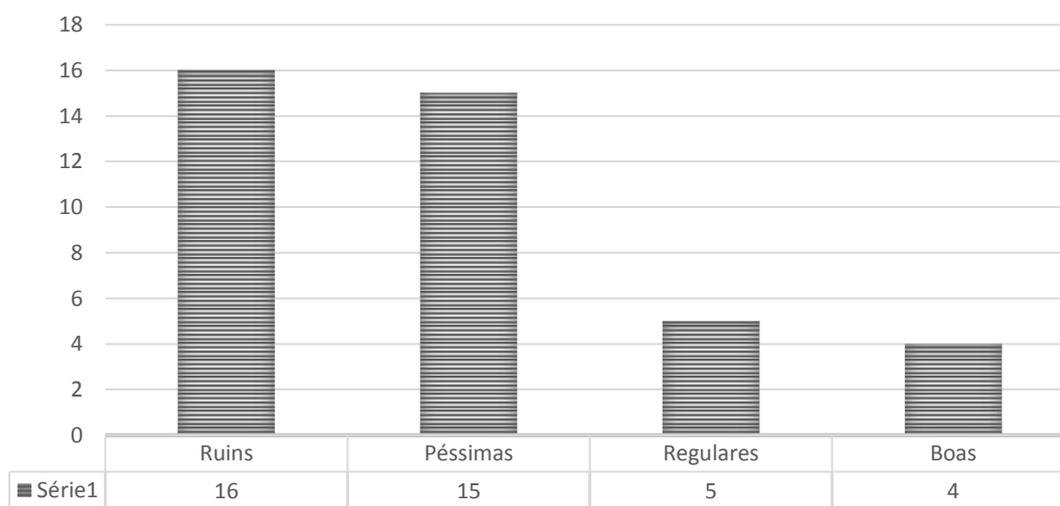
Figura 22: Centro de Saúde de Lençóis



Fonte: Acervo da autora, 2016

O Gráfico 21 aponta que 16 comunitários afirmam que as condições de saúde da ilha são ruins, para 15 são péssimas enquanto que cinco afirmam ser regulares e quatro entendem que são boas.

Gráfico 21: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de saúde



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

²¹⁸ Devido à exposição solar sem proteção.

Ao finalizar a entrevista com Renata, a mesma relatou, espontaneamente, questões particulares sobre as condições de educação e de saúde da ilha. Sobre a saúde:

Da saúde também está esquecida, que esqueceu um pouco porque só vem o auxiliar de Enfermagem, que é uma ótima pessoa, dá atenção para a gente, mas não é o suficiente, não é? A gente precisa fazer os exames, não é? Então não tem como porque os médicos vêm, passa só um meio dia. quando eles chegam de manhã, meio dia vão embora. **Então, não tem... A gente não tem recurso sobre a saúde. A gente tem que fazer tudo lá em Cururupu. Tudo longe.** Aí, então não vem um dentista²²⁰. A gente precisa de um dentista porque a maioria das crianças tem os dentes estragados porque tem muita gente que não tem condição de levar para tratar no dentista mesmo. E quando vai daqui, é muito longe. Em Apicum-Açu. Tem que marcar ficha de madrugada. **Então, fica muito contramão²²¹ para a gente.** Então, a gente precisava de um dentista na Ilha, não é? Nem que fosse uma vez no mês, não é? Mas era bom. fazer preventivo também. precisa de enfermeira mulher, não é? Porque tem muitas meninas que ainda têm muita vergonha de fazer com enfermeiro. Então, precisava de uma enfermeira. Então, essa parte aí que eu achava que precisava dar mais atenção para a comunidade (Entrevista, 2016. Grifo nosso).

De fato, o discurso dos comunitários é o de que são negligenciados pelo poder público. Além de não cumprir com direitos básicos dos cidadãos, os problemas interferem nas dinâmicas turísticas. Segundo Eduardo Borba:

O turista quando chega em um local desse ele fica inseguro, por exemplo, **ele está há 6 horas de um continente, mias próximo, onde ele vai ter uma farmácia, por exemplo, sendo que ele está em uma área onde tu só entra e sai de barco e tem a questão dos horários de maré, uma embarcação fica no seco e vai esperar até a próxima, a enchente da maré, para sair uma embarcação de lá,** eu acho que o turista vê como uma área onde tu tem que estar bem preparado para ir para lá, não é? Ter uma boa condição física, tu levar alguns medicamentos que tu faz uso, tu vai estar muito exposto ao sol, vento, **não tem água encanada, não tem rede de água encanada, não é?** (Entrevista, 2016. Grifo nosso)

Instigou-se Lailson a dar sua visão enquanto guia de turismo, visto que seu contato, por características inerentes à profissão, é bem próximo aos turistas:

Cíntia Pinheiro: Lailson, a questão do posto de saúde. Você, como guia, já presenciou alguma situação em que o enfermeiro daqui não estava presente? Como funciona isso?

²²⁰ De acordo com a Secretaria de Saúde de Cururupu, as ilhas da RESEX são atendidas pelo Programa Saúde na Escola, que trabalha com a saúde bucal das crianças e oferece kits de higiene bucal; (ICMBio, 2016). Porém, de acordo com o relato de Renata, tal programa não ampara as crianças da Ilha dos Lençóis.

²²¹ Outro programa que de acordo com a Secretaria de Saúde do município de Cururupu que ampara os residentes da ilha seria o Programa Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, que conta com o apoio de psicólogos, enfermeiros e nutricionistas com objetivo de orientar os moradores, realizar ou encaminhar para exames clínicos realizados na Santa Casa do Município ou em clínicas particulares (ICMBio, 2016). Tal programa não foi citado pelos comunitários e precisa-se de pesquisas complementares para verificar a logística de realização desses exames.

Você recebe um monte de turista. **Os turistas passam quanto tempo aqui mais ou menos?**

Lailson James: **De dois a três dias.**

Luiz Eduardo: E como está funcionando a questão do posto de saúde?

Lailson James: Eu não sei. Eu vou bem pouco no posto de saúde.

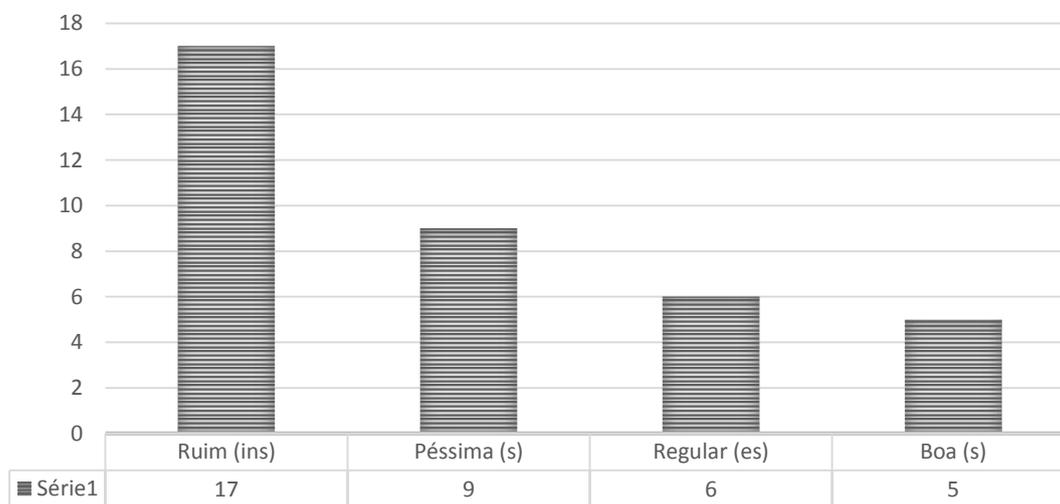
Cíntia Pinheiro: Para o turista, você acha que isso interfere de alguma forma?

Lailson James: **Nesse período, eu não sei se é governo ou se é o representante aqui dessa área de saúde, o que eu escuto falar da própria comunidade é que no momento não tem nada. Eles medem a pressão, fazem um curativo, e para o turista é ruim. Se é ruim para nós, que já depende para sair para fora, imagine para o turista, que é mais sensível.** (Entrevista, 2016. Grifo nosso)

Como foi elucidado a partir da leitura dos gráficos anteriores, a única escola existente na comunidade encontra-se em estado precário, além disso, o ensino é ofertado somente até o ensino fundamental no período matutino, provocando o êxodo e analfabetismo. A comunidade residente está apreensiva por conta dos problemas oriundos e/ou precários na qual a saúde e a educação são geridas pelos órgãos públicos.

O Gráfico 22 aponta que, na avaliação geral sobre as condições de educação na ilha, 17 comunitários consideram ruins, enquanto que são péssimas para nove, regulares para seis e boas para cinco residentes.

Gráfico 22: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de educação



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

O TBC emerge como uma alternativa econômica, principalmente para localidades inseridas em RESEX, cujo modo de vida baseia-se no extrativismo. Durante as entrevistas, os

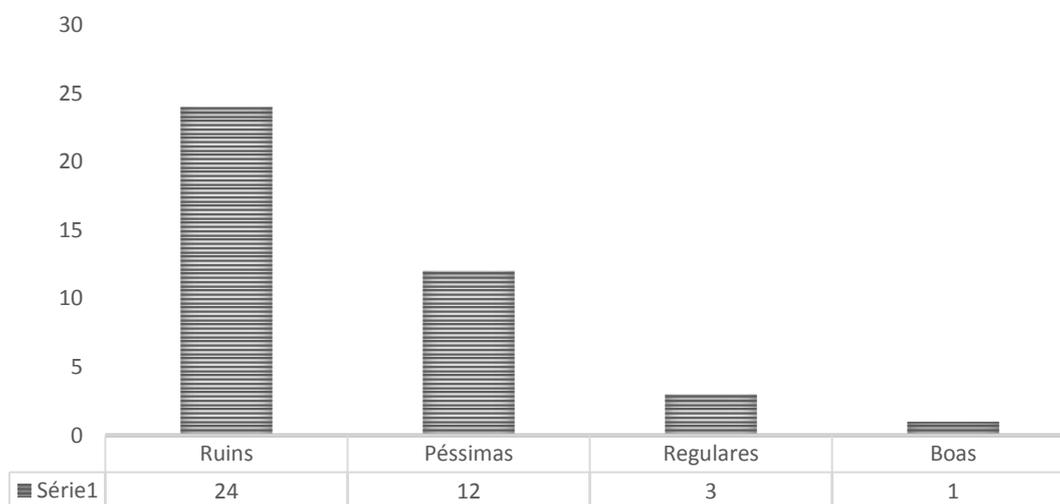
comunitários informaram que o TBC, com seu efeito multiplicador²²², colabora para o incremento de empregos na ilha, porém, conforme apontado pelas análises da pesquisa, não atinge a comunidade de forma abrangente, concentrando-se somente na cadeia produtiva da ilha, que já atuava antes mesmo do projeto. Nas palavras do Eduardo Borba:

O turismo ainda não atinge a maioria da comunidade, então ele atinge uma parcela assim pequena da comunidade, que são os guias, as pessoas que oferecem alimentação e os donos de pousadas, então uma parcela pequena, não é? Menos de 10% da comunidade diretamente está envolvida (Entrevista, 2016).

Dessa forma, a falta de alternativas econômicas contribui para o êxodo e posterior frustração dos residentes, uma vez que nas cidades trabalham em condições de subemprego ou ainda, correm o risco de não logram êxito nessa busca. Sem condições de se manter, retornam para a ilha.

O Gráfico 23 ilustra a insatisfação de 24 residentes quanto as condições gerais de oportunidade de trabalho, para eles, são ruins. 12 apontam que são péssimas, enquanto para três são regulares e um comunitário afirma que são boas.

Gráfico 23: Avaliação dos residentes sobre as condições gerais de oportunidades de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Questionados, os residentes informam que as únicas alternativas econômicas são a pesca e o turismo, segundo eles, nem todos querem ser pescadores. Sobre o turismo, o discurso

²²² Para Eduardo Borba: “Por exemplo chega um grupo de 20 pessoas, eles vão se alimentar, então tem uma venda maior do pescado dentro da Ilha, o turismo favorece uma comercialização melhor no momento.” (Entrevista, 2016).

praticamente hegemônico é a falta de conhecimentos e formas de financiamento para gestão de empreendimentos ligados ao turismo.

Quadro 18: Principais problemas da comunidade, do ponto de vista dos residentes

Migração dos jovens para concluir os estudos	39
Não ter internet ²²³	39
Condições precárias de saúde	37
Poucas opções de emprego/trabalho	37
Negligência por parte dos governos	34
Falta de infraestrutura	31
Baixas condições de educação	31
Baixa oferta de alimentos	29
A comunidade é distante	29
Poucas opções de lazer	24
A criminalidade	22
A pobreza	21

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das entrevistas, 2016

Conforme relatado amplamente nos resultados da pesquisa, a panaceia de problemas identificados pelos comunitários está relacionados a negligência pelo poder público. O principal problema é a migração dos jovens para concluir os estudos, fato que preocupa as famílias desde que os filhos são ainda crianças, pois toda uma logística deve ser planejada para quando esse momento ocorrer.

Sobre os alimentos, segundo a Renata:

Renata Rabelo: O peixe, o camarão não falta, mas as verduras. E aqui é muito quente para a gente plantar, mas a gente faz algumas hortas, não é? Mas não é suficiente. Aí tudo tem que comprar em Apicum-Açu.

Cíntia Pinheiro: É mais caro comprar lá?

Renata Rabelo: É mais caro. Lá é mais caro (Entrevista, 2016).

Tentou-se identificar com o gestor da RESEX, Eduardo Borba, se havia algum programa de agricultura familiar²²⁴, direcionado a ilha dos Lençóis:

Eduardo Borba: Não de agricultura não tem, porque não assim uma área que possa ser assim agrária, lavrável, o que ocorre é que tem só os quintais, então a pessoa tem que condicionar o seu quintal, com uma sombra, ou com uma terra diferente.

Cíntia Pinheiro: Mas isso é feito?

²²³ Desejada pelos comunitários, segundo eles, para interagir nas redes sociais e até mesmo realizar cursos a distância.

²²⁴ Para terrenos arenosos existem técnicas baseadas na hidroponia.

Eduardo Borba: Então, tem famílias, a gente não consegue, assim como e que eu posso dizer, assim favorecer, ou dar algum tipo de suporte para eles se desenvolverem, então quem desenvolve esse tipo de horta e canteiro dentro da propriedade é por iniciativa própria.

Cíntia Pinheiro: Entendi.

Eduardo Borba: Mas eles conseguem ter assim cebolinha, salsinha, tomate, um pimentão. Então tem umas pessoas que tem esse cuidado, e tem outras coisas que pegam fácil lá, tem aquele maxixe, coisa que dá em areia, melancia, tem alguns que fazem uma área maior, um terreno maior, mas tudo tem que ser fechado, condicionado (Entrevista, 2016).

Dentre as posições menos citadas pelos comunitários, figuram as poucas opções de lazer, citada 21 vezes. E a pobreza, por 21 comunitários.

Um fato notado durante esse questionamento foi a resposta de alguns comunitários que alegaram: “Aqui não tem pobreza” ou “Nós somos ricos” corroborando ideias norteadoras do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000), que a ampliação do acesso a direitos fundamentais inibe o êxodo para os centros urbanos, visto que as pessoas são direcionadas a levar o tipo de vida que desejam.

Em áreas tradicionalmente ocupadas, como a Ilha dos Lençóis, o sentimento de territorialidade é muito forte e perceptível, dessa forma, ao refletir sobre a migração para outras cidades em busca de melhores condições de vida, o que se notou, através da pesquisa empírica, foi praticamente um sentimento de expulsão do seu lugar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a analisar o TBC explorado na Ilha dos Lençóis a partir do seguinte questionamento: Prevalecendo-se do seu inerente caráter multifuncional para promover o desenvolvimento regional, as forças endógenas, as políticas de valorização das especificidades locais, a preservação do meio ambiente, a dinamização e participação dos atores locais na criação e gestão de empreendimentos, de que forma o turismo de base comunitária vem sendo o indutor do desenvolvimento socioeconômico na Ilha dos Lençóis apoiado nos pilares da sustentabilidade? É possível que em localidades similares a experiência analisada sirva de modelo de forma a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das mesmas?

Para tanto, precisou-se descortinar historicamente a questão do desenvolvimento pois os modelos executados no passado promoveram o enriquecimento de países centrais às custas da degradação ambiental, desigualdade social e econômica dos países periféricos. Com o discurso de que o subdesenvolvimento seria o primeiro estágio para o desenvolvimento, países periféricos tentaram acompanhar essa evolução, culminando em mais desigualdade e exclusão.

No caso particular do Brasil, projetos desenvolvimentistas que expropriavam as comunidades tradicionais que viviam há muito tempo na Amazônia, por exemplo, tinham o intuito de promover a acumulação utilizando a natureza como insumo.

O Turismo acompanhou essa evolução, enquanto o discurso era a industrialização e a modernização, a atividade ficou conhecida como a “indústria sem chaminés” devido a sua ampla incorporação de mão-de-obra e aumento do PIB dos países que o exploravam.

Teóricos então, preocuparam-se com esse desenvolvimento, que nada mais era do que um crescimento econômico que não proporcionava distribuição de renda, tampouco a melhoria das condições de vida da maior parte da população, dessa forma, estudos surgiram com o objetivo de analisar realidades particulares, contrapondo-se aos modelos implantados a esmo, que causavam destruição e enriquecimento dos países centrais, tal qual acontecia com as colônias que eram saqueadas para enriquecimento da metrópole.

Dessa forma, em meados dos anos 1970 as preocupações com o meio ambiente bem como a noção de Desenvolvimento Sustentável surgem nos debates, novamente, o Turismo acompanha tal evolução, emergindo, então, o conceito de Turismo Sustentável.

As preocupações sobre o meio ambiente e esgotamento dos recursos naturais, ensejaram a necessidade de salvaguarda-los para a manutenção das necessidades da população atual bem como para as gerações futuras, com isso, áreas naturais de todo mundo precisam ser

protegidas, e o Brasil, apesar de deter a maior biodiversidade do mundo, só inicia efetivamente esse processo a partir dos anos 90, e com isso, surgem os impasse entre preservação x conservação.

Duas correntes opostas, de um lado, os preservacionistas aqueles que acreditam que a ação antrópica promove a degradação, do outro, os conservacionistas, os que acreditam que o homem e a natureza podem conviver harmoniosamente, visto que existem populações habitando espaços naturais há séculos, com modos de vida particular, além desse fato, não possuem conhecimento técnico e/ou científico e ainda assim adotam técnicas próprias de manejo e conservação da área.

Essas populações tradicionais não aceitam mais de forma amena a expropriação do seu território, nem para a acumulação capitalista, tampouco para o discurso de preservação. Organizam-se, politizam-se e lutam pela posse das terras que tradicionalmente habitam e pelo direito de exercer seus modos de vida que contrariam as forças hegemônicas capitalistas.

Como meio termo, no Brasil, as Unidades de Conservação são, então, divididas em duas categorias: As de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é o dispositivo legal que as rege.

Ainda que não se tenha, até o presente momento, alcançado os objetivos propostos na criação dessas áreas, os povos e comunidades tradicionais, historicamente negligenciados pelo poder público, transformam-se em sujeitos de direito, com o apoio da academia, instituições multilaterais e são co-gestores desses territórios e, com isso, podem caminhar para o desenvolvimento que almejam, em face das dificuldades, lutam.

Por habitarem áreas de relevante beleza natural e possuírem um cabedal cultural muito forte, comunidades tradicionais utilizam o Turismo como alternativa econômica. No contexto da atividade turística, encontra-se a busca por alternativas que impulsionem o desenvolvimento local e endógeno, que contribuam para que as comunidades possam se desenvolver sob os pilares da sustentabilidade²²⁵, tal modelo, pouco²²⁶ se assemelha ao turismo de massa.

Em algumas localidades, como a Ilha dos Lençóis, projetos de TBC são difundidos a partir do seu inerente caráter multifuncional, para ser uma estratégia de desenvolvimento econômico e social associada à conservação da biodiversidade, a permanência dos aspectos singulares da comunidade residente, bem como na manutenção de suas condições e qualidade de vida.

²²⁵ As recentes discussões sobre sustentabilidade têm promovido debates na academia sobre o comportamento do ser humano, que busca alternativas para prolongar os recursos da Terra.

²²⁶ Exceto que o turismo, enquanto produto, precisa ser comercializado, e como mercadoria, atingir o consumidor.

Experiências bem sucedidas de TBC no Brasil e América Latina oportunizaram aos indivíduos geralmente excluídos de políticas públicas, acesso a melhores condições de educação, saúde e habitação, a partir do reconhecimento local e maior visibilidade do território, mediante a produção de serviços turísticos de forma associativa, comunitária, compartilhada e responsável.

O projeto de Turismo de Base Comunitária coordenado e executado pelo ICMBio na figura do Centro Nacional Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e amparado financeiramente pelo projeto PNUD BRA/08/023, desenvolveu os princípios norteadores para o desenvolvimento do TBC na Ilha dos Lençóis coletivamente, durante o Seminário “Ecoturismo em Reservas Extrativistas” realizado pelo CNPT no ano de 2011.

A partir do projeto, foi realizado um inventário participativo e um diagnóstico do potencial turístico da Ilha no ano de 2011. Formou-se um grupo de trabalho com comunitários que já atuavam no turismo, tal fator ensejou um sentimento de exclusão por parte dos demais moradores. Na ocasião foram definidos os mecanismos de gestão do TBC para a Ilha dos Lençóis.

No ano de 2012 foi realizado um intercâmbio para que o grupo de trabalho conhecesse a realidade do TBC no Ceará. Do ponto de vista mercadológico, os intercâmbios são excelentes momentos para networking e benchmarking, porém, é preciso ter cautela e adotar metodologias imparciais para a escolha dos comunitários que realizarão essa atividade, bem como, na adoção de estratégias para que o que foi aprendido seja de fato aplicado na comunidade.

Verificou-se que a comunidade não está organizada de fato para poder controlar a atividade, tampouco tomar decisões. Uma vez que o TBC explorado na Ilha dos Lençóis não alcança toda a comunidade e a cadeia produtiva do Turismo é praticamente restrita aos que já trabalhavam com a atividade. Porém, de acordo com o fluxo de turistas na ilha, outros comunitários são atingidos através do efeito multiplicador do Turismo, sendo contratados para trabalhar provisoriamente em algum estabelecimento ou pelo incremento das vendas no comércio.

Inexiste, portanto, o princípio da partilha dos benefícios devido ao fato de que não há distribuição equitativa dos recursos advindos por meio da exploração turística entre os habitantes da Ilha, além disso, os lucros obtidos através da exploração não são reinvestidos na atividade.

A Ilha dos Lençóis encontra-se ainda, inserida no Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás, este fato não significa na prática o aporte de recursos ou a valorização da atividade,

visto que o polo não é divulgado nas feiras nacionais e internacionais promovidas pelo estado do Maranhão, não está presente no site institucional do governo, o acesso para a Ilha é precário e não há um diálogo entre os representantes do poder público com as comunidades, tampouco com o trade turístico para efetivamente realizarem o que é ditado pelo Programa de Regionalização do Turismo, do MTtur.

A rusticidade e a ausência de infraestrutura vão sendo pouco a pouco vencidas pela disposição dos próprios habitantes que parecem haver comprado a ideia do TBC como estratégia de desenvolvimento, dependem, para seu êxito, de investimentos que possam mitigar as adversidades provenientes da precariedade de informação e de acesso à Ilha.

Por estar inserida em uma Reserva Extrativista, existem instrumentos de gestão de caráter obrigatório previstos no SNUC, sua operacionalização, no entanto, esbarra em uma série de entraves, como a insuficiência de recursos humanos e financeiros de órgãos e/ou instituições gestoras para supervisão, avaliação e execução dos planos, além da dificuldade do Estado em mensurar a importância econômica dessas áreas.

Esse fato acarreta em baixos investimentos por parte do poder público, tanto para a conservação do meio ambiente, quanto para a melhoria da qualidade de vida dos povos que habitam essas áreas, os governantes, por vezes, optam por investir em empreendimentos que carregam em seu bojo o discurso de crescimento econômico “nacional” como a produção de petróleo que demanda grandes investimentos e estruturas que são erguidas para suprir a logística da cadeia produtiva.

Há então, uma ruptura com um modo anterior de vida essencialmente extrativista, o que confere uma nova lógica na dinâmica cultural e socioambiental do lugar. Tais dinâmicas externas que incidem sobre o território precisam ser investigadas com mais ênfase, em estudos subsequentes, especialmente ao incorporar o discurso do desenvolvimento, uma vez que povos e comunidades tradicionais são regidos e referenciais culturais próprios.

A RESEX de Cururupu é gerida por um Conselho Deliberativo, instituído pela Portaria nº 35 de 2011, trata-se de um órgão colegiado presidido pelo ICMBio. Através da gestão compartilhada ao longo da criação da unidade, vários avanços foram alcançados no intuito de atender aos objetivos de assegurar o desenvolvimento das populações que nela residem e exercem seus meios de vida.

Em maio de 2016, apesar dos entraves, o Plano de Manejo de nº 01/2015 e termo de referência - 2014.0514.00029-0 – FUNBIO da RESEX de Cururupu foi finalizado e encontra-se em análise pelo Ministério do Meio Ambiente. Com a publicação do documento no Diário

Oficial da União, a unidade disporá de um importante instrumento que contempla diretrizes, estratégias e planejamentos construídos coletivamente.

Observou-se que questões estruturais de saúde, educação, conservação do ambiente natural e manejo dos recursos são preocupações prioritárias para a comunidade, assim como o recebimento do Seguro Defeso.

Existe ainda, uma dificuldade crônica de organização dos pescadores pois eles acreditam competir entre si. Elementos contrários a essa visão – como o uso coletivo dos “ranchos” (refúgios construídos para o descanso e abrigo dos pescadores) – só vão além em situações onde é preciso agir coletivamente, como nos primeiros esforços para a consolidação da RESEX, para o fornecimento de energia elétrica 24 horas e para dinamizar o recebimento do Seguro Defeso.

A solução a esse impasse também reside na comunidade, através de sua dinâmica interna e não a partir de incentivos externos, os quais devem favorecer de maneira passiva o protagonismo de agentes internos favoráveis ao desenvolvimento da região, em paralelo ao desenvolvimento de comunidades. Isso quer dizer que o esforço da comunidade em organizar-se deve ser, não apenas observado, mas estimulado, sem perspectiva de controle.

A comunidade reproduz internamente os padrões de subdesenvolvimento vistos em todo o país, porém, observou-se novos esforços para mobilização coletiva e uma grande expectativa para o início dos Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica presentes no Plano de Manejo da Unidade, dentre os quais, um novo Programa de Turismo de Base Comunitária.

Para que haja êxito no novo programa, deve-se, primordialmente, contar com o apoio de toda comunidade, não só com aqueles que já atuam no turismo. Tal processo diminui as chances de ocasionar impasses e conflitos e colorabora para um senso de união em torno de um objetivo comum.

Além do ICMBio, não há incentivos para a exploração do TBC na Ilha, apenas uma vontade por parte da comunidade que não sabe como se organizar para pleitear recursos das esferas competentes. Também inexistem incentivos para a promoção das atividades culturais da comunidade, como o Boizinho Brilho de Lençóis e o Tambor de Mina.

Os comunitários acreditam que o Bolsa Verde, incentivo federal, é um benefício concedido por conta do Turismo para que haja um maior cuidado com a preservação do meio ambiente na Ilha dos Lençóis. Constatou-se que efetivamente o Bolsa Verde e o cumprimento do Acordo de Gestão da RESEX contribuem para uma maior consciência sobre a sensibilidade do ecossistema em que vivem e a necessidade de conservação.

O contato entre os visitantes e os residentes é positivo e harmonioso, uma vez que, de acordo com os residentes entrevistados, as trocas e os diálogos proporcionam um conhecimento adquirido através da oralidade sobre novas alternativas de vida e visões de mundo.

A maioria dos entrevistados acreditam que o turismo trouxe benefícios para a comunidade, tais como: valorização da cultura local, divulgação da comunidade, melhoria na aparência da comunidade, diversificação de serviços e comércio, melhorou a qualidade de vida, ajudou a preservar o meio ambiente, conheceram novas pessoas, auxiliou na geração de empregos, movimentou a economia, trouxe novos conhecimentos.

As atividades de turismo de base comunitária para a Ilha dos Lençóis podem ser entendidas de três modos: Atividade – fim; Atividade paralela; Atividade complementar. Enquanto atividade fim, o turismo na comunidade é ainda incipiente e demanda grande volume de investimentos e incentivos governamentais, com efeitos sobre o meio ambiente e a comunidade de pescadores. Dada a relação conflituosa entre os órgãos do governo e as associações locais, pode-se descartar essa possibilidade num curto prazo. Como atividade paralela, o turismo apresenta as mesmas demandas, com possivelmente menor incidência dos impactos sobre a comunidade e o meio, dada a menor escala. Por outro lado, os benefícios também são reduzidos, ainda que visíveis num curto prazo.

A adoção TBC como atividade complementar à principal atividade econômica da Ilha dos Lençóis – a pesca – parece ser, em nossa opinião, a melhor estratégia de desenvolvimento da atividade. Realizar atividades sazonais turísticas – em complementaridade ao período de defeso – reúne as vantagens da diversificação e aumento autônomo no nível da renda dos habitantes com o controle da ocupação do território, com o manejo apropriado dos recursos naturais; nesse sentido, a organização da comunidade faz toda a diferença no planejamento dos períodos de defeso e em sua fiscalização.

Em comparação com a atividade no litoral leste do Estado, estabelecida há mais de meio século como atividade-fim, o turismo na região insular do oeste maranhense caracteriza-se como uma atividade com potencial para a complementaridade da subsistência dos pescadores, o que de forma alguma a relega a um lugar menor na seara do desenvolvimento do estado.

O Estado, ao cumprir seu ônus de suprir as demandas desses indivíduos, promove a fixação de comunidades pescadoras e reduz o êxodo da região e a concentração urbana, além de assegurar a conservação da biodiversidade da Amazônia Maranhense.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 1999.
- ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALVITE, C. M. C; SILVEIRA, M. **Inventário participativo do potencial de ecoturismo na Ilha dos Lençóis, Reserva Extrativista de Cururupu**. Anais – II Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade, 2011. Disponível em: <<http://2011.conatus.org.br/institucional.php?id=192>>. Acesso em: 10 de ago. 2015.
- ALVITE, C.M.C.; *et. al.* **Perfil da visitação na Ilha dos Lençóis, comunidade de pescadores tradicionais, Reserva Extrativista de Cururupu (MA)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.4, nov2014-jan2015, pp.656-680. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/828/735>>. Acesso em: 19 out de 2016.
- ANDRADE, D. A. C. ; SANTOS, M. M. C. ; PINHEIRO, C. R. S. **A TURISTIFICAÇÃO DA LAGOA DA JANSEN EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO: considerações sobre a comunidade do entorno**. In: Fórum Mundial AMFORTH 2010, 2010, São Paulo. Anais Fórum Mundial AMFORTH - Turismo de Experiência e Formação Profissional. São Paulo: SENAC, 2010.
- ANDRADE, Joel Carlos de Sousa. **Os Filhos da Lua: poéticas sebastianistas na Ilha dos Lençóis-MA**. Dissertação de Mestrado: Fortaleza: UFCE-PPG em História Social, 2012.
- ANDRADE, M. C. **A questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ÁVILA, Vicente Fidélis de. **Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local**. Campo Grande: UCDB, 2000.
- BAMBACE, Danielle; GONCALVES, Leandra. **Mar, petróleo y biodiversidade**. A geografia do conflito. 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo**. 8 ed. São Paulo: Papirus, 2003.
- BARTHOLO, Roberto; GRUBER, Davis (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B.(Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (Coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BEZERRA, Thais Samara ; GUERRA, Lemuel Dourado. **Breve panorama da literatura sobre políticas culturais públicas no brasil**. Disponível em: <<http://http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Thais-Samara-de-Castro-Bezerra-et-alii.pdf>>. Acesso em: 07 de jun de 2016.

BOLAÑO, César, (Org.). **Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado**. Salvador: EDUFBA, 2015.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo em perspectiva, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. **O turismo como mercadoria no capitalismo avançado: uma análise conceitual**. ANPTUR, 2011. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DFP1_pdf/43.pdf> Aceso em: 24 de out. 2016.

BRANDÃO, Carlos A. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporâneo: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: ed. EDUFBA, 2009

BRANDÃO, Carlos A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Juzânia Oliveira da Silva. **Turismo de base comunitária: ressignificando a concepção de comunidade**. 2014. 214 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo).Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de out. 1988.

BRASIL. **Decreto s/n, de 2 de junho de 2004**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista de Cururupu. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da outras providências.2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do Turismo/Roteiros do Brasil – Diretrizes Políticas**. Brasília, 2004.

BURSZTYN, Ivan. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

BUTLER, R. Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo. In: PEARCE, D., Butler (Org.). **Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2002.

CAMPELLO, Tereza. A política de combate à pobreza que queremos. IN: SADER, Emir (Org.). **O Brasil que queremos**. Rio de Janeiro : UERJ, 2016. Disponível em: <http://alertasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/08/o-brasil-que-queremos_web.pdf> Acesso em: 14.jun.2016.

CANANEA, F. A. **Sentidos de leitura: sociedade e educação**. João Pessoa: Imprell, 2013, p.113-123.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Copublicaciones, 2000.

CASANOVA, Pablo González. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CAVACO, Carminda. O mundo rural português: desafios e futuros. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo Rural, práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. São Paulo, Unesp, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. In: Estudos Avançados – Scielo, vol.9, n°.23, São Paulo, janeiro-abril, 1995.

CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. CLACSO, 2000.

CNPT. **Relatório do Seminário Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas**. São Luís, 2012.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: Premius, 2003.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. IN: **América Latina: cidade, campo e turismo**. LEMOS, Amalia Geraiges.(Org). p. 367-378, 2006.

COSTA, Camilla Beatrice Pinto. **Inventário turístico: um panorama sobre a Ilha dos Lençóis Reserva Extrativista Marinha de Cururupu-MA**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Turismo, 2014.

COSTA, Francisco Wendell Dias. **Territórios costeiros marinhos e as “estratégias de gestão”: o caso da Resex de Cururupu – MA** / Francisco Wendell Dias Costa. –São Luís, 2015.

COUTINHO, M.C.B. **Ecoturismo: Reservas Extrativistas no Brasil e Experiências da Costa Rica**. 2000. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

COUTINHO, Mauro Knupfer. **Turismo e Inclusão de Comunidades Locais, com Luís Mundet**. Caderno Virtual de Turismo, v. 16, n. 1, 2016.

COUTO, Renan E. **Turismo como mecanismo de desenvolvimento local e empreendedorismo sustentável: Análise da demanda e do espaço rural do Alto Aiuruoca, Itamonte, MG**. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense. 2006.

CUNHA, Roberto César. **Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão**. Cadernau, v. 8, n. 1, 2015.

DA SILVA, Vasco Pereira. **A cultura a que tenho direito: direitos fundamentais e cultura**. Coimbra: Almedina, 2007.

DE LIMA, Robson Pereira. **Turismo de base comunitária como inovação social**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antônio Calos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec/NUPAB/USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em perspectiva, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da natureza: enfoque alternativos. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

DISCONZI, Gislane. **Laudo biológico da reserva extrativista marinha de Cururupu**. São Luis: IBAMA. 2002.

DOS SANTOS, Theotonio. **Crises econômicas e ondas longas na economia mundial**. Textos para discussão. Série, 2002.

DOWBOR, Ladislau. A intervenção dos lugares centrais e o turismo ambiental na obra de Christaller. In: LEMOS, Amália Inês G. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 3. ed. São Paulo: Polis, 2006.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

ESTERCI, NEIDE (Org.); SANT'ANA JÚNIOR, H. A. (Org.); TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino (Org.) . **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

FABRINO, Nathália Hallack. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/.../2013_NathaliaHallackFabrino.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

FAGNANI, E. e CARDOSO JR., J.C. **Previdência e opinião pública**. Folha de S. Paulo, 27/08/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2708200709.htm>>. Acesso em: 23/06/2016.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 16, n. 2, p. 124-131, 2014.

FLICK, U. (2005b) **Triangulation in Qualitative Research**. In: Flick, U., Kardorff, E., & Steinke, A. Companion to Qualitative Research. London: Sage, 178-183.

FREITAS, Leana Oliveira. **Ensaio inicial sobre pobreza e desigualdade social: indicações políticas para a política de assistência social**. Revista Políticas Públicas, v. 8, n. 2, 2015.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Circulo do Livro, 1978.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, C. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. 119 p. (Coleção Perspectivas do Nosso Tempo).

FURTADO. Rosa Freire D'Aguiar (org.) **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

FURTADO. Rosa Freire D'Aguiar (org.). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GIL, C. In: LEITE, F. T. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In Revista de Administração de Empresas. v. 35. n. 2, mar./abr., 1995.

GOMES, Antonio. **O desenvolvimento socioeconômico e a educação**. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163544Y8gPO1ic0Rm54BD9.pdf>> Acesso em: 19 out. 2016.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GRAZIANO, Sérgio F.C. **Globalização e sociedade de controle: a cultura do medo e o mercado da violência**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Direito)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GRONDONA, Mariano. Uma tipologia cultural do desenvolvimento econômico. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. Geo UERJ. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1º sem., 1999.

HAESBAERT, R.; BRUCE, GLAUCO. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, América do Norte, 4, set. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/74>> Acesso em: 04 dez. 2016.

HAESBAERT, Rogério. **"Da desterritorialização à multiterritorialidade."** Anais: Encontros Nacionais da ANPUR. 2013.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 9ª ed., São Paulo: Loyola, 2000.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 598 p. 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; EULÁLIO, Alexandre; RIBEIRO, Leo Gilson. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ICMBIO, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Maranhã de Cururupu**. Termo de Referência: 2014.0514.00029-0 – FUNBIO. Aguardando publicação no Diário Oficial do Maranhão, 2016.

ICMBIO. **Ministério do Meio Ambiente. Caracterização de aspectos socioambientais e econômicos da Unidade e proposta de estudos complementares**. Reserva Extrativista Marinha de Cururupu/MA. Brasília, 2009.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: Epu, 1980.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LEMOS, Cristina. **Inovação para Arranjos de Sistemas de MPME: redes de sistemas**

LITTLE, P. **Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico**, in: Horizontes Antropológicos, nº 25, p.85-103, Porto Alegre: PPGAS. Martinez-Alier, J. 2009.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, nº322, Brasília, 2002.

LUCHIARI, Maria Tereza. **Urbanização Turística: um novo nexos entre o Lugar e o mundo** In: LIMA, L.C. (Org.). Da cidade ao campo: A diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

MAGALHÃES, Alexandre. **O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro**. Horizontes Antropológicos v. 19, n. 40, p. 89-118, 2013.

MARANHÃO. **Decreto estadual nº 11.901, de 11 de junho de 1991**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses. São Luís, 1991.

MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini. **Vida e Obra**. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. 4a reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MYINT, H. Uma interpretação do subdesenvolvimento econômico. En: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Orgs.) **A economia do subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p 123- 159.

NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete (Org.). **Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo**. Campinas-SP: Papirus, 2002.

NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete (Org.). **Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo**. Campinas-SP: Papirus, 2002.

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtand). **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.sch

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

OLIVEIRA, Sérgio D. et al. **Turismo Responsável: uma alternativa ao turismo sustentável?** SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. 4. 2006.

OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 10 de mai de 2016.

OURIQUES, Helton Ricardo. **O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 34, n. 2, p. 147-157, 2012.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Um breve panorama sobre o desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo**. Turismo e hospitalidade na região metropolitana de Florianópolis, p. 17, 2007.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

OXFAM. **Uma Economia para o 0,1%**. Relatório informativo. Disponível em: <http://www.oxfam.org.br/noticias/relatorio_davos_2016>. Acesso em: 19 mai.2016.

PEREIRA, M. de J. F. **Ecoturismo e Patrimônio Cultural na “ilha encantada”**. Comunicação realizada no GT-18: “Patrimônios, memórias e diversidade biocultural”, na VIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE) CCH/UFMA, 2003.

PEREIRA, M. J. F. "**Mobilização de pescadores em defesa de territórios tradicionais e processos de reconfiguração do território marinho**: uma perspectiva comparada entre Brasil e Cabo Verde" Encontro da Rede de Estudos Ambientais em Países de Língua Portuguesa (2015): n. pág. Web. 29 nov. 2016

PEREIRA, M. J. F. “**Filhos do Rei Sebastião**”, “**Filhos da Lua**”: construções simbólicas sobre os nativos da Ilha dos Lençóis. Cadernos de Campo, n.º 13, 2005.

PEREIRA, M. J. F. A “**encantada**” Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo: reflexões acerca do fenômeno turístico numa abordagem antropológica. Revista Pós Ciências Sociais. v.6, n.12, 2009.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, S (Org). **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.

PETROCCHI, Mário. **Turismo Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PINHEIRO, Cintia Raquel Soares. **Turismo e desenvolvimento sustentável**: Um enfoque sobre a capacitação de recursos humanos como alternativa para a promoção do desenvolvimento socioeconômico na Ilha de Lençóis em Cururupu-MA. / Monografia – Curso de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, 2014.

PINHEIRO, Cíntia Raquel Soares; MOURA, Maysa Matos; BEZERRA, Marilene Sabino. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**: o ecoturismo de base comunitária na RESEX de Cururupu – Ilha dos Lençóis-MA. Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da crise global: experiências e antecipações concretas, São Luís 25 a 28 de agosto de 2015.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas com bases no desenvolvimento**: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Texto para discussão 1794. Brasília-DF: Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2012.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Instituto de Investigações Histórico-Sociais, Universidad Veracruzana, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (dês) caminhos do meio ambiente**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÊGO, R. S. **Análise sobre os processos de consolidação da Resex Marinha de Cururupu e a gestão socioambiental compartilhada.** Relatório apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2013.

RIBEIRO, Rodrigo Lopes Cavalcanti; VEIGA, Felipe Berocan. **Reassentamentos urbanos no Rio de Janeiro:** Considerações sobre a continuidade do estigma de favela em um conjunto habitacional. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, v. 1, n. 4, p. 9-27, 2016.

RIOS, Luiz. **Estudo de Geografia do Maranhão.** São Luís: Editora Graphis, 2001.

RODRIGUES, ARLETE M. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística.** In: *Turismo e desenvolvimento local*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RODRIGUES, Adyr. **Território, patrimônio e turismo com base local** – uma relação inequívoca. IN: SEABRA, Giovanni (org) *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2007, 358p.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Sobre la concepción del sistema centro-periferia.** *Revista de la CEPAL*, 1977.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável.** 5. ed. Campinas: Papirus, 1999.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.

SAAD FILHO, Alfredo. **“Neoliberalismo: uma análise marxista.”**, *Marx e o Marxismo* – *Revista do NIEP*, vol. 3 (4), jan/jun de 2015.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACK, Robert David. **Territorialidade humana: teoria e história.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, Marshall. **A primeira sociedade de afluência** in: CARVALHO, E. (org) *Antropologia Econômica*, São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humans. p.7-44, 1978.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção”** *Mana*. Rio de Janeiro, v. 03, nº 01, 1997.

SAMPAIO, C. A. C. LEÓN, I. C. de; DALLABRIDA, I. S.; PELLIN, V. **Arranjos Socioprodutivos de Base Comunitária:** arranjos produtivos locais pensados como arranjos institucionais. o caso da Mondragón corporação cooperativa. *Organizações e Sociedade*, v. 15 - n. 46, p.77-98, julho-setembro, 2008.

SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTOLO, R; SANSOLO D.G; BURSZTYN, I (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de, MUNIZ, Lenir Moraes. **Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global**. In. Sant'ana Júnior, H. A; Pereira, M. J. F; Alves, E. J. P; Pereira, C. R. A (orgs.) Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.

SANT'ANA, JÚNIOR et al. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís, Edufma: 2008.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Pulo: Ed. Peirópolis, 2005.

SANTOS, F., João dos. **Espelho da História: o fenômeno turístico no percurso da humanidade**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, nº 50, julho de 2005. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHRÖDER, P. **A antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira?** Revista de Antropologia, v. 40, n. 2, p.83-100, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo: Cia. das Letras, 2000

SHIRAISHI, Joaquim Neto. (org.). 2007. **Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos Definidores de uma Política Nacional**. Manaus: UEA.

SILVA, C. P. **Perspectivas do ecoturismo na Ilha dos Lençóis/MA: tendências e cenários da sustentabilidade**. 2004. Departamento de Oceanografia e Limnologia – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2006.

SINGH, S.P. (Orgs.) **A economia do subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. **Crise e Território no Pensamento Econômico**. 2011. Disponível em: <<https://mpira.ub.uni-muenchen.de/29922/>> Acesso em: 11 de ago de 2016.

SPINELLI, S. M. A importância da formação profissional em Turismo. In: SHIGUNOV

NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete (orgs). **Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo**. Campinas: Papyrus, 2002.

SUASSUNA, Dulce Maria Figueira de Almeida. **“Uma pergunta que se faz a um recém chegado: quem és? O projeto Tamar e sua intervenção nas comunidades pesqueiras**. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2001.

SWARBROOK, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

TATIANA, de Oliveira. **O programa bolsa família e suas condicionalidades: entre o direito e o dever**. Universidade Estadual de Londrina, 2015.

TAVARES, Maria C. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TAVEIRA, Marcelo da Silva. **Turismo e comunidades de praia: São Miguel do Gostoso no caminho do mar e na direção dos ventos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais 2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Faculdades Integradas do Tapajós, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes – de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. Tradução de Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia de François Furet. Vol. I – 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOLEDO, Fernando Floriano. **Projetos de Desenvolvimento Institucional e de Infraestrutura Urbana Municipais: uma abordagem da organização do trabalho no gerenciamento dos recursos públicos** 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2004.

TRIGO, Luis. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1990.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FEE, 2002.

VILANI, Rodrigo Machado. **Interpretação da política nacional de turismo à luz do princípio constitucional de desenvolvimento sustentável**. CULTUR-Revista de Cultura e Turismo, v. 6, n. 2, p. 60-72, 2015.

WWF-INTERNATIONAL. **Guide line for community-based ecotourism development**. Julho de 2001.

ZACARIAS, Rachel. **O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental**: uma visão crítica. Circuito de Debates Acadêmicos: programa e resumos. Brasília: Ipea, 2011.

ZAPATA, T. **Estratégias de desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/turismo/article/viewFile/21383/14100>>. Acesso: 10 jun. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA: GESTORES PÚBLICOS

Gestor (a): Eduardo Castro Menezes de Borba Instituição: ICMBio

Cargo/Função: Analista ambiental e Gestor da Resex de Cururupu

Ano de ingresso na função: 2011

Data da entrevista: 15/08/2016

Cíntia: Boa tarde, Eduardo, a primeira pergunta que eu tenho para te fazer é: como se iniciou o processo de exploração de atividade turística na Ilha dos Lençóis?

Eduardo: Olha eu acho que se iniciou principalmente pelo fato lá dos albinos na ilha sabe? curiosidade, pela curiosidade das primeiras reportagens que filmaram os albinos, acho que isso talvez movimentou, despertou uma curiosidade que as pessoas começaram a ir, acredito que foi mais por essa parte assim social, a princípio aqui.

Cíntia: E qual foi a metodologia utilizada para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na ilha dos Lençóis?

Eduardo: Em 2011 a gente iniciou um trabalho que foi primeiro formar um grupo de comunitários, onde esse grupo elencou assim as atividades que eles já faziam lá, o que eles queriam desenvolver ainda, o que eles não faziam no momento e a gente iniciou também um trabalho mais técnico de inventário, não é, de atrativos, daí atrativos de todas as formas, desde atrativos naturais, até as paisagens, os atrativos culturais como a pesca ou a culinária e também dentro desses atrativos culturais as festas, as tradições.

Cíntia: E foi um inventário participativo, foi?

Eduardo: Sim, foi feito com o apoio deles. E um retorno de produtos, por exemplo "Ah você sugeriu fazer um trabalho que se chamou a pesca acompanhada", um atrativo cultural para se mostrar quais seriam as modalidades de pesca, então por exemplo nesse trabalho de acompanhar as modalidades de pesca, eles tinham vários tipos de pescarias, mas eles, assim a partir da escolha deles, quais seriam as que os turistas iriam apreciar ou poderiam acompanhar com eles, então eles mesmos deram algumas sugestões e a partir do que eles sugeriram, em todos os aspectos, tanto na parte natural, de atrativos naturais, eles sugeriram as lagoas, dunas, a gente procurou fazer por exemplo uma trilha, no sentido da pesca também, eles sugeriram as

modalidades e a gente foi investigando como seria o horário para sair, a melhor época do ano, quantas pessoas poderiam ir em uma embarcação, quanto tempo até aquela pescaria, tem pescaria que tem que ir em um dia e voltar depois de 3 dias, então não dá, mas aquelas que são 3 horas ou até 6 horas poderiam ser acompanhadas.

Cíntia: E isso foi realmente feito? Hoje em dia essa pesca acompanhada existe como produto turístico?

Eduardo: Então, o projeto, o inventário, assim, a gente conseguiu concluir, mas os programas, as ofertas de atividades não foram, não estão sendo executadas de acordo com o que está lá no diagnóstico, lá no inventário, ainda tem essa... a gente não tem um local, até tem, não tem assim estruturado, a gente não tem estruturado um local onde uma pessoa possa recepcionar os turistas, dizer: "Ah a gente oferece essas pescarias", pesca acompanhada, que é um negócio deles, totalmente original, mas não tem isso dizendo pros turistas: "Esses são os tipos de barcos que levam, esses são os locais que tu vai conhecer". Isso precisaria tipo de um centro, não é? De visitantes para... olhar as embarcações, tu vai botar uma pessoa em um barco sem ela saber para onde ela vai, o que ela vai encontrar, tudo gera riscos também, não é?

Cíntia: Então a atividade turística lá acontece de forma ainda um pouco dispersa, o turista se hospeda e lá na própria comunidade...

Eduardo: Isso, tem umas, acho que pelo menos 3 trilhas assim que são orientadas, é uma trilha da volta a ilha, tem... eu não lembro, tem a trilha de volta a ilha, tem a trilha que já pega uma parte embarcada que é a que vai para o farol, o farol de São João e a outra que é mais próxima ali aos manguezais, que vai até ao que eles chamam de Ponta do Gino que seria a trilha menor, essa menor é umas 3, 4 horas, a volta a ilha é umas 5, 6 horas quase.

Cíntia: E Eduardo o que o turismo representa para a economia da comunidade?

Eduardo: Então, o turismo ainda não atinge a maioria da comunidade, então ele atinge uma parcela assim pequena da comunidade, que são os guias, as pessoas que oferecem alimentação e os donos de pousadas que hoje só são 3, então uma parcela pequena, não é? Menos de 10% da comunidade diretamente está envolvida, agora tem assim umas questões, por exemplo chega um grupo de 20 pessoas, eles vão se alimentar, então tem uma venda maior do pescado dentro da Ilha, o turismo favorece uma comercialização melhor no momento.

Cíntia: Quais são as particularidades que fazem com que a Ilha dos Lençóis seja um destino turístico?

Eduardo: Acho que é a beleza, não é, a paisagem, o isolamento e a curiosidade também, não é, por ser um local distante, essas são as principais.

Cíntia: Uma das diretrizes do turismo de base comunitária e ser explorado e desenvolvido pela própria comunidade, que é a protagonista, com o apoio das esferas públicas. Explique como é a relação da sua instituição, do ICMBio com a comunidade.

Eduardo: O Instituto Chico Mendes é o órgão gestor da reserva e extrativista, A RESEX é uma área da natureza protegida, mas nem todos os processos que envolvem o turismo são competência do órgão ambiental. Então a gente, como órgão ambiental, tem algumas preocupações de turismo, em não gerar impacto ao meio ambiente, mas também por ser o órgão mais próximo, a gente também tem como contribuir para, de uma forma, oferecer algumas oficinas de capacitação, ou trazer uma informação de como as pessoas que estão prestando esse serviço podem de alguma forma melhorar o serviço deles, mas isso também não pode tirar aquilo que é a característica das pessoas do local, porque uma grande dificuldade é você tornar eles assim profissionais para esse meio, na verdade as pessoas lá, os moradores não tem isso como uma questão muito profissional, continua sendo uma atividade alternativa para eles, porque a dependência deles continua sendo a pesca, a principal, então a gente fornece informações, tenta fazer oficina de capacitação e tudo, mas tem algumas, tem uns entraves assim que não conseguem se desenvolver.

Cíntia: Quais seriam esses entraves?

Eduardo: Eu vejo que é essa pouca percepção que a atividade turística pode ser mais profissional, eles não veem ainda como muito profissional assim de, como é o serviço que você oferece, por exemplo, as embarcações, tem embarcações de pesca que poderiam ser adaptadas para transportar o turista, fazer esse transporte do continente, colocar bancos, coletes salvavidas e isso não ocorre, as pessoas andam ali, vão em cima do convés, em pé, com a rede de pesca, então tem coisas que eles não encaram como preocupações, não é, talvez até o próprio fato de estarem distantes, tem aquela questão de assistencialismo, tudo parte mais como uma iniciativa de fora, tem que alguém de fora dizer que as embarcações tem que se adaptar para poder transportar o turista por exemplo, não é uma coisa percebida por eles "Ah se eu... se tem 40 barcos na Ilha de Lençóis, se eu fizer uma barco preparado com alguma estrutura será que os turista não vai poder escolher aquele barco, ou eu vou ter uma demanda, um trabalho a mais do que os outro?". Talvez nesse sentido, não é?

Cíntia: Eduardo, qual é a identidade cultural da Ilha dos Lençóis?

Eduardo: Identidade? Pescador. A família, a maioria são de pescadores.

Cíntia: E você percebeu alguma mudança cultural a partir do incremento da atividade turística?

Eduardo: Não sei se o turismo assim de fato muda culturalmente, mas talvez uma das coisas que Lençóis se difere um pouco das outras ilhas é por ter a energia 24 horas. Então não sei se

culturalmente as pessoas começam a ter outros hábitos, talvez, mas assim, a gente vê que o turismo ainda não é uma atividade de grande impacto e que movimenta tanto a ilha, esses anos desde 2012 que teve um levantamento, acho que não tem um esforço para mostra-lo tão grande, não seria 100%, mas a gente acha que são centenas de turistas que visitam a ilha por ano, então não tem nem mil pessoas visitando a ilha, não é muita gente, se for pensar no todo, não dá mil pessoas, então nos 365 dias do ano tem períodos que não tem nenhum turista lá. Então é, eu não vejo que ele esteja alterando.

Cíntia: Mas é bom que não altere, não é? É pra ser sustentável

Eduardo: É bom que não altere.

Cíntia: Eduardo, a comunidade da Ilha dos Lençóis pode ser considerada isolada por conta do difícil acesso e além disso só no ano de 2008 que passou a ser abastecida com energia elétrica 24H... de que forma o isolamento e as questões estruturais da ilha, a educação, a saúde, o saneamento básico se relacionam com o turismo? Você acha que isso gera algum tipo de impacto ou ...

Eduardo: Eu acho que tem aquele impacto para o turista.

Cíntia: Como?

Eduardo: O turista quando chega em um local desse ele fica inseguro, por exemplo, ele está há 6 horas de um continente, mais próximo, onde ele vai ter uma farmácia, por exemplo, sendo que ele está em uma área onde tu só entra e sai de barco e tem a questão dos horários de maré, uma embarcação fica no seco e vai esperar até a próxima, a enchente da maré, para sair uma embarcação de lá, eu acho que o turista vê como uma área onde tu tem que estar bem preparado para ir para lá, não é? Ter uma boa condição física, tu levar alguns medicamentos que tu faz uso, tu vai estar muito exposto ao sol, vento, não tem água encanada, não tem rede de água encanada, não é?

Cíntia: É.

Eduardo: Então a falta da água também talvez, mas eu acho que outras coisas despertam, tanto umas geram essa insegurança quanto outras despertam, não é? Curiosidade, fascínio, porque as pessoas vivem lá há umas 6, 7 gerações, mais de 100 anos, e se eles estão lá e se mantêm bem fisicamente...é porque lá tem, assim no entendimento tem tudo que eles precisam. É um povo que vive 100% do que a natureza oferece, ver como eles conseguem, tipo uma luta para sobreviver, é bem interessante, mesmo sem essas questões de uma escola adequada, uma rede de esgoto, infelizmente praticamente não vai existir nunca, não sei, não é, infelizmente, seria simples ter um tratamento de água, uma coisa pequena, mas as condições, nem nas capitais tem rede de esgoto adequada.

Cíntia: Existe algum programa de agricultura familiar na Ilha dos Lençóis? Porque é uma comunidade que vive em um terreno arenoso, não é?

Eduardo: Pois é.

Cíntia: E como é que funciona?

Eduardo: Não de agricultura não tem, porque não assim uma área que possa ser assim agrária, lavrável assim, o que ocorre é que tem só os quintais, então a pessoa tem que condicionar o seu quintal, com uma sombra, ou com uma terra diferente.

Cíntia: Mas isso é feito?

Eduardo: Então, tem famílias, a gente não consegue, assim como e que eu posso dizer, assim favorecer, ou dar algum tipo de suporte para eles se desenvolverem, então quem desenvolve esse tipo de horta e canteiro dentro da propriedade é por iniciativa própria.

Cíntia: Entendi.

Eduardo: Mas eles conseguem ter assim cebolinha, salsinha, tomate, um pimentão.

Cíntia: Interessante.

Eduardo: Então tem umas pessoas que tem esse cuidado, e tem outras coisas que pegam fácil lá, tem aquele maxixe, coisa que dá em areia, melancia, tem alguns que fazem uma área maior, um terreno maior, mas tudo tem que ser fechado, condicionado.

Cíntia: Eduardo, tu achas que o turismo de base comunitária vem contribuindo para redução da pobreza da Ilha dos Lençóis?

Eduardo: Sim, de certo forma sim, porque ele gera mais trabalho, gera mais renda. É uma outra alternativa de renda, não é?

Cíntia: E quais foram as políticas de turismo na esfera federal, estadual, municipal que contribuíram para o desenvolvimento da atividade turística na Ilha dos Lençóis? Teve algum programa?

Eduardo: Olha, tem alguns programas aí, tanto do estado, não sei se eles atingiram, mas por ser um polo lá, não é. Um polo atrativo a Floresta dos Guarás, talvez pode ter contribuído de alguma forma, e questão do instituto Chico Mendes ele tem essa, ele formalizou o turismo de base comunitária, tem uma, acho que é uma instrução normativa que diz, que tem umas diretrizes já estabelecidas, como conduzir essa modalidade de turismo e ele quer, e o instituto quer fomentar onde tem população tradicional. Ele quer contribuir para esse tipo de turismo, que entende que é o de menor impacto e mais ganho social.

Cíntia: A gestão do turismo praticado na ilha é efetivamente participativa? Como funciona a cooperação entre os agentes de mercado, poder público, o trade local e os demais setores da comunidade para o turismo? Existe?

Eduardo: É, essa, todo esse sistema ainda não é bem desenvolvido. Então as pessoas trabalham mais na forma oportunista assim, porque alguns conseguem agenciar, o próprio dono da pousada agencia os pacotes a partir de um contato, que ele fornece o contato, ou em um site, essas coisas, mas a gente vê que esse também é um entrave, um gargalo, porque a prefeitura não... lá é Cururupu, a prefeitura de Cururupu não tem portal de turismo, onde as empresas poderiam ficar tentando articular como chegar e tudo mais, a gente não tem um ordenamento, o instituto por ser gestor dessa área não tem um ordenamento, porque ainda não há uma demanda, não tem como limitar um número de visitantes.

Cíntia: Capacidade de carga, não é?

Eduardo: É. A gente... ela é menor do que ocorre, então ainda tem leitos lá e não tem pessoas, então se um dia não houver mais pessoas que o número de leitos a gente também vai ter que dar um número, não é? Dimensionar quantos são, quantos suporta, quantos não suporta. Eu acho que falta muito disso, e até o próprio setor privado, eu acho que desconhece um pouco, poderia ter uma atividade principalmente de turismo de natureza que pudesse ser melhor oferecido esse serviço para lá.

Cíntia: As agências de turismo daqui da capital ou de outros estados ainda não trabalham com a ilha?

Eduardo: Não, tem algumas empresas que conhecem o local, que já fazem essa logística para chegar até lá, mas também isso não é formalizado, a empresa não pede uma autorização, não coloca um contrato dizendo que ela tem o ganho dela, mas ela não está repassando o ganho para uma associação por exemplo, que possa fazer alguma articulação lá entre os moradores, então o ganho fica para a empresa e para quem a empresa está fazendo o contato só lá na ilha, "Ó estou levando para a pousado de tal pessoa", então, acaba que só esses dois atores saem ganhando, mas a comunidade em si, nunca recebe coletivamente, o que na verdade é contra o objetivo do turismo de base comunitária, que teria que ter um setor da comunidade, ou um gerente que pudesse receber uma parcela e pagar quem fornece os serviços. O guia ou algum barqueiro, a cozinheira, ou também para estruturar eles, comprar uma vestimenta, uma farda. Isso não é feito porque não há ainda, ainda não se conseguiu sentar com a, por exemplo o presidente de uma associação de lá, ou da associação da reserva, um empresário e ver o que as partes envolvidas precisam para desenvolver isso, pro ganho ficar mais centrado. Ele está de alguma forma se beneficiando com o turismo de lá mesmo ele sendo oferecido, dentro da ilha ele só é oferecido por comunitários, mas até chegar na ilha, já que os comunitários não saem da ilha. Eles não saem, não tem um barco em Apicum-Açu, então eles não saem de lá, não tem um serviço que o comunitário saiu da ilha e ficou lá no porto no continente dizendo "Transporte

para a Ilha de Lençóis, turismo", isso não tem. Então sempre vai ter gente de fora da ilha que está se favorecendo de alguma forma, senão o turista não chega lá.

Cíntia: E quais foram as principais mudanças que ocorreram na ilha a partir desse processo de exploração do turismo?

Eduardo: Eu acho que, assim para a ilha em geral são poucas, mas acredito que as pessoas em geral elas podem almejar ter uma outra alternativa de renda, ou almejar oferecer um serviço. Na Ilha dos Lençóis não tem um restaurante, nenhuma lanchonete, nenhuma padaria, então as pessoas devem se perguntar, "Será que se eu abrir minha lanchonete, meu restaurante, minha padaria, será que eu não vou ganhar um bom dinheiro?". Mas daí falta aquela veia empreendedora: "Ah eu vou apostar quanto, juntar quanto para iniciar o meu negócio?", mais eu vejo as pessoas me perguntam assim: "Ah se eu botasse um negócio aqui", eles vêm que isso aí pode ser bom até pra gente, a gente chega lá já com fome e tudo, a gente não vai para lugar nenhum, tem que fazer a comida, ou contratar uma cozinheira. Isso dispensa tempo e tudo, então. Até para a gente seria bom ter um negócio desses que funcionasse, que oferecesse comida e tudo, lanche. Eu acho que eles pensam dessa forma. Já que existe porque que eu não posso entrar, não é?

Cíntia: Entendi. A Ilha dos Lençóis está inserida no polo turístico da Floresta dos Guarás, o que isso significa?

Eduardo: Bom, teoricamente que seria um local para aportar recurso, captar recurso, já que é um polo e tem já alguma coisa planejada para isso, um polo deve ter um planejamento para o polo, não é? O que se planeja para o polo deve ser infraestrutura talvez. E Guarás por ter muito dessa ave bem representativa, tipo a espécie bandeira que a gente chama, tem várias histórias de guarás.

Cíntia: Mas na prática tiveram mudanças perceptíveis?

Eduardo: Eu acho que essas esferas públicas elas pouco conversam, então se tu fores lá na secretaria de estado do turismo talvez eles não saibam nem que essa ilha é uma reserva extrativista, se tem um órgão gestor que trabalha na Ilha de Lençóis, talvez eles não saibam, não é? Então a gente também tem essa dificuldade, não é? Porque se a gente fosse procurado mais vezes a gente poderia estar de alguma forma em parceria trabalhando melhor, ou dando continuidade ao projeto que meio que se estancou lá.

Cíntia: Além desses, quais são os principais entraves para o desenvolvimento do turismo de base comunitária dentro de Lençóis?

Eduardo: Acho que seria tanto essa melhoria dos serviços, uma forma melhor para transportar as pessoas, um melhor serviço para de alimentação, para tudo, para oferecer uns programas lá

de atrativos. Mas além disso tem que pensar... porque só melhorando o serviço não ia melhorar o turismo, porque iam chegar as mesmas pessoas e iam só aproveitar mais, eu acho que para chegar mais gente lá... porque eu acho que as vezes as pessoas podem até querer ir na ilha, mas quando sabem da dificuldade que é pra chegar, ou que não tem uma segurança... eles podem desistir. Acho que teria que se trabalhar nessas esferas públicas, sabe? O município que converse com o estado e possa pleitear alguma coisa com o governo federal ou coisas nesse sentido, porque se não parte do município que está lá dentro, eles são cidadãos de Cururupu e Cururupu não tem um, ou pelo menos até hoje não teve um olhar para isso, para o turismo das suas praias, não é, então fica faltando um ator nessa história toda, é a mesma coisa de tu está lá no projeto do ICMBio, mas o projeto não vai pra frente, então as pessoas se desestimulam nesse sentido, ah foi feito um inventário de Lençóis, aparece em vários locais e tudo mais, mas, e assim as pessoas que estão lá dentro sabem como está trabalhando, sabem para quem que eles precisam pedir suporte? Eles não tem ainda isso, sabe? Eles não sabem, "Ah se a gente precisar ali de um barco tal" ou quem que poderia custear esse barco para essa associação, ou um local no continente que tivesse informações, um centro de visitante para tirar dúvidas, várias coisas poderiam se iniciar nesse sentido. Mas eu acho que seria interessante partir de lá, partir do município.

Cíntia: E Eduardo quais são as suas principais expectativas em relação aos benefícios que a comunidade pode ter a partir do desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha dos Lençóis?

Eduardo: A expectativa é que mais gente possa usufruir desse benefício como uma alternativa de renda, porque as pessoas têm interesse, eu acho que tem potencial para eles trabalharem nisso, não é, a expectativa é essa. Eu acho que o turismo além de proporcionar esse benefício financeiro pras pessoas, ele também é uma forma de tu ser mais visto, tu estas mais preocupado com o teu comportamento também, então eles sendo mais visitados e tendo um fluxo maior, até mesmo as pessoas que não tem preocupação com o meio ambiente de jogar lixo, pegar um alimento e jogar sacolinha no chão, acho que tudo geraria uma maior cidadania, digamos assim, ou quem faz uma pescaria, que derruba 10 árvores de mangue ali na frente, sendo que vai usar uma...ele não iria fazer isso, ele ia ter uma preocupação maior, já que ele é tão visitado.

Eduardo: Ele não iria fazer essas coisas assim, então eu acho que para o meio ambiente também tem um retorno positivo. Eu acho que aumentaria a tua preocupação, não só assim pela forma da beleza, mas por estar cuidando mais, está dando mais atenção, mais vida para as coisas, eu acho que é isso, acho que movimentaria nesse sentido.

Cíntia: Obrigada, Eduardo por suas contribuições.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA: GESTORES PÚBLICOS

Gestor (a): Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite Instituição: ICMBio

Cargo/Função: Analista ambiental Ano de ingresso na função: 2005

Entrevista recebida via e-mail: 18/10/2016.

Como se iniciou o processo de exploração da atividade turística na Ilha dos Lençóis?

Primeiramente é importante definir o que se quer dizer com exploração da atividade turística e na perspectiva de qual ator (comunitários, turistas, agências de turismo, prefeituras, órgãos públicos, ICMBio, outros).

De acordo com as pesquisas bibliográficas e relatos orais dos moradores da Ilha, a visitação na Ilha começou com as visitas de jornalistas/escritores/repórteres interessados no fenômeno do albinismo e posteriormente nos mistérios relacionados à encantaria Sebastiana. No artigo (ALVITE et al, 2014), traço um breve histórico dos aspectos iniciais da visitação na Ilha.

Com base na demanda dos comunitários da RESEX, por meio do conselho da UC, foi apontada a necessidade de se discutir o turismo de base comunitária, sendo escolhida a comunidade da Ilha dos Lençóis, onde a visitação já ocorria, sem a atuação institucional do ICMBio.

Qual foi a metodologia utilizada para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na Ilha dos Lençóis?

O TBC já existia na comunidade, independente da ação do ICMBio. Dada a demanda apontada na questão 1, o CNPT em parceria com a equipe de gestão da RESEX, elaboraram um projeto para potencializar o turismo que já ocorria. A metodologia utilizada foi: reuniões de mobilização comunitárias, mapeamento participativo dos atrativos naturais e culturais, criação de grupo de apoio local para discutir o projeto, intercâmbio dos comunitários junto à REDE TUCUM, levantamento do perfil do visitante.

Quais as mudanças culturais percebidas a partir do incremento da atividade turística?

Não tenho informações em profundidade sobre este aspecto, dado que o projeto do CNPT não teve continuidade, não avaliando e monitorando os processos de mudança na comunidade. Além disso, desde 2012 estou afastada da atuação na Ilha, e, portanto, sem informações atualizadas. Na época do projeto, houveram relatos de que os próprios comunitários estariam re-significando o próprio imaginário sobre a Ilha, decorrente dos processos de turismo, o que estaria ocasionando a mudança da morado do Dom Sebastião. Esses relatos estão bem documentados na tese e artigos da pesquisadora da UFMA Madian Frazão.

A Ilha dos Lençóis está inserida no Polo Turístico Floresta dos Guarás, o que isso significa?

Significa uma porta de divulgação do destino, sem que isso implique na prática em incentivos e ações efetivas de melhoria das condições da comunidade para atender ao fluxo maior de pessoas.

Quais são os principais entraves para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na Ilha dos Lençóis?

Na perspectiva dos visitantes, os principais fatores negativos apontados na experiência da visita e que deverão ser trabalhados são: gestão de resíduos sólidos, o alto volume de som, a falta de informação sobre a Ilha e a dificuldade de transporte marítimo.

A mobilização e organização comunitária é um grande entrave e deve ser avaliada com cautela. É importante que sejam realizadas pesquisas sobre a percepção do turismo pela comunidade como forma de compreender como os nativos estão reelaborando suas posições, especificamente quanto ao mito sebastianista, com vistas não apenas à manutenção da biodiversidade local, mas principalmente em defesa de seu patrimônio cultural. Continuidade e manutenção das parcerias.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA: LIDERANÇAS LOCAIS

Liderança: Lailson James Silva de Araújo.

Instituição: Conselho Fiscal da Associação de Moradores da Ilha de Lençóis e Associação de Moradores da Reserva Extrativista de Cururupu (AMREC)

Data da entrevista: 08/10/2016

Luiz Eduardo: Hoje, 08 de outubro de 2016, eu estou aqui na Ilha dos Lençóis, entrevista o senhor Lailson...

Lailson: Jaimes Silva de Araújo.

Luiz Eduardo: O senhor tem quantos anos, senhor Lailson?

Lailson: 38 anos.

Luiz Eduardo: Ele é nativo aqui da Ilha dos Lençóis. O único guia turístico cadastrado aqui da ilha, segundo ele. Ele também faz parte da Associação dos Moradores da Ilha. O senhor poderia descrever qual é o seu papel na Associação?

Lailson: Faço parte do Conselho Fiscal da Associação de Moradores da Ilha de Lençóis. Agora entrei para uma outra associação: Mãe das Ilhas Cururupu, que é AMREMC. Associação de Moradores da Reserva Extrativista de Cururupu. Fica localizada dentro da APA das Reentrâncias Maranhenses.

Luiz Eduardo: Ela é tipo uma associação de todas as ilhas, não é?

Lailson: Isso.

Luiz Eduardo: Essa associação interage com quem? Com o governo estadual, municipal ou...?

Lailson: Ela interage com o governo municipal, governo estadual e também com o governo federal e as ONGs nacionais e internacionais.

Luiz Eduardo: Então interage também com... Como é aquela organização tirada do IBAMA?

Lailson: ICMBio.

Luiz Eduardo: Essa associação tem algum poder deliberativo em cima de alguma dessas esferas? Ela pode dizer: "Não se pode construir aqui. Sim, se pode construir aqui."?

Lailson: Ela tem.

Luiz Eduardo: Com quem isso é exercido?

Lailson: É exercido através do conselho deliberativo que ela tem dentro das reuniões locais com as instituições competentes.

Luiz Eduardo: Tá certo. Agora, senhor Lailson, eu gostaria que o senhor contasse da sua experiência. Eu tenho certeza, pelo o que a Cíntia nos contou, que o senhor fez parte da formação dessa organização da ilha, desde o princípio. Eu gostaria que o senhor contasse essa história para a gente. E a história da sua relação com isso também.

Lailson: Como a gente foi um dos multiplicadores, criadores, buscando e pescando, a nossa experiência, levando para a parte técnica, a base dela foi em cima da nossa profissionalidade aqui, do nosso cotidiano, que é a pesca artesanal no Maranhão. Ela vem por base de sindicatos e colônias de pescadores. Cada ilha da localidade, temos uma comissão de base dos órgãos de pescadores nas sedes.

Luiz Eduardo: Só para facilitar o nosso trabalho. Quando isso começou? Quando essa organização começou?

Lailson: De 1993, quando a pesquisa começou, a 2000. A RESEX foi decretada em 2004.

Luiz Eduardo: Antes disso, como funcionava? Como era a situação?

Lailson: Antes disso, a gente não tinha essa consciência de respeito com a natureza, era tudo mais brutal, sem informações.

Luiz Eduardo: Sem organização, não tinha uma reflexão sobre isso. A organização trouxe essa reflexão.

Lailson: Trouxe. Trouxe uma educação.

Luiz Eduardo: Pode continuar. Vamos lá. Deve ter bastante história por aí.

Lailson: O que mais a gente tem nessa diversidade, na grande diversidade no planeta... agora a gente está com a consciência. E as crianças estão vendo. O mais importante é botar as crianças, o futuro em frente.

Luiz Eduardo: A consciência de que se poderia criar um turismo ecológico aqui surgiu quando? Surgiu como?

Lailson: Aí que vêm aquelas organizações com especialistas, com os técnicos sobre o turismo ecológico, base comunitária. A gente também fez viagens para fora. A gente saiu daqui para outras regiões brasileiras.

Luiz Eduardo: Então, antes de se colocar a atividade do turismo ecológico, foi feito todo um planejamento.

Lailson: Foi feito todo um relato, um processo de qualificação.

Luiz Eduardo: Essa qualificação foi feita por quem? Pela própria associação?

Lailson: Pela associação e juntando no IBAMA e ICMBio.

Luiz Eduardo: Como se desenvolveu essa relação da associação junto com o IBAMA, depois o ICMBio, depois com os governos? Como se deu essa articulação? Como foi essa relação? A

gente percebe certamente que, se por um lado não é uma relação conflituosa, não existe uma briga, também não foi uma relação totalmente de concordância, de ação conjunta.

Lailson: Conflituosa sempre foi, mas, como eu falei anteriormente – acho que não estava gravando –, nisso tudo existe aquela coisa burocrática, aquela política.

Luiz Eduardo: Política ou burocracia.

Lailson: Exatamente. Até aí porque lá na frente tem alguém que nos representa. Eu apenas fui de base, aquela pessoa mais jovem e inexperiente. Hoje, graças a Deus, eu fiquei maduro.

Luiz Eduardo: Mais esperto, ganhou mais experiência.

Lailson: É.

Luiz Eduardo: Que experiências foram essas? Pode dar o exemplo de alguma, contar alguma história, algum episódio?

Lailson: Uma delas porque a gente resgatou a conservação ambiental, trouxemos os acordos de gestão, de como se usar a realidade da vida. Não foi fácil lá em Brasília criar uma RESEX dentro do Município de Cururupu.

Luiz Eduardo: Isso foi uma criação feita em Brasília?

Lailson: Foi. Foi muita luta. Enquanto no Brasil tem mais de 300 RESEXs... E Cururupu está lá junto a elas, maritimamente. Quando tem estados, municípios que pedem e ainda não conseguiram criar uma UC.

Luiz Eduardo: Nós tivemos a criação do Ministério da Pesca. Acho que foi em 2006, na reforma ministerial, não foi? Posso estar enganado. Recentemente, na última reforma ministerial, o Ministério da Pesca foi extinto, transformado em uma secretária e colocado sob outro ministério.

Lailson: É verdade.

Luiz Eduardo: Isso teve impacto em cima dessas associações?

Lailson: Eu acredito. Teve um grande impacto. Os pescadores litorâneos brasileiros ficam um pouco desinformados. Ainda tem localidades que a gente não está totalmente informado. Deu impacto nos órgãos pesqueiros, principalmente em documentação dos nativos pescadores. Aqui a gente fica naquela comercialização, dependendo da comercialização do pescado.

Luiz Eduardo: Quais são os problemas que os pescadores enfrentam com isso?

Lailson: Uma delas é se organizar em documentação e ter direitos nos seguros e defesos os períodos que a gente pode escolher uma espécie para nós defendermos, para a gente conservar.

Luiz Eduardo: O defeso é aquele período que o peixe está se reproduzindo, que permite que...

Lailson: ...Se reproduzindo. A gente acaba matando ele por necessidade, mas se sentindo ruim.

Luiz Eduardo: Sim. A necessidade capitalista é permanente de você tirar o peixe dali. Mas, retirando com a pesca predatória, você tem o fim da espécie.

Lailson: Exato. É o que a gente do salgado não temos. Na água doce, aqui no Maranhão, como tem regiões que tem o defeso da piracema, recebe vários salários, eles param. E no salgado ainda não temos.

Luiz Eduardo: No salgado, ainda não se tem essa consciência disso.

Lailson: Não, a espécie, um estudo para parar...

Luiz Eduardo: ...O estudo da espécie para proteger a espécie.

Lailson: Três meses e tal.

Luiz Eduardo: Isso é bom. E o turismo de base comunitária? Ele tem um papel complementar nessa tarefa de pesca? Aqui a gente está em uma pousada em que o dono da pousada é pescador. Isso serve como uma tinha complementar para ele?

Lailson: É bom. O turismo aqui não é grande. Eu acho que vocês veem que não é aquele grande turismo.

Luiz Eduardo: Não é uma indústria turística.

Lailson: É. Não é aquele turismo capitalista, é uma renda complementar à pesca.

Luiz Eduardo: Serve para complementar a renda do pescador. Isso é interessante. É uma informação interessante para se diferenciar a atividade daqui, por exemplo, com a atividade do litoral leste, que já é turismo por turismo.

Lailson: Ainda bem. Ainda que a gente esteja aqui em uma Amazônia, estamos aqui juntinhos com a Amazônia, com as águas caribenhas, temos parques estaduais marinhos aí fora, que é o Parcel do Manuel Luís.

Luiz Eduardo: Então existe potencial turístico, mas não é o turismo do tipo indústria turística, é um turismo comunitário de base que tem como finalidade última complementar a renda do pescador.

Lailson: Do pescador nativo.

Luiz Eduardo: Essa é uma informação importante.

Lailson: Tem um progresso aqui, que é o Programa Luz para Todos, do ex-governo Lula, do Ministério de Minas e Energia, que também ajudou bastante a divulgar.

Luiz Eduardo: Pois é. Essa é uma dúvida que eu tenho. Eu soube que aqui o sistema de luz funciona por meio de energia eólica, o abastecimento é por energia eólica.

Lailson: Ele é híbrido. São três: do sol, do vento e do diesel. A partir que a natureza oferece seus descansos, o gerador supre.

Luiz Eduardo: O gerador entra quando a natureza... E a participação do diesel aqui? É grande, pequena? 30%–40% do total de energia?

Lailson: Ela deve custar uns 40%–50% por causa do período, porque não é sempre que funciona.

Luiz Eduardo: Então é eólica... E tem a solar também? Tem placa solar aqui também. O que o programa Luz para Todos oferecia?

Lailson: Clarear as comunidades isoladas, que não tinham energia na época, ou ainda não tem. No caso, era para se estender a outras cururupurenses como projeto-piloto no Estado de Maranhão.

Luiz Eduardo: Hoje por onde se estendeu esse projeto de Luz para Todos? Hoje tem aqui em Lençóis.

Lailson: Hoje tem aqui em Lençóis e no Município de Cururupu. Mas eu falei que tem o Humberto de Campos – que eu nunca fui, mas eu estou sabendo que tem.

Cíntia: Lailson, o que mudou com a chegada da luz na vida de vocês? Como era antes e como estava sendo agora?

Lailson: Mudou que teve uma melhora. Agora pode ter aulas à noite. Se quiserem criar aulas à noite, já pode ter, que antes não poderia ter. E energia é conservar os nossos alimentos, ter aquela coisa de conservação dos nossos alimentos.

Luiz Eduardo: Agora, uma coisa que é interesse no tocante à escola. Você falou das aulas à noite. As instalações da escola foram em cima de uma pousada que foi desapropriada de um antigo dono, que era uruguaio. Você conhece essa história? Pode contar ela para a gente?

Lailson: Na verdade, ela começou sendo do comerciante, o (Silmar). Que a Cíntia conhece. Dele, ele arrendou para uma paulista. Você é de São Paulo?

Luiz Eduardo: Sim.

Lailson: Um paulista. Eu considero ele como um dos pioneiros no turismo aqui. Trazendo pessoas, brasileiros. Um cara bom, um cara que ajudou muito a comunidade, que trouxe uma ONG de especialistas, de dentistas, que tratavam...

Luiz Eduardo: Dentistas. Ele é dentista?

Lailson: Não, ele não era. Ele só teve amizade, criou uma organização de dentistas e veio aqui. Depois ele faleceu e aí acabou essa organização. Mas já estava em parceria com o Uruguai. Só que aí o Uruguai é quem fazia o turismo internacional, mais complicado.

Luiz Eduardo: Sim. Quis colocar o turismo em categoria mais mercantil. E aí o que aconteceu? A comunidade resolveu desapropriar o...

Lailson: Não. Nesse tempo, já estava a RESEX, o conselho deliberativo. Aí eles viram que eles tiravam nativo dos seus locais.

Luiz Eduardo: Aquilo ia tirar nativos dos locais.

Lailson: E ampliando. Na verdade, é para a gente mesmo se organizar e receber as pessoas.

Luiz Eduardo: Essas instalações da pousada dele viraram a escola.

Lailson: Aí depois teve um negócio lá com um menino daqui. Tinha uma família nativa daqui que trabalhou sempre com eles. Mas aí não deu certo, eles apartaram e o menino, como filho daqui, acabou ganhando na questão... a comunidade mesma deu apoio a ele e ele ganhou. Só que ele não quis mais trabalhar, desistiu do turismo e arrendou para a prefeitura.

Luiz Eduardo: O terreno foi arrendado para a prefeitura.

Lailson: É. O ambiente lá foi para a prefeitura. Já com a necessidade de ter a escola, que, as dunas no período, veio logo açoriano a antiga escola.

Luiz Eduardo: Você falou em cursos à noite. Que cursos a escola oferece?

Lailson: Já teve aulas à noite, agora parou. Eu acho que devia continuar. Isso já é coisa de governo lá. Eu não sei o que aconteceu, mas tinha aulas à noite.

Luiz Eduardo: A escola funciona com o quê? Com ensino fundamental, médio?

Lailson: Fundamental.

Luiz Eduardo: Muito bom. Está ótimo. Da sua experiência como agente multiplicador, o que você acha que é a receita para o desenvolvimento dessa região para os próximos 10, 20 anos?

Lailson: Eu acho que é baseado tudo em cima da pesca: organizar o pessoal e conscientizar. Aqui tem a questão do avanço das dunas. Aqui tem essa briga de dunas e mar. A gente fica com medo de investir em uma casa, já que aqui o solo não oferece coisas de alvenaria. Mas tem outras ilhas que é preciso ter o trabalho de conscientização em organizar isso para ficar fixo. O pessoal aqui às vezes pensa que lá é terra firme, mas acho que o certo é os governantes fazerem uma coisa para...

Luiz Eduardo: ...Sim. Fazer uma realocação.

Lailson: Em cima dos pescadores, organizar os pescadores. Até para eles serem os próprios protetores das regiões.

Luiz Eduardo: Lailson, você gostaria de acrescentar alguma coisa a mais ao que você falou? Você acha que poderia complementar com alguma coisa?

Lailson: Baseado socialmente?

Luiz Eduardo: Considerando que isso aqui é um trabalho acadêmico que vai ser lido por pessoas que vão pensar em projetos de desenvolvimento. Você tem alguma coisa a acrescentar? Você trabalhou na prática com isso.

Lailson: Tem o lado também de outras pessoas. Eu falo uma coisa, já tem outras que falam outra.

Luiz Eduardo: Sim, sim.

Lailson: Diferencia, né?

Luiz Eduardo: Toda história tem dois lados.

Lailson: É mesmo. Então acho muito legal.

Luiz Eduardo: Está bom então, Lailson. Acho que é isso aí.

Lailson: A questão do comércio, que ela estava lembrando.

Cíntia: Também. Além do comércio, Lailson, eu queria só perguntar a respeito da viagem que vocês fizeram, que vocês conheceram vários destinos. O que vocês aplicaram aqui do que vocês conheceram, do que vocês aprenderam? Vocês foram lá em Fortaleza. Foram aonde mais?

Lailson: A gente foi saber sobre turismo em Fortaleza, nas regiões lá do Ceará.

Cíntia: Lá no Ceará. A gente teve aquela oficina bem grande, que vieram vários moradores de outras localidades em que o turismo de base comunitária existe e vocês aprenderam alguma coisa. O que foi aplicado desse conhecimento na Ilha dos Lençóis?

Lailson: A gente aplicou que é tudo através de associações organizadas. Mas a daqui funcionou diferente. Ela foi baseada mais em cima do projeto de energia, não se baseou em cima do turismo. O turismo básico não está. Aí eu não sei o que ele pensou. Nós temos o presidente da associação.

Cíntia:... A comunidade estava mais focada na questão da energia?

Lailson: Isso.

Cíntia: Mas vocês se unem ainda para que o turismo da comunidade ficar mais fortalecido? Como está funcionando?

Lailson: É que o Nando agora é o único que tem essa experiência aqui na frente. Aí já não posso dizer o que ele faz e o que não faz. Eles que sabem, essa parte eu fico de fora.

Cíntia: Eu pergunto porque o turismo de base comunitário pressupõe que a comunidade se ajuda.

Lailson: Temos uma pessoa que recebia bastante, mas eles não estão recebendo agora porque estão fazendo manutenção da casa, que é a dona Marluce. Tem Fernando. O Fernando não fica sempre aqui. Eu não sei nem quem recebe lá o pessoal. E eu estou sempre como guia, recebendo as pessoas.

Cíntia: Você falou da questão do comércio, que o comércio cresceu durante esse período.

Lailson: As mercearias no caso.

Cíntia: Isso.

Lailson: Nesse período, aumentaram alguns comércios, novos comércios. A comunidade se deslocou mais para cá, o pessoal veio trocando as moradias aqui para trás e foram crescendo os novos comércios para cá. Quem estava fixo aqui nesse lugar ficou e eles criaram novos comércios para cá. Mas foi bom porque já fica um pertinho do outro, não precisa a gente andar tanto. O pescador está nesse vai e vem, as vezes precisa ter o comércio dos lados para comprar alguma coisa ou então vender o seu produto, porque a gente aqui é na troca: pesca, vende.

Cíntia: Lailson, a questão do posto de saúde. Você, como guia, já presenciou alguma situação em que o enfermeiro daqui não estava presente? Como funciona isso? Você recebe um monte de turista. Os turistas passam quanto tempo aqui mais ou menos?

Lailson: De dois a três dias.

Luiz Eduardo: E como está funcionando a questão do posto de saúde?

Lailson: Eu não sei. Eu vou bem pouco no posto de saúde.

Cíntia: Para o turista, você acha que isso interfere de alguma forma?

Lailson: Nesse período, eu não sei se é governo ou se é o representante aqui dessa área de saúde, o que eu escuto falar da própria comunidade é que no momento não tem nada. Eles medem a pressão, fazem um curativo, e para o turista é ruim. Se é ruim para nós, que já depende para sair para fora, imagine para o turista, que é mais sensível.

Luiz Eduardo: Existe então falta de remédio, falta de...

Lailson: É.

Cíntia: E essas questões vocês vão debater...

Lailson: E eu acho muito importante também vocês colocarem os agentes de saúde comunitários que nós temos aqui na comunidade.

Cíntia: Como funciona?

Lailson: Eles fazem também as fichas dele. Eles fazem as visitas, fazem as fichas e chega ao conhecimento da Secretaria de Saúde do município. Eu achava que a gente devia procurar eles também para ajudar a conservar o meio ambiente porque nós estamos nesse meio aí.

Luiz Eduardo: Sim. Tá bom.

Cíntia: Obrigada

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA: LIDERANÇAS LOCAIS

Liderança: Lailson James Silva de Araújo.

Instituição: Conselho Fiscal da Associação de Moradores da Ilha de Lençóis e Associação de Moradores da Reserva Extrativista de Cururupu (AMREC)

Data da entrevista: 08/10/2016

Cíntia: Na sua opinião, o que está faltando para o turismo de base comunitária aqui na Ilha dos Lençóis realmente acontecer?

Laílson: Cada um de nós ser coletivos. Coletivos para que todos se envolvam, para que todos ganhem. Esse complemento com a nossa economia na pesca, não é? Na pesca marítima tradicionalmente, pode se dizer assim. Porque eu sempre falo que a nossa economia maior se tira da natureza, desse grande mar náutico aí.

Cíntia: Lailson, você me falou ainda há pouco que vocês são esquecidos, me explica melhor.

Laílson: A gente é esquecido. Eu acredito que a gente é esquecido porque nós estamos numa área de proteção. Uma grande APA chamada Reentrâncias Maranhenses. E ainda mais dentro de um polo. Floresta dos Guarás, onde se tornou muito famoso nessa nossa diversidade. Então, o poder público tem pessoas especialistas tecnicamente formados e a acabam nos esquecendo.

Cíntia: O que significa a Ilha dos Lençóis estar dentro do Polo Turístico Floresta dos Guarás?

Laílson: Olha, significa trabalho, estudo, pesquisa. Todo laudo da parte técnica, não é? E também prática de cada um de nós. Cultura e raízes. Essa diversidade.

Cíntia: E esses laudos da parte técnica, a capacitação de vocês, me explica.

Laílson: Aqui a capacitação nossa ainda nós precisamos de apoio porque a gente, às vezes, é uma integração da gente, no caso, com as pessoas que chegam. Os que chegam, eles nos orientam. Eles sabem que a gente precisa mesmo e vão dando suas ideias. E a gente captando, pescando cada uma, aí vai juntando. Ainda não crescemos totalmente, mas a gente já amenizou essa visão.

Cíntia: E para amenizar ainda mais, o que precisa?

Laílson: Acho que precisa ter mais conhecimento até sair para outra região para ver como é que é. União, tudo, a gente precisa se unir.

Cíntia: Vocês foram para outras regiões conhecer a realidade do turismo?

Laílson: Foi.

Cíntia: O que vocês conheceram lá que é diferente daqui?

Laílson: Essa parte de união. Sociedade mesmo. Ser sócio nas coisas.

Cíntia: Lá eles eram muito unidos?

Laílson: É. Lá eles são unidos e brigam com as autoridades.

Cíntia: E como é aqui?

Laílson: Eu acho que aqui é uma coisa também que falta ter uma organização mais focado para todos e brigar, pedir para as autoridades.

Cíntia: Me explica.

Laílson: Porque temos que esquecer o partidarismos, não é? Temos que ser unidos para que algumas pessoas não fiquem de fora, não fiquem enciumadas. Tem que ter o amor. Dentro disso tem que ter o amor, paz e felicidade. E respeito também.

Cíntia: Você me falou que a comunidade já foi mais unida. Agora não está tão unida assim. Porque você acha que houve essa mudança?

Laílson: Assim, eu não sei. Na realidade é porque o Brasil sempre vai desenvolvendo, não é? Tem várias pessoas que, às vezes, querem morar em cidades. Por merecimentos e coisas. Saúde, educação e, enfim, mas, às vezes, tem que pensar na vida, na vida, no ganha pão de todo dia. Não é só estar morando lá numa cidade e não ter emprego. Então, eu acho que vai sofrer do mesmo jeito.

Cíntia: E se aqui tiver saúde, educação e emprego?

Laílson: Ninguém ia sair. Agora, tem a questão da natureza também, não é?

Cíntia: Me fala um pouco sobre essa questão da natureza. Sobre a invasão das dunas, do desmatamento...?

Laílson: Aqui é uma ponta bem fora aqui na região do Maranhão. Então, aqui, a gente está na pancada, tipo, costa maranhense, que é muito brava. Então, o sistema de dunas se mover, ela vem. Vem muito. Ela vem chegando para cima das moradias. E aí o povo, a gente fica até com medo, assim, de investir e fazer uma coisa melhor e a duna acabar assoreando.

Cíntia: E vocês já conversaram com ICMBio sobre essa preocupação?

Laílson: Já. Já conversamos. Eles já olharam. Eles já viram como é que é.

Cíntia: E qual foi o diagnóstico que eles deram para vocês?

Laílson: Sobre isso, ainda não deram diagnóstico nenhum. Ainda não falaram: “Olha, vocês têm que se preparar que tal ano...”. Não. nunca falaram nada porque também só Deus que sabe, não é? Quem sabe ele pode fazer tudo...

Cíntia: Entendi. Laílson, você acha que a comunidade quer o turismo aqui? um turismo mais forte para complementar a renda?

Laílson: É...

Cíntia: Existe o interesse?

Laílson: Existe o interesse, mas aí tem que preparar essas pessoas para fazer, não é? Para desenvolver.

Cíntia: E quando houve o projeto do ICMbio, elas não se integraram? Não se prepararam?

Laílson: Nem todas as pessoas se preparam não.

Cíntia: E você acha por que isso aconteceu?

Laílson: Falta delas mesmas porque a gente fez o convite na comunidade inteira porque começou daqui. Começou daqui para dentro do projeto na Resex. Eu falo assim, na Resex. Então...

Cíntia: Laílson, e como é eu funciona? A Ilha dos Lençóis é a base do turismo que ocorre na Resex?

Laílson: Ela é tipo “a menina dos olhos” aqui da região de Cururupu.

Cíntia: Então, me explica como é feita essa integração da Ilha dos Lençóis com as outras ilhas em relação ao turismo?

Laílson: Olha, ela é feita, assim, porque a cidade de Apicum-Açu, depois que cresceu, ela não é nosso município. Nosso município é Cururupu. Aí Cururupu já ficou mais na extremidade. Aí, quem está ganhando mais aqui nessa parte aqui desse embarque e desembarque é a cidade de Apicum-Açu. Então, a gente tem que fazer um elo com o povo de Apicum-Açu para se estruturar também. tanto governamental como o social na comunidade, particular, porque Cururupu está sendo... Nessa parte, quando bate para o mar, aí Cururupu já fica longe. Aí já perde esse posto, não é? Então, com Apicum-Açu, se ele entrar, no caso, tem muito que conversar nós aqui da comunidade. Nós com eles, com as autoridades competentes também.

Cíntia: E o turista conhece as outras ilhas que fazem parte da Resex?

Laílson: Nem todos os turistas conhecem não. É uma coisa que tem que fazer um trabalho também. isso aí já faz parte... Com a Resex, não é? Isso aí já tem que chamar a atenção, tem que fazer. Isso dentro o turista conhece. E tendo vontade de conhecer.

Cíntia: E o que tem para conhecer nas outras ilhas?

Laílson: Nas outras ilhas tem tudo tradicional. O que não tem nas outras ilhas que aqui tem é dunas, história, assim, às vezes, tem ilhas que não têm a praia, não é? porque elas são florestais mesmo. Dentro das florestas. Mas que, tirando, o povo é o mesmo. Todos nós somos iguais. Igual eu, você aqui. todos aí. tem gente também muito inteligente. Bonitas também. E boas.

Cíntia: Me explica melhor.

Laílson: A respeito das nossas pessoas lá, não é? Que tem pessoas humildes também. pescadores e muito cabível. Eu acho que eles têm também esse elo, não é? Esse elo. E direito também. É Brasil, não é?

Cíntia: É. Em Bate Vento tem uma pessoa que produz artesanato?

Laílson: Tem. Bate Vento tem.

Cíntia: Pode falar mais um pouquinho sobre esse artesanato que ela produz?

Laílson: Ela produz das cascas do Sururu, do Sarnambi, de caso de marisco, não é? Então, ela é muito curiosa. Ela faz um trabalho bem bonito. Enquanto que aqui, Lençóis também tem aquelas artesãs que fazem tapete, faz bolsas. Reciclando algumas coisas descartáveis. Só que falta, tem aquela concorrência para vender que ainda não tem, não é?

Laílson: Ou então alguém levar e indicar. Eu quando eu estou fazendo o trabalho com os turistas, eu indico aquelas pessoas que vendem essas coisas. Eu levo. Agora, vai do turista se agradar e querer comprar. Mas eu faço a minha parte, não é?

Cíntia: Sim. Claro. Tem que fazer sua parte enquanto guia.

Laílson: É isso que eu falo. Para estar dentro de um trabalho desses... O turismo, o turismo é bom, mas tem o lado que, como eu falei, é sensível e também é ruim a gente querer só para a gente. É ruim. Porque tem turista que tem a visão que nós temos também. Então, tem que ser uma coisa tudo mesmo junto. Em conjunto.

Cíntia: Entendo. Laílson, tem alguma coisa que você gostaria de complementar?

Laílson: Não. Meu complemento é que a gente tem que melhorar as coisas em termos de sociedade, tem que melhorar.

Cíntia: Muito obrigada, Laílson.

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTA: LIDERANÇAS LOCAIS

Liderança: Renata Michele Silva Rabelo

Instituição: Proprietária de pousada

Data da entrevista: 08/10/2016

Cíntia: Renata, como é que se iniciou o processo de exploração do turismo aqui na Ilha?

Renata: Olha, já começou há muito tempo, não é? Quando vim embora para cá, eu estava com 17 anos. A tia do meu marido já trabalhava. Então, eu acho que foi algumas pessoas que vieram, aí foram passando para outras e, assim, a gente – como agora a gente está trabalhando – fizemos Face. Então, tudo isso faz com que venha.

Cíntia: E o que o turismo representa para a economia da comunidade?

Renata: Ah, representa uma ajuda. Mais uma ajuda financeira. Porque um pesca o camarão, já vende o peixe. Quem tem comércio já vende sua água mineral, vende sua cerveja, vende o arroz.

Cíntia: E porque você acha que a Ilha dos Lençóis é um destino turístico?

Renata: Ah, pela paisagem dela que é bonita. Tem dunas, tem o tempo das lagoas que começa de janeiro. E temos Guarás. Tudo chama a atenção.

Cíntia: Bom, o turismo de base comunitária tem que ser explorado e desenvolvido com a própria comunidade, com o apoio das esferas públicas. O governo, o ICMbio, a prefeitura trabalham junto com vocês?

Renata: Olha, do ICMbio, eles vêm, fazem reuniões, explicam que não pode vir gente de fora para morar, comprar terrenos. Então, só gente da comunidade mesmo pode ficar. E aí eles contribuem para essa parte, para preservar o meio ambiente, não é?

Cíntia: Então vocês acham que isso é bom? Só vocês daqui pra fazer o turismo crescer?

Renata: Por uma parte é bom, não é? É bom porque só os moradores constroem suas pousadinhas, ganham seu dinheirinho. Aí vem um de fora, cheio do Real, faz uma pousada grande, sofisticada e os moradores vão perder com isso, não é?

Cíntia: Renata, como é a cultura aqui, qual é a identidade cultural de vocês?

Renata: Do Rei Sebastião, não é? As lendas dele. Tem o boizinho também da Ilha, que chama o Boi da Ilha de Lençóis, o Brilho de Lençóis.

Cíntia: E tu acha que tá tendo alguma mudança, você está percebendo alguma mudança em relação a cultura de vocês?

Renata: Mudança, estamos, não é? Que está acabando um pouco.

Cíntia: Por quê?

Renata: Pela renda que não sai, não é? A prefeitura não colabora. E a comunidade não tem dinheiro. Então, tudo isso está ajudando com que acabe, não é? Então, se viesse uma ajuda, como tem na Secretaria de Cultura, ajudasse, então poderia ir para a frente, mas...

Cíntia: Entendo. Renata, a Ilha dos Lençóis é um pouco distante, não é? Só em 2008 que teve energia elétrica 24 horas. Ainda não tem saneamento básico. Como é que esse isolamento e essas questões, assim, da educação, da saúde, interferem na vida de vocês e na vinda dos turistas para cá?

Renata: Assim, interfere por uma parte porque não tem como a gente botar um lixo num lugar certo. Então, eu acho por essa parte aí. E pelas pessoas também que ainda não têm fossas, não é?

Cíntia: Sim, e a distância?

Renata: A distância também porque nem todo dia tem barco, tem embarcação para cá, não é? Então, volta turista. Então, tem que ter mais informações. Tanto em São Luís como em Apicum-Açu, que não tem.

Cíntia: E a questão dos alimentos, que você me falou.

Renata: O peixe, o camarão não falta, mas as verduras. E aqui é muito quente para a gente plantar, mas a gente faz algumas hortas, não é? Mas não é suficiente. Aí tudo tem que comprar em Apicum-Açu.

Cíntia: É mais caro comprar lá?

Renata: É mais caro. Lá é mais caro.

Cíntia: E tu acha que o turismo de base comunitária está ajudando a reduzir a pobreza daqui da Ilha?

Renata: Sim.

Cíntia: De que jeito?

Renata: Com ajuda de empregos, não é? Quem tem pousada, tem que chamar duas ou três meninas para ajudar. E fala com o barqueiro para fazer o passeio. Compra no comércio o peixe, o arroz. Então ajuda nessa parte.

Cíntia: E tu acha que a gestão do turismo aqui na Ilha é participativa? Vocês se ajudam? Vocês interagem? Com o poder público?

Renata: É. Uhum.

Cíntia: Me explica só pra eu entender.

Renata: É comunitário porque um vai ajudando o outro aos poucos, não é? Como eu falei ainda agora. Um compra de um, outro vai fazer um passeio, outro vem, compra um artesanato, não é? Então, ajuda nessa parte.

Cíntia: E com o turismo? Tu acha que mudou alguma coisa?

Renata: Não. Achei que não mudou muito, não é? Mudou essa parte aí que eu acabei de falar. Mas sobre outras coisas, achei também, as pessoas vão se interessando, vão conversando e vão procurando novas ideias. Querem fazer algum curso. O turista vem... dá um exemplo: “Olha, faça isso e tal. Estudem”. Tanto para os adultos como para as crianças. Então, nessa parte, eles ajudam. Colaboram.

Cíntia: Tu sabes que a Ilha está no Polo Turístico Floresta dos Guarás? Isso mudou alguma coisa? Isso ajudou a divulgar mais a comunidade ou não?

Renata: Porque através das reportagens que já teve, não é? Das filmagens. Vem muito turista buscar essa paisagem, os Guarás, que aparecem, não é? Então se identifica.

Cíntia: E quais são os principais problemas para o turismo aqui se desenvolver mais?

Renata: Ah, os problemas é ter mais passeios, como se diz, meu Deus? Inventar novas... Andar de Jet Sky, não é? Uma lancha. Então, preservar também mais o meio ambiente, não é? Que muitos ainda não se conscientizaram. Então, acho que nessa parte precisa também.

Cíntia: E, Renata, o que tu espera, assim, que o turismo traga de benefício para vocês? O que tu tens de sonhos que possa me falar um pouco.

Renata: Ah, eu espero que, através do turismo, não só para a comunidade, mas para mim, eu espero que possa me ajudar mais, como está me ajudando. Poder botar meus filhos numa escola para estudar, ser alguém na vida, não é? Porque o pai deles é pescador, mas eu quero mais para eles, não é? Eu quero que seja um doutor, um professor. Então, eu quero que me ajude nessa parte. Não só a mim, mas como os outros que trabalham com turismo, não é? Acho que cada um pensa nessa parte de ajudar mais e crescer um pouco, não é? Ter sua casinha melhor na cidade. Porque aqui não tem como fazer porque as dunas tomam de conta. Então, poder fazer sua casinha melhor em Apicum-Açu e ter mais conhecimento, não é? Porque com o turismo, a gente aprende muita coisa. conhece muitas coisas novas, não é? Que eles trazem, falam para a gente. Mostram. Então, tudo isso contribui, ajuda para a gente.

Cíntia: Renata, tu quer adicionar alguma coisa, quer falar alguma coisa que eu não te perguntei? Pode falar o que tu quiser agora.

Renata: Eu acho que, assim, da escola. Da educação que está precária aqui, mesmo. Outro dia, os meninos vieram com dois pedaços de galinha porque não tinha gás na escola. Então, não estava fazendo merenda.

Cíntia: Não está tendo a merenda?

Renata: Não está tendo a merenda. Então, eu queria por essa parte. A prefeitura, não é? Procurar se lembrar das crianças que estão estudando. Fazer mais com que esteja mais professores que está em falta também. E dê oportunidade para as pessoas que estão estudando, que têm muitas pessoas que estão estudando aqui próximo. Estão fazendo Magistério e quer nova oportunidade, não é? Então, eu acho que é isso. tem professor próximo e a prefeitura não procura se manifestar, enquanto os alunos estão perdendo aula, estão perdendo... Não tem as matérias suficientes, não é? Então, uma criança de quarta série, tem vez que não sabe fazer nem uma conta de dividir. Então, isso aí está precária mesmo. E da saúde também. está esquecida mesmo.

Cíntia: Pode falar.

Renata: Da saúde também está esquecida, que esqueceu um pouco porque só vem o auxiliar de Enfermagem, que é uma ótima pessoa, dá atenção para a gente, mas não é o suficiente, não é? A gente precisa fazer os exames, não é? Então não tem como porque os médicos vêm, passa só um meio dia. quando eles chegam de manhã, meio dia vão embora. Então, não tem... A gente não tem recurso sobre a saúde. A gente tem que fazer tudo lá em Cururupu. Tudo longe. Aí, então não vem um dentista. A gente precisa de um dentista porque a maioria das crianças tem os dentes estragados porque tem muita gente que não tem condição de levar para tratar no dentista mesmo. E quando vai daqui, é muito longe. Em Apicum-Açu. Tem que marcar ficha de madrugada. Então, fica muito contramão para a gente. Então, a gente precisava de um dentista na Ilha, não é? Nem que fosse uma vez no mês, não é? Mas era bom. fazer preventivo também. precisa de enfermeira mulher, não é? Porque tem muitas meninas que ainda têm muita vergonha de fazer com enfermeiro. Então, precisava de uma enfermeira. Então, essa parte aí que eu achava que precisava dar mais atenção para a comunidade.

Cíntia: Renata, eu te agradeço.

APÊNDICE F

ROTEIRO DE ENTREVISTA: LIDERANÇAS LOCAIS

Liderança: Nilson Carlos Rabelo Araújo.

Instituição: Proprietário de pousada e embarcação

Data da entrevista: 08/10/2016

Cíntia: Nango, como é que começou o processo de exploração do turismo aqui na Ilha?

Nilson Carlos: Olha, o processo de exploração do turismo aqui é um processo bem longo, não é? Que é um senhor que eu conheci ele ainda, que é o Cici, que já faleceu. Então, ele veio começando a explorar o turismo ali, fez uma pousadinha. Aí de lá para cá passou para o filho dele, o Fernando. E do Fernando passou para a minha tia, não é? Que foi a Marluce e esse, o Lopes, que chegou aqui em 2000...eu já entrei nesse processo já de 2008 para cá. Eu vim já para trabalhar com turismo com Renata.

Cíntia: E o que o turismo representa para a economia aqui da comunidade?

Nilson Carlos: representa muitas coisas, não é? Economia em termos de dinheiro. Ajuda a comunidade a ter um extrazinho em casa.

Cíntia: E porque você acha que a Ilha é um destino turístico?

Nilson Carlos: Ah, a Ilha oferece muitas...Muito recurso bonito. As dunas. As praias, que são bonitas, não é? As trilhas. Isso aí é um atrativo para o turismo, não é? Pessoa chegar e debater com essas dunas aí, a praia. Isso aí é um atrativo turístico.

Cíntia: Nango, o turismo de base comunitária deve ser explorado e desenvolvido pela própria comunidade com apoios... Apoios do governo, de outras empresas... como funcionam isso pra vocês aqui na Ilha?

Nilson Carlos: A gente estamos tentando ter esse apoio do ICMbio porque já estão começando a vir, fazendo reunião com a comunidade. Explicar o que é o turismo de base comunitária. Muitas pessoas não entendem, não é? Não sabem o que é um turismo de base comunitária. Mas eu acredito que a gente vai se sair dessa. Entender como é o turismo de base comunitária, não é? Porque muitas pessoas não entendem, não é? E muitos já começam ali a entender.

Cíntia: Além da natureza que você falou, a cultura daqui também é um atrativo turístico. Me fala sobre a identidade cultural daqui da ilha.

Nilson Carlos: Tem várias, não é? Tem tambor de mina, que é uma identidade cultural bem forte aqui na Ilha. Envolve muitas pessoas que já foi uma das culturas mais antigas, que

começou aqui na Ilha. Acho que lá de 70 para cá começou. Então, eu acredito que essa é uma mais forte que tem.

Cíntia: E essa cultura de vocês continua forte? Teve alguma mudança desde que o turismo chegou?

Nilson Carlos: Teve não.

Cíntia: Nango, eu queria te perguntar como que a distância da ilha... por ela ser longe de tudo, só no ano de 2008 que começou a ter energia 24 horas. De que forma essas questões... além da da saúde, da educação, do saneamento básico que não existe aqui, como que isso interfere na vida de vocês e pro turista também?

Nilson Carlos: Sobre o saneamento básico acho que é uma preocupação também na Ilha, não é? Muitas pessoas não têm condições de ter o banheiro dentro de casa, não é? Eu acho que interfere um pouco aqui na comunidade, não é?

Cíntia: Pode me falar o que você acha.

Nilson Carlos: Dificuldade de ter um banheiro dentro da sua casa, não é? O turista, às vezes, pode chegar e querer ficar na casa de pescador e ele não ter um banheiro para oferecer para ele, não é? Então, eu acho isso aí um problema também.

Cíntia: E a questão da distância e ter que fazer tudo de barco?

Nilson Carlos: A distância é grande para trazer material de lá para cá. De Apicum-Açu. Quem não tem um barco. Então isso aí tudo...

Cíntia: Entendi. E tu achas que o turismo ajuda na economia da ilha? Ajuda a reduzir a pobreza?

Nilson Carlos: Ele contribui porque ele vem, ele fica, já deixa uma graninha ali. Não se hospeda só aqui, não é? Ele se hospeda em casa de pescadores. As pessoas convidam e ali ele já deixa um dinheirinho e ele está contribuindo para a comunidade e para a gente.

Cíntia: E como que vocês fazem essa gestão? Vocês moradores se unem para gerir com agências de viagem em São Luís? Com o poder público? Como é que funciona isso? Ou é cada um por si?

Nilson Carlos: Não. Aqui eu acredito que cada um por si porque agência só tem uma que dá apoio aqui para a gente, que é a Maramazon, do Rafael. Essa dá apoio porque ela manda turista. Ele liga para mim, para a Marluce, para o Fernando, não é? Está indo um casal. Três ou quatro pessoas. E aquele turismo de aventura, não é? O cara quer vir mesmo na marra e perguntando.

Cíntia: E tu percebeu alguma mudança desde que o turismo começou a vir para cá?

Nilson Carlos: Percebi sim. Algumas pessoas estão trabalhando para isso, não é? Para receber também as pessoas nas suas casas, não é? Não só eu como as outras pessoas. Então, eu acredito que tem mudança sim.

Cíntia: E a Ilha dos Lençóis está o Polo Floresta dos Guarás. O que isso significa?

Nilson Carlos: Significa que... A Floresta dos Guarás porque tem os Guarás, que é um pássaro muito bonito. E aí, às vezes, o pessoal confundia muito. Lençóis aqui com Lençóis Maranhenses. Então, eles procuraram mudar. O pessoal mudaram. Acredito que ICMbio pôs esse nome, não é? Floresta dos Guarás para desviar mais esse enfoque dos Lençóis Maranhenses. Aí ficou Floresta dos Guarás. E até porque também as ilhas, o manguezal é muito grande e aí se forma a floresta.

Cíntia: E porque você acha que o turismo aqui na Ilha ainda não se desenvolveu tão forte como naquelas comunidades que vocês conheceram lá no Ceará?

Nilson Carlos: Eu acho que falta a gente se juntar. A gente se unir e conversar sobre isso porque a gente ainda não conversou sobre isso aí, não é? Porque para lá é muito forte. A pessoa tem uma lojinha de artesanato que vende para o turista. Outra pessoa já oferece um almoço na casa dele, não é? Outro uma janta. Então, aqui a gente ainda não conversou sobre isso aí. Algumas pessoas fazerem isso aí. Às vezes, muitos acham que só eu ou os outros colegas que têm pousada que devem receber, não é? Isso também acho como problema porque eles vão: “Ah, não sei receber, não sei conversar com ninguém, não sei como é que faz uma comida”. Então, o turista quer comer aqui na mesa, aquela comida que come no dia a dia, não é? No começo, a gente era um pouco meio...

Cíntia: Eu entendo, começos são assim. E quais as tuas expectativas? O que tu espera de benefícios com o turismo vindo mais forte pra cá? O que você acredita que pode acontecer se tiver um turismo mais parecido com o que você conheceu no Ceará.

Nilson Carlos: Eu acredito que não vai ser muito, assim, que a gente sonha com essas coisas assim todas, não é? Porque você já viu há uns anos, não é? Acredito que algumas pessoas vão, assim, trabalhar com o turismo, mas não vai ser aquela coisa de...

Cíntia: Como?

Nilson: Forte não vai ser... Até porque a distância, não é? Impede um pouco o turista, não é?

Cíntia: Entendo. Nango, você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Nilson Araújo: Não, eu agradeço.

Cíntia: Muito obrigada

APÊNDICE G



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

- 1. Sexo**
 Masculino Feminino.
- 2. Idade**
 18 a 25 anos 26 a 35 anos
 36 a 45 anos 46 a 55 anos
 56 a 65 anos 66 a 70 anos.
 Mais de 70 anos.
- 3. Estado Civil**
 Solteira(o) Casada(o)
 Divorciada(o) Viúva(o)
- 4. Onde você nasceu?**

- 5. Quantas pessoas moram com você?**
 Moro sozinho 1 a 3 4 a 5
 6 a 8 Acima de 9
- 6. Quantas pessoas contribuem com as despesas da casa? Quem?**
 Somente uma Duas ou mais

- 7. Nível de escolaridade**
 Sem instrução
 Fundamental Completo Incompleto
 Ensino Médio Completo Incompleto
 Superior Completo Incompleto
 Outro _____
 No caso de superior, em qual graduação? _____
- 8. Qual a sua Faixa de Renda**
 Menos de 01 Salário Mínimo.
 De 01 a 02 SMs. De 03 a 04 a SMs.
 Mais de 5 SMs.
 Outro _____
- 9. Você recebe algum benefício do governo?**
 Sim Não
 Qual(is):
 Bolsa Família Bolsa Escola
 Bolsa Verde Aposentadoria
 Outro _____
- 10. Qual sua atividade econômica?**

- 11. Quais são as atividades econômicas mais importantes para a comunidade? Especificar:**

- 12. Como você se sente em relação aos turistas que visitam sua comunidade:**
 Muito Favorável Indiferente
 Favorável Não gosto
 Preferia que não viessem
- 13. Você acha que a sua comunidade mudou com a chegada do turismo?**
 Sim Não Não Sei
De que forma?

- 14. Você acha que a atividade turística melhorou as condições de vida da sua comunidade?**
 Sim Não Não Sei
- 15. O que mudou em sua comunidade após a chegada do turismo?**
 Geração de Empregos
 Melhora na Infra-estrutura
 Diversificação de serviços e comércio
 Melhorou a qualidade de vida
 Trouxe novos conhecimentos
 Movimentou a economia
 Conheci novas pessoas
 Não mudou nada
 Piorou a qualidade de vida
 Piorou a economia
 Aumentou o desemprego
 Aumentou a violência
- 16. Quais desses benefícios você acredita que o turismo pode trazer para sua comunidade?**
 Oportunidades de emprego
 Melhorias na aparência da cidade
 Criação de novos negócios
 Valorização da cultural local
 Divulgação da comunidade
 Preservação do meio ambiente
 Outros: _____
- 17. Você acha que o turismo traz problemas para a sua comunidade?**
 Sim Não Não Sei
Se sim, quais:
 Acaba com a nossa tranquilidade
 Aumenta o custo de vida
 Barulho
 Crime e violência
 Drogas
 Impactos na natureza
 Lixo na comunidade e nos atrativos
 Prostituição
 Maus costumes
 Outros _____
- 18. Você percebe incentivos para o desenvolvimento do turismo em sua comunidade?**
 Sim Não Não Sei
 Quais? _____

- 19. Como é a participação da comunidade no desenvolvimento do turismo:**

- 20. Como é a participação do poder público no desenvolvimento do turismo:**

- 21. Você pensa em abrir o seu próprio negócio?**
 Sim Não
 Já tenho meu próprio negócio
Em que área? _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

22. Você já fez algum curso de capacitação?

Sim Não

Qual(is) o(s) curso(s): _____

Você usou o que aprendeu?

Sim Não

23. Você considera que sua comunidade é unida?

Sim, mas poderia melhorar

Sim, nossa comunidade é unida

Não é muito unida, mas cultivamos as tradições comuns

Não é unida e não cultivamos as tradições

Não temos outra coisa em comum além de viver no mesmo lugar

24. O que você faz para contribuir com a atividade turística em sua comunidade?

Nada

Ajudo a cuidar dos atrativos da comunidade

Hospedo turistas na minha residência

Faço refeições para os turistas

Sou educado com todos

Participo de atividades culturais

Produzo e vendo artesanato

Mostro nossos atrativos ao turistas

Participo das reuniões dos conselhos

Trabalho em estabelecimentos ligados ao turismo. Qual _____

25. Qual é o maior problema da sua comunidade?

Não há problema

Poucas opções de lazer

A comunidade é distante

Evasão dos jovens para estudar em outros municípios

Criminalidade

A pobreza

Desvalorização da cultura e das tradições

Negligência por parte dos governos

O Turismo

Falta de infraestrutura

Não temos internet

Poucas opções de emprego

Baixas condições de educação

Condições de saúde precária

Baixa oferta de alimentos

Outro(s) _____

26. Você já pensou em se mudar em busca de melhores condições de vida?

Sim Não

Pra onde: _____

27. Como é o seu engajamento nos debates da comunidade?

Participo ativamente das reuniões dos conselhos, associações comunitárias e escolares

Procuo me informar sobre o que foi debatido, mas não participo

Não me interessa em debater nem de me

informar sobre o que acontece na minha comunidade

28. Em relação à cultura e as tradições de sua comunidade, você acha que:

Precisamos manter nossas tradições

Não precisamos manter nossas tradições pois estão ultrapassadas

Temos que adaptar nossas tradições para agradar aos turistas e os mais jovens

Depende das tradições

Justifique: _____

29. Você sabe que vive em um local que é uma Área de Proteção Ambiental?

Sim Não Não tenho certeza

30. De que forma você ajuda a preservar a natureza? _____

30. Para viver, sua comunidade é:

BOA	ÓTIMA	REGULAR	RUIM	PESSIMA

31. Como você avalia a preservação da natureza em sua localidade?

BOA	ÓTIMA	REGULAR	RUIM	PESSIMA

32. Como você avalia as condições de educação em sua comunidade?

BOAS	ÓTIMAS	REGULARES	RUINS	PESSIMAS

33. Como você avalia as condições de emprego e/ou oportunidades de trabalho em sua comunidade?

BOAS	ÓTIMAS	REGULARES	RUINS	PESSIMAS

34. Como você avalia as condições de saúde na sua comunidade?

BOAS	ÓTIMAS	REGULARES	RUINS	PESSIMAS

35. Como você avalia a manutenção da cultura de sua comunidade?

BOA	ÓTIMA	REGULAR	RUIM	PESSIMA

ANEXO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 54635-1	Data da Emissão: 22/06/2016 11:31	Data para Revalidação*: 22/07/2017
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Cintia Raquel Soares Pinheiro	CPF: 019.184.553-17
Título do Projeto: Turismo de Base Comunitária: Uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais em reservas extrativistas	
Nome da Instituição : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	CNPJ: 06.279.103/0001-19

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa de Campo / Coleta de Dados no ICMBio	06/2016	02/2017

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/icgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		MA	RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 69747211



Página 1/3